

Universidade Federal de Juiz de Fora
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Daniela de Miranda dos Santos

O IHGB E A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Juiz de Fora

2018

DANIELA DE MIRANDA DOS SANTOS

O IHGB E A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para obtenção do título de Mestre. Linha de pesquisa: Poder, Mercado e Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim

Juiz de Fora

2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Santos, Daniela de Miranda dos.

O IHGB e a ditadura civil-militar brasileira / Daniela de Miranda dos Santos. -- 2018.

182 f. : il.

Orientador: Fernando Perlatto Bom Jardim

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História, 2018.

1. IHGB. 2. ditadura civil-militar. I. Bom Jardim, Fernando Perlatto, orient. II. Título.

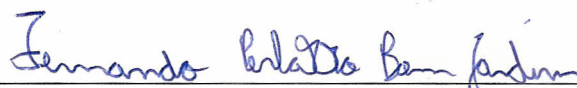
DANIELA DE MIRANDA DOS SANTOS

O IHGB e a ditadura civil-militar brasileira

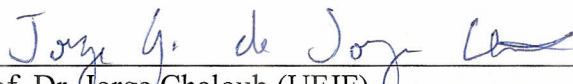
DISSERTAÇÃO apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de MESTRE EM HISTÓRIA.

Juiz de Fora, 19/02/2018.

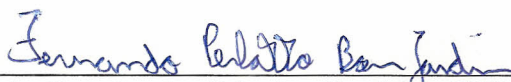
Banca Examinadora



Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim- Orientador



Prof. Dr. Jorge Chaloub (UFJF)



Prof. Dra. Janaina Martins Cordeiro (UFF)

Dedico essas páginas àqueles que, sem pretensão, me impulsionaram.
À minha mãe, Eliana, e aos meus irmãos, Júnior (*in memoriam*) e Elidison.

AGRADECIMENTOS

Apesar de a solidão ter sido, não poucas vezes, a principal companheira em horas de pesquisa e escrita, várias pessoas contribuíram para este trabalho ao longo do percurso e este é o momento reservado às devidas retribuições.

Agradeço ao meu orientador, Fernando Perlatto, que me acompanhou durante todo esse trajeto. Agradeço imensamente pelo incentivo desde a Iniciação Científica; pelo tempo dedicado a mim com reuniões, indicações e correções; por sua incansável presença; por suas palavras de conforto e incentivo; por sua amizade, paciência e profissionalismo.

À professora Maria Fernanda Martins pela presença na banca de qualificação e pela colaboração com valiosas sugestões e críticas; à professora Janaína Cordeiro, pela participação na banca de qualificação e de defesa, por suas indicações e considerações pertinentes; ao professor Jorge Chaloub pela disposição em participar da banca de defesa e por seus preciosos apontamentos.

Aos professores, Marcos Olender, Beatriz Domingues e Cláudia Viscardi, pelas disciplinas ministradas e pelos estimulantes textos debatidos em sala de aula, os quais possibilitaram boa parte das reflexões desta dissertação.

À amiga Bárbara Fernandes, que na Universidade foi sempre um suporte fundamental. É com quem divido as incertezas e as alegrias da vida acadêmica há longa data. Aos amigos e colegas que estiveram comigo durante essa jornada, compartilhando anseios, sonhos e risadas. Em especial, Flávio Anuniação, Priscila Teixeira, Flávia Ferro e Pâmela Campos.

Ao meu companheiro, Lucas Neto, por ter tido paciência para me ouvir, por ter me apontado caminhos, por ter sido apoio e calma nos momentos de aflição.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, ao seu corpo funcional e docente.

À CAPES pela bolsa concedida para realização desta pesquisa.

RESUMO

A presente dissertação propõe-se a compreender a ditadura brasileira a partir da análise da relação entre determinados segmentos da sociedade civil com o regime que se instaurou a partir do golpe de 1964. Para tanto, busca-se investigar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no período de 1964 a 1979 com o intuito de apresentar e inserir o objeto de pesquisa no debate historiográfico atual a respeito da ditadura, procurando compreendê-lo nesse momento autoritário do país. A investigação, de modo geral, consiste em conhecer os sócios que foram membros da administração do Instituto ao longo desses anos através da abordagem prosopográfica e analisar a forma como o IHGB lidou e se relacionou com a ditadura logo após o golpe e nos anos posteriores, dialogando com estudos que procuram compreender o regime a partir das bases fornecidas pelas agências da sociedade civil. A fonte privilegiada para a pesquisa é a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)* e, além dela, são utilizados dicionários biobibliográficos como referências para a coleta de informações a respeito dos membros do instituto. De um lado, a *RIHGB* propicia a análise de atas de sessões ordinárias, pareceres, notícias referentes à instituição, atos administrativos, quadro dos sócios e outras informações que interessam para esta pesquisa, possibilitando a investigação das relações existentes entre o instituto e os governos vigentes no período e as discussões desencadeadas no interior do IHGB. De outro, através dos dicionários biobibliográficos, são estudadas as biografias e trajetórias dos membros da administração do IHGB no período com o objetivo de conhecer os indivíduos e analisar o perfil coletivo desses sujeitos mediante a utilização do método prosopográfico.

Palavras-chave: IHGB; Ditadura-civil-militar; Intelectuais.

ABSTRACT

The present dissertation proposes to understand the Brazilian dictatorship through the analysis of the relationship between certain segments of civil society and the regime that was established after the 1964 coup. For this purpose, we seek to investigate the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) from 1964 to 1979 with the purpose of presenting and inserting the research object in the current historiographic debate about the dictatorship, trying to understand it in this authoritarian moment of the country. The research generally consists of meeting associates who have been members of the Institute's administration over the years through the prosopographic approach and analyzing how the IHGB dealt with and related to the dictatorship shortly after the coup and in later years, dialoguing with studies that seek to understand the regime from the bases provided by civil society agencies. The privileged source for the research is the *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)* and, in addition, biobibliographic dictionaries are used as references for the collection of information about the members of the institute. On the one hand, the *RIHGB* provides an analysis of minutes of regular sessions, opinions, news regarding the institution, administrative acts, members' board and other information that may be of interest to this research, making possible the investigation of the relations between the institute and the current governments in the period and the discussions unleashed within the IHGB. On the other, through the biobibliographic dictionaries, the biographies and trajectories of the IHGB administration members are studied in the period with the purpose of knowing the individuals and analyzing the collective profile of these subjects through the use of the prosopographic method.

Keywords: IHGB; Civilian-military dictatorship; Intellectuals.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Composição da Diretoria (1964-1979).....	40
QUADRO 2. Composição das Comissões Permanentes (1964-1979).....	46
QUADRO 3. Composição da administração.....	56
QUADRO 4. Ano de nascimento.....	58
QUADRO 5. Idade de admissão no IHGB.....	60
QUADRO 6. Ano de falecimento.....	61
QUADRO 7. Local de falecimento.....	62
QUADRO 8. Estado de origem.....	63
QUADRO 9. Origem regional.....	64
QUADRO 10. Formação superior.....	65
QUADRO 11. Trajetória profissional.....	67
QUADRO 12. Ano de formação superior.....	70
QUADRO 13. Origem familiar.....	73
QUADRO 14. Trajetória política/ Participação em partidos e movimentos políticos.....	78
QUADRO 15. Vínculos com o Ministério da Educação.....	88
QUADRO 16. Membros admitidos no IHGB durante a ditadura.....	91
QUADRO 17. Sessões do IHGB em 1964.....	122

ANEXOS

ANEXO A: Imagem do Silogeu e ao fundo, a nova sede do IHGB.....	180
ANEXO B: Imagem do prédio novo do IHGB com o Silogeu ao lado.....	181

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ABL	Academia Brasileira de Letras
AMFNB	Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEC	Comissão Executiva Central
CEPHAS	Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas
CFC	Conselho Federal de Cultura
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPDOC	Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil.
EME	Estado-Maior do Exército
ESG	Escola Superior de Guerra
FNFi	Faculdade Nacional de Filosofia
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IGHA	Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPMs	Inquéritos Policiais-Militares
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LDN	Liga da Defesa Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
UB	Universidade do Brasil
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: AS NORMAS E A COMPOSIÇÃO DO IHGB NO PERÍODO DA DITADURA (1964-1979)	29
1.1 Estatuto do IHGB.....	32
1.2 Composição da administração: Diretoria e Comissões Permanentes (1964-1979).....	38
1.3 Prosopografia dos membros da administração do IHGB.....	54
CAPÍTULO 2 – O IHGB ÀS VÉSPERAS DO GOLPE À RECEPÇÃO DO REGIME	
2.1 A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	97
2.2 As articulações para o golpe.....	100
2.3 <i>Presidencialismo</i> ou <i>Parlamentarismo</i> ?.....	104
2.4 O caso da História Nova.....	109
2.5 Posse de Castelo Branco como presidente de honra do Instituto.....	120
CAPÍTULO 3 – O IHGB AO LONGO DOS ANOS DITATORIAIS	
3.1 Carlos Lacerda nas páginas da <i>Revista do IHGB</i>	130
3.2 Admissão de Aurélio de Lira Tavares.....	134
3.3 A presença dos presidentes Costa e Silva e Médici.....	142
3.4 A presença dos presidentes Geisel e Figueiredo.....	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	168

INTRODUÇÃO

“Velha a casa que há cento e vinte e seis anos esclarece com ensinamento sábio o pensamento brasileiro, ajudando a sustentar as transformações nacionais com sólidos pilares da tradição. [...] Senhor Presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, sendo esta a casa da tradição do Brasil, devo dizer por ela e em seu nome, considere-a Vossa Excelência como sua Casa” (CALMON, 1964, p.286).

Essas foram palavras do orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Pedro Calmon, em sessão magna comemorativa do 126º aniversário do Instituto no dia 21 de outubro de 1964 e em ocasião da posse de Castelo Branco, primeiro Presidente da ditadura civil-militar brasileira, ao cargo de presidente de honra do IHGB¹. Esta solenidade conclamou o general seis meses após o golpe que destituiu João Goulart da presidência da República e que encerrou o regime democrático no Brasil. A sessão ocorreu como de praxe: o novo presidente honorário prestou juramento sob o retrato de D. Pedro II. Foi, portanto, em deferência e em clima festivo que os sócios do IHGB presentes na cerimônia receberam Castelo Branco, recém-nomeado à presidência da República em um processo derivado de um golpe de Estado, em sua *Casa*.

Esse episódio suscita a reflexão sobre a adesão e a euforia com que o golpe fora recebido por segmentos da sociedade brasileira. Dias após a tomada do poder pelos militares, parte da população das principais cidades da região sudeste do país festejaram (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 16), assim como setores do IHGB, que de forma solene receberam o primeiro presidente da ditadura civil-militar. Reconhecer esta forma de recepção é fundamental, bem como atentar para a heterogeneidade coexistente e as expectativas distintas dos sujeitos no momento da inauguração do regime. Nesse espectro de incertezas diante do novo, houve aplausos, oposições, resistências, “zigzagues”, indecisões, ambiguidades e ambivalências (REIS FILHO, 2013).

Certo é que a ditadura não se manteve por todos esses anos sem razão. Para compreender sua longa duração, é preciso ultrapassar as lentes analíticas que encaram o período apenas à luz das resistências e da violência praticada pelo Estado. Os ditadores, torturadores, os censores, todos aqueles que participaram, de alguma forma do sistema repressivo que se instalou no país, não são “externos” à sociedade, mas pertencem a ela e,

¹ Estavam presentes na cerimônia: o Presidente da República Castelo Branco; Marechal Juarez Távora, Ministro da Viação; General Costa e Silva, Ministro da Guerra; Ministro Luiz Vianna Filho, Chefe da Casa Civil; Ministro da Marinha, Almirante Melo Baptista; Ministro da Agricultura, Hugo de Almeida Leme; Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Levanière Wanderley, bem como o Presidente do IHGB, José Carlos de Macedo Soares e alguns sócios do Instituto.

portanto, carregam consigo princípios, valores, subjetividades que estão presentes na própria sociedade. O torturador é a imagem e semelhança de muitos homens e mulheres. Não é uma figura completamente alheia. Como assinala Denise Rollemberg e Samantha Quadrato, “enquanto estivermos procurando torturadores sem rostos humanos, longe estaremos de compreender a barbárie como a criação de homens e mulheres, gestada em nosso meio” (ROLLEMBERG; QUADRATO, 2011, p. 13).

Entretanto, o fato de segmentos da população terem aceito e comemorado o golpe, bem como terem proporcionado, de alguma forma, sustentação ao regime então instaurado, não significa que apoiaram plenamente as ideias e práticas firmadas, como a tortura. Não significa também que tenham se comportado de forma homogênea e sem contradições. O que se procura mostrar é que a cultura política, os valores e as referências marcam as escolhas dos indivíduos, encaminhando relações de consenso e consentimento, assim como o sentimento de identificação com as propostas autoritárias (Ibidem, p. 14).

É importante compreender também que não necessariamente todas as posições diante deste cenário são bem delimitadas. Deve-se ter em vista o grande espaço existente entre os dois polos – resistência e colaboração/apoio –, e ainda resguardar o lugar da ambivalência, em que os dois extremos podem se diluir e ser um e outro concomitantemente (ROLLEMBERG, 2011).

Levando em conta todas essas perspectivas, é fundamental ainda evitar narrativas teleológicas e considerar que os atores sociais não sabiam o que iria acontecer nos anos posteriores ao golpe de 1964. As dúvidas e as incertezas acerca o futuro do país pairavam sobre todos. Nem mesmo os militares possuíam um projeto de governo bem definido, segundo algumas interpretações, como a de Celso Castro (2012). Dessa forma, não havia uma organização clara entre os militares golpistas sobre o futuro do projeto que estava em curso. O que se tinha como perspectiva inicial era a realização de uma “limpeza” nas instituições. Nesse sentido argumentam Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes:

“Quer dizer, aqueles que aplaudiam e festejavam a vitória da “revolução pela ordem” não tinham como saber o que sucederia nos anos seguintes. Seus aplausos, naquele momento, não devem ser confundidos com apoio a um regime autoritário, violento e ditatorial que perduraria até 1979, quando foi votada a lei da Anistia. Isso vale para muita gente que fez festas nas ruas. Vale também para diversos políticos, que julgavam não só participar, mas até comandar a “revolução” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 17)”.

O próprio Pedro Calmon, então orador do IHGB, que convidou o marechal Castelo Branco, em nome do Instituto, para integrar como presidente honorário a instituição meses

após o golpe, deixou claro, na mesma sessão em seu discurso, que aquele não era o momento para avaliar a administração do presidente, pois segundo ele:

“O julgamento do seu govêrno pertencerá à posteridade. Darnos-à ela a perspectiva indispensável à serena sentença do historiador, que repara com documento a injustiça, completa com a informação a narrativa, descreve com imparcialidade o fato, interpreta com a confissão a consciência e ajuíza com a verdade o comportamento, desagravando a honra, premiando o mérito, destacando as qualidades, indicando os serviços em seu honesto ofício de substituir pelo definitivo o provisório [...]” (CALMON, 1964, p.284).

O Instituto homenageou o dirigente do país naquela ocasião, sobretudo tendo em vista o cidadão “investido numa hora grave da existência nacional do difícil encargo de governá-lo com equilíbrio e autoridade” (Ibidem), como destacado por Pedro Calmon. Por isso, o IHGB “quis realçar as virtudes do militar irrepreensível que numa encruzilhada da história comandou o reerguimento da pátria” (Ibidem). Ao mesmo tempo, a instituição se salvaguardou do que poderia ser o seu governo no futuro, delegando para as gerações posteriores e para a História a tarefa de examinar efetivamente os resultados do seu governo. Dessa forma, de alguma maneira, este episódio retrata a conjuntura de instabilidade, falta de certezas e ambiguidades que marcou o período pós golpe de 1964.

Como ressalta Daniel Aarão Reis Filho (2005), bem como Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014), com o passar do tempo, principalmente a partir da década de 1980, construiu-se uma memória demonizada da ditadura, que isentava toda a população e as instituições da sociedade civil de qualquer apoio ao golpe de 1964 e ao regime que se seguiu. Fixou-se a interpretação de que o país foi reprimido por um regime ditatorial como uma força estranha e externa (REIS FILHO, 2015, p. 7-8). Assim como foi difundida a ideia de que a ditadura foi fruto apenas da conspiração de militares. Sobressaiu, portanto, a tese de que a sociedade brasileira viveu a ditadura como um pesadelo e que era preciso exorcizar este passado, como se setores da sociedade não tivessem tido nunca identificação com o regime (REIS FILHO, 2005, p. 9).

Essas impressões, portanto, foram de alguma maneira transmitidas para a historiografia sobre o golpe de 1964. O conhecimento produzido sobre o passado é influenciado pela cultura, valores e referências da época em que se vive. Baseado neste entendimento, as análises feitas pelos historiadores do passado são muito marcadas e envolvidas pelas percepções do presente, o que permite pensar que um mesmo acontecimento histórico está sujeito a uma variedade de interpretações. Assim foi desenvolvida a escrita da história sobre o golpe de 1964 e sobre o conseqüente regime instalado.

Fato é que os estudos sobre o golpe de 1964 e os regimes militares, como assinala Carlos Fico (2004), foram tardios. Primeiro foram os cientistas políticos que se dedicaram a tratar do período e posteriormente os historiadores, devido a problemas específicos com a história do tempo presente, especialmente relacionados à cautela que historiadores possuíam em analisarem acontecimentos contemporâneos, bem como à dificuldade de acesso às fontes oficiais dos governos militares.

Dessa forma, os primeiros livros que trataram, de alguma maneira, sobre o golpe de 1964 e sobre a ditadura vieram de memórias, que ao longo do tempo se tornaram fartas e diversas. Apareceram somente no contexto da abertura política, no governo de Geisel, quando era minimamente permitido a revelação de episódios. Neste contexto, surgiram livros de memórias, biografias ou autobiografias sobre a luta armada, como as publicações de Fernando Gabeira (1979) e Alfredo Sirkis (1980), que se tornaram best-sellers, abordando a perspectiva do militante de esquerda. Paulatinamente, foram publicadas narrativas de outros militantes com ênfase na crueldade da repressão ditatorial e, dessa forma, a memorialística sobre a ditadura foi se constituindo (FICO, 2004, p. 24).

Da mesma maneira, em meados da década de 1980 foram publicados em dois livros os resultados do *Projeto Brasil: Nunca Mais*. O primeiro, publicado em 1985, *Brasil: Nunca mais*, divulgou as práticas perversas da tortura e o seu uso sistemático como política de Estado. A segunda publicação, de 1987, *Perfil dos atingidos*, faz um estudo dos setores sociais e organizações atingidas pela repressão (ROLLEMBERG, 2003, p. 56).

Ao longo dos anos, entretanto, a historiografia dedicada ao tema realizou esforços no sentido de tornar mais complexa a análise do regime civil-militar. Exemplar nesse sentido foi o trabalho de René Dreifuss, *1964: a conquista do Estado*. Ao analisar o que intitula de “complexo IPES-IBAD” nos momentos anteriores e posteriores ao golpe de 1964, Dreifuss (1981) insere sua tese como precursora do que se designou chamar de “golpe civil-militar”, pois foi um dos primeiros trabalhos – ainda na década de 1980 – a demonstrar a importância dos setores civis, em especial do empresariado, no processo de articulação que resultou no regime ditatorial, a partir de uma campanha que fragilizou paulatinamente o Executivo e a esquerda.

Para Dreifuss, o domínio econômico do capital multinacional na economia brasileira não encontrava uma correspondente liderança política. O bloco IPES/IBAD organizou grupos de pressão e federações profissionais de classe, escritórios técnicos e anéis burocrático-empresariais com o objetivo de conseguir que seus interesses tivessem expressão a nível de

governo (DREIFUSS, 1981, p. 104 apud FICO, 2004, p.35). Desenvolviavam uma ação planejada que indicou ao bloco a necessidade de um golpe de Estado. Para isso, atuavam de forma variada, em diversas frentes e a partir de múltiplos suportes: mobilizavam equipes multifuncionais, amparando-se em recursos e financiamentos; investiam em campanhas de desestabilização, doutrinação contra o comunismo e contra a corrupção do populismo através de palestras, simpósios, entrevistas, debates, filmes, desenhos, teatro, livros, rádio, televisão (FICO, 2004, p. 36). No entanto, essa ação ideológica não era suficiente. Para tanto, estabeleceram uma rede e angariaram apoio das Forças Armadas. Isso explica o fato de alguns associados do IPES e IBAD serem oficiais influentes na época (Ibidem).

Seja como for, a tese de René Dreifuss teve o mérito de ser um dos primeiros estudos a caracterizar o golpe como “civil-militar”, evidenciando a participação de segmentos da sociedade civil no processo que repercutiu na deposição de João Goulart da Presidência da República. Seu estudo possui originalidade na proposta, nas fontes documentais, além de grande potência em esclarecer os fatos históricos referentes ao golpe de 1964 (HOEVELER, 2014). Utiliza a noção restrita de “golpe de classe”, mas tratou-se de um importante estudo que suscitou indagações, novas reflexões, influenciando trabalhos posteriores que buscaram novos caminhos para se pensar a respeito da relação entre ditadura e setores da sociedade civil nesse processo.

Em anos posteriores, sua perspectiva foi retomada e renovada por alguns historiadores, como Daniel Aarão Reis Filho e Denise Rollemberg, que procuraram enfatizar o papel desempenhado por setores civis no contexto do golpe de 1964 e para a sustentação do regime que se seguiu. Conforme destacado por Daniel Aarão Reis Filho, a ditadura não foi “uma chapa de metal pesado, caída sobre vontades e pensamentos que aspiravam à liberdade” (REIS FILHO, 2014, p. 8), pois se tivesse sido, como explicar as razões de o projeto da ditadura não ter sido imediatamente derrotado após o golpe de 1964 (REIS FILHO, 2005, p. 10)? Ao contrário, a ditadura venceu e permaneceu por longos anos. Ela se tornou vitoriosa, em grande medida, devido ao apoio de diversos setores da sociedade, como ratificam alguns trabalhos recentes ao revelarem que houve certo alinhamento de setores da população, empresários, intelectuais e políticos com os planos da ditadura.

Dessa forma, nos anos 2000, em diálogo com as análises de Dreifuss, Daniel Aarão Reis Filho publicou seu livro *Ditadura militar, esquerdas e sociedade* (2005), realizando uma revisão do tema. Sua proposta se sustenta na ideia de que a ditadura brasileira conseguiu se fixar e se manter em razão também do apoio que recebeu de setores da sociedade brasileira.

Com isso, seu trabalho causou relevante impacto nos rumos dos estudos sobre o período autoritário brasileiro e ganhou traços cada vez mais consistentes com o aparecimento de várias pesquisas seguindo essa linha. Assim, várias associações e instituições se tornaram objetos de investigação no período da ditadura², como a CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (SERBIN, 2001), a OAB, Ordem dos Advogados do Brasil (ROLLEMBERG, 2008), a ABI, Associação Brasileira de Imprensa (ROLLEMBERG, 2011), o CFC, Conselho Federal de Cultura (MAIA, 2012), os programas de pós-graduação e a CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (BARBOSA, 2013), a ABL, Academia Brasileira de Letras (CUNHA, 2014; 2017), o Tribunal Regional do Trabalho (SILVA, 2015), bem como o presente trabalho, que se propõe a investigar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Além desses estudos, outros também se destacam ao propor uma investigação nas relações entre o regime e a sociedade, como é o caso da pesquisa que se dedica a analisar as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil no ano de 1972 (CORDEIRO, 2012).

Para Reis Filho (2013) não é prudente esconder a participação de amplos segmentos da população no movimento que levou à instalação da ditadura. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade, por exemplo, que se iniciaram em 15 de março de 1964, mobilizaram milhões de pessoas de diversas classes sociais contra o governo de Goulart³. Posteriormente, a Marcha da Vitória para comemorar o sucesso da “revolução” no Rio de Janeiro em 2 de abril de 1964. Havia uma frente extensa e heterogênea de apoio, englobando civis, como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Ademar de Barros, Ulysses Guimarães e Juscelino Kubitschek, bem como sujeitos de diversas associações e instituições. Os motivos que levavam essas pessoas a aderir aos movimentos em favor do golpe eram diversos e estavam interligados a vários sentimentos: medo das reformas anunciadas por Goulart; receio que houvesse dissolução das tradições, da moral; adesão às massas de apoio ao golpe simplesmente, entre outros.⁴

² Daniel Aarão Reis Filho atenta-nos para o fato de que várias instituições estão sendo e podem se tornar objetos de estudo em seu artigo: REIS FILHO, Daniel Aarão. “Ditadura, anistia e reconciliação”. *Estudos Históricos*. vol. 23, nº 45. Rio de Janeiro, janeiro-junho de 2010. p. 171-186.

³ As Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram estudadas por Aline Alves Presot, como pode ser visto em sua dissertação de mestrado defendida em 2004 cujo título é *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*, bem como em seu artigo “Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964”, presente no livro *A Construção Social dos Regimes Autoritários* (PRESOT, 2004; 2010).

⁴ Essa interpretação de Reis Filho sobre o golpe e o governo que lhe sucedeu não foi, entretanto, recebida no ambiente acadêmico em clima de consenso. Há, nesse sentido, vertentes interpretativas que se colocam em uma perspectiva crítica a essa proposta de análise. De acordo com estas abordagens, o trabalho que Daniel Aarão realiza trata-se de um “revisão”, encarado do ponto de vista pejorativo. Sobre o tema, ver: DE MELO,

Com base nisso, para Reis Filho é injusto dizer que o povo não tem memória, pois ao contrário, “a História atual está saturada de memória. Seletiva e conveniente, como quase toda memória” (REIS FILHO, 2013, p. 201). Além disso, argumenta que se tornou clichê denominar o regime político existente entre 1964 e 1979 de “ditadura militar”. Isso se deve também a uma memória construída a respeito desse período e sustentada por diferentes interesses, que caminham na contramão de diversas evidências (Ibidem, p. 197).

Existem, porém, vertentes que dialogam criticamente com essas perspectivas, como a defendida por Carlos Fico (2004), que demonstram que o papel dos militares é que foi preponderante no regime que se seguiu. Segundo essa afirmativa, ainda que a preparação para o golpe tenha sido impulsionada a partir de relações com civis, foram os militares que movimentaram as tropas e que estiveram envolvidos estritamente em maior número na montagem do novo governo – como pode ser afirmado a partir dos decretos dos Atos Institucionais e com a escolha de Castelo Branco para a Presidência, como assinala Carlos Fico (2004, p. 38). De acordo com essa interpretação, embora o golpe seja considerado civil-militar, o regime, foi apenas militar.

De alguma maneira Carlos Fico segue a interpretação de Glaucio Ary Dillon Soares (1994), que demanda atenção especial ao papel dos militares. Segundo ele, o golpe foi dado pelos militares, independentemente do apoio que os civis lhes prestaram. Para ele, houve uma conspiração dos militares com apoio dos grupos econômicos brasileiros e não uma conspiração dos grupos econômicos com o apoio de militares (SOARES, 1994, p. 34-35 apud FICO, 2004, p. 40). Nesse sentido, Soares ressalta a necessidade de estudar a especificidade dos militares, que teriam autonomia na manutenção e criação de um sistema de valores e conclui que a concordância entre militares de diferentes orientações políticas e de diferentes armas mostram que o golpe foi essencialmente político a partir de um caos conspiratórios com diversos grupos em diferentes locais do país⁵ (Ibidem).

Demian Bezerra (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

⁵ Glaucio Soares desenvolveu seus estudos no CPDOC, Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil, que teve um papel relevante na historiografia sobre o golpe e sobre a ditadura com a realização de várias entrevistas com militares que não foram protagonistas nos preparativos para o golpe, mas que foram peças importantes na implementação e manutenção do regime. Para isso, foram divulgados três volumes de entrevistas. O primeiro deles foi publicado em 1994. Essas entrevistas, de algum modo, ratificam que majoritariamente os militares possuíam incômodo com o comunismo, mal-estar com a quebra da hierarquia e disciplina. Além disso, mostram que a decisão de movimentar as tropas dependia estritamente dos comandos militares (FICO, 2004, p. 41). Essas entrevistas, para alguns historiadores, como Carlos Fico, esclarecem o papel de coadjuvante dos civis no processo.

Esta interpretação aqui assinalada, portanto, se coloca atenta à crescente militarização posterior do regime: a institucionalização do aparato repressivo envolvendo diretamente os militares na atividade de polícia política e a ocupação de militares em cargos importantes nas agências governamentais. Além disso, o fato de os empresários terem abandonado a cartilha liberal em prol do intervencionismo e da estatização, proporciona indícios de um golpe civil-militar, mas, trata-se sobretudo, da implantação de um regime militar (SOARES, 1994, p. 34-35 apud FICO, 2004, p. 40).

A partir do exposto, para compreender a deposição de João Goulart em 1964, a permanência dos militares no poder e os fundamentos da ditadura, é imprescindível compreender essas complexas discussões que abordam as relações que se estabeleceram entre o regime e a sociedade civil, bem como a análise do processo histórico do período levando em conta a diversidade dos sujeitos, das instituições e a multiplicidade de concepções, projetos e ideologias em disputa.

Nesta lógica, a presente pesquisa se propõe a realizar uma essencial complexificação dessas relações em busca de uma compreensão do período mais próxima à realidade e entender as razões de o caminho autoritário ter sido uma opção escolhida e aceita, distanciando-se, portanto, de uma leitura romantizada, segundo a qual a sociedade como um todo foi vítima dos militares.

Isso não significa dizer que todos os civis colaboraram com a presença dos militares no controle do poder Executivo e nesse momento autoritário do país, mas sim ressaltar a relação muitas vezes ambígua entre civis e militares gerando em alguns momentos uma relação de proximidade e de legitimidade e, em outros, uma evidente oposição (MAIA, 2012). Fato é que não podemos ignorar o conjunto de trabalhos recentes que assinalam o alinhamento de intelectuais, políticos e de setores da população com os projetos da ditadura, como já citado no corpo deste texto, e com os quais dialogaremos no decorrer desta pesquisa.

É, portanto, com o intuito de inserir-se nesse debate, esclarecer as informações sobre a ditadura no Brasil e de colaborar com as lacunas sobre o período, que a presente pesquisa se dispõe a investigar a forma como membros da administração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, se portaram em nome da instituição durante o golpe de 1964 e no decorrer da ditadura que se seguiu. Trata-se de investigar a maneira com que o Instituto lidou com a instalação e a permanência do regime ditatorial no país. É com o objetivo de buscar apresentar uma compreensão mais complexa do apoio ao regime com foco nas

agências da sociedade civil que optou-se por estudar o IHGB no período assinalado. Isso será feito através da análise de sua composição, estrutura, agendas e discussões no período.

A escolha do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como objeto de pesquisa se relaciona a alguns fatores que devem ser destacados. Inicialmente, o IHGB nos provoca a pensar sobre seu possível vínculo com a ditadura, pois historicamente o Instituto estabeleceu alianças harmoniosas com os governos no Brasil, tanto no período imperial, quanto republicano. Como assinala Lúcia Maria Paschoal Guimarães (2007), o IHGB vivenciou dias de glória ao longo do Segundo Reinado, com forte presença de D. Pedro II no âmbito da instituição e com fartas benesses, que fomentavam missões de pesquisadores no exterior e o intercâmbio com importantes associações, concursos de monografias, coleta de fontes e outras atividades do gênero. Com o fim do regime monárquico, contudo, o Instituto perdeu seu brilho. O novo governo cortou as subvenções destinadas ao IHGB e, assim, suas atividades acadêmicas foram relegadas a um plano secundário diante da grave crise financeira a qual fora mergulhado (GUIMARÃES, 2007).

Gradativamente, porém, suas atividades frutificaram novamente sob o patrocínio das autoridades republicanas a partir de uma diplomacia pragmática com o barão do Rio Branco na direção do Instituto. Essa ascendência perpassou as décadas de 1910 e 1920, chegando a seu ápice nos anos 1930. Desse modo, o *Silogeu*⁶ se envolveu na elaboração de uma política cultural visando a construção e legitimação de uma consciência nacional do país, que seria implantada no Estado Novo. De outro lado, Getúlio Vargas prestava favores e conferia ao IHGB uma posição de destaque no cenário intelectual brasileiro (Ibidem, p. 21-37).

Além disso, outro critério importante para escolha do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como objeto de pesquisa está relacionado à escassez de estudos sobre ele no decorrer do século XX, sobretudo, em sua segunda metade. Poucos trabalhos optaram pelo o IHGB como objeto de pesquisa durante o período republicano. A historiografia sobre este instituto se concentra, sobretudo, na produção dos historiadores Manoel Luís Lima Salgado Guimarães (1988), Lília Schwarcz (1989; 1993; 1998), Lúcia Maria Paschoal Guimarães (1995; 2007) e Ângela de Castro Gomes (2009), sendo estes os principais pesquisadores que, de alguma maneira, se dedicaram a refletir a respeito do IHGB. O Instituto foi também objeto de estudo de muitos de seus sócios. Entre eles, destaca-se o trabalho de Max Fleiuss (1939).

⁶ Termo utilizado por Lúcia Maria Paschoal Guimarães para designar o IHGB durante o período republicano. Para indicar o período imperial a autora utiliza o termo *Escola Palatina*. Em suas palavras: “Da Escola Palatina ao Silogeu indica, pois, uma trajetória. O percurso descrito pelo Instituto Histórico no período compreendido entre o fim das benesses que lhe dispensava a “imediata proteção” de d. Pedro II e o início de um outro mecenato – o de Getúlio Vargas” (GUIMARÃES, 2007, p. 15).

Além deste, como assinala Guimarães (1995), outros trabalhos tratam do IHGB, como os de Olegário Herculano de Aquino e Castro (1897), Vieira Fazenda (1911), Virgílio Correia Filho (1962) e Arno Wehling (1983; 1989).

O historiador Manoel Luiz Salgado Guimarães, um dos principais responsáveis pela afirmação do campo dos estudos de historiografia no Brasil (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 146) e importante referência nos estudos sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, identidade nacional e escrita da história, publicou seu primeiro artigo sobre o Instituto no ano de 1987, com o título “O Ihgb e a representação da nação”⁷. A proposta de seu artigo é mostrar que a formulação do projeto nacional – próprio à elite intelectual brasileira do século XIX – pode ser acompanhada através da produção historiográfica do IHGB, que contém em seus contornos as discussões de caráter político-ideológico da formação do Estado Nacional e que acabou marcando o escrever história no Brasil do século XIX.

Em 1988, no ano seguinte da publicação de seu primeiro artigo sobre o IHGB, Manoel Guimarães publicou na *Revista Estudos Históricas* seu artigo de maior projeção, que se tornou um texto de referência sobre o Instituto dentro do ambiente acadêmico, intitulado “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. Neste artigo, Guimarães procura inserir o contexto em que o IHGB foi criado, mostrando que sua fundação fez parte de um momento em que o pensar a história ganhava espaço no palco europeu. Acompanhando essa influência, o Instituto se compõe, como aponta Guimarães, a partir de marcas elitistas, excludentes e seguido as chaves de civilização e progresso. É deste lugar e durante o processo de consolidação do Estado Nacional que o discurso historiográfico é construído abordando a questão nacional, viabilizando o projeto de pensar a história brasileira (GUIMARÃES, 1988, p. 5).

Seu artigo versa, dessa forma, sobre a historiografia produzida pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e está relacionado com sua Tese de Doutorado⁸, que foi publicada em formato de livro no ano de 2011 (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 146). Sua obra *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*, seguindo essa linha se propõe a

⁷ Artigo publicado nos Anais do XIV Simpósio Nacional de História ocorrido em Brasília no ano de 1987. Os Anais não foram localizados. Apenas o Caderno de Resumos do evento: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/ANPUH.S14.pdf>. Acesso em 20.03.2017. Referência bibliográfica: GUIMARAES, Manoel Luiz Lima Salgado. *O Ihgb e A Representacao da Nacao*. In: XIV SIMPOSIO NACIONAL DE HISTORIA., Brasília, 1987.

⁸ Manoel Salgado Guimarães desenvolveu seu Doutorado entre os anos de 1982 e 1987 na *Freie Universität Berlin*, na Alemanha. Talvez por sua formação alemã Guimarães tenha retornado ao Brasil disposto a questionar o historicismo e o positivismo no interior de nossa historiografia (ALBUQUERQUE, 2013, p. 147).

investigar os primórdios da historiografia brasileira e sua relação com a questão nacional no Brasil do século XIX (GUIMARÃES, 2011).

Em 1993, Lília Schwarcz em seu livro *O Espetáculo das Raças*, com o objetivo de refletir sobre as teorias raciais deterministas e evolutivas difundidas na sociedade brasileira no fim do século XIX e início do XX, dedica o capítulo “Os Institutos Históricos e Geográficos: ‘Guardiões da História Oficial’” à análise do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sediado no Rio de Janeiro, além do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano e o Instituto Histórico e Geographico de São Paulo. Segundo Schwarcz, a década de 1870 corresponde a um marco para a história das ideias no Brasil, pois é nesse momento que os modelos raciais de análise moldam a mentalidade da época. Além disso, é nesse mesmo período que museus etnográficos, faculdades de direito e medicina e os Institutos Históricos e Geográficos se fortalecem (SCHWARCZ, 1993, p. 14). Nesse sentido, a autora insere o IHGB na discussão a partir do interesse em compreender a influência que os modelos raciais tiveram na produção científica e cultural no fim da monarquia e início da República, considerando os institutos como locais de saberes oficiais, que se congregaram com a elite intelectual, econômica e financeira (Idem, p.100). Ademais, seu livro traz importantes contribuições sobre a criação do Instituto, sua tarefa de construir a história nacional, suas hierarquias internas no período, fundação da Revista – *RIHGB* – e características de suas publicações.

Lília Schwarcz em seu livro *As Barbas do Imperador*, publicado em 1998, embora concentrada na abordagem da figura do imperador D. Pedro II, em seus aspectos privados e públicos, para o entendimento da história brasileira do século XIX, através de rica documentação iconográfica, articula também em suas explicações justaposições temáticas. Dessa forma, em um desses capítulos, Lília Schwarcz menciona o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, destacando, a partir do prisma do Imperador, o momento em que o Instituto se afirmou efetivamente como um centro de estudos. O capítulo “Um monarca nos trópicos”, especialmente, ressalta a relação do monarca com o IHGB e seu projeto cultural, além de abordar neste cenário, a Academia Imperial de Belas Artes e o Colégio Pedro II (SCHWARCZ, 1998, p. 125-158).

A historiadora Lúcia Maria Paschoal Guimarães possui duas obras de extrema relevância para a historiografia sobre o IHGB. A primeira delas, *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*, resultado de seu doutoramento em 1995, trata do Instituto dentro do recorte cronológico que engloba sua fundação até o fim do Império no Brasil. Assim, estuda as

origens e o desenvolvimento do IHGB sob o ângulo da construção da memória nacional. De modo geral, Lúcia Guimarães faz uma descrição da estrutura e funcionamento da *Casa da Memória Nacional*, focando nos sujeitos que a fundaram e na aproximação do Imperador D. Pedro II. Além disso, analisa as publicações da Revista do IHGB no período e assinala quais temas históricos são abordados. Para tanto, seu objetivo é “demonstrar que, constituído o estoque de uma *memória de base e de referência*, tarefa empreendida pelo grupo que instituiu o IHGB, os seus sucessores limitaram-se a fixar essa Memória” (GUIMARÃES, 1995, p. 457, grifo da autora).

A segunda grande obra relevante de Lúcia Maria Paschoal Guimarães sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*, foi sua Tese apresentada no concurso para professor titular na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2000 e publicada pela editora Museu da República no ano de 2007. Neste livro, Lúcia Guimarães investiga o percurso do IHGB “no período compreendido entre o fim das benesses que lhe dispensava a *imediata proteção* de D. Pedro II e o início de um outro mecenato – o de Getúlio Vargas” (GUIMARÃES, 2007, p. 15, grifo da autora). Neste trabalho continua a focar o embate entre os esforços da memória identitária. Mas, seu grande mérito com esta pesquisa foi estudar o IHGB no período republicano – logo após a queda do Império –, mostrando que neste momento a história da instituição tomou outros rumos: até 1889 gozou do favor imperial e era a principal instituição acadêmica do país. A partir desse ano, com o regime deposto, afligiou-se em uma década de desprezo oficial para depois se recuperar. Seu estudo mostra que o IHGB foi se consolidando novamente durante o governo de Epitácio Pessoa e foi acentuado na década de 1930 com aproximação a Getúlio Vargas, contudo, sem retornar plenamente ao prestígio de antes. O seu trabalho, portanto, se torna uma importante referência ao procurar compreender o panorama em que o Instituto esteve inserido logo após a saída de D. Pedro II do governo brasileiro e início do regime republicano até 1938 – período em que Getúlio Vargas encontrava-se na presidência do país⁹.

Em 2009, Ângela de Castro Gomes publicou seu livro *A República, a História e o IHGB* a partir de algumas inquietações acerca do processo de constituição do saber e da

⁹ Além das pesquisas citadas, Lúcia Guimarães desenvolveu outro trabalho sobre o IHGB sob uma ótica da história intelectual, a saber, “A presença do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no campo da educação superior: o projeto da Academia de Altos Estudos – Faculdade de Filosofia e Letras (1916-1921)”. Trata-se de um artigo publicado no ano de 1999 no qual a autora analisa o projeto da Academia de Altos Estudos, que foi um estabelecimento privado de ensino superior dedicado à formação de professores de ensino médio criado no âmbito do IHGB nas primeiras décadas do século XX e de curta existência.

disciplina de história do Brasil e dos sujeitos que se reconheciam como historiadores. Para tanto, se propõe a analisar os debates, os intelectuais e o papel dos historiadores no início da República, procurando destacar, particularmente, os vínculos desses intelectuais com a questão da educação (Ibidem, p. 10). Com o intuito de analisar os historiadores a partir de suas múltiplas redes de sociabilidade, Ângela Gomes enfatiza sua análise sobre duas instituições cruciais: a Academia Brasileira de Letras (ABL) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que possui, nesta abordagem, uma importância especial por ser palco de debates sobre o que era e o que devia ser a história (GOMES, 2009).

Segundo Ângela de Castro Gomes, os historiadores eram intelectuais com diversas formações, que possuíam interesse em diálogos disciplinares, mas com um desejo ainda de afirmar uma identidade para o seu saber. A maior parte destes intelectuais eram formados nas faculdades de Direito. Eram praticantes do jornalismo e do magistério, sendo professores de muitas disciplinas, como língua pátria, filosofia, história do Brasil e universal. A história para eles possuía uma “missão” de fazer conhecer o “passado comum” de uma nação e despertar o amor à pátria de seus cidadãos. A história como disciplina moderna se colocava como científica e ensinável. Dessa forma, a autora demonstra que historiadores – homens de letras – discutiram sobre modelos de ciência e cientificidade da história e que, para além disto, esses homens possuíam também uma prática de escrita voltada para os compêndios escolares, livros de literatura infantil, com evidentes fins pedagógicos (Ibidem, p. 11).

Como destaca Ângela de Castro Gomes após evidenciar importantes contribuições de autores sobre o IHGB: “[...] pode afirmar mesmo assim que são pouco numerosos os estudos sobre o IHGB e, principalmente, sobre aquilo com que este livro deseja contribuir: o IHGB no período republicano” (Ibidem, p. 12). Uma de suas intenções, dessa forma, é realçar os debates travados no IHGB nas décadas iniciais da República – início do século XX à Era Vargas (anos 1930 e 1940) – sobre a constituição da história como saber e sobre a defesa de determinados valores para a “formação da nacionalidade brasileira”.

Diante do exposto, é plausível aferir que na maior parte dos trabalhos as reflexões sobre o IHGB são voltadas para a construção da identidade nacional brasileira, escrita da História, estrutura, funcionamento, perfil dos sócios do Instituto, principalmente no período que abrange o Império brasileiro ao início da República – até a Era Vargas. Até o presente momento tem aparecido ainda estudos com o interesse em pensar o IHGB em períodos

posteriores¹⁰ e pesquisas sobre os sócios do IHGB, com um enfoque biográfico, que nos permite pensar o Instituto a partir de seus sujeitos – de quem o compõe¹¹.

Faz-se necessário ainda dar o devido destaque às Teses de Doutorado de Adjovanes Thadeu (2009), de Janaína Martins Cordeiro (2012), de Tatyana Amaral Maia (2012) e às pesquisas desenvolvidas por Diogo Cunha (2016). Apesar de não utilizarem o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como objeto principal da investigação, os quatro trabalhos, de alguma maneira, contribuem para compreender a relação de intelectuais com a ditadura.

Adjovanes Thadeu e Janaína Cordeiro pesquisaram as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil em 1972 no governo de Emílio Garrastazu Médici. Apesar das contraposições entre estes estudos, os trabalhos de Thadeu e Cordeiro nos ajudam a esclarecer a relação do Instituto com o governo ditatorial do presidente Médici a partir da participação da instituição na organização da festividade.

Como aponta Janaina Cordeiro (2012), os festejos para os 150 anos da Independência foram planejados pela Comissão Executiva Central (CEC). Esta Comissão foi presidida pelo líder militar, general Antônio Jorge Correa, e composta por representantes do Ministérios e integrantes de instituições civis, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Conselho Federal de Cultura e a Academia Brasileira de Letras (CORDEIRO, 2012, p.195).

A CEC possuía subcomissões especiais e algumas adquiriram maior visibilidade, como a Subcomissão de Assuntos Culturais, principalmente através de Pedro Calmon, presidente do IHGB no período, e Artur César Ferreira dos Reis, presidente do CFC, pois era ela que tinha o compromisso de estabelecer o sentido cívico-patrióticos das comemorações (Idem, p. 198-200). Nesse sentido, competia ao IHGB e ao CFC a tarefa de pensar e divulgar a História oficial que seria contada pelas comemorações do Sesquicentenário, o que foi realizado através da organização de livros, congressos e apoio que deram a diversos eventos no país (Ibidem, p. 211). Segundo Janaina Martins Cordeiro:

“[...] a participação de determinada intelectualidade nas comemorações e no Estado demonstram mais que a *colaboração* de determinados segmentos da sociedade com o regime. Indicam antes, a convergência de interesses, a existência de *modos de pensar* comuns, de projetos semelhantes e da manutenção de diálogos com

¹⁰ A exemplo da dissertação de mestrado de Jéssica Luzes, defendida no ano de 2015, que se dedica a pensar o IHGB em conjunto com o Conselho Federal de Cultura a partir da abordagem da política de financiamento à cultura no período da ditadura (LUZES, 2015).

¹¹ Como pode ser visto nos estudos de Nayara Galeno do Vale (2014; 2016) sobre Pedro Calmon – que foi o presidente do IHGB na maior parte do período da ditadura civil-militar; também no artigo de Luciene P. Carris Cardoso (2005), sobre José Carlos de Macedo Soares – presidente do Instituto até 1967; Dissertação de Mestrado de Lademe Correia de Sousa (2009) e Monografia de Wanderson de Oliveira Coelho (2015), sobre Arthur César Ferreira Reis, que exerceu a função de 2º e 3º vice-presidente do IHGB no período estudado.

importantes tradições, os quais foram, ao fim, capazes de *manter* determinada intelectualidade em torno do Estado” (CORDEIRO, 2012, p. 211, grifos da autora).

Ao estudar as comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972 durante o governo do General Médici, Janaina Martins Cordeiro chama a atenção para o fato de estes festejos assinalarem a participação civil-militar na ditadura a partir de um consenso social. De alguma maneira, a festa foi construída com a participação de expressivos segmentos da sociedade (Ibidem, p. 198). Contudo, a autora faz ressalvas fugindo de narrativas simplórias e destaca, a partir da trajetória de Pedro Calmon, a ambivalência nas relações entre a sociedade e ditadura (Idem, p. 213)

Adjovanes Thadeu Silva de Almeida (2009) atesta a aproximação do IHGB com o regime militar ao apresentar informações de que Humberto de Alencar Castelo Branco e Artur da Costa e Silva assumiram a função de presidente de honra do Instituto. Costa e Silva ainda fez promessas financeiras em favor da instituição e através de decreto reconheceu a utilidade pública do IHGB. Ademais, Médici apoiou o Instituto, permitindo a concretização da nova sede. Além de tudo, a participação do IHGB nos festejos citados poderia lhe assegurar *capital simbólico*¹².

Tatyana Amaral Maia (2012), ao estudar o Conselho Federal de Cultura (CFC) colabora para o entendimento a respeito da participação de alguns dos mais destacados intelectuais brasileiros neste órgão vinculado ao Ministério da Educação durante o período autoritário. Analisa com êxito continuidades e rupturas no processo de construção de políticas culturais e trata das relações entre intelectuais e o Estado.

Diogo Cunha (2016), ao identificar os atores do campo intelectual brasileiro envolvidos nos projetos da Academia Brasileira de Letras (ABL), do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Conselho Federal de Cultura (CFC), e as relações deles com o poder durante as décadas de 1960 e 1970, demonstra, através de exemplos pontuais, a proximidade dessa elite cultural que integrava o IHGB, com o poder. O autor denomina de “estrutura cultural conservadora” os “letrados tradicionais” que formavam as três instituições.

Além desses trabalhos, a recente pesquisa que resultou na Dissertação de Mestrado de Ivan Rodrigo Trevisan (2017) sobre a inserção dos generais ditadores como Presidentes de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro dialoga diretamente com a análise aqui proposta. O seu objetivo central, conforme explicita, é analisar as relações entre o IHGB e a

¹² O conceito de “capital simbólico”, conforme definido por Pierre Bourdieu, leva em conta diferentes formas de capital para além do econômico. O capital simbólico tal como concebido por ele permite pensar os agentes em seu campo social levando em conta seu prestígio, reputação e reconhecimento (BOURDIEU, 1989).

ditadura através do título de presidentes honorários da instituição concedidos aos chefes de Estado do regime ditatorial, interessando verificar ainda a postura adotada pelo Instituto diante dessa nomeação dos generais. Seu outro eixo é a análise dos repasses de verbas e auxílios financeiros concedidos por esses chefes de Estado ao Instituto (TREVISAN, 2017, p. 11-12). De acordo com sua pesquisa, o Instituto estabeleceu uma relação institucional e econômica com os chefes de Estado no período da ditadura civil-militar através da concessão do título de presidentes honorários (Ibidem, p. 136).

Seja como for, tratam-se de estudos relevantes para a presente pesquisa não só por esclarecerem a dinâmica das relações entre civis e militares naquele contexto, mas também por apresentarem indícios de envolvimento, parceria e compatibilidade do IHGB com as propostas dos governos. Nas palavras de Janaína Cordeiro “[...] as relações entre a sociedade civil e a ditadura envolviam negociações, jogos de interesse e de prestígio, projetos, concepções de *história* e de *Nação* em comum” (CORDEIRO, 2012, p.196, grifos da autora).

Os trabalhos ora apresentados colaboram, sem dúvida, para a compreensão do IHGB de forma abrangente. No entanto, o número de estudos sobre a instituição referentes ao século XX ainda é reduzido, sobretudo no que concerne à compreensão do mesmo durante a ditadura civil-militar, iniciada em 1964. Logo, seja pela abordagem teórico-metodológica, seja pelo período, ainda há muito o que pesquisar sobre o Instituto.

A partir dessas perspectivas, optou-se por desenvolver a pesquisa sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no período de 1964-1979, englobando o ano que marca o início da ditadura civil-militar brasileira – com a deposição de João Goulart e início de um governo sob o controle das Forças Armadas – e o ano em que se considera como o momento em que o país deu início a transição rumo à democracia¹³. Esta periodização, entretanto, não se configura de forma rígida. Logo, poderá se tornar flexível – com recuos e avanços no tempo – de acordo com a necessidade da análise.

A fonte primária utilizada para essa pesquisa se constitui de documentação oficial do IHGB, sendo consultada especialmente a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, *RIHGB*, na qual constam atas de sessões ordinárias, relatórios, informes,

¹³A periodização a respeito do término da ditadura não é unânime. Assim, Daniel Aarão Reis Filho (2000), sustenta que o regime se encerrou em 1979, com a revogação dos Atos Institucionais, que deu início a um processo de *transição democrática*. Segundo ele, a expressão já foi utilizada por Emir Sader em 1986 e 1990; Brasílio Salum em 1996 e Maria José Resende em 1996. Além deles, Elio Gaspari, em 2002, também utiliza desta periodização. Para outros historiadores o marco é em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney ou em 1988, com a aprovação de uma nova Constituição. Dessa forma, para a grande maioria das pessoas – incluindo o senso comum – a ditadura acabou em 1985, a partir de uma memória construída e consolidada que acaba por responsabilizar unicamente os militares pelo regime ditatorial (REIS FILHO, 2014, p. 12-13).

pareceres, atos administrativos e outras informações, que nos permitem apurar os rumos percorridos pela instituição no período, assim como tomar conhecimento das discussões e decisões internas. Torna-se importante, além disso, tomar ciência de quem eram os sujeitos que se mantiveram no quadro de direção do Instituto Histórico no período analisado. Para tanto, foi realizado um levantamento dos nomes destes membros, a partir de pesquisas em dicionários biobibliográficos, mediante a utilização do método prosopográfico.

A prosopografia, constituída como um instrumento da história política e agora crescentemente empregada na história social, tal como é definida por Lawrence Stone (2011), corresponde a um método de pesquisa que consiste na investigação das características comuns de um determinado grupo na história através do estudo coletivo de suas vidas. Para isso, são analisados um conjunto de questões sobre nascimento, morte, origem social, educação, ocupação, religião, cargo ocupado e outras informações de acordo com a necessidade da pesquisa. Esses dados são justapostos e examinados em busca de variáveis relevantes e frequentes. É uma ferramenta, portanto, que entre outros fatores, colabora com o entendimento das ações políticas, de mudanças ideológicas e da realidade social (STONE, 2011, p. 115).

Ao se ancorar na análise de atas de sessões ordinárias, notícias, quadro dos sócios e artigos publicados na *RIHGB*, bem como na investigação dos membros que ocuparam posições de direção do IHGB durante o período analisado, esta pesquisa se propõe a contribuir com uma compreensão mais complexa das relações entre esse instituto com os governos e as formas como este contato foi estabelecido no período da ditadura civil-militar.

A partir dos questionamentos propostos, o presente trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro deles será dedicado às normas do Instituto no período e seu arranjo interno, mediante a investigação dos sujeitos que estiveram envolvidos nos projetos da instituição e que compunham a administração do IHGB. Logo, serão exibidos os resultados da análise prosopográfica, que tem o intuito de mostrar, de modo coletivo, quem eram os homens que orientavam as discussões e agendas do Instituto Histórico no período analisado.

A partir do segundo capítulo serão investigadas de forma mais sistemática as publicações da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e serão misturados, em um jogo argumentativo, os achados na revista, contextualizados aos acontecimentos que tiveram curso antes e durante o regime civil-militar.

O segundo capítulo tratará mais especificamente sobre a instituição entre os anos de articulação para o golpe até o ano de instalação da ditadura civil-militar, 1964. Nesta seção,

inicia-se propriamente as apresentações empíricas das investigações desta pesquisa. O objetivo aqui é abordar inicialmente a fonte escolhida. Para isso, busca-se entender o peso da *Revista do IHGB* naquele momento, sua circulação, seus espaços e suas publicações. A partir da compreensão do lugar de onde se fala, busca-se esclarecer as posições empreendidas pelo IHGB no momento em que grupos conservadores articulavam o golpe até o ano de instalação do governo autoritário (1964).

No terceiro capítulo buscaremos construir uma narrativa que contribua para o debate em torno da atuação do IHGB no período específico da ditadura civil-militar no Brasil e para uma reflexão mais complexa sobre as relações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com os presidentes ditadores posteriores – até o período de 1979. Procuraremos esclarecer a imagem que foi construída dos presidentes ditadores e da própria ditadura ao longo desses anos, seja através das publicações, seja através de convites e cerimônias de posse desses ditadores na presidência de honra da instituição. A intenção é explorar esses discursos, assim como os silenciamentos que se encontram dentro deles.

CAPÍTULO 1

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro criado sob o patrocínio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional em 1838 em meio a crises institucionais e revoltas que agitavam o país, tinha como justificava o auxílio à administração pública e o esclarecimento dos brasileiros através da construção da memória nacional. A ideia de fundar a associação foi inspirada no modelo europeu, onde já havia uma discussão sobre a história e a questão nacional¹⁴ (GUIMARÃES, 1995, p. 473).

Como aponta Lúcia Guimarães (1995, p.507), o IHGB no século XIX foi uma instituição que construiu o passado a serviço da política. Assim, a produção dessa memória foi condição fundamental para assegurar os caminhos e pilares da nação. Levava-se a diante o projeto político de reconstrução do passado com o papel fundamental da história nacional como definidora da nação brasileira. Herdeiro de uma tradição iluminista, o instituto empreendeu uma leitura de história baseada na civilização e progresso, e delineou o projeto de uma sociedade branca e europeia, muito diversa da realidade social brasileira. Para isso, em meio a silenciamentos, construía-se mitos, identidades sociais e símbolos representativos. Neste tempo, desfrutou do apoio imperial e foi a principal instituição acadêmica do país (GUIMARÃES, 1988, p. 7-8).

Com a queda do Império e início do governo republicano, entretanto, foi relegada durante quinze anos. Sucessivas adversidades se abateram sobre o IHGB, desde a perda de status até corte dos subsídios públicos. A superação do problema se deu a partir de um longo processo que envolveu o fim da República dos Marechais e a renovação do corpo de sócios. Foi com a combinação desses dois fatores que paulatinamente o Instituto recuperou seu prestígio no governo de Epitácio Pessoa e consolidou-se com Getúlio Vargas (GUIMARÃES, 2007).

Neste momento, ainda segundo Lúcia Guimarães, “o Instituto Histórico voltaria a ficar cada vez mais próximo do poder. Converteu-se em árbitro do *tribunal da história* e legitimou o golpe de 1930” (Ibidem, p. 198, grifo da autora). Foi, portanto, se adequando às

¹⁴ O IHGB foi formado como modelo do Institut Historique, fundado por vários intelectuais como Monglave e Debret em Paris no ano de 1834 (SCHWARCZ, 1998, p. 126).

modificações políticas do país ao longo dos anos que o IHGB foi capaz de garantir a sua permanência e sobrevivência há quase dois séculos.

O Instituto, contudo, não retomou plenamente o seu prestígio. A Academia Brasileira de Letras, fundada na Primeira República, em 1897, e a Academia Brasileira de Ciências, de 1916, passaram a dividir espaço nos meios culturais do país. Apesar disso, o IHGB teve ainda os seus momentos de apogeu com a realização de três congressos de História Nacional nos anos de 1914, 1931 e 1938; com o Congresso Internacional de História da América, as comemorações do centenário da Imprensa, da independência (1922) e de D. Pedro II (1925); com a criação da Faculdade de Filosofia e Letras (1916-1921) e com a publicação do Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil (GUIMARÃES, 2007).

Paralelamente às transformações pelas quais passavam o IHGB, houve a partir do final dos anos de 1930 um processo de criação de cursos universitários de História no Brasil e, portanto, um processo de profissionalização de professores de história. Neste momento, refletia-se sobre os primeiros profissionais de História no país e havia preocupações sobre o lugar da disciplina como veículo de formação da identidade brasileira, sobre a concepção de História que deveria orientar os novos cursos, sobre as referências que deveriam compor o ensino de uma História científica e sobre o tipo de profissional que queriam formar. (FERREIRA, 2013)

Foi, nesse sentido, um período em que o impulso do ensino universitário de História tomou conta de boa parte das discussões sobre a cientificidade da disciplina e aqueles que se encarregavam de estruturar os cursos não se interessavam em manter vinculação com o IHGB – ainda que reconhecessem a importância da produção da instituição sobre o passado da nação brasileira. Alguns professores discordavam das concepções de História dominantes que supervalorizavam a história política, os sentimentos patrióticos e figuras nacionais. Buscavam, desse modo, outras influências e intercâmbios¹⁵ (Ibidem).

Em seguida, houve a ampliação de cursos e a institucionalização de programas de pós-graduação, dentre as quais incluía-se a História. Entre 1964 e 1970, ocorreu um movimento de criação de novas universidades federais, assim como expansão do corpo docente. Depois de 1971 houve aumento do número de cursos na área de ciências humanas, com os primeiros mestrados em história e letras (MOTTA, 2014). Seguindo esse ritmo, a investigação e a produção historiográfica, pouco a pouco, foram se concentrando nas universidades, deixando um reduzido espaço para as instituições voltadas à pesquisa, como o

¹⁵ Exemplo disso é vinda do professor francês Henri Hauser que valorizava a história social e fazia críticas às produções do IHGB (FERREIRA, 2013).

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (WEHLING, 2007, p. 9-10). A partir deste sintoma, gradativamente, o IHGB passou, até certo ponto, a dialogar e se aproximar de outros pesquisadores e sair de seu relativo isolamento.

Dentro deste contexto, foi realizado em 1961 o Primeiro Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior, reunindo participantes de diversos estados do Brasil e fundou-se nessa oportunidade a Associação de Professores Universitários de História (Anpuh), estabelecendo um engajamento de dentro da academia sobre o lugar do ensino e pesquisa em história (FERREIRA, 2012). O IHGB se fez presente com alguns representantes, a saber: Pedro Calmon, Hélio Vianna e Sérgio Buarque de Holanda.

Neste ano, houve uma sugestão do consócio Marcos Carneiro de Mendonça de criar um quadro de futuros historiadores dentro do IHGB – jovens indicados pelos sócios – para realizarem pesquisas. A proposta seria constituir um novo quadro de sócios composto por estagiários-pesquisadores das Faculdades Superiores de Filosofia, que poderiam ser mantidos até um ano após a sua formatura. Por se tratar de uma classe estudantil, classe de “simples estagiários”, conforme define Marcos Carneiro, os seus direitos e deveres precisariam ser estabelecidos pelo regimento. A proposta era compor um grupo de vinte estagiários pesquisadores. A ideia, porém, não foi incorporada (IHGB, 1964a).

No ano seguinte, em 1962, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro criou a CEPHAS, Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas, também por inspiração de Marcos Carneiro de Mendonça, para organização das comemorações do bicentenário da transferência da capital da Bahia para o Rio de Janeiro (1963) e da passagem do IV Centenário da fundação da Cidade do Rio de Janeiro (1965). O grupo de pesquisa não se desfez e se transformou em 1967 em um fórum permanente de investigações históricas, aberto a pesquisadores estranhos ao quadro social, que passou “a funcionar à sombra do retrato de seu fundador e ex-presidente”¹⁶. Abria-se, portanto, dentro do IHGB, um foro acadêmico para que estudiosos pudessem apresentar seus trabalhos, embora necessitassem ainda do aval dos associados. De acordo ainda com as investigações de Lúcia Guimarães, a ideia que norteava as ações do CEPHAS era a de abrir caminho para a criação de um Centro ou Escola de Altos Estudos (GUIMARÃES, 1995, p. 472-473).

Essas são informações que procuram de alguma forma esboçar os lugares em que se discutia história em meados do século XX e compreender também o lugar ocupado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no que diz respeito à sua função e projeção naquele

¹⁶ Informação retirada no site do IHGB. Disponível em: <https://ihgb.org.br/noticiario/255-a-cephas-e-seu-fundador.html?highlight=WyJjZXBoYXMiXQ==#tab-abertura>. Acesso em 14.10.2017.

momento. O intuito é de colaborar para a visualização sobre o Instituto e na compreensão das próximas páginas deste texto.

1.1 ESTATUTO DO IHGB

Em 1838, ano de criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Estatuto foi discutido e organizado pelo marechal Cunha Mattos juntamente com o presidente e o primeiro-secretário. Em novembro deste mesmo ano seu regulamento foi apresentado com o compromisso de ser alterado somente em casos de necessidade e quando a “experiência mostrar alguns defeitos” (IHGB, 1839, p. 6). A partir deste momento, o Instituto passou a ser regido por uma série de normas, que colaboravam para o seu funcionamento e organização.

Logo em 1851 a necessidade de uma reforma surgiu, que foi colocada em discussão e votada pelo corpo social da época. Posteriormente, novos reparos foram se fazendo primordiais conforme o passar do tempo e renovação dos sócios. Dessa maneira, como anuncia o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os anos de 1872, 1890, 1906, 1912, 1965, 1991, 1996 e 2003 foram marcados pela elaboração de novos Estatutos em seu interior¹⁷.

Para além desses anos, ao que parece, os Estatutos passaram por alterações em outros momentos, como, por exemplo, em 1917 e em 1921, em que foram realizadas reformas nos regimentos da instituição. A reforma de 1921 surgiu a partir de uma proposta em 1920 assinalando a necessidade de harmonizar os Estatutos do Instituto com as disposições do Código Civil Brasileiro, conforme é frisado em ata de Assembleia Geral (IHGB, 1921, p. 765-769). Além delas, outra reforma no estatuto ocorre em 1974. Mas, a proposta se restringe ao aumento do número de sócios correspondentes brasileiros e portugueses. Por esse motivo, atendendo aos propósitos desta pesquisa, consideramos, sobretudo, o regimento construído em 1965, que abrange o período de análise.

É importante destacar que em setembro de 1964 ocorreu uma Assembleia Geral com o objetivo de votar algumas alterações no Estatuto. Nesta assembleia os sócios presentes passaram a tomar conhecimento do projeto de reforma do Estatuto e do Regimento Interno de autoria da Comissão Especial, nomeada pelo Presidente em 1962 em conjunto com a Comissão Permanente de Estatuto. De acordo com a ata da sessão, essa reforma ocorreu a partir de um:

¹⁷ Informação retirada no site do IHGB. Disponível em <https://ihgb.org.br/ihgb/historico/primeira-sessao-instituto.html>. Acesso em 10/05/2017.

“[...] espírito reformista que tem reinado dentro da veneranda instituição desde 1931, quando diversos sócios[...] manifestaram-se a favor de uma reforma que viesse atualizar os dispositivos regedores da vida do Instituto. A ideia, porém, não teve prosseguimento até que em 1962 voltou à baila, motivada por circunstâncias que se tornaram prementes para o futuro do Instituto.” (IHGB, 1964a, p. 306-307).

Conforme é assinalado, o presidente do Instituto José Carlos de Macedo Soares nomeou uma Comissão Especial em 1962 para estudar o assunto¹⁸. Mas, na verdade, as bases para essa reforma já estavam sendo discutidas antes – em 1961. As circunstâncias motivadoras desta reforma, entretanto, não foram divulgadas nas atas de sessões.

Em Assembleia Geral no dia 11 de setembro de 1964, os Estatutos, estudados e reformados pela comissão encarregada, foram apresentados. Todos os artigos foram examinados e todos os sócios presentes puderam realizar contribuições e sugestões de retificações no documento, como foi feito¹⁹ (IHGB, 1964a).

Portanto, de acordo com o regimento consolidado em 1965²⁰, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro possuía uma diretoria composta de presidente, 1º vice-presidente, 2º vice-presidente, 3º vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, orador e tesoureiro. Ademais, o Instituto era composto de sócios com as seguintes categorias: cinco sócios grandes beneméritos, quinze sócios beneméritos, cinquenta sócios efetivos, cinquenta sócios correspondentes – sendo dez portugueses –, e quarenta sócios honorários (IHGB, 1965a, p. 292), totalizando um corpo social de cento e sessenta pessoas.

O título de sócio honorário era concedido a pessoas de alta representação social, com relevantes serviços à cultura e eram eleitos mediante proposta de dez sócios efetivos (Ibidem, p. 299). Não eram, entretanto, sócios efetivos, mas podiam solicitar requerimento de transferência para essa categoria mediante a existência de vaga. Para isso, o peticionário deveria elencar seus serviços às atividades culturais do Instituto, trabalhos, livros, artigos, conferências sobre História, Geografia, Etnologia ou Arqueologia (Ibidem, p. 297).

Podiam ser eleitos beneméritos os sócios efetivos ou os correspondentes brasileiros que tivessem prestado serviços notáveis ao Instituto, ou exercido cargos na diretoria ou nas comissões permanentes por mais de dez anos consecutivos e podiam ser elevados a grande-

¹⁸ Destacam-se nesta comissão Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, José Wanderley de Araújo Pinho e Américo Jacobina Lacombe. Além deles, a Comissão Especial contava com a participação de Ildefonso Mascarenhas da Silva e Apolônio Nóbrega. Foi ainda remetido ao exame da Comissão Permanente de Estatuto, composta dos consócios Estevão Leitão de Carvalho, Levi Carneiro, Rodrigo Octávio Filho, Pedro Calmon e Ivolino de Vasconcello (PEDROSA, 1964).

¹⁹ Estiveram presentes nesta ocasião vinte e quatro sócios do Instituto e as retificações foram, sobretudo, acerca de substituições de palavras específicas e retirada de determinadas frases. Nada que mudasse substancialmente a ideia já apresentada pela comissão encarregada (IHGB, 1964a).

²⁰ Estatuto registrado em Registro Civil das Pessoas Jurídicas em 09 de fevereiro de 1965 (IHGB, 1965, p. 309).

beneméritos os sócios beneméritos que tivessem, pelo menos, vinte anos de serviços também na diretoria ou nas comissões permanentes. Além disso, a proposta para a mudança precisava conter assinatura de doze sócios e ser apresentada e votada em Assembleia Geral, com parecer da Comissão de Admissão de Sócios. Para ser aprovado, era necessário, a partir de votação secreta, votos favoráveis de dois terços dos sócios presentes, conforme estabelecem os Artigos 6º, 7º e 8º do Regimento Interno do Estatuto (Idem, p. 299).

A classe de sócios beneméritos, especialmente, merece um breve comentário. Lúcia Guimarães (2007) explica que, diante do quadro de escassez vivenciado pela instituição no início do período republicano, a Mesa Diretora, buscando alternativas que garantissem a subsistência da instituição, criou esta categoria de sócios em 1890. Os beneméritos não eram obrigados a atestar suficiência literária. Bastava possuir capacidade financeira para assumir o compromisso de realizar um donativo ao grêmio de no mínimo 2:000\$000 (dois contos de réis). Nesse sentido, a esse apelo se prontificaram diversos banqueiros, homens de negócios e empresários, que garantiram a sobrevivência do Instituto, embora tenham desagradado e atingido o ego de alguns sócios mais antigos. Em 1902 essa categoria se transformou no quadro de sócios benfeitores e posteriormente, com o desaparecimento de seus membros, extinguiu-se, enquanto o título de benemérito passou a ser conferido aos associados que demonstrassem bons serviços à instituição (GUIMARÃES, 2007, p. 25)²¹.

De acordo com o Estatuto de 1965, além das categorias existentes, havia ainda o título de presidente honorário concedido, por deliberação em Assembleia Geral em escrutínio secreto, somente “a chefe de Estado ou a ex-presidente do Instituto, sendo favoráveis quatro quintos dos votos apurados” (IHGB, 1965, p. 292). O presidente de honra não tinha direito a voto nas Assembleias e, portanto, nas decisões do instituto – isto cabia à diretoria e aos sócios ativos da instituição. Mas, tratava-se de um título concedido pelo Instituto que simbolizava reverência, estima e reconhecimento.

Conforme assinala Ivan Trevisan, a reforma nos estatutos internos modificou a forma de nomeação de presidentes honorários do Instituto. Antes, os chefes de Estados eram nomeados “automaticamente” para essa categoria. Com a mudança nos regimentos, passou a ser através de um processo de indicação e de aprovação mediante votação sigilosa entre os membros. Trevisan, nesse sentido, sugere que essa mudança estatutária conjugada ao artigo

²¹ O Instituto posteriormente passou a se manter, estritamente, a partir de joias de admissão, contribuição dos sócios, doações, receita resultante da venda da *Revisa* e demais publicações do Instituto e subvenções concedidas pelo Poder Público (IHGB, 1965, p. 295).

seguinte (artigo 5º), que define que os sócios não respondem aos atos praticados em nome do Instituto, pode indicar a existência de possíveis divergências entre os membros do Instituto quanto à essas nomeações, devido ao seu caráter sigiloso, impessoal e pela necessidade de ampla maioria dos votos (TREVISAN, 2017, p. 80). Interpreta, dessa maneira, que “nem todos os membros da Instituição concordam ou avalizam os posicionamentos ou as opiniões emitidas em nome da Instituição” (Ibidem, p. 81).

Essas medidas, entretanto, podem ter sido estabelecidas para resguardar os sócios e a própria instituição, além de propiciar aos membros votantes a possibilidade de definir os rumos de sua instituição de maneira confidencial. Mais concretamente, a inserção do artigo 4º nos Estatutos de 1965, que dispõe sobre as eleições para Presidente de Honra, não alterou de forma notória as práticas já executadas pelos membros. Os sócios efetivos – e votantes – continuaram sem demonstrar qualquer tipo de discordância nos momentos de apresentações de propostas para presidentes de honra²². Os cinco presidentes no período da ditadura civil-militar – Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo – foram eleitos como presidentes de honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com unanimidade de votos dos sócios presentes nas assembleias²³.

A esse respeito, torna-se importante esclarecer, portanto, que todos os sócios, de acordo com o artigo 35º do Estatuto, possuíam o direito de comparecer às sessões, mas somente os sócios efetivos, os correspondentes brasileiros, os beneméritos e os grandes beneméritos poderiam dar número para constituí-las e nelas votar (IHGB, 1965, p. 306). Excluindo, por conseguinte, os sócios honorários e os correspondentes portugueses. Além disso, para que a Assembleia Geral fosse instalada era necessária a presença de, pelos menos, vinte e cinco sócios das categorias acima elencadas. Esse era o quórum exigido. Nesse sentido, conforme prevê o Artigo 38º, as deliberações nas sessões eram tomadas por maioria de sócios presentes (Ibidem).

Para que fossem admitidos como sócios no Instituto, os candidatos deveriam ser propostos por cinco sócios efetivos e preencherem alguns requisitos, como serem autores de trabalhos meritórios sobre matéria de História, Geografia, Etnografia ou Arqueologia, principalmente do Brasil e residir na cidade do Rio Janeiro. A eleição era realizada através de Assembleia-Geral convocada pelo Presidente (Ibidem, p. 292- 298).

²² Estudo mais específico sobre os presidentes de honra no período da ditadura civil-militar será apresentado no capítulo 3 da presente Dissertação.

²³ Essa informação pode ser constatada a partir da leitura das Atas das Assembleias Gerais do IHGB nos anos de 1964, 1967, 1970, 1974 e 1979.

O trabalho aqui proposto, entretanto, focaliza no corpo administrativo da Instituição. Por isso, torna-se fundamental compreender a maneira como a circulação dos sócios nesses cargos era constituída. Esclarecendo, o mandato da diretoria no período assinalado era bienal, existindo a possibilidade de reeleição (IHGB, 1965, p. 293). Dessa maneira, com antecedência de, pelo menos, quinze dias para o dia 15 de dezembro ou para o primeiro dia útil seguinte do ano em que terminaria o prazo bienal era convocada uma Assembleia Geral para serem eleitos – em escrutínio secreto – os membros da diretoria e também algumas Comissões Permanentes – Fundos e Orçamento; Estatuto; História; Geografia; Etnografia e Arqueologia; Bibliografia e Admissão de Sócios –, podendo ser formada somente de sócios efetivos, beneméritos ou grandes beneméritos residentes na cidade do Rio de Janeiro, podendo os membros da diretoria, exceto o presidente, fazer parte de qualquer das comissões (Ibidem, p. 293 - 301)²⁴. A posse, por sua vez, era realizada nos primeiros dias do ano seguinte. No entanto, as vagas para presidente deviam ser preenchidas por um dos três vice-presidentes e os nomes para as vagas de qualquer outra ocupação da diretoria eram designadas pelo presidente, feita em portaria e registrada em livro especial (Ibidem, p. 302).

Na ausência do presidente, presidia as sessões o vice-presidente na respectiva gradação. O vice assumia também a presidência no caso de vacância, impedimento ou quando o presidente efetivo solicitasse dispensa temporária do cargo. De toda forma, as decisões para o Instituto eram tomadas por esse grupo de indivíduos que compunham a diretoria. Conforme destacado em Estatuto, artigo 14º: “A administração de todos os negócios do Instituto compete a uma Diretoria [...]” (Ibidem, p. 300). Mas, como aponta o artigo 5º, “os sócios não respondem, direta ou subsidiariamente, pelos atos praticados em nome do Instituto” (Idem, p. 292). A função do Presidente era administrar o Instituto, representá-lo em juízo e em todas as relações com terceiros. Em alguns casos, existia a necessidade de se consultar a Assembleia Geral (Ibidem, p. 293).

Para um melhor ordenamento das agendas de discussões do Instituto, suas sessões eram organizadas em três tipos: ordinárias, extraordinárias e magnas. As ordinárias aconteciam mensalmente, em data fixada na primeira sessão de cada ano, no período de abril a outubro. As sessões extraordinárias e assembleias-gerais eram convocadas com antecedência de cinco dias pelo presidente, quando este julgasse necessário. A sessão Magna, por sua vez, era realizada no dia vinte e um de outubro de cada ano para celebrar o aniversário

²⁴ Especificamente para o cargo de presidente era requerido maioria absoluta dos sócios presentes e votantes (IHGB, 1965, p.302).

do Instituto e ainda poderia ser convocada pelo Presidente por motivo de ordem cívica (IHGB, 1965, p. 294).

Havia ainda as Assembleias Gerais sobre as quais competia a resolução de assuntos relacionados à eleição da diretoria e comissões permanentes, bem como eleição de presidente honorário, de sócios e transferências de categorias destes, além de reforma do Estatuto e Regimento Interno, concessão e entrega de prêmios, autorização para alienação, troca ou alguma alteração no patrimônio social, votação da proposta do orçamento anual e outras resoluções importantes e de interesse da instituição (Ibidem, p. 294). Além disso, o artigo 39º aponta para a existência de reuniões específicas da diretoria efetuadas mensalmente para apreciação de assuntos administrativos, deliberações de sua competência, apreciação de discursos, apuração de manuscritos, documentos e memórias doados ao Instituto (Ibidem, p. 307).

As sessões ordinárias conservaram a mesma rotina dos primórdios da instituição. Iniciava-se com a leitura e aprovação da ata da sessão anterior; passava para o expediente, momento em que eram apresentados os trabalhos burocráticos, como obras, registro de manuscritos, exame de cartas, ofícios e outros documentos, prestação de contas e providências administrativas. Encaminhava-se posteriormente para a pauta do dia, que poderia ser apresentação de propostas de novos associados, seguido do parecer da Comissão de Admissão de Sócios ou a posse propriamente de algum novo membro (GUIMARÃES, 2007, p. 27).

O que se percebe a partir de investigações é que embora o Estatuto tenha sido registrado em 1965, logo após o golpe de Estado que depôs o Presidente João Goulart, instaurando um novo regime e trazendo transformações políticas e sociais para o país, ele não sofreu impactos ou não foi desenvolvido em virtude dessa nova estrutura. Tanto é que as discussões se iniciaram no ano de 1961, ganharam maior fôlego em 1962 e foi anunciada no fim de 1964. Sua construção, portanto, foi protelada por longos anos.

Foram realizadas algumas alterações muito pontuais no regimento, como em suas obrigações, que ao longo do tempo, naturalmente, se transformaram. Em 1921 havia a necessidade, colocada em estatuto, de criação de um arquivo, de uma biblioteca, de um museu histórico e de uma mapoteca. Em 1964, com todos eles já fixados, sua missão passou a ser não mais instituí-los, mas sim mantê-los para a consulta de sócios e pesquisadores em geral. Essa foi uma modificação. Outras, foram a inclusão de novas seções da revista e alterações no número de pessoas fixadas em cada categoria social (sócios grandes beneméritos, beneméritos, honorários, correspondentes e efetivos).

De toda forma, a análise do próprio documento consolidado em 1965 em comparativo com os Estatutos anteriores – 1912 e 1921 – nos indica que não ocorreram mudanças grandiosas em suas normas. Houve uma reorganização da estrutura, reordenamento dos assuntos, renovações em virtude das próprias mudanças ocorridas na instituição e atualizações da escrita de acordo com as diversas reformas ortográficas ocorridas entre esses anos até a década de 1960. Enfim, ao contrário, o que se vê, em grande medida, é uma conservação dos seus regimentos²⁵.

2.2 COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO: DIRETORIA E COMISSÕES PERMANENTES (1964-1979)

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como é declarado em seu regimento interno, era administrado por uma diretoria, composta de cinco membros: presidente, primeiro secretário, segundo secretário, orador e tesoureiro. Além deles, havia também os cargos de primeiro vice-presidente, segundo vice-presidente e terceiro vice-presidente. Ainda, atuavam na elaboração de opiniões técnicas os membros das comissões permanentes, fazendo também parte da administração do Instituto. Eram sete comissões – fundos e orçamento; estatuto; história; geografia; etnografia e arqueologia; bibliografia; admissão de sócios – e em cada uma delas pertenciam cinco sócios. Dessa forma, em cada biênio quarenta e três pessoas eram responsáveis por conduzir o IHGB. Esse seleto grupo gerenciava os recursos financeiros, as normas, as obras e características bibliográficas, o recrutamento de novos sócios, as agendas de discussões e realizavam deliberações no Instituto Histórico, e é sobre eles que parte desta pesquisa se desenvolve.

A direção do IHGB ao longo de todo o período de 1964 a 1979 foi composta por quinze sócios. Foram eles em ordem alfabética: Américo Jacobina Lacombe, Antônio Camillo de Oliveira, Arthur César Ferreira Reis, Carlos da Silveira Carneiro, Enéas Martins Filho, Fernando Monteiro, Haroldo Teixeira Valladão, Joaquim de Sousa Leão Filho, José Antônio Soares de Sousa, José Carlos de Macedo Soares, José Wanderley de Araujo Pinho, Manuel

²⁵ Mas, apenas uma análise mais sistemática de fontes – principalmente das discussões e pautas que guiaram essa reforma – nos permitiria afirmar com mais clareza quais foram as ideias que impulsionaram essas mudanças. Até o presente momento documentos que apresentem discussões de maneira mais detalhada sobre esta reforma dos Estatutos não foram localizados. Assim, não foi possível realizar uma análise mais profunda do processo de escrita do Estatuto, envolvendo os debates e argumentos para essa produção. Além disso, não existem informações e estudos precisos sobre os Estatutos do IHGB. Seus dados são esparsos e necessitam de um esforço centralizado no trajeto de suas construções e transformações ao longo do tempo.

Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Rodrigo Octávio de Langgaard Menezes Filho e Virgílio Corrêa Filho. Com destaque para os presidentes, que foram José Carlos de Macedo Soares até o ano de 1967 e Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, que o substituiu após o seu falecimento a partir de 1968, permanecendo até o ano de 1985, ano também de seu falecimento. O Quadro 1, a seguir apresentado, elaborado com base em informações retiradas das atas de assembleias gerais de eleições da diretoria, além de portarias e atos administrativos do presidente do Instituto, revela o mapeamento dos cargos ocupados pelos sócios na diretoria dentro do recorte assinalado.

QUADRO 1: Composição da Diretoria (1964-1979)

BIÊNIO	CARGO							
	PRESIDENTE	1º VICE PRESIDENTE	2º VICE PRESIDENTE	3º VICE PRESIDENTE	1º SECRETÁRIO	2º SECRETÁRIO	TESOUREIRO	ORADOR
1964-1965	José Carlos de Macedo Soares	Rodrigo Octávio de Langgaard Menezes Filho	José Wanderley de Araujo Pinho	Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho †	Virgílio Corrêa Filho	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	Carlos da Silveira Carneiro.	Pedro Calmon
	José Carlos de Macedo Soares	Rodrigo Octávio de Langgaard Menezes Filho	José Wanderley de Araujo Pinho	Américo Jacobina Lacombe	Virgílio Corrêa Filho	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	Carlos da Silveira Carneiro.	Pedro Calmon
1966-1967	José Carlos de Macedo Soares	Rodrigo Octávio de Langgaard Menezes Filho	José Wanderley de Araujo Pinho †	Américo Jacobina Lacombe	Virgílio Corrêa Filho	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	Carlos da Silveira Carneiro.	Pedro Calmon
1968-1969	José Carlos de Macedo Soares †	Pedro Calmon Moniz de Bittencourt	Rodrigo Octávio de Langgaard Menezes Filho	Américo Jacobina Lacombe	Virgílio Corrêa Filho	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	Carlos da Silva Carneiro	Enéas Martins Filho
	Pedro Calmon	Rodrigo Octávio de Langgaard Menezes Filho †	Américo Jacobina Lacombe	Arthur César Ferreira Reis	Virgílio Corrêa Filho	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	Carlos da Silva Carneiro	Enéas Martins Filho
	Pedro Calmon	Américo Jacobina Lacombe	Arthur César Ferreira Reis	Virgílio Corrêa Filho	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	Joaquim de Sousa Leão Filho	Carlos da Silva Carneiro	Enéas Martins Filho
1970-1971	Pedro Calmon	Américo Jacobina Lacombe	Arthur Cezar Ferreira Reis	Virgílio Corrêa Filho	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	Joaquim de Sousa Leão Filho	Carlos da Silveira Carneiro	Enéas Martins Filho †
	Pedro Calmon	Américo Jacobina Lacombe	Arthur Cezar Ferreira Reis	Virgílio Corrêa Filho	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	Joaquim de Sousa Leão	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	Haroldo Teixeira Valladão

1972-1973	Pedro Calmon	Américo Jacobina Lacombe	Arthur Cezar Ferreira Reis	Virgílio Corrêa Filho †	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	Joaquim de Sousa Leão Filho	Carlos da Silveira Carneiro	Haroldo Teixeira Valladão
1974-1975	Pedro Calmon	Américo Jacobina Lacombe	Arthur Cezar Ferreira Reis	Antônio Camillo de Oliveira	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	Joaquim de Sousa Leão Filho	Carlos da Silveira Carneiro †	Haroldo Teixeira Valladão
	Pedro Calmon	Américo Jacobina Lacombe	Arthur Cezar Ferreira Reis	Antônio Camillo de Oliveira	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	Joaquim de Sousa Leão Filho	José Antônio Soares de Sousa	Haroldo Teixeira Valladão
1976-1977	Pedro Calmon	Américo Jacobina Lacombe	Arthur Cezar Ferreira Reis	Antônio Camillo de Oliveira	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	Joaquim de Sousa Leão Filho †	José Antônio Soares de Sousa	Haroldo Teixeira Valladão
	Pedro Calmon	Américo Jacobina Lacombe	Arthur Cezar Ferreira Reis	Antônio Camillo de Oliveira	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	Fernando Monteiro	José Antônio Soares de Sousa	Haroldo Teixeira Valladão
1978-1979	Pedro Calmon	Américo Jacobina Lacombe	Arthur Cezar Ferreira Reis	Antônio Camillo de Oliveira	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	Fernando Monteiro	José Antônio Soares de Sousa	Haroldo Teixeira Valladão

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme é possível verificar, em 1963 foi feita a votação, através de assembleia geral no Instituto Histórico, para a composição da diretoria para o biênio 1964-1965. Foram eleitos: José Carlos Soares para a presidência; Rodrigo Langgard para 1º vice-presidente; José Wanderley Teixeira Filho, 2º vice-presidente; Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, 3º vice-presidente; Virgílio Corrêa, 1º secretário; Manuel Xavier Pedrosa, 2º secretário; Carlos da Silveira, tesoureiro e Pedro Calmon, orador (IHGB, 1963, p. 301-304). Aconteceu que, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, eleito a 3º vice-presidente do IHGB, faleceu no dia

11 de janeiro de 1964, antes mesmo de assumir o cargo para o biênio. Por esse motivo, por meio de atos da presidência, José Carlos Macedo Soares nomeou para a vaga de 3º vice-presidente o sócio efetivo Américo Jacobina Lacombe (IHGB, 1964, p. 241).

O biênio 1966-1967 permaneceu com a mesma composição (IHGB, 1965c, p. 309-316). Em 1967 José Carlos Macedo Soares ficou ausente de sua função de Presidente do IHGB por motivos de saúde. Por essa razão, permanecia temporariamente em São Paulo (PEDROSA, 1968, p. 366). Dessa maneira, as sessões foram presididas pelo 1º vice-presidente Rodrigo Octávio de Langgard Menezes Filho. Em sua ausência, por gradação, o 2º vice-presidente assumia. Assim ocorreu ao longo de todo o ano de 1967, como poder ser visto em todas as atas de sessões do ano. O 2º vice-presidente José Wanderley de Araújo Pinho faleceu no ano de 1967 e por isso a responsabilidade de seu cargo no restante do ano ficou entre o 1º e 3º vice-presidentes (IHGB, 1967, p. 274).

Na eleição seguinte em dezembro de 1967 para o biênio 1968-1969, a composição foi praticamente a mesma, com algumas exceções. José Carlos de Macedo Soares permaneceu na presidência. Por ocasião da morte de José Wanderley de Araújo Pinho, Pedro Calmon, que até então exerceu a função de orador, passou para o cargo de 1º vice-presidente e Rodrigo Langgard foi eleito a 2º vice. A vaga de orador passou a ser desempenhada por Enéas Martins Filho (IHGB, 1967, p. 233-236).

No início do ano de 1968, quando o biênio 1968-1969 entraria em vigor, faleceu o presidente José Carlos de Macedo Soares (IHGB, 1968b, p. 366). Seu falecimento acarretou mais modificações no quadro da direção. Houve ascensão dos cargos de vice-presidentes: Pedro Calmon, antes 1º vice-presidente, se tornou o presidente, e o segundo e terceiro vice-presidentes, se tornaram, respectivamente, primeiro e segundo presidente. Assim, a vaga de terceiro presidente ficou vaga e foi preenchida, nos termos do artigo 17º do Estatuto, mediante designação do então presidente Pedro Calmon. Então, em suas atribuições, nomeia o sócio benemérito Arthur César Ferreira Reis para o cargo (IHGB, 1968a, p. 258).

Ainda neste biênio, entretanto, outra mudança foi necessária. O recém-empossado presidente do IHGB, Pedro Calmon, tendo em vista a vaga existente do cargo de 1º vice-presidente em decorrência do falecimento de Rodrigo Otávio de Langgaard Menezes Filho faz as devidas designações para completar o quadro da diretoria até o fim do mandato correspondente ao biênio 1968 -1969, conforme pode ser observado no Quadro 1 (IHGB, 1969b, p. 238). Américo Lacombe e Arthur César Reis, 2º e 3º vice-presidentes respectivamente, subiram para o posto de 1º e 2º vice-presidentes, na ordem. Virgílio Corrêa

Filho, é substituído de seu cargo de 1º secretário para 3º vice-presidente e Manuel Xavier Pedrosa, de 2º secretário, passa a 1º. Para completar a direção, Pedro Calmon empossa Joaquim de Sousa Leão Filho ao cargo de 2º secretário (IHGB, 1969a, p. 265).

Para o biênio 1970-1971 foram eleitas as mesmas pessoas da estruturação realizada anteriormente (IHGB, 1969c, p. 287-290). Contudo, no dia 2 dezembro de 1970 o presidente do IHGB designa o 1º secretário Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa temporariamente como tesoureiro em virtude de ausência temporária de Carlos da Silveira Carneiro (IHGB, 1971a, p.307). Ao que parece, Manuel Xavier Pedrosa exerceu nesse interregno a função de tesoureiro e secretário concomitantemente. Além disso, em 21 de maio de 1971, o presidente designa Haroldo Valladão para exercer a função de orador oficial do Instituto durante os meses restantes para completar o biênio em curso em razão do falecimento de Éneas Martins Filho no fim do ano anterior (Ibidem), conforme artigo 18º do Estatuto, que diz que compete ao Presidente no caso de ausência temporária, ou ocasional, de algum membro da diretoria, designar sócio que o substitua (Ibidem).

Para o biênio 1972-1973, os mesmos sócios do biênio anterior foram eleitos e permaneceram em seus respectivos cargos. A única diferença foi o retorno de Carlos da Silva Carneiro na função de tesoureiro (IHGB, 1971b, p. 224-235). O mesmo ocorreu na eleição do biênio 1974-1975 com a exceção do cargo de 3º vice-Presidente, que em razão do falecimento de Virgílio Corrêa Filho em setembro de 1973, foi transferida, através da votação, para Antônio Camillo de Oliveira (IHGB, 1973, p. 151-153). Entretanto, Carlos da Silveira Carneiro, tesoureiro, faleceu em meados de 1974 (IHGB, 1974b, p. 345). Com isso, o presidente do IHGB, Pedro Calmon, designa para desempenhar a função em caráter interino na vaga existente, até o preenchimento efetivo, o sócio benemérito José Antônio Soares de Sousa (IHGB, 1974a, p. 344)

O biênio 1976-1977 estruturou-se da mesma maneira conforme configuração do fim do mandato anterior (IHGB, 1975, p. 312). Com a morte de Joaquim de Sousa Leão Filho, 2º secretário, em abril de 1976 (IHGB, 1976, p. 351), porém, a estrutura foi ajustada e Fernando Monteiro tomou posse em seu lugar²⁶ e permaneceu no biênio seguinte – 1978-1979 (IHGB, 1977, p. 236-238). Dessa forma, nestes dois anos posteriores, como é de prática habitual, mantiveram-se os sócios na diretoria do fim do biênio 1976-1977.

²⁶ Não foi localizado nenhum documento que anuncie a posse de Fernando Monteiro no cargo de 2º secretário no lugar de Joaquim de Sousa Leão Filho. Mas, após o falecimento deste, as assinaturas do 2º secretário nas atas de sessões do ano de 1977 passaram a ser de Fernando Monteiro.

Diante de todo esse quadro é possível reconhecer que, no geral, os sujeitos pertencentes à direção do instituto permaneciam por muitos anos no mesmo cargo. As substituições eram realizadas apenas em casos extremos, como problemas de saúde ou falecimento. Embora houvesse eleição com participação dos sócios, como é firmado em Estatuto, os nomes para as vagas de qualquer ocupação da diretoria eram designados pelo presidente, e este só poderia ser substituído por um dos três vice-presidentes. Dessa maneira, a eleição acabava se tornando restrita a apenas alguns nomes indicados.

Estamos tratando, portanto, de indivíduos que permaneciam muito tempo em cargos da direção e que dedicavam anos de suas vidas aos projetos da instituição²⁷. Por esse motivo, apenas quinze indivíduos transitaram em oito cargos da direção ao longo de quinze anos.

As Comissões Permanentes, que integram também a administração, seguem a mesma lógica. Em cada biênio, as comissões em conjunto contam com um grupo de trinta e cinco sócios, pois são, em regra, sete comissões com cinco membros em cada uma delas. Dentro do tempo estabelecido de 1964-1979 as comissões, de forma agrupada, foram constituídas no total por sessenta e dois sócios: Afonso Penna Júnior, Adolfo Morales de los Rios Filho, Affonso Celso Vilela de Carvalho, Afonso Arinos de Melo Franco, Alexandre José Barbosa Sobrinho, Álvaro Teixeira Soares, Américo Jacobina Lacombe, Antônio Camilo de Olivera, Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega, Arthur César Ferreira Reis, Carlos da Silveira Carneiro, Christóvão Leite de Castro, Edmundo de Macedo Soares e Silva, Eduardo Canabrava Barreiros, Enéas Martins Filho, Estevão Leitão de Carvalho, Eugenio Vilhena de Moraes, Fabio de Macedo Soares Guimarães, Francisco de Assis Barbosa, Francisco de Paula e Azevedo Pondé, Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, Francisco Marques dos Santos, Francisco Mozart do Rêgo Monteiro, Frei Venâncio Willeke, Gilberto João Carlos Ferrez, Haroldo Teixeira Valladão, Hélio Vianna, Herbert Canabarro Reichardt, Herculano Gomes Mathias, Ildfonso Mascarenhas da Silva, Ivolino de Vasconcellos, Joaquim de Sousa Leão Filho, Jonas de Moraes Correia Filho, José Antônio Soares de Souza, José Augusto Bezerra de Medeiros, José Honório Rodrigues, José Wanderley de Araujo Pinho, Josué Montello, Levi Carneiro, Lucas Boiteux, Luís de Castro e Souza, Manuel Diégues Júnior, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Marcello Moreira de Ipanema, Marcos Carneiro de Mendonça, Mário Barata, Mário Ferreira França, Maurício Amoroso Teixeira de Castro, Max Justo Guedes, Múcio Leão, Nelson Freire Lavenère-Wanderley, Nelson Omegna, Orlando Sattamini Duarte,

²⁷ Essas afirmações são feitas com base em pesquisas realizadas nas publicações da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* entre os anos de 1964 e 1979, bem como análise da Atas de Sessões do Instituto no mesmo período (RIHGB, 1964-1979).

Paulo Ferreira Santos, Pedro Calmon, Plínio Doyle Silva, Raul do Rego Lima, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Rodrigo Octávio Filho, Thiers Fleming, Virgílio Corrêa Filho, Washington Perry de Almeida. O Quadro 2 apresenta esta composição.

QUADRO 2 – Composição das Comissões Permanentes (1964-1979)

BIÊNIO	ADMISSÃO DE SÓCIOS	ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA	BIBLIOGRAFIA	ESTATUTOS	FUNDOS E ORÇAMENTOS	GEOGRAFIA	HISTÓRIA
1964-1965	José Augusto Bezerra de Medeiros	Rodrigo Melo Franco de Andrade	Eugênio Vilhena de Morais	Levi Carneiro	Afonso Penna Júnior	Carlos da Silveira Carneiro	José Wanderley de Araujo Pinho
	Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega	Francisco Marques dos Santos	Francisco de Assis Barbosa	Pedro Calmon	José Antônio Soares de Souza	Virgílio Corrêa Filho	Hélio Vianna
	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	José Honório Rodrigues	Múcio Leão	Rodrigo Octávio Filho	Thiers Fleming	Lucas Boiteux	Herbert Canabarro Reichardt
	Fábio de Macedo Soares Guimarães	Manuel Diégues Júnior	Afonso Arinos de Melo Franco	Ivolino de Vasconcellos	Arthur César Ferreira Reis	Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos	Marcos Carneiro de Mendonça
	Mário Ferreira França	Christóvão Leite de Castro	Francisco Mozart do Rêgo Monteiro	Estevão Leitão de Carvalho	Ildefonso Mascarenhas da Silva	Adolfo Morales de los Rios Filho	Américo Jacobina Lacombe
1966-1967	José Augusto Bezerra de Medeiros	Rodrigo Melo Franco de Andrade	Eugênio Vilhena de Morais	Levi Carneiro	Afonso Penna Júnior	Carlos da Silveira Carneiro	José Wanderley de Araujo Pinho
	Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega	Francisco Marques dos Santos	Francisco de Assis Barbosa	Pedro Calmon	José Antônio Soares de Souza	Virgílio Corrêa Filho	Hélio Vianna
	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	José Honório Rodrigues	Múcio Leão	Rodrigo Octávio Filho	Thiers Fleming	Lucas Boiteux	Herbert Canabarro Reichardt
	Fábio de Macedo Soares Guimarães	Manuel Diégues Júnior	Afonso Arinos de Melo Franco	Ivolino de Vasconcellos	Arthur César Ferreira Reis	Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos	Marcos Carneiro de Mendonça
	Mário Ferreira França	Christóvão Leite de Castro	Francisco Mozart do Rêgo Monteiro	Estevão Leitão de Carvalho	Ildefonso Mascarenhas da Silva	Adolfo Morales de los Rios Filho	Américo Jacobina Lacombe

1968-1969	José Augusto Bezerra de Medeiros	Rodrigo Melo Franco de Andrade	Eugênio Vilhena de Morais	Levi Carneiro	Antônio Camilo de Oliveira	Carlos da Silveira Carneiro	Arthur César Ferreira Reis
	Enéas Martins Filho	Francisco Marques dos Santos	Francisco de Assis Barbosa	Pedro Calmon	José Antônio Soares de Souza	Virgílio Corrêa Filho	Hélio Vianna
	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	José Honório Rodrigues	Múcio Leão	Rodrigo Octávio Filho	Thiers Fleming	Fábio de Macedo Soares Guimarães	Herbert Canabarro Reichardt
	Luís de Castro e Souza	Manuel Diégues Júnior	Afonso Arinos de Melo Franco	Ivolino de Vasconcellos	Maurício de Castro	Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos	Marcos Carneiro de Mendonça
	Mário Ferreira França	Christóvão Leite de Castro	*	Estevão Leitão de Carvalho	Ildefonso Mascarenhas da Silva	Adolfo Morales de los Rios Filho	Américo Jacobina Lacombe
1970-1971	Joaquim de Sousa Leão	Marcelo Moreira de Ipanema	Eugênio Vilhena de Morais	Levi Carneiro	Antônio Camilo de Oliveira	Carlos da Silveira Carneiro	Arthur César Ferreira Reis
	Enéas Martins Filho	Francisco Marques dos Santos	Francisco de Assis Barbosa	Adolfo Morales de Los Rios	José Antônio Soares de Souza	Max Justo Guedes	Hélio Vianna
	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	Paulo Ferreira Santos	Jonas de Moraes Correia Filho	Afonso Arinos de Melo Franco	Eduardo Canabrava Barreiros	Fábio de Macedo Soares Guimarães	Herbert Canabarro Reichardt
	Luís de Castro e Souza	Manuel Diégues Júnior	José Honório Rodrigues	Ivolino de Vasconcellos	Maurício de Castro	Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos	Marcos Carneiro de Mendonça
	Mário Ferreira França	Christóvão Leite de Castro	Frei Venâncio Willeke, O.F.M.	Estevão Leitão de Carvalho	Gilberto Ferrez	Washington Perry de Almeida	Américo Jacobina Lacombe

1972-1973	Joaquim de Sousa Leão	Marcelo Moreira de Ipanema	Eugênio Vilhena de Morais	Alexandre José Barbosa Sobrinho	Antônio Camilo de Oliveira	Carlos da Silveira Carneiro	Arthur César Ferreira Reis
	Josué Montello	Francisco Marques dos Santos	Francisco de Assis Barbosa	Adolfo Morales de Los Rios	José Antônio Soares de Souza	Max Justo Guedes	Hélio Vianna
	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	Paulo Ferreira Santos	Jonas de Moraes Correira Filho	Afonso Arinos de Melo Franco	Eduardo Canabrava Barreiros	Fábio de Macedo Soares Guimarães	Herbert Canabarro Reichardt
	Luís de Castro e Souza	Manuel Diégues Júnior	José Honório Rodrigues	Ivolino de Vasconcellos	Maurício de Castro	Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos	Marcos Carneiro de Mendonça
	Mário Ferreira França	Christóvão Leite de Castro	Frei Venâncio Willeke, O.F.M.	Plínio Doyle Silva	Gilberto Ferrez	Washington Perry de Almeida	Américo Jacobina Lacombe
1974-1975	Joaquim de Sousa Leão	Marcelo Moreira de Ipanema	Eugênio Vilhena de Morais	Alexandre José Barbosa Sobrinho	Antônio Camilo de Oliveira	Carlos da Silveira Carneiro	Arthur César Ferreira Reis
	Josué Montello	Francisco Marques dos Santos	Francisco de Assis Barbosa	Haroldo Valladão	José Antônio Soares de Souza	Max Justo Guedes	José Honório Rodrigues
	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	Paulo Ferreira Santos	Jonas de Moraes Correira Filho	Afonso Arinos de Melo Franco	Eduardo Canabrava Barreiros	Álvaro Teixeira Soares	Herbert Canabarro Reichardt
	Luís de Castro e Souza	Manuel Diégues Júnior	Raul do Rego Lima	Ivolino de Vasconcellos	Maurício de Castro	Nelson Omega	Marcos Carneiro de Mendonça
	Mário Ferreira França	Herculano Gomes Mathias	Frei Venâncio Willeke, O.F.M.	Plínio Doyle Silva	Gilberto Ferrez	Washington Perry de Almeida	Américo Jacobina Lacombe

1976-1977	Joaquim de Sousa Leão	Marcelo Moreira de Ipanema	Eugênio Vilhena de Morais	Alexandre José Barbosa Sobrinho	Antônio Camilo de Oliveira	Francisco de Paula e Azevedo Pondé	Arthur César Ferreira Reis
	Josué Montello	Affonso Celso Vilela de Carvalho	Francisco de Assis Barbosa	Haroldo Valladão	Edmundo de Macedo Soares e Silva	Max Justo Guedes	José Honório Rodrigues
	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	Paulo Ferreira Santos	Jonas de Moraes Correia Filho	Afonso Arinos de Melo Franco	Eduardo Canabrava Barreiros	Álvaro Teixeira Soares	Herbert Canabarro Reichardt
	Luís de Castro e Souza	Manuel Diégues Júnior	Raul do Rego Lima	Ivolino de Vasconcellos	Maurício de Castro	Nelson Omega	Marcos Carneiro de Mendonça
	Mário Ferreira França	Mário Barata	Frei Venâncio Willeke, O.F.M.	Plínio Doyle Silva	Gilberto Ferrez	Washington Perry de Almeida	Américo Jacobina Lacombe
1978-1979	Nelson Freire Lavenère-Wanderley	Marcelo Moreira de Ipanema	Eugênio Vilhena de Morais	Alexandre José Barbosa Sobrinho	Antônio Camilo de Oliveira	Francisco de Paula e Azevedo Pondé	Arthur César Ferreira Reis
	Josué Montello	Affonso Celso Vilela de Carvalho	Francisco de Assis Barbosa	Haroldo Valladão	Edmundo de Macedo Soares e Silva	Max Justo Guedes	José Honório Rodrigues
	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	Paulo Ferreira Santos	Jonas de Moraes Correia Filho	Afonso Arinos de Melo Franco	Eduardo Canabrava Barreiros	Álvaro Teixeira Soares	Herbert Canabarro Reichardt
	Luís de Castro e Souza	Manuel Diégues Júnior	Raul do Rego Lima	Ivolino de Vasconcellos	Maurício de Castro	Nelson Omega	Marcos Carneiro de Mendonça
	Orlando Sattamini Duarte	Mário Barata	Frei Venâncio Willeke, O.F.M.	Plínio Doyle Silva	Gilberto Ferrez	Washington Perry de Almeida	Américo Jacobina Lacombe

De acordo com o quadro apresentado é possível verificar que entre os biênios de 1964-1965 e 1966-1967 não houve nenhuma mudança no arranjo das comissões permanentes. Entretanto, nos outros biênios houve reorganização na composição em pelo menos uma das comissões: o biênio 1968-1969 apresentou modificações na sua formação em relação ao intervalo anterior em quatro comissões, sendo elas de admissão de sócios, bibliografia, fundo e orçamento, geografia; nos anos 1970-1971 as mudanças atingiram seis comissões: admissão de sócios, arqueologia e etnografia, bibliografia, estatutos, fundos e orçamentos, geografia; na composição de 1972-1973, as comissões de admissão de sócios e estatutos foram as únicas que sofreram alterações; no biênio 1974-1975 há novamente uma significativa reestruturação: as comissões de admissão de sócios, arqueologia e etnografia, bibliografia, estatutos, geografia e história – totalizando seis – foram reorganizadas; no intervalo dos anos de 1976-1977 as comissões de arqueologia e etnografia; fundos e orçamentos e geografia sofreram impactos com as eleições e por fim, no biênio de 1978-1979 apenas a comissão de admissão de sócios foi alterada.

Desse modo, é notável que algumas comissões sofreram maiores modificações em detrimento de outras dentro do recorte analisado. As comissões que mais se remodelaram foram as de admissão dos sócios e geografia, que tiveram alterações em quatro biênios resultando em substituições de seis nomes em um total de quarenta, que corresponde a uma mudança de 15%. Em seguida, as comissões de bibliografia, estatutos e fundos e orçamentos se modificaram em três biênios com cinco nomes, totalizando uma troca 12,5% de indivíduos. A comissão de arqueologia também foi alterada em três biênios, mas afetou quatro nomes, diferentemente das anteriores. Nesta comissão, portanto, houve substituições no total de 10%. A comissão de história, por sua vez, apresenta um quadro interessante: apenas dois biênios foram afetados. Em cada um deles, dois nomes foram substituídos: o de José Wanderley de Araujo Pinho, em função de seu falecimento em 1967 e o de Hélio Vianna, em virtude também de seu óbito em 1972. Com a eleição das Comissões Permanentes no fim do ano de 1967 para o biênio de 1968-1969, Arthur César Ferreira Reis preencheu o lugar de José Wanderley Pinho. O mesmo ocorreu em na eleição de 1973 para o biênio 1974-1975. Neste caso, quem ocupou o lugar de Hélio Vianna na comissão foi José Honório Rodrigues, que fechou o grupo ao lado dos antigos membros da comissão de história: Arthur César Ferreira Reis, Herbert Canabarro Reichardt, Marcos Carneiro de Mendonça e Américo Jacobina

Lacombe. O resultado é significativo, pois ao longo dos anos de 1964 até o ano de 1979 a comissão de história foi a que mais manteve a configuração adquirida em 1964.

Torna-se relevante ressaltar que deste quadro apresentado da Comissão Permanente ao longo dos anos de 1964-1979, treze membros dos quinze que compuseram a diretoria no recorte assinalado também estiveram dentro do grupo de alguma comissão ao longo desses anos. Com exceção de José Carlos de Macedo Soares e Fernando Monteiro, todos os outros membros que exerceram cargos da diretoria do Instituto entre os anos de 1964-1979, estiveram vinculados à alguma Comissão Permanente, não necessariamente concomitantemente.

Necessário levar em conta também que alguns transitam dentro das comissões, como é o caso de Afonso Arinos de Melo Franco que esteve inserido na comissão de bibliografia de 1964 a 1969, depois passou para a comissão de estatutos, onde ficou de 1970 a 1979. Além dele, Adolfo Morales de los Rios Filho esteve presente na comissão de geografia de 1964 a 1969 e posteriormente na comissão de estatutos até 1973, ano de seu falecimento; Arthur César Ferreira Rei integrou a comissão de fundos e orçamentos entre os anos de 1964 e 1967 e de 1968 a 1979, a de história; Fábio de Macedo Soares participou da comissão de fundos e orçamentos de 1964 a 1967, quando deslocou-se para a de história e José Honório Rodrigues, que dentre essas assinaladas no período, foi o que mais transitou entre as comissões. Ele compôs a comissão de arqueologia e etnografia entre os anos de 1964 e 1969. Em seguida, a de bibliografia (1970-1973) e a de história (1974-1979).

Ademais, a estrutura composicional apresentada no quadro das comissões permanentes atesta o fato já mencionado anteriormente para o caso da direção: o quadro era modificado lentamente ao longo dos anos e ocorria, com poucas exceções, geralmente apenas por motivos circunscritos no âmbito de enfermidades ou óbito. Dessa maneira, o que os documentos referentes ao Instituto nos evidenciam é que o novo regime instalado em 1964 não influenciou na disposição dos membros da diretoria. Ela foi alterada estritamente por lógicas internas.

Fato interessante a ser destacado é que todos eram homens. Não só a administração do IHGB era composta apenas por homens, mas também todos os sócios até o ano de 1965. Neste ano houve uma Assembleia Geral em que os membros trataram, entre outros assuntos, sobre a possibilidade de ingresso de uma escritora na vaga no quadro da representação portuguesa – sócio correspondente de acordo com o artigo 2º do novo Estatuto (IHGB, 1965b,

p. 231-235). Para esta vaga foi proposto o nome da Professora Virgínia Rau por cinco sócios, que se tratava da primeira mulher indicada ao IHGB²⁸.

O parecer da Comissão de Admissão de Sócios se colocou em posição dúbia: foi favorável à entrada de acordo com os méritos e produção da historiadora e professora da Universidade de Lisboa. Entretanto, colocou restrição em relação à sua entrada, visto que até aquele momento nenhum sócio do sexo feminino havia pertencido ao quadro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dessa maneira, a Comissão apelou para uma decisão da Assembleia Geral e o Presidente Perpétuo José Carlos de Macedo Soares naquela circunstância solicitou que a Comissão de Estatutos elaborasse um parecer para o caso (Idem).

O assunto foi retomado em reunião da Assembleia Geral no dia 29 de setembro de 1965 apresentando a posição da Comissão de Estatutos, que foi contrária ao ingresso de Virgínia Rau. Esse posicionamento acabou por gerar vários debates entre os sócios presentes na Assembleia: alguns, contra e outros, a favor. Dentre eles, se destaca Américo Jacobina Lacombe, que vê nessa ocasião uma oportunidade de realizar uma revisão no Estatuto e José Carlos Macedo Soares, presidente do IHGB, que se coloca contrário à entrada de sócias (IHGB, 1965d, p. 266-274).

O Instituto procurou até esse momento seguir a tradição e compor o quadro de sócios apenas com membros do sexo masculino. Mas, como ressalta Américo Jacobina Lacombe, “os antigos não pensaram nas sócias porque não havia mulheres historiadoras no Brasil. Mas hoje as temos. Esta é que é a questão. Êste é o fato nôvo a que é preciso aplicar o *Novum Jus*” (Ibidem, p. 270). É enfático em sua posição favorável à entrada de da historiadora Virgínia Rau no quadro de sócios correspondentes portugueses e assim complementa:

“Se o Instituto pensa em continuar a representar o pensamento dos historiadores brasileiros precisa tomar em consideração a mudança radical no quadro dos que cultivam esta ciência. No magistério superior as mulheres arrebatarem as cátedras a candidatos varonis, com aclamações gerais, são diretoras, reitoras e ministras [...]. Os fundadores, a não ser inspirados por uma graça especial do Espírito Santo, não podiam pensar em mulheres cultas num país em que raras eram alfabetizadas. Estavam em 1838, e o primeiro estabelecimento de educação feminino no Rio, foi o das Irmãs de Caridade fundado em 1854.” (Ibidem, p. 269)

Dessa maneira, o sócio Américo Jacobina Lacombe procura, em favor da historiadora portuguesa, através de argumentos pertinentes, mostrar aos seus consócios que era preciso

²⁸ Virgínia Rau, nascida em Portugal em 1907, foi uma intelectual renomada nos meios universitários europeus. Produziu importantes trabalhos no campo da história agrária e econômica de Portugal dos séculos XVI e XVII, como seus livros *Feiras medievais portuguesas*, publicado em 1943; *Holandeses e a exportação do sal e Exploração e comércio do sal em Setúbal*, publicados em 1951 e artigos em revistas (SCHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2000, p. 524).

levar em consideração o contexto em que os sócios fundadores estavam inseridos. Considerar ainda que a realidade em 1965 era outra e as condições estavam propícias para uma melhor reflexão sobre o recrutamento de novos membros. A conquista do mundo científico pelas mulheres, segundo ele, era um fenômeno irrecorrível e uma simples questão de tempo. Para endossar seu discurso, apresenta um balanço do quadro feminino em Academias fora do país, como Austrália, Bélgica, Canadá, Finlândia, Grã-Bretanha, Irlanda, México, Holanda, Noruega, Polônia, Portugal, Porto Rico, Romênia, Estados Unidos, Uruguai, Venezuela e Iugoslávia (IHGB, 1965d, p. 270-273).

Apesar dos debates e divergências dos sócios acerca do ingresso de Virgínia Rau, sua entrada foi permitida. Entretanto, nos anos posteriores é possível perceber ainda a permanência majoritária de homens na composição do quadro de sócios com pouquíssimas expoentes femininos, com exceção da diretoria, que permaneceu sendo composta exclusivamente por homens ao longo do período aqui explorado²⁹.

Enquanto o IHGB ainda discutia sobre o ingresso de mulheres em seu espaço, elas desempenhavam importantes papéis na sociedade e na política. Inclusive, o golpe civil-militar, arquitetado por diversas entidades da sociedade civil, contou com a participação de muitas delas. Conforme explicita Janaína Cordeiro (2008), as mulheres das elites e classes médias dos anos de 1960 tiveram atuações relevantes no processo de derrubada de João Goulart. Elas se organizaram em entidades cívicas femininas nos principais estados do país, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e investiram em retóricas conservadoras e anticomunistas. Formaram diversos grupos como a União Cívica Feminina de São Paulo (UCF/SP), a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), a Liga da Mulher Democrática (LIMDE), a Cruzada Democrática Feminina (CDF) e a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG).

De acordo com Aline Presot (2011), essas mulheres dominaram o cenário político com demonstrações de repúdio ao comunismo e oposição às propostas de reformas do governo de Jango, sobretudo, a partir de 1962. Em defesa da família e da religião, a Macha da Família com Deus pela Liberdade, um dos momentos de maior expressão da organização conservadora, contou com a presença maciça de lideranças dos grupos femininos.

De toda forma, os membros da administração do IHGB que não enxergavam espaço para as mulheres dentro da instituição tinham uma concepção restrita do feminino, que

²⁹ A primeira brasileira a fazer parte do quadro social foi a professora Isa Adonias, eleita em 1968 e a prof^a Cybelle Moreira de Ipanema foi a primeira a integrar a diretoria no biênio de 1986 a 1987. Informações disponíveis no site do IHGB: <https://ihgb.org.br/ihgb/historico/congressos-simposios-coloquios-seminarios.html>. Acesso em 29/06/2017.

deveria permanecer longe de academias científicas. Concepção esta também compartilhada pelos segmentos sociais que apoiaram o golpe civil-militar que defendem um modelo de mulher que deveria ser mãe, esposa, dona-de-casa e ligada à vida religiosa (CORDEIRO, 2008, p. 102-103).

2.3 PROSOPOGRAFIA DOS MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO DO IHGB

O presente trabalho tem como um dos objetivos compreender quem eram os indivíduos que integravam a administração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no período da ditadura civil-militar, sujeitos estes congregados em torno de uma instituição tradicional e pertencentes à elite cultural da sociedade brasileira da época. A pesquisa sobre as elites colabora para o estudo de grupos de indivíduos que ocupam posições-chave na sociedade, dispõem de poderes, privilégios e influências e sua análise permite a compreensão de atores situados no topo da hierarquia social, a complexidade de suas relações e seus laços com setores da sociedade (HEINZ, 2006, p. 8).

A prosopografia – ou biografias coletivas³⁰ – ao buscar revelar características comuns de um determinado grupo social em um período histórico, se coloca como um método eficaz no manejo das elites e uma solução para explorar a complexidade do social no período analisado à luz de características razoavelmente constantes. É um método que procura se desvencilhar da velha história das elites, heroica e historicizante e se orienta pela busca das regularidades, dos sinais comuns, dos condicionamentos sociais e culturais na história de homens e coletividades (Ibidem, p. 10).

“Trata-se de conhecer as propriedades sociais mais requisitadas em cada grupo, sua valorização ou desvalorização através do tempo; conhecer a composição dos capitais ou atributos cultural, econômico ou social, e sua inscrição nas trajetórias dos indivíduos; enfim, conhecer os modelos e/ou estratégias empregados pelos diferentes membros de uma elite para alicerçar uma carreira exitosa e socialmente ascendente ou, em outros casos, evitar – mediante mecanismos de reconversão social – um declínio ou uma reclassificação social muito abrupta” (HEINZ, 2006, p. 9)

Dessa maneira, com o intuito de compreender quem eram os indivíduos que comandavam o IHGB nesse período optou-se por utilizar a prosopografia, que tem como

³⁰ Os termos prosopografia, biografias coletivas, método prosopográfico, podem ser utilizados indistintamente. No entanto, Heinz observa determinadas preferências em seus usos: historiadores anglo-saxões utilizam *prosopografia* para estudos referentes à antiguidade e medievalismo, assim como historiadores franceses têm preferência por esse termo; estudos contemporâneos optam pela designação de *biografias coletivas* (HEINZ, 2006, p. 9).

objetivo traçar um perfil geral – biografia coletiva – para o grupo a partir de biografias individuais consultadas em dicionários biográficos. A intenção aqui é perceber qual era a formação geral desses indivíduos que estavam engajados no projeto do IHGB, além de local de origem, carreira profissional e política.

Dessa forma, para este trabalho foi realizado um levantamento de toda a administração do IHGB – já apresentado neste capítulo – com o objetivo de conhecer quem eram esses indivíduos que estiveram à frente do instituto no momento em que o país passava por uma ditadura civil-militar. Para isto foram estabelecidas algumas pesquisas-chaves a respeito desses sujeitos que elucidam os interesses aqui colocados. São elas: filiação; data de nascimento, admissão na instituição e morte; origem; formação superior; participação em institutos, associações e academias, bem como trajetória profissional e política. Após a organização da lista dos indivíduos que formam esse grupo no período delimitado, essas informações, a respeito de cada um deles, foram consultadas em dicionários biográficos, preenchidas e sistematizadas em um banco de dados. Posteriormente, essas biografias individuais foram analisadas com o propósito de traçar uma biografia coletiva para o grupo selecionado, evidenciando as informações mais relevantes para esse trabalho.

O grupo coletado, nesse sentido, refere-se à trajetória de sessenta e quatro sócios, que são aqueles que tomaram as rédeas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no período delimitado – 1964 a 1979, englobando aqui os quinze membros que estiveram envolvidos na direção e os sessenta e dois inseridos nas comissões. Treze indivíduos, conforme destacado anteriormente, estiveram presentes tanto em algumas das comissões quanto em algum cargo da direção. A partir deste cenário, o universo resultante é de sessenta e quatro. O Quadro 3, a seguir apresentado, destaca esse panorama geral de maneira mais clara.

Quadro 3: Composição da administração

	Sócios	Comissões	Direção
1.	Adolfo Morales de los Rios Filho	x	
2.	Affonso Celso Vilela de Carvalho	x	
3.	Afonso Arinos de Melo Franco	x	
4.	Afonso Penna Júnior	x	
5.	Alexandre José Barbosa Sobrinho	x	
6.	Álvaro Teixeira Soares	x	
7.	Américo Jacobina Lacombe	x	x
8.	Antônio Camilo de Olivera	x	x
9.	Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega	x	
10.	Arthur César Ferreira Reis	x	x
11.	Carlos da Silveira Carneiro	x	x
12.	Christóvão Leite de Castro	x	
13.	Edmundo de Macedo Soares e Silva	x	
14.	Eduardo Canabrava Barreiros	x	
15.	Enéas Martins Filho	x	x
16.	Estevão Leitão de Carvalho	x	
17.	Eugenio Vilhena de Moraes	x	
18.	Fabio de Macedo Soares Guimarães	x	
19.	Fernando Monteiro		x
20.	Francisco de Assis Barbosa	x	
21.	Francisco de Paula e Azevedo Pondé	x	
22.	Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos	x	
23.	Francisco Marques dos Santos	x	
24.	Francisco Mozart do Rêgo Monteiro	x	
25.	Gilberto João Carlos Ferrez	x	
26.	Haroldo Teixeira Valladão	x	x
27.	Hélio Vianna	x	
28.	Herbert Canabarro Reichardt	x	
29.	Herculano Gomes Mathias	x	
30.	Ildefonso Mascarenhas da Silva	x	
31.	Ivolino de Vasconcellos	x	
32.	Joaquim de Sousa Leão Filho	x	x
33.	Jonas de Moraes Correia Filho	x	
34.	José Antônio Soares de Souza	x	x
35.	José Augusto Bezerra de Medeiros	x	
36.	José Carlos de Macedo Soares		x
37.	José Honório Rodrigues	x	
38.	José Wanderley de Araujo Pinho	x	x
39.	Josué Montello	x	
40.	Levi Carneiro	x	
41.	Lucas Boiteux	x	
42.	Luís de Castro e Souza	x	
43.	Manuel Diégues Júnior	x	
44.	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	x	x
45.	Marcello Moreira de Ipanema	x	
46.	Marcos Carneiro de Mendonça	x	
47.	Mário Barata	x	
48.	Mário Ferreira França	x	
49.	Maurício Amoroso Teixeira de Castro	x	
50.	Max Justo Guedes	x	
51.	Múcio Leão	x	
52.	Nelson Freire Lavenère-Wanderley	x	
53.	Nelson Omegna	x	

54.	Orlando Sattamini Duarte	x	
55.	Paulo Ferreira Santos	x	
56.	Pedro Calmon	x	x
57.	Plínio Doyle Silva	x	
58.	Raul do Rego Lima	x	
59.	Rodrigo Melo Franco de Andrade	x	
60.	Rodrigo Octávio Langgaard Menezes Filho	x	x
61.	Thiers Fleming	x	
62.	Venâncio Willeke, O.F.M. (Frei)	x	
63.	Virgílio Corrêa Filho	x	x
64.	Washington Perry de Almeida	x	

Fonte: Elaborado pela autora

Dessa forma, foram arrolados personagens que se destacaram no cenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro neste contexto ocupando postos-chaves na estrutura da instituição e que, por esse motivo, intervieram nos rumos dela. A interligação dos dados biográficos desse grupo tem por pretensão explorar e responder algumas indagações: que tipo de intelectual predominou na diretoria e nas comissões, e, portanto, na tomada de decisões do IHGB, no período da ditadura? Existe algum elo entre esses indivíduos com os projetos da ditadura? Entretanto, algumas outras questões básicas serão também brevemente exploradas, como origem e período de nascimento, admissão na instituição e falecimento, com o intuito de amarrar as ideias e conhecer do ponto de vista social a localização desses sujeitos.

Nesse sentido, o primeiro ponto a ser explorado é a data de nascimento desses indivíduos. Conforme é possível verificar, eles nasceram entre os anos de 1879 e 1940. A partir desse intervalo, o Quadro 4, dividido em cinco décadas, demonstra de forma detalhada os registros de nascimento encontrados neste grupo e as variações obtidas.

QUADRO 4: Ano de nascimento

Ano de nascimento	Número de indivíduos	Porcentagem
1871-1880	2	3%
1881-1890	12	19%
1891-1900	12	19%
1901-1910	25	39%
1911-1920	8	12,5%
1921-1930	4	6,2%
1931-1940	1	1,5%

Fonte: Elaborado pela autora

A análise do quadro nos permite considerar que há duas gerações presentes no interior deste grupo. Aqueles com mais idade nasceram em anos anteriores à inauguração da república no país ou na primeira década do novo governo (1879-1900) e totalizam 41%. O restante, correspondente a 59%, nasceu em anos posteriores com a república já instalada – a partir de 1901. As duas gerações, entretanto, se mostram em números equilibrados. Não foi revelado uma discrepância. Os dados levantados apontam, contudo, uma concentração considerável dos que nasceram entre os anos de 1901-1910, que corresponde a 39% do grupo.

De toda forma, o que se busca considerar aqui é um conceito de geração que extrapola a noção cronológica, partindo do argumento que esses sujeitos tinham em confluência aspectos sociais, que serão oportunamente abordados ao longo dos resultados prosopográficos, além de os próprios projetos do IHGB e a escrita da história nacional. Para o conceito geracional foram adotadas as ideias de Jean-François Sirinelli (1998) e Ângela de Castro Gomes (1999), que concebem o entendimento de geração para além da noção temporal.

Geração como análise de divisão do tempo, que apesar de ser considerado por vezes como um padrão problemático que exige precauções e que se trata de uma classificação do historiador, pode servir de marco inicial para análises das variações humanas. Para Sirinelli, o conceito de geração extrapola a noção temporal e se estabelece a partir de uma identidade,

normalmente determinada por um acontecimento inaugurador (SIRINELLI, 1998, p. 132-133).

A utilização da noção de geração é alvo de críticas e deve ser realizada com cuidado, pois de modo geral, a partir de uma visão evolucionista, ela é compreendida com um agrupamento de indivíduos de uma classe de idade – e que por isso, compartilham gostos e valores. Logo, com o passar linear do tempo há uma sucessão de geração e uma renovação natural das ideias. Essa noção de geração é restrita, pois homogeneiza o grupo a partir de um critério apenas cronológico (GOMES, 1999b, p. 39).

Dessa maneira, Ângela de Castro Gomes – seguindo sugestões de Claudine Attias-Donfut – considera que a geração evoca um *tempo*, que remete à memória comum de um grupo e à história que lhe é contemporânea. Assim, a noção de geração que aqui se congrega está ligada à ação de *eventos fundadores* ou *acontecimentos* marcantes, mas transcende a essas manifestações externas e considera também a memória comum de grupo. Esse é um tratamento que incorpora a ideia de tempo exterior – dos movimentos de conjuntos, eventos da história do país ou região – e a de tempo interior – acontecimentos experimentados por um grupo que constroem um sentido de união e pertencimento (GOMES, 1999a, p. 40-41).

Existem, é fundamental ressaltar, as solidariedades de idade. É, portanto, importante, que se leve em conta este aspecto conjuntamente com os fenômenos de geração. No meio intelectual, conforme aposta Jean-François Sirinelli, um processo de transmissão cultural, em que o intelectual se define a partir de uma herança, de uma influência dos mais velhos, se configura como um elemento de referência explícita ou implícita. Assim, os esclarecimentos em torno dos fenômenos de geração levam em conta os efeitos da idade, quando compreendido “no sentido de estrato demográfico unido por um acontecimento fundador [...]” (SIRINELLI, 2003, p. 254-255). Segundo ele, as repercussões do acontecimento fundador formam uma memória coletiva que marcam por toda a vida.

Por essa razão, optou-se por considerar como marcador da geração o evento fundador da Proclamação da República do Brasil em 1889 por dois motivos: um deles, por se tratar, obviamente, de um acontecimento marcante na história do país e em consequência, na história dos indivíduos. A segunda razão é pelo fato de se tratar de um evento que instalou uma república federativa presidencialista e que derrubou o império do Brasil, pondo fim à soberania de Pedro II – protetor do IHGB. Trata-se de um ponto de união e de pertencimento junto aos sócios do IHGB, que dedicam homenagens ao seu guardião.

Para além dessa informação, nota-se que os sessenta e quatro homens que constituíram o quadro da administração no período estudado foram admitidos no Instituto Histórico em idades variadas: dos vinte e oito anos aos setenta e três anos. O quadro a seguir (Quadro 5) apresenta a faixa de idade aproximada de quando ingressaram no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a preponderância de determinadas faixas etárias.

QUADRO 5: Idade de admissão no IHGB

Idade - admissão no IHGB	Número de indivíduos	Porcentagem
20 – 29 anos	2	3%
30 - 39 anos	14	22%
40 – 49 anos	14	22%
50 – 59 anos	16	25%
60 – 69 anos	12	19%
70 – 79 anos	5	8%
Não identificado	1	1,5%

Fonte: Elaborado pela autora

O quadro nos permite aferir que a maior parte, correspondente a 76%, dos indivíduos estudados, associaram-se entre os trinta e cinquenta e nove anos. Dessa maneira, já atingiam – até mesmo os mais novos – determinada maturidade intelectual. Já tinham produzido número satisfatório de escritos sobre o tema histórico, geográfico, etnográfico ou arqueológico e ministrado conferências. Sendo estas, inclusive, algumas das exigências para ingressar como sócio efetivo na instituição. Nota-se, entretanto, uma preponderância – ainda que sutil em comparação às outras faixas – na admissão entre os cinquenta e cinquenta e nove anos. Quando ocuparam cargos na direção do Instituto, por conseguinte, possuíam idades mais avançadas. No ano do golpe civil-militar, 1964, 87% dos componentes já ultrapassavam os cinquenta anos de idade: encontravam-se na faixa de cinquenta aos oitenta e cinco anos.

Deste grupo, apenas um está vivo. Todo o restante faleceu entre os anos de 1966 e 2016. Mas, parte significativa - cerca de 32% - faleceu entre os anos de 1981 e 1990, período em que o país passava pela transição democrática e rumava para o fim do regime militar. Quer dizer que todos vivenciaram o golpe que implantou a ditadura em 1964 e cerca de 60% deles

presenciaram o desfecho dos governos sob controle das Forças Armadas: alguns assistiram apenas aos anos de abertura política e outros tiveram a oportunidade de acompanhar o desenrolar dos acontecimentos até a saída definitiva dos militares do comando do país. O quadro seguinte expressa quantitativamente essas informações:

QUADRO 6: Ano de falecimento

Ano de falecimento	Número de indivíduos	Porcentagem
1961-1970	11	17%
1971-1980	14	22%
1981-1990	21	32%
1991-2000	11	17%
2001-2010	4	6%
2011-2016	2	3%
Ainda vivo	1	1,5%

Fonte: Elaborado pela autora

Deste grupo de sessenta e quatro pessoas, é expressivo o fato de que cerca de 64% deles tenham falecido na cidade do Rio de Janeiro, onde estavam já instalados por longo tempo. Apenas 4,5% morreu em São Paulo e 10% em outras cidades do país (Quadro 7). Deve-se levar em conta ainda o número elevado de registros não identificados (20%), que pode alterar o resultado. De toda forma, esses 20% não superariam a marca dos 64% do Rio de Janeiro, que está majoritariamente na frente.

A partir do local de falecimento de cada um, nota-se que todos eles se instalaram na região Sudeste, primordialmente no Rio de Janeiro, que havia sido até um determinado momento de suas vidas, capital do país e cidade sede do IHGB. Essa informação contrasta com os dados de origem que serão apresentados a seguir. Foram, portanto, intelectuais que viveram e teceram relações de sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro, que em sua condição de ex-capital ainda se destacava como um espaço de atração para intelectuais vindos de várias partes do país (GOMES, 1999, p. 19), muito embora essa não tenha sido a naturalidade de muitos deles.

QUADRO 7: Local de falecimento

Local de falecimento	Número de indivíduos	Porcentagem
Rio de Janeiro	41	64%
São Paulo	3	4,5%
Niterói	1	1,5%
Saquarema	1	1,5%
Guaratinguetá	1	1,5%
Olinda	1	1,5%
Petrópolis	1	1,5%
São Pedro da Aldeia	1	1,5%
Não faleceu	1	1,5%
Não identificado	13	20%

Fonte: Elaborado pela autora

Um número considerável dos membros da diretoria já possuía a sua origem no Rio de Janeiro – correspondente a 39%. Além disso, chegou-se à conclusão que, no que diz respeito ao local de nascimento desses homens que participaram da direção do IHGB no período da ditadura civil-militar, 64% desse grupo nasceu na região sudeste do país: nasceram vinte e cinco no estado do Rio de Janeiro (39%), doze em Minas Gerais (19%) e quatro em São Paulo (6%). Nota-se ainda que havia mais sujeitos oriundos do estado de Pernambuco (7,5%) à de São Paulo. Desse modo, quinze membros da administração do IHGB no período de 1964 a 1979 eram do Nordeste, equivalente a 23,5%. As outras regiões possuíam poucos expoentes. Três (4,5%) eram do Norte; dois (3%) da região sul e um do centro-oeste (1,5%). Dois eram de outra nacionalidade: Alemanha e Espanha.

A partir da pesquisa, os números resultantes atestam que o IHGB, em que pese sua administração no período da ditadura civil-militar, era provido de sujeitos de diversas localidades do país, embora a maioria fosse oriunda da região sudeste do país.

QUADRO 8: Estado de origem

Estado de origem	Número de indivíduos	Porcentagem
Rio de Janeiro	25	39%
Minas Gerais	12	18,7%
Pernambuco	5	7,5%
São Paulo	4	6%
Bahia	3	4,6%
Alagoas	3	4,6%
Amazonas	1	1,5%
Ceará	1	1,5%
Maranhão	1	1,5%
Mato Grosso	1	1,5%
Pará	1	1,5%
Paraíba	1	1,5%
Piauí	1	1,5%
Rio Grande do Norte	1	1,5%
Rio Grande do Sul	1	1,5%
Santa Catarina	1	1,5%
Vestfália (Alemanha)	1	1,5%
Guipúscoa (Espanha)	1	1,5%

Fonte: Elaborado pela autora

QUADRO 9: Origem regional

Região	Número de indivíduos	Porcentagem
Sudeste	41	64%
Nordeste	15	23,5%
Norte	3	4,6%
Sul	2	3%
Centro-Oeste	1	1,5%
Exterior (Alemanha e Espanha)	2	3%

Fonte: Elaborado pela autora

Boa parte dos sujeitos alcançou estudo superior regular, inteirando 78,5%. Quatro (6%) não foram identificados. Dez, que representam 15,5%, ao que parece, não se diplomaram. No entanto, tiveram suas carreiras bem-sucedidas. Alguns deles seguiram suas carreiras nas Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) e não ingressaram no ensino superior, como é o caso, dentre outros, de Carlos da Silveira, que dedicou sua vida à Marinha³¹. Outros, seguiram o funcionalismo público, como é o caso de José Antônio Soares de Sousa, que era funcionário público do Estado do Rio de Janeiro. Além deles, Fernando Monteiro, sem formação, foi funcionário do Banco do Brasil. Galgou degraus na carreira e chefiou o gabinete do Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

No que tange à formação do grupo, o levantamento realizado indica a preponderância de indivíduos que cursaram a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Foram trinta e um formados em direito, equivalente a 48,5%. Nove (14%) se formaram em engenharia, cinco (8%) em medicina e dois (3%) em arquitetura. Essas informações estão reunidas no quadro a seguir apresentado.

Deve-se levar em conta, entretanto, que existem algumas distorções no quadro que precisam ser previamente explicadas. Como poderá ser visto, a soma dos indivíduos nesta

³¹ Em 1911 se tornou guarda-marinha; em 1915 segundo-tenente; em 1917, primeiro-tenente e em 1923, promovido a capitão-tenente. Na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) comandou o navio norte-americano Marajó e foi promovido em novembro de 1945 a capitão-de-mar-e-guerra e em abril de 1950 a contra-almirante. Em seguida assumiu o comando do V Distrito Naval em Florianópolis, e logo em 1954 foi promovido a vice-almirante, deixando aquela unidade em janeiro de 1955. Posteriormente foi designado então comandante-em-chefe da Esquadra e deixou esse posto em 1957, já no governo do presidente Juscelino Kubitschek. Faleceu em 1974 (ABREU; BELOCH, 2001).

tabela não resulta em sessenta e quatro, mas em setenta. Isso ocorreu, pois alguns dos indivíduos analisados tiveram mais de uma formação. Como é o caso de Adolfo Morales de Los Rios Filho, formado em engenharia e arquitetura; Fábio de Macedo Soares, diplomado em engenharia e geografia; Mario Barata, formado em ciências sociais e letras; Nelson Omega graduado em ciências sociais, teologia e filosofia, além de Venâncio Willeke, graduado em teologia e filosofia.

QUADRO 10: Formação superior

Formação Superior	Número de indivíduos	Porcentagem
Ciências Jurídicas e Sociais (Direito)	31	48,5%
Engenharia	9	14%
Medicina	5	8%
Arquitetura	2	3%
Ciências Sociais	2	3%
História/Geografia	2	3%
Filosofia	2	3%
Teologia	2	3%
Letras	1	1,5%
Sem formação	9	14%
Não identificado	5	8%

Fonte: Elaborado pela autora

Chama a atenção o fato de haver um elevado número de advogados, assim como nove engenheiros, cinco médicos e dois arquitetos na administração do IHGB. Em contraste a estes números, apenas dois eram formados na área de ciências sociais, dois em história e geografia, dois em filosofia, mesmo número em teologia e um em letras. Eles foram admitidos no Instituto primeiramente como sócios por possuírem número significativo de obras ou escritos na área de história ou geografia. Além disso, cinco não foram identificados e nove, conforme as informações disponíveis, não possuíram formação.

Dentre os nove que não se diplomaram, cinco seguiram suas carreiras apenas nas forças armadas (marinha e aeronáutica) e por isso, não ingressaram no ensino superior. Outros seguiram suas carreiras profissionais em outros campos. O quadro apresentado mostra, a partir de pesquisas nos dicionários biográficos aqui elencados, bem como no site do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e em sua revista, que quatro fizeram parte da marinha (Carlos Carneiro, Lucas Boiteux, Max Guedes e Washington Perry) e um integrou-se à aeronáutica (Nelson Freire Lavenère-Wanderley). Os outros quatro seguiram caminhos diversos: Eduardo Canabrava dedicou-se ao desenho; Fernando Monteiro foi funcionário do Banco do Brasil; Gilberto Ferrez foi pesquisador, colecionador e comerciante e Marcos Mendonça, presidente e diretor de empresa.

QUADRO 11: Trajetória profissional

Nome	Trajetória profissional
Carlos da Silveira Carneiro	Comandante do V Distrito Naval (1951-1955); comandante do I Distrito Naval (1955); comandante-em-chefe da Esquadra (1955-1957).
Eduardo Canabrava	Estudou desenho e perspectiva com o engenheiro e desenhista Paulo Metre. Praticou desenho topográfico com o engenheiro Arlindo Araújo, ainda na cidade natal, tendo depois executado trabalhos de especialidade, além de desenhos artísticos e comerciais. Recebeu ainda lições de pintura do mestre Delpino. Realizou uma exposição de pintura em Curvelo (1928-1929), onde também pintou a igreja Matriz e a de Buenópolis. No Rio de Janeiro, em 1935, dedicou-se ao desenho comercial e artístico, executando então trabalhos para jornais e revistas, bem com ilustrações de livros didáticos e de literatura. Em 1940, fundou o Instituto Cartográfico Canabrava Barreiros, dedicando-se à cartografia, prestou serviços para entidades públicas e privadas.
Fernando Monteiro	Funcionário do Banco do Brasil, galgou os diversos degraus da carreira, servindo em São Paulo e no Rio de Janeiro, no Gabinete do Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial que chefiou durante algum tempo. Sugeriu a criação do Museu do Banco do Brasil.
Gilberto Ferrez	Foi pesquisador, colecionador, historiador e comerciante. Considerado um importante colecionador e pesquisadores da iconografia urbana brasileira no período colonial e imperial, além de ser pioneiro no estudo da história da fotografia no Brasil Trabalhou durante sua juventude na administração do Cinema Pathé, a segunda sala de exibição de filmes no Rio de Janeiro, e na empresa de materiais fotográficos e cinematográficos Marc Ferrez, ambos estabelecimentos comerciais de sua família. Em paralelo à atividade de comerciante, à qual se dedica toda a vida, realiza estudos sobre a evolução urbana e arquitetônica das mais antigas cidades do país.
Lucas Alexandre Boiteux	Cursou a Escola Profissional de Comando da Escola Naval. 2º tenente (1902); 1º tenente (1904); capitão-tenente (1911); capitão-de-corveta (1921); capitão-de-fragata (1932); capitão-de-mar-e-guerra (1938).
Marcos Carneiro de Mendonça	Deixou incompleto o curso da Escola Politécnica do RJ e possuiu formação autodidata de historiador. Formou a coleção de documentos conhecida como “Arquivo do Cosme Velho”. Foi tricampeão carioca de futebol pelo Fluminense F.C., clube do qual foi presidente, e campeão sul-americano (1919). Trabalhou mais de sessenta anos na Usina Siderúrgica Queiroz, de seu sogro. Foi, também diretor da Companhia do Cimento Portland Mauá, membro da 1ª comissão de salário mínimo do Brasil e do Conselho Nacional do Trabalho. Presidiu a Sociedade Capistrano de Abreu (1932).
Max Justo Guedes	Entrou para a Escola Naval (1946) e atingiu o posto de capitão-de-mar-e-

	guerra (1971). Reorganizou e dirigiu o Serviço de Documentação Geral da Marinha.
Nelson Freire Lavenère-Wanderley	Militar. Aspirante-a-oficial da arma de aviação (1930); segundo-tenente (1930); capitão (1933); comandante da Esquadilha de Aviação e instrutor-chefe de aviação (1935-1937); cursou a Escola de Estado-Maior do Exército (ECEME), sendo promovido a major (1938-1940); chefe de ensino da Escola de Aeronáutica, alcançando o posto de tenente-coronel-aviador (1942-1943); comandante do 2º Regimento de Aviação (1945); diretor de ensino do curso de tática aérea (1947); comandante do Comando de Transporte Aéreo (Comta) (1951-1953) tornou-se segundo-subchefe do Estado-Maior da Aeronáutica (Emaer), sendo promovido a brigadeiro-do-ar (1956); Comandante da I Zona Aérea – Escola Superior de Guerra (1956); comandante da IV Zona Aérea (1961); comandante da V Zona Aérea (1964); ministro da Aeronáutica (1964); chefe da Escola Mineira de Formação de Aviadores (1966-1968).
Washington Perry de Almeida	Foi da Marinha e exerceu as mais altas comissões. Participou da Primeira Guerra Mundial como comandante de submarino e da Segunda Guerra Mundial como comandante de unidades navais

Fonte: Elaborado pela autora

Com formação em história e geografia, apenas Marcello Moreira de Ipanema pela Faculdade Nacional de Filosofia (FNfi) da Universidade do Brasil³² e Fábio de Macedo Soares, que se formou primeiro em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro em 1928 e posteriormente licenciou-se em geografia também pela Faculdade Nacional de Filosofia.

Marcelo de Ipanema foi professor de ensino secundário do ex-distrito Federal. Foi professor na Universidade Católica (PUC-RJ) até 1974 e diretor a partir de 1965 da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara, órgão recém-criado. Começou a colaborar com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, levado pelo professor Leão Teixeira, em 1963, no Congresso do Bicentenário da transferência da capital, de Salvador para o Rio de Janeiro, prosseguindo, na Comissão das quartas-feiras. Ingressou como sócio em 1965 e fez parte da Comissão Permanente de Arqueologia e Etnografia a partir de 1970. Participou das atividades iniciais do Museu da Imagem e do Som da Guanabara. Foi docente da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília de 1967 a 1969. Posteriormente, continuou a ensinar na Escola de Comunicação da UFRJ onde alcançou docência-livre, por concurso de 1977 (IHGB, s/d).

³² Não há informação sobre o ano de formação de Marcello Ipanema. De toda forma, sabe-se que foi entre os anos de 1939 e 1967, anos de criação e desmonte da Faculdade de Filosofia, respectivamente (FERREIRA, 2012).

Fábio de Macedo Soares lecionou geografia no Instituto Rio Branco e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no Instituto hoje Universidade Santa Úrsula e em escolas do Distrito Federal. Fez parte do Conselho Nacional de Geografia e foi chefe da Seção de Estudos Geográficos e secretário-geral. Foi eleito sócio efetivo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1958. Fez parte da Comissão Permanente de Admissão de Sócios, no período aqui estudado, de 1964 a 1967 e a partir de 1968 esteve presente na Comissão de Geografia.

O fato de ter apenas dois formados na área de história e geografia na administração do IHGB entre os anos 1964-1979 pode ser esclarecida pelo número escasso de cursos superiores no país, sendo que boa parte deles eram voltados para as áreas de direito, engenharia e medicina. Além disso, conforme evidencia Norma Lucia da Silva e Marieta de Moraes Ferreira (2011), os primeiros cursos superiores de História no Brasil foram institucionalizados na década de 1930: primeiro pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934, e depois, pela Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, que mais tarde em 1939 seria reestruturado na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil - atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na década de 1940 discutia-se entre os geógrafos principalmente, a separação dos cursos de história e geografia nas faculdades de filosofia. Separação esta que ocorreu na FNFi a partir de 1955, abrindo campo para as duas disciplinas em departamentos e cursos distintos (FALCON, 2009 apud FERREIRA, 2012, p. 616). Essa alteração trouxe renovação para os cursos de história com mudanças curriculares, introdução de novas disciplinas.

A reforma realizada no ensino em 1931 por Francisco Campos deu corpo à Universidade no país com a implementação de faculdades de filosofia, que passavam a oferecer vários cursos, inclusive o de História. As ciências sociais receberam maior atenção e deram início a um processo de formação de cursos específicos na área das ciências humanas. Foi um processo gradativo, que reuniu resultados a longo prazo” (IGLESIAS, 1992 apud SOUSA, 2009, p. 25-26).

Posteriormente, nos anos de 1960, a pós-graduação foi institucionalizada no país em diversas áreas, incluindo a história. O professor universitário passou atuar não só na atividade docente, como também na pesquisa. O modelo associava docência e investigação. Aproximadamente trinta anos depois a produção historiográfica brasileira se concentrou nos programas de pós-graduação das universidades. Alguns espaços foram preenchidos por

instituições especificamente voltadas para a pesquisa, como a Casa Rui Barbosa, Fundação Oswaldo Cruz e CPDOC, por exemplo (WEHLING, 2007, p. 9-10).

A década de 1960, assim, foi intensa de discussões sobre a realidade brasileira, o lugar da universidade, o papel da história. Neste contexto, em 1961, acontece o Primeiro Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior e fundou-se a Associação de Professores Universitários de História (Anpuh). Marieta de Moraes Ferreira, evidencia esse encontro como uma importante ocasião para delinear o engajamento da entidade, o lugar do ensino da história e da profissionalização do professor de história (FERREIRA, 2012).

Dentro do que se tem de informação, esses sócios aqui destacados se graduaram entre os anos de 1902 e 1953 e a maioria entre as décadas de 1920 e 1940, conforme pode ser visto no Quadro 11. Boa parte dos sujeitos analisados, portanto, já estavam se formando quando as faculdades história no Brasil estavam sendo criadas. Como até os anos de 1930 não havia distinções disciplinares tão nítidas no Brasil, o que se via era uma ausência de faculdades destinadas à formação de profissionais na área de história e outras. Dessa forma, o ofício de historiador era executado por uma categoria mais abrangente de intelectuais: no geral, a dos homens de letras (GOMES, 1999b, p. 38).

QUADRO 12: Ano de formação superior

Ano de formação	Número de indivíduos	Porcentagem
1901-1910	6	9,5%
1911-1920	7	11%
1921-1930	10	15,5%
1931-1940	10	15,5%
1941-1950	3	4,5%
1951-1953	1	1,5%
Sem formação	10	15,5%
Não identificado	17	26,5%

Fonte: Elaborado pela autora

Diante deste contexto, para ser historiador bastava se envolver na produção de textos históricos e até os anos de 1940 os historiadores eram percebidos como conhecedores de um

amplo espectro de saberes envolvendo, além da história, a etnologia, o folclore, linguística, geográfica, biologia (GOMES, 1999b, p. 75).

O que se quer mostrar é que a pesquisa histórica era um esforço dos homens da “república das letras” paralela à sua atividade principal, de professor secundário, comerciante, diplomata, advogado, militar ou engenheiro. Eram esses sujeitos que moldavam a compreensão da História do Brasil vigente por muito tempo. Mesmo com outras funções, exerciam a pesquisa histórica. “Não era para eles uma obrigação funcional o exercício da investigação; ela era uma aventura do espírito” (WEHLING, 2007, p. 9). Ângela de Castro Gomes contribui também para essa discussão ao esclarecer que, quando o campo intelectual ainda não era totalmente compartimentado institucional e profissionalmente, em tese eram historiadores “todos aqueles que produziram na área dos ‘estudos históricos’, havendo um esforço de distinção tanto da filosofia e da literatura lato sensu, quanto do que se chama de estudos políticos sociais. [...]” (GOMES, 1999b, p. 37). Assim, os historiadores acumulavam outras especialidades e eram com frequência poetas, romancistas, juristas e praticamente todos, jornalistas militantes.

Américo Jacobina Lacombe pode ser destacado como exemplo. Formado na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1931 – com vinte e dois anos - não se encantou pelo exercício de sua profissão de advogado e se tornou servidor público e professor. Lecionou História Geral e do Brasil em vários colégios da cidade. Em 1939 se tornou Diretor da Casa de Rui Barbosa. Além disso, posteriormente, exerceu o cargo de Secretário de Educação e Cultura no Rio de Janeiro. Na década de 1960, antes do golpe civil-militar, dirigiu a Casa do Brasil da Cidade Universitária de Paris (ABREU; BELOCH, 2001). Em 1945 foi admitido no IHGB e fez parte da Comissão Permanente de História durante todos os anos considerados para este trabalho. Produziu diversos trabalhos na área de história. Além de prefácios, anotações e traduções, publicou inúmeros artigos em periódicos especializados, do Brasil e do Exterior. Foi ainda autor de um número extenso de livros, muitos deles dedicados a Rui Barbosa³³.

³³ *Paulo Barbosa e a Fundação de Petrópolis* (1941), *Um Passeio pela História do Brasil* (1943), *Rio Branco e Rui Barbosa* (1948), *Sobre Rui Barbosa: Mocidade e Exílio* (1949), *Ensaio Literários de Rui Barbosa* (1949), *O Pensamento Vivo de Rui Barbosa* (1949), *Rui Barbosa e a 1ª Constituição da República* (1949), *Paulo Barbosa, Biografia* (1950), *Formação Literária de Rui Barbosa* (1954), *Brasil. Período Nacional* (1956), *Presença de Rui na vida brasileira* (1967), *Elogio de Antonio da Silva Melo* (1974), *Introdução ao estudo da História do Brasil* (1974), *Roteiro das Obras Completas de Rui Barbosa* (1975), *História do Brasil* (1979), *O clero no Parlamento Brasileiro* (1979), *Independência do Brasil* (1980), *Obra Histórica do Pe. Hoornaert* (1983), *Organização e Administração do Ministério da Justiça no Império* (1986), *Afonso Pena e sua Época* (1986), *Ensaio Brasileiros de História* (1989), *Introdução notas de Correspondência com Paulo Barbosa da Silva, de Araújo Porto Alegre* (1990), *Rui Barbosa e a Queima dos Arquivos* (1988). Referência: IHGB. Sócios

Além dele, há muitos outros casos que podem ser exemplificados. Luís de Castro e Souza, nascido em Caruaru (PE) no ano de 1924, formou-se na Faculdade Fluminense de Medicina e especializou-se em Organização e Administração Hospitalar pela Escola Nacional de Saúde e em Medicina do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi membro do Conselho Científico da Revista Brasileira de Medicina e Revista Brasileira de História da Medicina. Foi ainda redator do Diário da Manhã e colaborou em jornais e revistas do Recife e Rio de Janeiro. Médico do Instituto dos Bancários, exerceu altos cargos na administração e se aposentou como diretor-geral do Hospital da Lagoa, em 1990. Dedicou-se simultaneamente, ao longo da vida, à ciência médica e às atividades históricas e literárias. Fez parte de numerosas instituições históricas, culturais e literárias do país³⁴. Em 1963, aos 39 anos, foi admitido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como sócio honorário por ser médico e historiador e ter se distinguido “na seara das Letras Históricas nacionais, por uma série de realizações e contribuições de valia”. Concentrou-se em estudos histórico sobre D. Pedro II, Princesa Isabel, Princesa Leopoldina e seu centenário³⁵ (IHGB, 1963, p. 286-287).

Correlatamente, os sócios, membros da administração do IHGB, exerciam diversas carreiras como as de poeta, crítico literário, professor, funcionário público, médico, engenheiro, advogado, militar, escritor e jornalista. Muitos se dedicavam a mais de uma delas. Mas, algo que deve-se colocar em destaque é que ao menos trinta e três membros (51%) da administração do IHGB dedicaram suas vidas à atividade docente.

Além disso, pode-se considerar que um número expressivo é descendente de família tradicional na vida política e cultural do país. Há casos de pai jornalista, teatrólogo, jurista, ministro do Tribunal de Contas da União, professor, político e fundador da Academia Brasileira de Letras. O quadro, a seguir apresentado, elenca os casos mais expressivos dos quais se tem informação. São vinte e dois sujeitos que possuem uma trajetória familiar destacada, que correspondem a 34% do total.

falecidos brasileiros: Américo Jacobina Lacombe. Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/ajlacombe.html>. Acesso em: 20 de novembro de 2017.

³⁴ Instituto Brasileiro de História da Medicina; Federação Nacional de História da Medicina e Ciências Afins; Academia Pan-Americana de História da Medicina; Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; Instituto Arqueológico do Maranhã; Instituto Histórico de Santos; Academia Pernambucana de Letras; Academia de Letras de Goiânia; Federação das Academias de Letras do Brasil (IHGB, 1963, p. 286).

³⁵ Publicou diversos trabalhos, dentre eles: *O Cirurgião da Armada, Dr. Freitas e Albuquerque, Herói e Mártir da Guerra do Paraguai* (1963), *Os mártires do Serviço de Saúde na guerra do Paraguai* (1967), *Carlos Seidl – uma figura humana* (1968), *Laurindo Rabelo: médico soldado* (1970), *A medicina na guerra do Paraguai* (1972), *Oswaldo Cruz na Academia Brasileira* (1972), *Soares de Meirelles – Patrono do Serviço de Saúde da Marinha* (1973), *O Poeta Maciel Monteiro: de Médico a Embaixador* (1975), *Treinamento e aperfeiçoamento na área de Assistência Médica* (1975), *Miguel Pereira: um cidadão exemplar* (1973), *Magalhães Gomes – evocação* (1986).

QUADRO 13: Origem familiar

Número	Nome	Filiação	Trajectoria familiar
1	Adolfo Morales de Los Rios Filhos	Adolfo Morales de los Rios	Pai: engenheiro, arquiteto, radicado no Brasil
2	Afonso Arinos de Melo Franco	Afonso Arinos de Melo Franco e Sílvia Alvim de Melo Franco	Pai: deputado federal de Minas Gerais (1906-1918; 1920-1923; 1927-1929); ministro da Viação 1918-1919; embaixador do Brasil na Liga das Nações (1924-1926); ministro das Relações Exteriores (1930-1933).
3	Afonso Penna Júnior	Afonso Augusto Moreira Pena e Maria Guilhermina de Oliveira Pena	Pai: deputado geral por Minas Gerais (1878-1884; 1886-1889), ministro da Guerra (1882), da Agricultura (1883-1884) e do Interior (1885), presidente de Minas Gerais (1892-1894), vice-presidente (1902-1906) e presidente da República (1906-1909).
4	Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega	Francisco de Gouvêa Nóbrega e Maria da Cunha Nóbrega	Pai: juiz federal
5	Arthur César Ferreira Reis	Vicente Torres da Silva Reis e de Emília Ferreira Reis.	Pai: jornalista e teatrólogo
6	Edmundo de Macedo Soares e Silva	Sebastião Edmundo Mariano da Silva e Elisa Macedo Soares e Silva.	Pai: médico Sua família teve atuação importante na vida política e cultural do país. Seu avô materno, Antônio Joaquim de Macedo Soares, foi magistrado, jurisconsulto, lexicógrafo e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF); seu irmão, Hélio de Macedo Soares e Silva, foi deputado federal (1951-1955). Entre seus primos destacaram-se José Carlos de Macedo Soares, constituinte (1934), ministro das Relações Exteriores (1934-1937; 1955-1958), ministro da Justiça (1937) e interventor federal em São Paulo (1945-1947); José Roberto de Macedo Soares, embaixador no Uruguai (1945- 1951); José Cássio de Macedo Soares, deputado federal (1935-1937), e José Eduardo de Macedo Soares, jornalista, deputado federal (1915-1923), constituinte (1934) e senador pelo Rio de Janeiro (1935-1937).
7	Francisco de Paula e Azevedo Pondé	João de Souza Pondé e Adriana Maria Daltro de Azevedo Pondé	Pai: médico

8	Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos	João Paulo Gomes de Mattos e Joana de Alencar Gomes de Mattos.	Pai: desembargador
9	Gilberto João Carlos Ferrez	Júlio Marc Ferrez e Claire Louise Poncy Ferrez	Bisneto do escultor Zepherin Ferrez (1797-1851), neto do fotógrafo Marc Ferrez (1843-1923) e filho do comerciante e cineasta Júlio Ferrez (1881-1946)
10	Haroldo Teixeira Valladão	Alfredo Vilhena Valadão e Maria Isabel dos Reis Teixeira Valadão	Pai: jurista e ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) de 1916 a 1935
11	Hélio Viana	Arthur Viana e Querubina Martins Viana.	Pai: comendador
12	José Antônio Soares de Sousa	Paulino José Soares de Sousa e D. Ana Maria Teixeira Soares de Sousa	Pai: professor. Neto do Visconde do Cruzeiro
13	José Augusto Bezerra de Medeiros	Manuel Augusto Bezerra de Araújo e Cândida Olindina de Medeiros	Pai: bacharel e professor em Caicó (RN). Foi deputado estadual. Pertencia a uma importante família de políticos, uma das oligarquias de seu estado. Seu avô materno, José Bernardo de Medeiros, chefe político do Seridó por mais de três décadas no fim do Império e início da República, foi várias vezes deputado estadual e senador pelo Rio Grande do Norte. Seu avô paterno, Silvino Bezerra de Araújo Galvão, foi deputado estadual e líder do Partido Republicano Federal (PRF), além de vice-governador do estado (1892-1896). Seu tio Juvenal Lamartine de Faria foi vice-governador do estado (1904- 1906), deputado federal, senador e governador do Rio Grande do Norte (1928 -1930).
14	José Carlos de Macedo Soares	José Eduardo de Macedo Soares e Cândida Azevedo Sodré de Macedo Soares	Pai: empresário e professor Mãe: descendente de família de tradição na vida política e cultural do país.
15	José Wanderley de Araujo Pinho	João Ferreira de Araújo Pinho e Maria Luísa Wanderley de Araújo Pinho	Pai: presidente da província de Sergipe (1876) e governador da Bahia (1908-1911)

16	Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa	Pedro da Cunha Pedrosa	Pai: senador da Paraíba (1912-1914; 1915-1922); ministro do Tribunal de Contas da União (1923-1931).
17	Múcio Leão	Laurindo Leão e Maria Felicíssima Carneiro Leão.	Pai: professor da Faculdade de Direito do Recife
18	Nelson Freire Lavenère-Wanderley	Alberto Lavenère-Wanderley e de Laurentina Freire Wanderley.	Pai: militar; comandante da 7ª RM (1929-1930)
19	Orlando Sattamini Duarte	Luís Gonçalves Duarte e Laura Sattamini Duarte	Neto materno do médico professor Antônio Sattamini (1865-1957)
20	Paulo Ferreira Santos	Samuel Ferreira Santos e Alice Cruz Santos	Mãe: irmã do médico sanitário Oswaldo Cruz
21	Plínio Doyle Silva	Leopoldo Doyle Silva e Seraphina Doyle Silva	Pai: diretor de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Mãe: professora
22	Rodrigo Octávio de Langgaard Menezes Filho	Rodrigo Octavio de Langgaard e de Maria Rita Pederneiras	Pai: um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras

Fonte: Elaborado pela autora

Outro aspecto relevante de observação é a importância da atividade jornalística. Alguns dos membros ligados à administração do IHGB no período de 1964 a 1979 ingressaram no mercado de trabalho intelectual como colaboradores de periódicos. Uma amostra desse panorama pode ser apresentada com o caso de Rodrigo Octávio de Langgaard Menezes Filho, que com seu pai fundou a *Revista Jurídica*, de grande prestígio no meio, da qual foi redator-secretário. Fez parte do grupo de colaboradores da revista *Fon-Fon* e contribuiu para vários jornais, entre os quais o *Correio da Manhã*. Outro caso exemplar é o de Pedro Calmon, que trabalhou na imprensa como redator dos jornais *O Imparcial* e *Gazeta de Notícias*, no Rio de Janeiro, e *A Tarde*, na Bahia (ABREU e BELOCH, 2001). Além deles, Alexandre José Barbosa Sobrinho, que colaborou na imprensa pernambucana (*Diário de Pernambuco*, *Jornal Pequeno* e *Jornal do Recife*), assim como em periódicos do Rio de Janeiro (*Jornal do Commercio*), Porto Alegre (*Correio do Povo*) e São Paulo (*Gazeta de São*

Paulo). Foi ainda noticiarista, redator político e redator-chefe durante setenta anos no *Jornal do Brasil* (desde 1921).

Outros conjugaram suas funções com o jornalismo. Exemplos nesse sentido podem ser apresentados, como Afonso Arinos de Melo Franco que colaborou no *O Jornal*, *Diário da Noite* e *Diário de Notícias* ao mesmo tempo em que se dedicava ao magistério; Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega, advogado, assistente do presidente da Comissão do Imposto Sindical, procurador-chefe do IAPB no Rio de Janeiro, fez parte da redação da revista *DEC*, foi redator do *Correio da Noite*, *A União*, *A Cruz*, assim como também colaborou com o *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*. Situação semelhante foi a de Arthur César Ferreira Reis, Francisco de Assis Barbosa, Francisco Mozart do Rêgo Monteiro, Frei Venâncio Willeke, José Antônio Soares de Sousa, Levi Carneiro, Luís de Castro e Souza, Mário Barata, Mário Ferreira França, Múcio Leão, Nelson Omegna, Plínio Doyle Silva, Raul do Rego Lima e Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Diante deste quadro, tem-se que ao menos 25% dos sócios do IHGB analisados tiveram, em algum momento de suas vidas, engajamento na atividade jornalística. Nesse sentido, conforme esclarece Ângela de Castro Gomes, atuar em jornais e em revistas era fundamental porque fazia parte de uma estratégia de ascensão intelectual e também porque os periódicos se constituíam como a base da circulação de ideias da época (GOMES, 1999: 46). Ainda como aponta Sérgio Miceli, os jornais eram aliados dos intelectuais a partir da década 1920:

“[...] o êxito e a consagração não são mais concedidos às obras raras de um autor individual, mas sim aos grupos de escritores associados em empreendimentos intelectuais coletivos (jornais, etc) que tem a se tornar ao mesmo tempo as principais instâncias de consagração” (MICELI, 2001, p. 57).

É, nesse sentido, um lugar de fermentação intelectual, de relação afetiva e de espaço de sociabilidade (SIRINELLI, 2003, p. 249). Não só os jornais, mas também as academias e institutos. Assim, torna-se relevante salientar que os membros analisados na pesquisa possuíam reconhecimento da comunidade intelectual, o que pode ser afirmado a partir da verificação da constância e permanência deles em institutos como, além do próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Brasileira de Letras, academias de letras e institutos históricos regionais, que eram lugares de sociabilidade de destaque. Como afirma Sirinelli:

“Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver” (SIRINELLI, 2003, p. 248).

Dessa maneira, o meio intelectual é constituído de um “pequeno mundo estreito”, onde vínculos se apertam em torno de ambientes, como um conselho editorial ou uma associação (SIRINELLI, 2003, p. 248).

É possível, além disso, perceber a associação desses ofícios à carreira política de uma pequena parte desses sujeitos. Doze deles (19%) atuaram em algum momento da vida como deputados federais ou governadores, conforme verificado em verbetes do CPDOC. Dentre os doze, apenas dois, Afonso Arinos de Melo Franco e Arthur César Ferreira Reis tiveram trajetórias políticas desenvolvidas no período da ditadura civil-militar.

Ainda, apresentou-se com evidência na pesquisa o elevado número de sócios cuja identificação com partidos políticos ou movimentos não pôde ser encontrada. Foi possível localizar essa informação apenas daqueles que tiveram cargos políticos, com a exceção de Hélio Vianna que não foi eleito, mas teve vínculos com a Ação Integralista Brasileira (AIB) e foi candidato a um mandato parlamentar por essa legenda. O Quadro 13 apresenta essas informações de forma resumida, destacando cargos políticos, filiações partidárias e participações em movimentos políticos.

QUADRO 14: Trajetória política / Participação em partidos e movimentos políticos

Número	Nome	Cargo	Partido/ Movimento Político
1	Afonso Arinos de Melo Franco	Deputado Federal de Minas Gerais (1947-1959); Senador do Distrito Federal (1959-1961); Senador da Guanabara (1961-1962); Senador da Guanabara (1962-1967).	<ul style="list-style-type: none"> - Participou da campanha da Aliança Liberal (1930) - Signatário do Manifesto dos Mineiros (1943) - Participou da Fundação da União Democrática Nacional (UDN) (1945) - Tornou-se líder da UDN na Câmara dos Deputados (1950) - Apoiou o golpe civil-militar de 1964 - Foi um dos fundadores do partido Aliança Renovadora Nacional (Arena) (1966)
2	Afonso Penna Júnior	Deputado Federal de Minas Gerais (1923-1924)	<ul style="list-style-type: none"> - Foi um dos líderes da Aliança Liberal (1930) - Membro do PRM (Partido Republicano Mineiro) – extinto em 1937
3	Alexandre José Barbosa Sobrinho	Deputado Federal do Pernambuco (1935-1937; 1946-1948; 1959-1963); Governador do Pernambuco (1948-1951)	<ul style="list-style-type: none"> - Vinculou-se ao Partido Social Democrático (PSD) - Foi líder da bancada do seu partido (1935) - Solidário ao golpe político-militar que instituiu o Estado Novo (1937) - Foi vice-líder do PSB (Partido Socialista Brasileiro) na Câmara (1961) - Filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (1965) - Participou da Campanha das Diretas Já (1983-1984)
4	Arthur Cesar Ferreira Reis	Governador do Amazonas (1964-1967)	<ul style="list-style-type: none"> - Participou dos desdobramentos da “Revolução de 1930” em seu estado
5	Edmundo de Macedo Soares e Silva	Governador do Rio de Janeiro (1947-1951)	<ul style="list-style-type: none"> - Tomou parte na Revolta de 1922, movimento que iniciou o ciclo de revoltas tenentistas - Foi governador do estado do Rio de Janeiro na legenda da coligação formada pelo PSD (Partido Social Democrático), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e UDN (União Democrática Nacional) - Apoiou o golpe civil-militar que depôs João Goulart (1964)
6	Hélio Vianna	Não possuiu	<ul style="list-style-type: none"> - Teve participação na Ação Integralista Brasileira (AIB) - Foi secretário do jornal do movimento - Candidatou-se a um mandato parlamentar na legenda da AIB (1934)
7	Jonas de Moraes Correia Filho	Deputado do Distrito Federal (1946-1951)	<ul style="list-style-type: none"> - Filiado ao PSD (Partido Social Democrático) (1945) - Membro de sua Comissão Executiva (1945-1950) - Eleito deputado à Assembleia Nacional

			<p>Constituinte pelo Distrito Federal, na legenda do PSD (1945)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi diretor de legislação da comissão executiva de seu partido - Pertenceu à Liga de Defesa Nacional
8	José Augusto Bezerra de Medeiros	Deputado Federal do Rio Grande do Norte (1915-1923; 1935-1937; 1946-1955); Governador do Rio Grande do Norte (1924-1928); Senador do Rio Grande do Norte (1928-1930)	<ul style="list-style-type: none"> - Fez parte PRF (Partido Republicano Federal) (a partir de 1913) - Conspirou no Nordeste em favor da Revolução Constitucionalista em São Paulo (1932) - Fundou o Partido Popular (PP) do Rio Grande do Norte (1933) - Afirmava uma postura de liberal democrata - Foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN) (1945). - Foi membro da Comissão Executiva da UDN
9	José Carlos de Macedo Soares	Interventor de São Paulo (1945-1947)	<ul style="list-style-type: none"> - Participou da Campanha Civilista (iniciada com vistas à promoção da candidatura de Rui Barbosa à presidência da República, em oposição à do marechal Hermes da Fonseca) (1909) - Mediou a Revolta de 5 de julho de 1924 em São Paulo - Participou da campanha da Aliança Liberal (1930) - Foi um dos líderes da Chapa Única por São Paulo Unido (1933) – coligação constituída para concorrer às eleições para a Assembleia Constituinte. Reunia republicanos, democráticos, a Liga Eleitoral Católica e a Federação dos Voluntários de São Paulo. - Filiou-se ao Partido Constitucionalista de São Paulo (1934)
10	José Wanderley de Araújo Pinho	Deputado Federal da Bahia (1924-1930 e 1935)	Não localizado
11	Levi Carneiro	Deputado Federal do Rio de Janeiro (1935-1937)	<ul style="list-style-type: none"> - Deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro na legenda do Partido Popular Radical (PPR) - No governo do general Humberto Castelo Branco (1964-1967), integrou a equipe de juristas que elaborou o anteprojeto da nova Constituição, afinal quase inaproveitado na redação do texto sancionado em 1967
12	Nelson Omega	Deputado Federal de São Paulo (1951-1955; 1956-1963)	<ul style="list-style-type: none"> - Filiou-se à União Democrática Nacional (UDN) (1945) - Elegeu-se deputado federal (1951) por São Paulo na legenda do Partido Trabalhista Nacional (PTN) - Foi reeleito na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) - Tornou-se vice-líder de seu partido na Câmara a partir de março de 1955 - Em 1956, integrou-se à Frente

			Parlamentar Nacionalista (FPN) - formada por deputados do Partido Socialista Brasileiro (PSB), do PTB, da UDN e do Partido Social Democrático (PSD) - Foi reconduzido à Câmara Federal na legenda do PTB (1958) - Concorreu ao Senado (1962) na legenda da coligação formada pelo PTB e o Partido Democrata Cristão (PDC)
13	Pedro Calmon Moniz de Bittencourt	Deputado Federal da Bahia (1935-1937)	- Elegeu-se deputado federal pela Bahia, na legenda da Concentração Autonomista (1935) - Candidato oficial do Partido Social Democrático (PSD) ao governo da Bahia, foi derrotado (1954)

Fonte: Elaborado pela autora

Arthur César Ferreira Reis, cuja atuação é relevante, se tornou governador do Amazonas logo após o golpe de 1964. Foi presidente do Conselho Federal de Cultura por um período e como tal, fez parte da comissão que organizou os festejos do Sesquicentenário da Independência em 1972. Além de tudo, sócio do IHGB desde 1936, se tornou 3º vice-presidente e posteriormente, subiu para o posto de 2º vice-presidente - cargo que exerceu por muitos anos e foi membro da Comissão Permanente de História a partir de 1968. Como aponta Lademe Sousa (2009), ele passou por vários cargos, mas sempre conciliou ao trabalho historiográfico.

Natural do Amazonas, Arthur Reis cresceu na capital do estado, de onde transferiu-se para Belém. Instalado no Pará, iniciou o curso de Direito e o concluiu no Rio de Janeiro. Quatro anos após sua formação – quando possuía vinte e cinco anos – publicou seu livro *História do Amazonas*, que repercutiu em todo país, chegando até os grandes centros na região sudeste, como o Rio de Janeiro. Seu trabalho serviu como referência para a história amazonense, pois abordava uma região longínqua do Brasil que não era estudada. Este livro foi o primeiro de muitos outros que tornaram Arthur Reis um estimado amazonólogo (SOUSA, 2009). Sua atividade intelectual ao longo de sessenta anos gerou aproximadamente trezentos escritos, englobando artigos, livros e publicações (COELHO, 2015, p. 12).

Em 1926, ainda em fase de conclusão de seu curso de Direito, foi eleito sócio do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, IGHA. O seu reconhecimento – inicialmente pelos intelectuais locais –, a partir de seus estudos regionais e pela influência de seu pai, Vicente Torres da Silva Reis, na sociedade amazonense, bem como sua entrada no IGHA, contribuíram para a sua recepção nos grandes centros do país. O seu livro e a situação fixa no

Instituto de sua região serviram como um passaporte para sua aceitação e circulação entre os intelectuais de outros Institutos do país. Dessa forma, em 1936 foi admitido, por unanimidade dos votos, como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (SOUSA, 2009).

Mas, foi principalmente nas décadas de 1950 e 1960 que sua ação como homem público se reverbera: em 1953 é nomeado para Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia e em 1956, se torna diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (AMARAL, 2013, p. 131). Em seguida, após o movimento civil-militar que depôs o presidente João Goulart, e em consequência do afastamento do governador Plínio Ramos Coelho, acusado de corrupção administrativa, Arthur César Ferreira Reis, indicado pelo presidente Humberto Castelo Branco e eleito pela Assembleia Legislativa, tornou-se governador do Amazonas a partir do ano de 1964 até 1967 (ABREU; BELOCH, 2001). Surgiu como candidato propício para o governo central, pois além de sua concordância ideológica com aquelas propostas pelo novo regime, construiu também uma imagem apartidária de si – que posteriormente gerou controvérsias (AMARAL, 2013, p. 133).

Vinícius Amaral (2013) sustenta que, em grande medida, Arthur Reis contribuiu para a definição ideológica que amparou o regime civil-militar. Reis ministrou diversas palestras na Escola Superior de Guerra, ESG – lugar que desenvolveu boa parte da teoria para a intervenção no processo político que desembocou no golpe de 1964 (Idem, p. 132).

Como governador buscou incentivos fiscais e creditícios em favor de sua região. Assim, em 1966 foi criada a SUDAM, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (ABREU; BELOCH, 2001).

Neste período o governador adota o discurso de celebração da “Revolução de 1964”, construído e difundido por aqueles que defendiam as motivações para a articulação do Golpe de Estado e a instalação do regime constituído predominantemente pelos militares. Dessa maneira, em seus escritos após seis meses de administração afirma que:

“A Revolução de Abril reestabeleceu uma ordem em que os três Poderes pudessem, efetivamente, realizar-se – afastados os obstáculos que uma falsa jurisprudência ainda pretende defender agarrados, os que a utilizam para manter os esquemas de corrupção, a uma técnica que está em conflito com a realidade social, com a realidade econômica, com a realidade política e o interesse maior da coletividade – pudesse realizar-se, portanto insista-se, com autenticidade e de acordo com os tempos novos que o país pretende viver” (REIS, 1965, p. 5).

Sua expectativa era de um governo próspero e adequado aos *tempos novos* que o Brasil caminharia. Posteriormente, para Arthur Reis a integração da Amazônia com a civilização brasileira se deu graças a “Revolução de 1964”, quando os investimentos capitalistas foram mais intensos na região (REIS, 2011 apud COELHO, 2015, p. 16-17). A ditadura, a seus olhos, se tratou, portanto, “de uma intervenção transformadora ou renovadora da moral administrativa, do espírito nacionalista e do tão esperado desenvolvimento ou modernização da Amazônia (COELHO, 2015, p. 17).

Como intelectual era considerado o “Heródoto caboclo” principalmente no Sudeste, por seu domínio da histografia sobre a Amazônia; como político foi por vezes autoritário: não aceitava críticas da imprensa. Com isso, chegou a enviar notas agressivas desmentindo informações e ameaçando fechar o jornal – como foi o caso com *O Trabalhista* e *A Gazeta*. Além disso, deputados estaduais do Amazonas denunciavam o enterro da democracia no Estado por Arthur Reis perseguir Plínio Coelho, ex-governador, por conflitos políticos (AMARAL, 2013, p. 134)

Em 1966, o presidente Castelo Branco definindo a direção da cultura nacional criou no Rio de Janeiro o Conselho Federal de Cultura, CFC, como objetivo de elaborar o Plano Nacional de Cultura e coordenar as atividades culturais do MEC. Buscando construir uma nação desenvolvida e harmônica, o CFC possuía a tarefa de conjugar elementos da cultura que representavam a nação aos projetos desenvolvimentistas do governo civil-militar. Em poucas palavras, o objetivo desse Conselho era institucionalizar a ação do Estado no setor cultural (MAIA, 2012, p.26-35).

Arthur César Ferreira Reis tornou-se presidente do Conselho Federal de Cultura no ano de 1969, permanecendo até 1972. Assim como ele, outros integrantes da administração do IHGB durante a ditadura também fizeram parte. Dentre os vinte e quatro membros-fundadores do conselho, quatro faziam parte do IHGB: Josué Montello, principal articulador e presidente no CFC no momento de sua criação; Pedro Calmon, que logo em seguida assumiu a presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Afonso Arinos de Melo Franco e Hélio Vianna; Além deles, outros sócios do IHGB elencados neste estudo também foram conselheiros do CFC posteriormente, como Rodrigo Melo Franco de Andrade e Manuel Diégues Júnior. Essas informações atestam que esses intelectuais são integrantes de um mesmo grupo: da elite cultural brasileira e participavam dos mesmos lugares de sociabilidade (Ibidem).

Conforme assinala Tatyana Maia, de um lado esses intelectuais envolvidos nos projetos do Conselho Federal de Cultura facilitavam o investimento e acesso à cultura, a valorização regional, o cuidado com bibliotecas e arquivos. Mas por outro lado, ao incorporar o civismo em suas práticas discursivas, acabavam por contribuir com o aparato ideológico promovido pela ditadura civil-militar e favoreciam a exacerbação do nacionalismo e da política autoritária do Executivo (MAIA, 2012, p. 232).

Ressalta ainda que é possível enxergar uma ambivalência nesses intelectuais inseridos no CFC. Sem entrar em pormenores: por vezes, homenageavam e elogiavam o regime ditatorial pelos seus feitos do ponto de vista cultural. Mas, ao mesmo tempo, ocasionalmente, demonstravam fissuras – mas sem abalar por completo – nessa relação com o Executivo por conta do aparato repressivo que envolvia a censura nos espetáculos teatrais, mercado editorial, meios de comunicação, estabelecendo um controle do Estado sobre as produções artísticas e intelectuais. Inclusive, Arthur César Ferreira Reis indicava, como presidente do Conselho Federal de Cultura, a importância da liberdade nesse espaço e na capacidade criadora de artísticas e intelectuais (Ibidem, p. 77-79).

Afonso Arinos de Melo Franco, que também possuiu cargo político na ditadura, nasceu em Belo Horizonte (MG) no ano de 1905 e veio de uma família que se destacou, sobretudo em Minas Gerais, com expoentes no campo político e intelectual³⁶. Formou-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, dedicou-se à literatura e à colaboração na imprensa. Em 1928 casou-se com Ana Guilhermina Rodrigues Alves Pereira, neta do ex-presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves³⁷.

Introduziu-se intensamente na política durante a campanha da Aliança Liberal, coligação oposicionista de âmbito nacional que lançou a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa para as eleições presidenciais de março de 1930; assumiu a chefia da cadeira de história do

³⁶ Seu avô paterno, Virgílio Martins de Melo Franco, foi deputado provincial no Império e senador estadual em Minas (1892-1923). Seu avô materno, Cesário Alvim, foi deputado geral por Minas e presidente da província do Rio de Janeiro e, depois da proclamação da República, governou Minas (1889-1890; 1890-1892). Foi ministro da Justiça em 1890 e ocupou a prefeitura do Rio de Janeiro, então Distrito Federal (1898-1900). Seu pai foi deputado estadual de Minas Gerais (1903-1906), deputado federal em todas as legislaturas (1906-1929), ministro da Viação (1918-1919), embaixador do Brasil junto à Liga das Nações (1924-1926), ministro das Relações Exteriores (1930-1933), presidente da Comissão Constitucional formada em 1934 para redigir o anteprojeto da nova Constituição, constituinte do estado de Minas Gerais (1935) e deputado estadual (1937). Seu tio, Afonso Arinos de Melo Franco, foi escritor da escola regionalista e membro da Academia Brasileira de Letras. Seu irmão, Virgílio Alvim de Melo Franco, foi um dos líderes da juventude civil revolucionária de 1930, deputado constituinte por Minas (1934), deputado federal (1935-1937) e um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN) em 1945. Seus irmãos Afrânio de Melo Franco Filho e Caio de Melo Franco seguiram a carreira diplomática, tendo ambos alcançado o posto de embaixador (LEMOS, 2010).

³⁷ Informação retirada no site do IHGB. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/aamdefranco.html>. Acesso em 10.12.2017

Brasil da Universidade do Distrito Federal a partir de 1936; elaborou o Manifesto dos Mineiros junto com outras personalidade para expressar publicamente oposição ao Estado Novo e a defesa do pensamento liberal³⁸; fez parte da União Democrática Nacional (UDN) e tornou-se seu secretário de imprensa; em 1947 manifestou-se no Congresso e nos debates internos da UDN contra a cassação de mandatos de integrantes do Partido Comunista Brasileiro; em 1950 conquistou as cadeiras de direito constitucional das universidades do Rio de Janeiro (atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro); assumiu em 1952 a liderança da bancada udenista na Câmara; em 1958 lançou-se candidato ao Senado pelo Distrito Federal na legenda da UDN, com o apoio de Carlos Lacerda e venceu; empenhou-se na campanha de Jânio Quadros para a presidência da República e quando Jânio tomou posse, foi nomeado à chefia do Ministério das Relações Exteriores³⁹ (LEMOS, 2010).

Meses após sua posse em 1961, Jânio Quadro renunciou à presidência, abrindo espaço para uma crise política no país. Os ministros militares vetaram a posse do vice-presidente João Goulart por ser considerado comprometido com grupos de esquerda. Diante desta conjuntura, Afonso Arinos foi afastado do Ministério das Relações Exteriores, reassumiu seu cargo no Senado e fez parte da articulação do Ato Adicional que instituiu o regime parlamentarista. Posteriormente, apoiou a convocação em 1963 do plebiscito que decidiria sobre a continuação do regime ou o retorno do presidencialismo (Ibidem).

O resultado do plebiscito foi favorável à volta do regime presidencialista. Assim, João Goulart recuperou os poderes presidenciais e reorganizou seu governo reforçando a campanha pelas reformas de base. De acordo com o verbete do CPDOC, Afonso Arinos se mostrou contra a orientação do governo de Goulart e publicou uma série de artigos no *Jornal do Brasil* configurando a “falência das elites” e antevendo uma crise das instituições democráticas devido à “incapacidade dos responsáveis” (Ibidem).

Às vésperas do golpe civil-militar em 1964, Afonso Arinos foi nomeado secretário do estado de Minas Gerais pelo então governador José de Magalhães Pinto, um dos líderes civis envolvidos na articulação; participou da formação da Aliança Renovadora Nacional (Arena),

³⁸ O Manifesto dos Mineiros foi impresso às escondidas em 1943 com setenta e seis assinaturas – posteriormente noventa e duas. O texto foi enviado a todos os estados e representou a primeira manifestação política de oposição à ditadura de Vargas. A reação do governo foi demitir os signatários que ocupavam cargos públicos e pressionar empresas para tomassem a mesma atitude. Afonso Arinos foi demitido do Banco do Brasil (LEMOS, 2010).

³⁹ No ministério das Relações Exteriores, Afonso Arinos implantou uma nova política externa defendendo o restabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas, além da manutenção do reconhecimento do governo de Fidel Castro em Cuba. Mas, a postura preservava ainda os princípios básicos estabelecidos entre as nações americanas, como a solidariedade coletiva, o anticomunismo e a autodeterminação dos povos (LEMOS, 2010).

partido de apoio à ditadura. Em seguida, se afastou do regime e não concorreu à reeleição de 1966. Encerrou seu mandato no início de 1967 e apresentou uma emenda recomendando adesão a um regime parlamentarista a partir de 1971 (Idem). Distanciando-se do Congresso, Afonso Arinos retornou ao magistério e à literatura e foi membro-fundador do Conselho Federal de Cultura, como já mencionado.

Alguns anos depois, Afonso Arinos, distanciado do regime, foi convidado a cooperar com o governo de Ernesto Geisel (1974-1979). De acordo com Renato Lemos (2010) em colaboração para as pesquisas do CPDOC, Melo Franco emitiu um parecer sobre as reformas políticas, coordenadas pelo senador Petrônio Portela, com o intuito de realizar uma descompressão política no país. O seu trabalho apresentou críticas aos atos institucionais, pois, segundo ele, haviam subvertido a hierarquia legal do país. Definiu o AI-5 como “a mais violenta manifestação ditatorial da história do Brasil”.

Diferentemente de Arthur César Ferreira Reis e Afonso Arinos de Melo Franco, Alexandre José Barbosa Sobrinho não possuiu cargo político durante a ditadura civil-militar, mas teve vínculos em anos anteriores e filiou-se em 1965, em função do bipartidarismo, ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Barbosa Sobrinho iniciou sua vida política vinculando-se ao Partido Social Democrático (PSD) de Pernambuco, legenda sob a qual foi eleito deputado federal em 1934. Antes disso, em 1931, já havia sido eleito sócio do IHGB. Em 1935 assumiu o mandato na Câmara dos Deputados e logo foi eleito líder da bancada de seu partido. Repudiou o que considerava ideologias extremistas e defendeu o fechamento das organizações Aliança Nacional Libertadora (ANL), de esquerda, e a Ação Integralista Brasileira (AIB), de direita, o que de fato ocorreu em julho de 1935 com a ANL, já com a AIB só após o Estado Novo. Pouco tempo depois, em 1937, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras. Neste mesmo ano foi solidário à instauração do Estado Novo, mas teve seu mandato interrompido devido à supressão dos órgãos legislativos do país. Em 1938 assumiu a presidência do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) (PANTOJA; LOURENÇO NETO, 2010).

Já no ano de 1945, em um processo de restauração da democracia no país, os grupos que dariam origem aos novos partidos políticos já estavam se organizando. Com isso, Alexandre Sobrinho fez parte da elaboração do programa do PSD, foi incumbido de articular as bases com os chefes políticos municipais, lançou campanha em favor do candidato pessedista Eurico Gaspar Dutra à sucessão presidencial e lançou sua candidatura à Assembleia Nacional Constituinte. O resultado conferiu vitória ao PSD elegendo Dutra

presidente da República e Barbosa Sobrinho à deputado na Assembleia Nacional Constituinte (PANTOJA; LOURENÇO NETO, 2010).

Permanecendo na Câmara, assumiu posição contrária à cassação dos mandatos dos deputados eleitos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Embora rejeitasse a ideologia comunista, considerava a medida inconstitucional. De toda forma, em 1948, após aprovação na Câmara e no Senado, os deputados comunistas foram cassados. Neste ano, Barbosa Lima Sobrinho empossou-se no governo do Pernambuco pela legenda do PSD e deixou a Câmara dos Deputados⁴⁰ (Ibidem). Em 1951 deixou o governo de Pernambuco e foi nomeado procurador no Rio de Janeiro. No ano seguinte foi eleito secretário-geral da Academia Brasileira de Letras e em 1953, presidente.

Retornando à vida política, elegeu-se à deputado federal por Pernambuco pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 1958 e venceu. Assumiu seu mandato em 1959; tornou-se membro da Comissão de Justiça da Câmara e vinculou-se à Frente Parlamentar Nacionalista, bloco criado com o intuito de combater as concessões ao capital estrangeiro, a remessa de lucros para o exterior e de defender uma política de desenvolvimento autônomo da economia nacional. De acordo com Sílvia Pantoja e Sydenham Lourenço Neto (2010), Alexandre José Barbosa Sobrinho apoiou as candidaturas de Jânio Quadro e de João Goulart à presidência e vice-presidência da República, respectivamente. Em 1961 foi eleito vice-líder do PSB na Câmara. Mais à frente, foi um crítico do governo de João Goulart, indicando a ausência de uma orientação segura no desenvolvimento da política econômica e erro do presidente em assumir uma posição de fato nacionalista. Apesar disso, foi contrário ao golpe civil-militar de 1964 que derrubou o governo constitucional de Goulart. Coeso com essa concepção, com a implantação do bipartidarismo aderiu ao MDB, partido oposicionista. Esteve, através artigos, depoimento, em defesa dos direitos humanos, da liberdade de pensamento e de expressão e hostilizou o AI-5, editado por Artur Costa e Silva em 1968.

Foi eleito presidente do conselho administrativo da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) no fim da década de 1960, instituição que, junto com outras (OAB e CNBB), a partir de meados da década de 1970, criou uma memória sobre si de uma grande fortaleza do embate

⁴⁰ Seu governo em Pernambuco, segundo Paulo Cavalcanti (apud PANTOJA; LOURENÇO NETO, 2010), foi hostilizado pelos comandantes militares do estado. Em 1949 Barbosa Lima foi convidado a comparecer em uma homenagem aos mortos no levante comunista de 1935 e na ocasião, o vereador oposicionista Wandenkolk Wanderley acusou-o de ser cúmplice dos comunistas por manter pessoas vinculadas a essa corrente política em seu secretariado. O governador, em resposta, rebatendo a acusação, discursou de forma ríspida ressaltando seus princípios democráticos, a autonomia do estado e as lutas tradicionais do povo pernambucano. Além disso, a polícia estadual espionava o governador, seguindo suas agendas e censurando telefonemas do palácio do governo.

contra o regime, conforme demonstra as pesquisas de Denise Rollemberg (2011). A ABI, entretanto, não foi defensora dos militares como também não foi resistente à ditadura. Ela foi ambivalente – a favor e contra os governos militares ao mesmo tempo.

Em 1970, Sobrinho atuou como docente de política financeira da Faculdade de Ciências Econômicas Amora Cavalcanti, que mais tarde se incorporou à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (PANTOJA; LOURENÇO NETO, 2010). A partir de 1972 fez parte da Comissão Permanente de Estatutos do IHGB.

Disputou cargo de vice-presidente da República pelo MDB junto como o “anticandidato” Ulisses Guimarães em 1974. A chapa foi derrotada pelos candidatos, Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos, da ARENA (Ibidem).

Apesar de tudo isso, continuava afirmando sua posição anticomunista e declarou que a melhor forma de combate a essa ideologia seria a adoção de medidas governamentais de amparo à classe média, que tendia a se incorporar ao proletariado devido à sua condição econômica decadente⁴¹. Sobre o processo de abertura, afirmou que sua implementação se tornara necessária e que não se constituiria como uma ameaça ao regime vigente, mas ao contrário, poderia inclusive atuar em benefício de sua manutenção. Mas, só conseguiria legitimidade com a supressão das medidas arbitrárias e antidemocráticas. Com o desenrolar dos acontecimentos, afirmou que “uma democracia que não admite alternância no poder não merece o nome de democracia. Quanto ao nome que merece, seria bom convocar o povo para as eleições e perguntar que nome ele daria ao regime.”, e, assim, participou ativamente da campanha das Diretas Já (Ibidem).

A partir dessa exposição, verifica-se uma predominância de comportamentos conservadores por parte do grupo que se manifestou vinculado à política. Sobre o restante, não sabemos ao certo se eles pleitearam cargos em partidos ou mantiveram uma militância política ativa neste momento estudado – ou em tempos anteriores. Os dados biográficos disponíveis não dão conta de responder a essas questões. De toda forma, as informações dispostas mostram que muitos deles não deixavam de estar envolvidos em projetos culturais promovidos pelo governo na ditadura, sinalizando certa identificação com o delineamento e planejamento da política autoritária. Caso exemplar é a participação de alguns deles no Conselho Federal de Cultura.

Como sugere Ângela de Castro Gomes, de um modo geral, existe uma dimensão política nas propostas construídas por intelectuais, pois eles são produtores de bens

⁴¹ Essa declaração foi feita em artigo publicado no Jornal do Brasil em fevereiro de 1977.

simbólicos e por isso estão frequentemente elaborando interpretações da realidade social que possuem dimensões de diagnóstico e de prognóstico com significativo poder de comunicação social. Para ela, este vínculo é constitutivo da própria atividade intelectual (GOMES, 1999a, p. 19).

O Quadro 14 mostra o vínculo de alguns desses intelectuais com o Ministério da Educação, criado em 1930 com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1953, quando a Saúde se desvinculou deste ministério, se transformou em Ministério da Educação e Cultura (MEC). Em vinte e quatro casos (37,5%) houve esse tipo de relação com o órgão da administração federal responsável pela educação em diferentes contextos.

QUADRO 15: Vínculos com o Ministério da Educação

Nome	Cargo exercido / Período
Adolfo Morales de Los Rios	Professor de História da Arquitetura e de Teoria e Filosofia da Arquitetura na Escola Nac. de Belas Artes (U.B.) – Período (?) Professor de Desenho de Arquitetura da Escola Técnica Nacional do MEC – Período (?) Professor de História de Arte no Curso Superior de Museus do Museu Histórico Nacional – Período (?)
Affonso Celso Vilela de Carvalho	Chefe de Seção do Museu Histórico Nacional – Período (?)
Afonso Arinos de Melo Franco	Conselho Consultivo do Sphan – nomeado 1937 Licenciou no Sphan – 1938? Membro fundador do Conselho Federal de Cultura (1967)
Américo Jacobina Lacombe	Secretário do Conselho Nacional de Educação (1931-1939) Diretor da Casa de Rui Barbosa (a partir de 1939)
Arthur César Ferreira Reis	Presidente do Conselho Federal de Cultura (1969-1972)
Eugenio Vilhena de Moraes	Inspetor de Ensino do MEC – Período (?)
Francisco de Assis Barbosa	Dirigiu o Centro de Pesquisas Históricas da Fundação Casa de Rui Barbosa – Período (?)
Francisco Marques dos Santos	Membro do Conselho Consultivo da Diretoria do Sphan (a partir de 1937) Diretor do Museu Imperial de Petrópolis (1954-1967)
Gilberto João Carlos Ferrez	Membro do Conselho do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan)– Período (?)
Haroldo Teixeira Valladão	Professor catedrático de direito internacional privado na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil – período (?)

Hélio Vianna	Professor de História do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil – Período (?) Diretor da Biblioteca Nacional – Período (?) Membro fundador do Conselho Federal de Cultura (1967)
Herculano Gomes Mathias	Chefe da Divisão de Documentação e Divulgação do Museu Histórico Nacional (1960/1977)
Ildefonso Mascarenhas da Silva	Professor de Direito Comercial na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil – Período (?)
Ivolino de Vasconcellos	Docente-livre de Clínica Médica da Faculdade Nacional de Medicina da U.B. (1949) Professor dos Cursos de História da Medicina (Extensão Universitária) da U.B
Jonas de Moraes Correia Filho	Membro da Comissão Nacional do Vocabulário Ortográfico – MEC (1941)
Josué Montello	Direto substituto de Ensino Comercial (1937) Diretor do Serviço Nacional de Teatro (1947-1951) Diretor da Biblioteca Nacional (1947-1951) Fundador e diretor do Museu da República (1960) Membro do Conselho Federal de Educação (1962-1967) Diretor do Museu Histórico Nacional (1960-1967) Conselheiro do Sphan (1960-1967) Presidente do Conselho Federal de Cultura (1967-1968) Reitor da UFMA – pró-tempore (1972-1973)
Manuel Diégues Júnior	Diretor do Departamento de Assuntos Culturais (1974-?) Membro fundador do Conselho Federal de Cultura (1967)
Marcello Moreira de Ipanema	Docente da UFRJ, onde alcançou docência-livre, por concurso (1977).
Mário Barata	Conservador no MEC - Museu Nacional de Belas Artes e Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1943-1954)
Múcio Leão	Docente de Jornalismo da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil (UB) / UFRJ (1948/67).
Paulo Ferreira Santos	Docente no curso de Arquitetura da Universidade do Brasil (1946-1968)
Pedro Calmon	Ministro da Educação e Cultura – governos Dutra e Kubitschek (1950-1951) (1959-1960) Reitor da Universidade do Brasil (1948-1966) Vice-presidente do Conselho Federal de Cultura (1966-1968)
Plínio Doyle Silva	Foi diretor geral da Biblioteca Nacional (a partir de 1972)
Rodrigo Mello Franco de Andrade	Chefe de gabinete do Ministro Francisco Campo no Ministério de Educação e Saúde (1931-1932) Fundador e diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (1937-1966) Membro fundador do Conselho Federal de Cultura (1967)

Fonte: Elaborado pela autora

Apesar das limitações de dados quanto ao ano de algumas atuações desses sujeitos em instituições e órgãos ligados a esse ministério, pode-se notar que 20% deles – treze indivíduos – desempenharam as funções na ditadura, que conforme destaca Tatyana Amaral Maia, foi um período de desenvolvimento de uma política sistemática para o setor cultural, principalmente nas gestões de Tarso Dutra (1967), Jarbas Passarinho (1969-1974) e Ney Braga (1974-1978). As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela participação do Estado como organizador e financiador de projetos culturais (MAIA, 2012, p. 25).

Deve-se levar em consideração ainda que na ditadura civil-militar foram aprofundados convênios entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID)⁴². A USAID era uma agência de desenvolvimento norte-americana, que ofertava apoio técnico e financeiro aos países que aderissem seus princípios educacionais e políticos. A pauta do acordo era a modernização da educação na perspectiva capitalista. Essa parceria já existia desde antes da ascensão dos militares no poder, mas a presença da agência, entretanto, foi incrementada durante a ditadura no ensino superior (MOTTA, 2014, p.80).

Este é, portanto, mais um espaço de atuação do grupo, seja como docente em uma Universidade de responsabilidade do ministério (Universidade do Brasil/Universidade Federal do Rio de Janeiro), chefe ou diretor de um museu, como o Museu Histórico Nacional ou Museu Imperial, diretor da Biblioteca Nacional, membro do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) ou do Conselho Federal de Cultura (CFC).

Interessante ainda ressaltar alguns outros pontos. De acordo com as pesquisas realizadas para este trabalho, alguns membros do grupo selecionado foram admitidos justamente no tempo da ditadura civil-militar e logo foram alocados para cargos da administração. O quadro, a seguir, busca organizar um panorama desses sujeitos que foram admitidos no IHGB entre os anos de 1964-1979 e que brevemente ocuparam cargos importante na instituição.

⁴² Este é um tema muito bem explorado nos capítulos 2 e 3 do livro “As universidades e o regime militar” publicado em 2014 por Rodrigo Patto Sá Motta.

QUADRO 16: Membros admitidos no IHGB durante a ditadura

Ano de admissão no IHGB	Nome
1965	Enéas Martins Filho
1965	Marcello Moreira de Ipanema
1966	Eduardo Canabrava Barreiros
1966	Herculano Gomes Mathias
1966	Maurício Amoroso Teixeira de Castro
1967	Max Justo Guedes
1967	Frei Venâncio Willeke, O.F.M.
1968	Nelson Omegna
1969	Francisco de Paula e Azevedo Pondé
1969	Orlando Sattamini Duarte
1969	Plínio Doyle Silva
1971	Fernando Monteiro
1971	Raul do Rego Lima
1972	Nelson Freire Lavenère-Wanderley
1974	Affonso Celso Vilela de Carvalho

Fonte: Elaborado pela autora

Como pode ser constatado, quinze membros que fizeram parte da administração do IHGB na ditadura foram admitidos como sócios durante os anos de 1964 a 1979. O último ingressou em 1974. Quer dizer que 23% do grupo filiou-se ao Instituto durante a ditadura. Essas ocorrências, entretanto, não nos dizem necessariamente de um interesse por parte do Instituto em recrutar membros específicos em função daquele momento. Fica claro, a partir da análise das atas das assembleias sobre o preenchimento das vagas no quadro social, que a indicação e aprovação dos novos sócios ocorreram por mérito dos candidatos. Havia certo zelo na nomeação dos sócios. Desse modo, as justificativas se fundamentaram em dedicação aos estudos históricos, publicação de trabalhos relevantes (em livros ou revistas) e conveniência para o Instituto nesse tipo de colaboração. Há, dentre eles, contudo, um sócio

que possui participação significativa nas articulações que conduziram ao movimento de 1964: o tenente brigadeiro Nelson Freire Lavenére Wanderley.

O brigadeiro Wanderley foi admitido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1972. Seu nome foi proposto por ter presença assídua nas reuniões abertas a pesquisadores e nas sessões do Instituto e por possuir “qualidades culturais e morais” (IHGB, 1972, p. 303). Foi ainda eleito para compor a Comissão Permanente de Admissão de Sócios para o biênio 1978-1979.

Nelson Freire Lavenére Wanderley participou do movimento que depôs João Goulart da presidência. Assumiu quatro dias depois o comando da V Zona Aérea com sede em Porto Alegre e se desentendeu com um oficial, tenente-coronel, Alfeu Monteiro, que se identificava com o governo de Goulart e revidou disparando contra ele cinco tiros. Em defesa de Wanderley, oficiais e sargentos alvejaram Monteiro, que faleceu. Logo após a posse de Humberto Castelo Branco, Nelson Wanderley exerceu diversas funções: foi nomeado para ministro da Aeronáutica, cargo que assumiu em 20 de abril de 1964, mas logo em dezembro solicitou exoneração. Foi ainda diretor do Departamento de Aviação Civil; chefiou o Estado-Maior das Forças Armadas e Assessor Militar da Missão do Brasil junto à ONU (ABREU, 2010). Funções estas explicitadas como distintas e honrosas na sua proposta de admissão ao IHGB em 1972 (IHGB, 1972, p. 303).

De certo modo, dentro desse grupo de sócios empenhados na administração do Instituto, havia uma prevalência de conservadores, embora alguns não apresentem esse delineamento tão claro e mostrem oscilações, como é o caso dos sujeitos que ocuparam cargos da presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ao longo dos anos estudos na presente pesquisa, como a de José Carlos de Macedo Soares e Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, que obteve ao longo de sua vida relevantes funções no Estado.

Lília Schwarcz, pensando no Instituto até os anos de 1930, chama atenção para a distribuição coerente em seu interior. A posição de presidente era ocupada exclusivamente por políticos renomados (SCHWARCZ, 1993, p. 105). Desde 1838 até os anos atuais, ou seja, ao longo de cento e setenta e nove anos, passaram pelo IHGB quatorze presidentes⁴³. Destes,

⁴³ São eles: José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo (1838-1847); Cândido José de Araújo Viana, Marquês de Sapucaí (1847-1875); Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro (1875-1886); Joaquim Norberto de Sousa Silva (1886-1891); Olegário Herculano d'Aquino Castro (1891-1908); João Lustosa da Cunha Paranaguá, Marquês de Paranaguá (1906-1907); José Maria da Silva Paranhos Jr., Barão do Rio Branco (1907-1912); Afonso Celso de Assis Figueiredo Fº, Conde de Afonso Celso (1912-1938); Manuel Cícero Peregrino da Silva (1938-1939); José Carlos de Macedo Soares (1939-1968); Pedro Calmon Moniz de Bittencourt (1968-1985); Américo Jacobina Lacombe (1985-1991); Vicente Costa Santos Tapajós (1992-1995);

pode-se afirmar com clareza que doze deles – com exceção dos dois últimos presidentes, Vicente Tapajós (1992-1995) e Arno Wehling (1996-) – tiveram trajetórias com funções no Estado ou diretamente na política brasileira. Assim sendo, os dois sujeitos que exerceram a função de presidente do Instituto no contexto da ditadura civil-militar não escaparam desta prática. José Carlos de Macedo Soares e Pedro Calmon possuíram importantes papéis no governo.

José Carlos de Macedo Soares, nascido em São Paulo em 1883, descendia de uma família tradicional fluminense⁴⁴. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1905 e logo depois de formado foi nomeado professor de economia política e ciência das finanças no curso superior da Escola de Comércio Álvares Penteado, em São Paulo, tornando-se na mesma época diretor do Ginásio Macedo Soares (ABREU; BELOCH, 2001).

Sua vinculação com a política iniciou-se quando, entre os anos de 1933 e 1934, elegeu-se deputado nacional constituinte. Posteriormente, iniciando o período de governo constitucional de Getúlio Vargas, Macedo Soares foi nomeado Ministro das Relações Exteriores. Em 1937 foi indicado à pasta do Ministério da Justiça, cargo que permaneceu por aproximadamente cinco meses (CARDOSO, 2005, p. 2-3). Sua primeira medida como ministro da Justiça foi a soltura de quatrocentos e oito presos políticos envolvidos no levante comunista de 1935, que não possuíam processo formado⁴⁵. Após cinco meses aproximadamente se afastou do cargo, segundo ele, por motivos de saúde e em 1945 retornou ao cenário político como interventor federal no estado de São Paulo a pedido de Eurico Gaspar Dutra. Em março de 1947, Macedo Soares afastou-se da interventoria em São Paulo concedendo o lugar ao governador eleito⁴⁶. Em 1955, com Juscelino Kubitschek na presidência do país, Soares retornou ao cenário político sendo nomeado mais uma vez como ministro das Relações Exteriores, permanecendo até 1958 (ABREU; BELOCH, 2001).

Arno Wehling (1996-). Disponível em: <https://ihgb.org.br/ihgb/historico/presidentes.html>. Acesso realizado em 25/05/2017.

⁴⁴ Seu avô paterno, Joaquim Mariano de Azevedo Soares, foi um importante fazendeiro no estado do Rio de Janeiro. Seu pai, José Eduardo de Macedo Soares foi empresário, professor – fundador do Ginásio Macedo Soares. Sua mãe descendia de família de tradição na vida política e cultural do país. Além deles, José Carlos de Macedo Soares possuía um tio – Antônio Joaquim de Macedo Soares - que era magistrado, juriconsulto e ministro do Supremo Tribunal Federal; irmãos que se destacaram na política: José Cássio de Macedo Soares, médico, foi deputado federal; José Roberto de Macedo Soares foi embaixador do Uruguai e José Eduardo de Macedo Soares, jornalista, foi deputado federal pelo Rio de Janeiro em três legislaturas consecutivas, além de constituinte em 1934 e senador pelo estado do Rio de Janeiro (1935-1937). Destacam-se ainda outros parentes – primos e sobrinhos – que foram ministros e deputados (ABREU; BELOCH, 2001).

⁴⁵ A medida ficou conhecida como “macedada” e provocou intensa campanha contra os comunistas (Idem). Com isso, há vertentes que acreditam que sua ação foi com intuito de estimular o sentimento anticomunista e preparar o terreno para o golpe de Estado (Idem).

⁴⁶ Em 1947 eleições para governadores foram realizadas, bem como para assembleias legislativas, prefeituras e câmaras municipais. Para o estado de São Paulo, Ademar Barros foi eleito (Idem).

Como historiador se destacou com diversos trabalhos, dentre eles: *Os falsos troféus de Ituazingó, Fontes da História da Igreja e Fronteiras do Brasil no regime colonial*. Por esse motivo, logo em 1921 foi admitido como sócio no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e em 1938 tornou-se presidente da instituição (CARDOSO, 2005).

Suas atuações no período da ditadura civil-militar não são muito bem esclarecidas. Quando o golpe foi realizado em 1964, Soares encontrava-se na presidência do Instituto. Ele não se colocou contrário à integração de Castelo Branco e Costa e Silva ao quadro de presidentes de honra do IHGB durante aquele contexto. Mas, de toda forma, no momento de instalação do novo regime, José Carlos Soares estava com oitenta e um anos, portanto, já se encontrava em uma idade avançada e logo em seguida apresentou enfermidades, que demandaram distanciamento de suas funções. Três anos depois, em 1967, se ausentou de sua posição de presidente do IHGB por motivos de saúde e tão logo faleceu – em janeiro de 1968. Dessa forma, vivenciou a ditadura por poucos anos e sua atuação, portanto, nesse período é praticamente inexistente – embora mereça análises específicas e aprofundadas para melhores afirmações.

Pedro Calmon, natural da Bahia, bacharelou-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1924. No ano seguinte, foi nomeado conservador do Museu Histórico Nacional. Em 1927, quando governava a Bahia seu tio Francisco Marques de Góis Calmon, candidatou-se e foi eleito deputado estadual, para um período de três anos, na legenda do segundo Partido Republicano da Bahia, fundado em fevereiro daquele ano. Em 1931 ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como sócio efetivo. Em 1934 tornou-se deputado federal pela Bahia, na legenda da Concentração Autonomista, permanecendo até 1937, quando o Estado Novo suprimiu os órgãos legislativos do país. Em abril de 1936 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, da qual se tornou presidente em 1945. Foi ministro da Educação no governo de Eurico Gaspar Dutra. Foi professor de Direito e reitor da Universidade do Brasil (UB) – atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (ABREU; BELOCH, 2001).

Calmon escreveu sobre diversos temas da história do Brasil, mas suas obras não repercutiram na universidade por seu caráter narrativo e ultraconservador. Era crítico da República e idealizava a Monarquia, como um discípulo fiel de d. Pedro II. Era ainda um católico radical. Como historiador sua obra não provocava polêmicas, mas politicamente era considerado um “perigoso conservador, elitista, reacionário”, conforme escreve José Carlos Reis (REIS, 2006, p. 34). Diz ainda sobre sua obra *História da civilização brasileira*, que

segundo ele possui uma interpretação apaziguadora que impregna a cultura brasileira e os compêndios escolares:

“A sua educação cívica ensina um amor ao Brasil que deve se manifestar com resignação, a aceitação da realidade tal como se passou e está, a auto-repressão da insatisfação e do descontentamento, a inserção em uma evolução serena e integrada de uma nação que se transforma como um vegetal. Calmon quer acalmar, pacificar, adoçar uma história duríssima de violência e conquista da população pelas elites. O seu sentimento patriótico é contra a população brasileira. A sua interpretação construtiva do Brasil não vê “construção” no conflito, no combate dos grupos brasileiros oprimidos” (REIS, 2006, p. 43).

Janaína Cordeiro (2012) aponta para as complexas posições políticas e sociais de Calmon. Enquanto reitor da Universidade do Brasil, UB, no início da ditadura civil-militar (1964-1966) se mostrou sensível às demandas dos estudantes e se colocou como um mediador entre os alunos e o governo como ocorreu em um episódio de crise estudantil dentro da Universidade, em que Pedro Calmon não permitiu que um policial retirasse às forças um discente. Propagava seu lema “paciência com os estudantes e lealdade para com o governo” (ABREU; BELOCH, 2001).

Em 1966 deixou a reitoria da Universidade do Brasil e ocupou a vice-presidência do Conselho Federal de Cultura. Em seguida, em 1968, tornou-se presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1972, como já citado no corpo deste texto, Pedro Calmon colaborou, enquanto presidente do IHGB, para a organização dos festejos do Sesquicentenário da Independência.

A partir do exposto, o que se quer deixar claro é que, embora tenha sido utilizado uma abordagem que favorece apenas aspectos que apresentam regularidades entre os indivíduos, procura-se deixar espaço para a compreensão desses sujeitos enquanto detentores de pensamentos plurais e distintos. Os indivíduos são heterogêneos, desempenham muitos papéis, alguns dos quais estão em conflito com outros. Por vezes insistimos em uma visão simplista da motivação humana, que nem sempre é tão racional. Esse é um perigo e uma limitação da prosopografia, método utilizado neste estudo (STONE, 2011: 124-128). Como afirma Lawrence Stone:

“O indivíduo é movido pela convergência de forças em constante alteração, um aglomerado de influências como o parentesco, a amizade, os interesses econômicos, os preconceitos de classe, os princípios políticos, a convicção religiosa e assim por diante, todas as quais desempenham seus papéis e que podem ser utilmente separadas apenas com fins analíticos” (STONE, 2011: 128).

Essas ponderações, portanto, permitem algumas indagações. Até que ponto é possível pensar que a trajetória de vida de um indivíduo pode influenciar suas decisões e escolhas, visto que somos seres nem sempre tão racionais? A intenção da pesquisa é provocar reflexões, problemas e levantar questões a respeito dessa relação entre o IHGB e a ditadura civil-militar brasileira. De toda forma, a biografia coletiva se coloca aqui como um método propício que não responde de forma completa a todas as perguntas, mas é tratada como uma evocadora de reflexões nesta pesquisa. Permite não só atender ao objetivo pontual deste capítulo de conhecer quem foram os sujeitos que assumiram a administração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no período de 1964 a 1979, como também favorece, em uma perspectiva ampla, no entendimento de parte da estrutura da sociedade brasileira – mais especificamente de uma fração do perfil da elite cultural do país – em meados do século XX.

CAPÍTULO 2

O IHGB ÀS VÉSPERAS DO GOLPE À RECEPÇÃO DO REGIME

2.1. A REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

A principal fonte da presente pesquisa é a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB), cuja fundação ocorreu em 1839, logo após a organização do Instituto, com o objetivo de contribuir para a divulgação da História do Brasil. Com sua periodicidade variada – às vezes semestral, outras anual e trimestral⁴⁷ –, foi elaborada a princípio pelo fundador Januário da Cunha Barbosa e pelo primeiro secretário, até que foi instalada uma direção específica para a revista (TAPAJÓS, 1989, p. 3).

Sua estrutura possui características singulares e esses aspectos foram conservados pelos diretores do periódico ao longo do tempo. Os espaços dedicados aos temas dentro da revista eram bem delimitados e seguiam uma ordem estipulada. Em todos os números – ao menos entre o período de 1964 a 1979⁴⁸ – as publicações seguiam relativamente a seguinte sequência: originais inéditos, conferências e discursos, documentos, transcrições, comemorações, bibliografia, noticiário, sócios falecidos, publicações recebidas e estatística. A última revista de cada ano, impreterivelmente, contava ainda com as atas de sessões e o cadastro social daquele ano. A *RIHGB*, desse modo, estabelecia em seu programa a publicação de atas e atividades do instituto, memórias dos sócios que interessavam à história e geografia do Brasil, informações e resenhas de geografia e história contidas em publicações de outras instituições ou escritores (RUAS, 1978, p. 38).

A revista, portanto, diante da propagação dos registros de suas atividades, pode ser considerada um objeto de pesquisa histórica e uma fonte expressiva, que nos permite rastrear os projetos da instituição, dentro do recorte temporal definido. Existe dentro dela, nesse sentido, um grande potencial de trabalho. A utilização de um periódico como fonte,

⁴⁷ A periodicidade trimestral iniciou-se a partir de 1943. A decorrência disso foi um aumento no número de matérias publicadas (SANTOS, 1978, p. 39).

⁴⁸ Sabemos que essas não são especificidades da revista no período da ditadura. Ocorreram, em grande medida, alterações pequenas durante todos esses anos. Ainda hoje a revista possui parcialmente a mesma lógica estrutural.

entretanto, exige uma investigação cuidadosa. Implica pensar a “história dos, nos e por meio dos periódicos”, conforme a acertada expressão de Tânia de Luca (LUCA, 2008). Exige a reflexão sobre as condições de produção da revista, a sua materialidade, seus espaços, seus interesses, seus contextos, seus colaboradores e leitores. Provoca ainda o raciocínio sobre o lugar histórico e social de onde se fala e o lugar institucional onde o saber histórico se produz, assim como as motivações que acompanharam a decisão de dar publicidade a algo.

Utilizar a revista publicada pela instituição a qual se propõe a estudar como única fonte de investigação pode ser um aspecto limitador da análise proposta. Existem, certamente, muitas outras fontes que poderiam agregar qualidade ao trabalho. Mas, procuramos valorizar algo que existe de favorável nessa restrição: as informações nos indicam aquilo que a instituição gostaria que fosse divulgado naquele momento. Essa é, portanto, uma ponderação que fornece o tom da pesquisa.

Durante quatorze anos – de 1949 a 1964 – esteve na direção da *RIHGB* um militar: Estevão Leitão de Carvalho, que foi comandante da 3ª Região Militar entre os anos de 1939 e 1942. Em 1935 havia sido promovido a general-de-brigada, logo após a Revolta Comunista de 1935. Participou de uma reunião de generais convocada para discutir as medidas de punição aos revoltosos, que resultou na decisão de solicitar ao presidente da República, a aplicação das penalidades previstas em lei e a expulsão dos envolvidos do Exército. De 1949 a 1950, foi vice-presidente do Clube Militar (MAYER, 2010). Foi também por muito anos membro da Comissão Permanente de Estatutos do IHGB, até o ano de seu falecimento em 1970.

Como diretor da revista, deixou seu cargo meses antes do golpe de 1964. Já se encontrava com oitenta e dois anos e pede, pela avançada idade, um substituto. Segundo ele, sua idade vai retirando as suas forças e tornando o trabalho penoso. Assim, sugere que seja colocada à frente da *RIHGB* pessoas mais jovens, que possam dedicar energias novas e entusiasmo no trabalho, como requer uma publicação de tão grande responsabilidade (IHGB,1964b, 281).

Foi para o IHGB considerado um raro produtor da cultura militar do Brasil, que “pela sua profundidade cultural, pela sua elevação e pela tenacidade e primor com que se dedicou às tarefas de que foi incumbido, conquistou êle um lugar realmente excepcional”. O cargo ainda permitia que ele comprovasse “os dotes intelectuais, explicativos de sua cultura admirável, a serviço de sadio patriotismo” (Ibidem, p.280-282). Em seu lugar foram nomeados, pelo

presidente José Carlos de Macedo Soares, Américo Jacobina Lacombe e Francisco de Assis Barbosa. Ambos membros da administração do IHGB (IHGB, 1964c, p. 422).

Os diretores da *Revista do IHGB* contavam com a produção dos sócios para compor a publicação. As escolhas do que seria divulgado, naturalmente, eram feitas pelos primeiros. Horas eram dedicadas à análise dos textos e à sistematização.

De acordo com os estatutos os exemplares eram distribuídos aos sócios e a outras entidades do Brasil e do estrangeiro. O restante era colocado à venda na própria instituição. Essa prática foi inclusive estabelecida nas primeiras sessões do IHGB em 1839⁴⁹. Dessa forma, o impacto da revista se dava, principalmente, entre os próprios sócios, intelectuais que circulavam na instituição e entre intelectuais vinculados a outras associações. Era este, basicamente, o círculo de pessoas que tinham contato com a publicação.

Em 1978, o consócio Francisco Ruas Santos publicou na *RIHGB* um artigo no qual enuncia a Revista como um fator de desenvolvimento cultural. Entende como produção cultural a criação, em todos os setores da cultura, que atenda aos anseios de criatividade e seja participante do desenvolvimento nacional. Santos afirma que naqueles anos o IHGB estava procurando difundir a ideia de que era necessário levantar as informações necessárias ao desenvolvimento cultural brasileiro. Essas ideias foram concretizadas em um documento que foi apresentado ao MEC e o periódico do IHGB foi erigido como um campo de prova. Ruas Santos levantou a afirmativa de que pode considerar tranquilamente a coleção da revista como um repositório incomparável da memória biográfica brasileira (RUAS, 1978).

O projeto almejava constituir um banco de argumentos e banco de referências de texto no âmbito de um sistema nacional de informações. Visava contribuir em favor da implantação deste sistema de indexação e processamento de dados, que pudessem ser consultados em fichas ou computadores. Por fim, decidiram aplicar a proposta na análise da *Revista*, para verificar em que medida o periódico seria útil à produção cultural; testar e desenvolver os módulos de informação e levantar elementos para o estudo do IHGB dentro do sistema. Ao fim, reconheceu todo o esforço do IHGB em seus cento e trinta e nove anos de existência, como uma casa que trabalhou com patriotismo e civismo ao longo de muitas gerações para transmitir às gerações contemporâneas e do futuro. Saliência: “agora sob a inspiração dos valores espirituais, morais e culturais tradicionais da Nacionalidade (Ibidem).

Esse texto se mostra interessante, por destacar a importância que personalidades históricas possuíam para o Instituto, além do valor dado ao patriotismo, civismo, moral e à

⁴⁹ A partir deste momento todos os sócios passaram a receber um exemplar. O restante da tiragem era colocado à venda. Para assinantes, cada número custava 500 réis. Para não assinantes, 640 réis (TAPAJÓS, 1989, p. 3).

cultura tradicional da nação. Mais do que isso, a partir deste escrito – que parece ter sido fruto de uma comunicação – podemos compreender a forma como naquele momento eles, no interior do IHGB, enxergavam a revista: como um fator de desenvolvimento cultural.

2.2. AS ARTICULAÇÕES PARA O GOLPE

A historiografia que trata sobre o golpe de 1964 no Brasil, mostra que houve articulações para este acontecimento, que contou com a participação de diversos segmentos da sociedade, assim como associações e instituições. O trabalho de René Dreifuss, já explorado brevemente na introdução deste texto, reforça a ideia de que a instalação do regime foi resultado de uma ação racional planejada.

Sabe-se que o golpe de Estado de 1964 foi também planejado dentro e fora do país e que a aliança golpista se apresentava já há algum tempo. Para Marcos Napolitano (2014), ela foi inclusive responsável pela crise política que resultou no suicídio de Getúlio Vargas em 1954. Por isso afirma que o golpe foi resultado de uma coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista e de uma profunda divisão na sociedade brasileira.

Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014), assim como Marcos Napolitano (2014), contribuem para o entendimento de todo esse contexto. Segundo eles, desde que assumiu o poder em 1961 por conta da renúncia de Jânio Quadros, João Goulart enfrentou crises políticas. Entre 25 de agosto e 7 de setembro de 1961 o país foi governado por uma junta militar formada por ministros de Jânio, que fizeram de tudo para impedir a posse do vice-presidente. No dia da renúncia, Jango estava em missão diplomática-comercial na China comunista. A opinião pública conservadora usou desta visita para consolidar a imagem sobre Goulart de comunista. Quando ele recebeu a notícia, o país estava em ebulição com as mobilizações militares e políticas.

Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, nesse ínterim, afirmava resistência sobre a tentativa de barreira na posse de João Goulart. Para isso, lançou a Rede da Legalidade. Do mesmo modo, o marechal Henrique Teixeira Lott lançou manifesto à nação em defesa de Jango e conclamou a defesa da Constituição. Houve mobilização intensa da população gaúcha e apoio do III Exército, que tinha suas bases no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Era o mais poderoso em equipamentos, número de homens e quartéis. Era o mais equipado entre as outras áreas administrativas do Exército brasileiro, em função de estar situado em

área de fronteira no Prata, considerada vulnerável devido à proximidade da Argentina (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 32).

Os parlamentares, de acordo com esses historiadores, não ficaram parados e se mobilizaram na tentativa de encontrar uma solução para superação da crise. Houve votação no Congresso Nacional em 29 de agosto de 1961, onde o pedido de impedimento do vice-presidente foi negado⁵⁰. A crise, contudo, extrapolou. Os ministros militares não aceitaram, mesmo com a decisão do Congresso, a presidência de Jango. A saída encontrada foi a proposta de implementação de um regime parlamentarista, que foi aprovada pelo Congresso na madrugada do dia 1º de setembro, por 233 votos contra 55. Os ministros da junta militar concordaram com a decisão, ainda que a contragosto⁵¹. Goulart de início resistiu à proposta, pois com o regime parlamentar, ele tomaria posse, mas praticamente sem poderes. A probabilidade iminente de uma guerra civil, porém, fez com que acatasse o regime. A implementação do parlamentarismo não foi desejada pela Junta Militar, nem pelo Congresso e sequer por João Goulart. Mas, foi julgada e aceita como uma opção para todas as partes. Assim, no dia 7 de setembro de 1961, dia da Independência do Brasil, João Goulart tomou posse e, no dia seguinte, Tancredo Neves assumiu o cargo de primeiro-ministro.

Uma nova onda de crise institucional abateu o governo por conta das discussões a respeito das reformas de base, que era um ponto de conflito. As reformas propostas englobavam, em linhas gerais, cinco áreas: reforma agrária, urbana, bancária, eleitoral, universitária e do estatuto do capital. Foram motivos de grande agitação e radicalização. A viabilidade das reformas necessitava do restabelecimento dos poderes presidenciais de João Goulart. A consulta plebiscitária, entretanto, estava prevista apenas para o ano de 1965, quando Jango finalizasse seu mandato (REIS FILHO, 2014, p. 33-34).

Napolitano afirma que no segundo semestre de 1962, as esquerdas reafirmaram o projeto político sobre o tema das reformas e as direitas procuraram novas táticas e sócios para sua conspiração. Foi sendo reestruturado um núcleo conspirador com o objetivo de desestabilizar e derrubar o governo de Goulart. Faziam parte deste núcleo, expoentes do Exército, como Odílio Denys e os generais Cordeiro de Farias e Golbery do Couto e Silva, e políticos civis, como Carlos Lacerda. Essas confabulações tinham enraizamento em organizações atuantes desde os anos de 1950, como o IBAD, além do apoio do IPES, cujos

⁵⁰ Foram 299 votos contra o impedimento do presidente e 14 a favor (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 42-43).

⁵¹ O sócios do IHGB Afonso Arinos de Mello Franco, já citado no capítulo anterior, redigiu a emenda junto com San Tiago Dantas (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 44)

objetivos era disseminar os valores do capitalismo, do anticomunismo e do livre mercado na sociedade brasileira. Jango, em fluxo contrário, seguia suas bases trabalhistas.

Durante o ano de 1962, entretanto, o conjunto das forças políticas, a começar pelo próprio presidente, começaram a sabotar o novo sistema, afinal ele não demonstrava possibilidade de êxito. Além do desgaste do parlamentarismo, houve pressões sociais e movimentos de greve que anteciparam o plebiscito para janeiro de 1963, definindo sobre a manutenção do parlamentarismo ou o retorno do presidencialismo. Por grande maioria dos votos, o eleitorado decidiu pela volta do presidencialismo. A partir deste resultado, o país retomou o sistema presidencialista e João Goulart lançou o Plano Trienal, elaborado pelo economista Celso Furtado, que se ocupava do desenvolvimento econômico e domínio da inflação. O plano não agradou as direitas e nem as esquerdas e por esse motivo foi logo eliminado (REIS FILHO, 2014).

Como demonstra Daniel Aarão (2014), em consequência, em fins do primeiro semestre de 1963 o governo estava esgotado, sem projeto e com a sociedade dividida: de um lado trabalhadores urbanos, rurais, setores estudantis e graduados das Forças Armadas, que lutavam pelas reformas, com a presença ainda de alguns radicais que defendiam à força a reforma agrária – *na lei ou na marra*, conforme palavra de ordem; de outro lado, a condensação de várias correntes de oposição às reformas com elites tradicionais, grupos empresariais, boa parte da classe média, alguns setores populares – pequenos proprietários, profissionais liberais, oficiais das Forças Armadas, jornalistas, professores e trabalhadores autônomos – que nutriam ainda um medo da desordem, do caos, da subversão dos princípios e valores, assim como o receio do exemplo da Revolução Cubana. Mas, antes de tudo, prevalecia, dentro dessas camadas, a heterogeneidade.

João Goulart, após meses de indecisões, partiu para a ofensiva, conforme destaca Reis Filho, e ratificou a legislação já aprovada no Congresso sobre a remessa de lucros e estabeleceu o monopólio da importação do petróleo. Em conjunto com essas ações, decidiu liderar grandes comícios – com início no Rio de Janeiro e término em São Paulo no dia dos trabalhadores – para aumentar a pressão pelas reformas. Apenas o do Rio de Janeiro ocorreu, no dia 13 de março, reunindo as esquerdas.

O último pavio aceso para estourar o golpe foi a reunião da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), apesar da proibição do Ministério da Marinha, a fim de reivindicar melhorias nas condições de vida e de trabalho. O ministro, considerou o encontro um ato de indisciplina e enviou uma tropa de fuzileiros navais para

fechar a assembleia e prender os manifestantes. Eles, ao invés de seguirem as ordens, largaram as armas e entraram no sindicato. Segundo Reis Filho, a partir deste episódio, os acontecimentos ocorreram de forma acelerada. As forças conservadoras e a mídia trabalharam em cima da crise na Marinha e o enfrentamento mudou o foco: passou a ser entre os que defendiam a hierarquia e a disciplina nas Forças Armadas e os que desejavam subverter esses valores. Rapidamente o general Olympio Mourão Filho ordenou no dia 30 de março a saída das tropas de seus soldados em Juiz de Fora (MG) rumo ao Rio de Janeiro e João Goulart saiu do cenário (REIS FILHO, 2014, p. 42-44).

“Havia ali um cimento forte: o medo de que o processo radical de distribuição de renda e de poder pudesse sair do controle e levar o país à desordem e ao caos, ameaçando instituições e valores” (REIS FILHO, 2014, p. 47).

Goulart optou por não empreender resistência e o golpe se transformou em uma revolução vitoriosa, de acordo com Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014). Mas, insistem: a recepção ao golpe de 1964 e as primeiras notícias sobre os atos desse movimento foram – e continuariam sendo – múltiplas e da mesma forma, diversas instituições e pessoas que estiveram envolvidas, modificaram seus julgamentos de acordo com o desenrolar dos governos – outras, não. De toda forma, o golpe civil-militar não se tratou de um evento externo à sociedade, embora o seu comando estivesse nas mãos de elites militares e civis brasileiras e não foi empreendido para construir um novo regime.

Com o golpe, foi instalado o Comando Supremo da Revolução e Ranieri Mazzilli foi empossado presidente pelo Poder Legislativo e Judiciário, como já havia ocorrido após a renúncia de Jânio Quadros. Consecutivamente, foi constituída uma Junta, autodenominada “Comando Supremo da Revolução”, composta pelos três chefes militares⁵², que permaneceram no poder por duas semanas. Através da junta, no dia 9 de abril um “Ato Institucional” foi baixado, estabelecendo o golpe como uma revolução e ao longo do mês de abril foram abertos centenas de Inquéritos Policiais-Militares (IPMs), com o objetivo de apurar atividades consideradas subversivas (CASTRO, 2012).

Ela ampliou e concentrou os poderes nas mãos do presidente da República, que deveria ser eleito em quarenta e oito horas pelo Congresso Nacional. Foi com a necessidade de se encontrar alguém para o cargo que surgiu o nome de Castelo Branco, que, com

⁵² O comando foi formado pelo brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, da Aeronáutica; pelo vice-almirante Augusto Rademaker, da Marinha e pelo general Arthur da Costa e Silva, representante do Exército (CASTRO, 2012).

articulações bem-sucedidas e apoio dos principais líderes políticos civis favoráveis ao golpe, foi eleito a presidência da República no dia 15 de abril (CASTRO, 2012).

Antes disso, o comando estabeleceu uma espécie de data-limite para a ditadura e um compromisso com o restante do regime então estabelecido. A Constituição havia sido preservada, exceto com os decretos adicionados – Atos Institucionais – e as eleições previstas para os anos seguintes (1965 e 1966) foram mantidas, o que sabemos, passados os anos, que não ocorreu (REIS FILHO, 2014, p. 52).

A pretensão para as próximas linhas deste capítulo é, portanto, dialogar com essa historiografia e situar o IHGB neste contexto de instabilidade, articulações e implementação do regime ditatorial a partir de suas publicações. O objetivo é explorar alguns discursos do IHGB e de seus atores nesse momento anterior ao golpe e no primeiro ano de estabelecimento do regime de ditadura. Este esforço é feito no sentido de colaborar no entendimento do processo de construção social que estruturou o golpe de Estado e corroborou para o acomodamento da ditadura civil-militar no país.

2.3 – PRESIDENCIALISMO OU PARLAMENTARISMO?

Conforme foi tratado nas linhas anteriores, no dia 25 agosto de 1961, Jânio Quadro renunciou à presidência da República. Como João Goulart estava longe, assumiu provisoriamente Ranieri Mazzili, político da ala conservadora do PSD e presidente da Câmara dos Deputados. Diante disso, os ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica resolveram intervir, impedindo que Jango assumisse o governo (REIS FILHO, 2014).

Por conta da quebra da legalidade constitucional, formou-se um movimento de resistência. A cadeia da legalidade, constituída por uma rede de rádios, incentivou a mobilização civil e a desconfiguração do dispositivo militar. A saída encontrada foi a negociação. Para que a Junta Militar aceitasse e Jango pudesse tomar posse, foi implantado o regime parlamentarista. Em vista da possibilidade iminente de uma guerra civil, João Goulart, mesmo em desagrado, concordou com a proposta. Dessa forma, assumiu em setembro de 1961 com seus poderes presidenciais limitados (FERREIRA; GOMES, 2014).

Dois meses após toda essa agitação política, mais precisamente no dia 14 de novembro de 1961, José Augusto Bezerra de Medeiros, um dos fundadores da UDN e então orador do IHGB, proferiu no salão do Instituto, onde estavam reunidos grande número de sócios, uma conferência, sob a influência destes últimos acontecimentos, intitulada “Presidencialismo ou

parlamentarismo? Aspectos históricos do problema no Brasil”, que durou mais de uma hora e rendeu quarenta e nove páginas escritas⁵³.

José Augusto inicia sua explanação apresentando e explicando os sistemas de governos democráticos existentes que, de acordo com ele, seriam o presidencialismo, o parlamentarismo e o colegialismo. O colegialismo só pode ter viabilidade em países pequenos e de população alfabetizada, como na Suíça, que possui êxito incontestável e por isso, exclui de sua explanação. Em outros países, vigora um dos dois outros sistemas. Salienta que o Brasil já conheceu ambos: o parlamentarismo nos seus mais de quarenta anos de prática na fase monárquica, no reinado de D. Pedro II, “qualificado como uma democracia coroada” e o presidencialismo há setenta anos (MEDEIROS, 1961, p. 102).

O que impulsionou a reflexão de José Augusto de Medeiros sobre o parlamentarismo e presidencialismo foi a necessidade de apresentar para a geração que não conheceu este primeiro sistema o que significou. Através da sua opinião particular, dá chances para que, segundo ele, pudessem verificar em qual modelo se encontra a solução adequada ao bem da democracia. Para isso, defende o seu depoimento usando de sua larga experiência na atividade pública com o objetivo único de servir à democracia e à pátria (Ibidem, p. 103).

Cita a decisão recente – há dois meses – do Congresso Nacional em retornar ao parlamentarismo, abandonando as vestes do presidencialismo que, para ele, parece nunca ter se ajustado bem ao organismo institucional do país. Assim, expressa sua opinião acerca dos tipos de organizações democráticas (presidencialismo e parlamentarismo), expondo claramente sua posição negativa sobre o presidencialismo e o apoio à decisão recente da implementação do parlamentarismo no país. Entre outras palavras disse que “o presidencialismo tem sido não direi o único, mas o nosso principal fator de desordem econômica e de degradação financeira” (Ibidem, p. 103). Por isso, reservou a conferência para análise histórica dos dois sistemas no Brasil e ratifica:

“de vez que conhecemos a ambos no campo experimental, o presidencialismo nos seus 70 anos de nossa atormentada vida republicana e aquêle, a que agora se retornou, ou se pretende retornar, nos quase 50 anos de paz, tranquilidade e moralidade que nos legou em 15 de novembro de 1889” (Ibidem, p.104).

Complementa seu raciocínio de exaltação ao parlamentarismo sob o exemplo de Pedro II, afirmando que esse sistema que durou quatro décadas encheu a história política do Brasil

⁵³ Essa conferência originou um livro, que foi publicado por Medeiros em 1962 (com segunda edição em 1987) com o título “Parlamentarismo *versus* Presidencialismo”.

de páginas brilhantes e que o imperador, honesto, ao invés de embaraçar os surtos do poder do parlamento, antes os estimulava e aplaudia (Idem, p. 108). Foi para ele “o sistema de governo mais perfeito que o mundo livre jamais conheceu” (MEDEIROS, 1961, p. 109).

José Augusto Bezerra de Medeiros realça o que considera como outras virtudes do parlamentarismo no Brasil: a formação de uma elite política, de uma camada de estadistas da mais alta categoria (Ibidem). Identifica em seguida uma breve deficiência no parlamentarismo, mas que é explicável por não ser ele uma decorrência dos textos constitucionais, mas uma criação espontânea e gradual da consciência liberal do povo. De toda forma, segundo ele, no fundo, permaneceu no Brasil daqueles tempos um espírito público sempre em busca de instituições livres (Ibidem, p. 10). Acrescenta:

“Assim, a propaganda republicana se fêz, cabendo aqui acentuar que na palavra dos mais ardorosos dos seus corifeus, o que se devia buscar antes de tudo era fazer a Federação e acabar com o que chamavam eles *o poder pessoal* do Imperador. [...] o que ocorreu foi sua agravação, instituindo-se o sistema presidencial de governo, em que o chefe do Poder Executivo, o Presidente da República, tem poderes maiores e mais amplos do que os tinha o Imperador, apesar das faculdades que lhe reservava a função constitucional de Poder Moderador” (Ibidem, p. 110-111, grifos do autor).

Dando prosseguimento ao seu discurso, José Augusto retoma historicamente todos os governos presidenciais até o momento afim de reunir argumentos para desqualificar o presidencialismo. Neste momento, cita o governo de Getúlio Vargas rapidamente, inserindo um adendo, pois conforme sublinha, sua pretensão não é examinar a ditadura, mas o presidencialismo, “embora êste ao que penso, seja sinônimo de ditadura, com a agravante de ser esta declaradamente o govêrno de um só, enquanto aquêle se esconde disfarçadamente sob vestes legais” (Ibidem, p. 114). Equipara, neste trecho, a ditadura ao presidencialismo.

Para embasar seus fundamentos, menciona trechos de trabalhos de diversos estudiosos e políticos, que se manifestaram contrários ao presidencialismo⁵⁴, considerados por ele depoimentos de elementos da elite intelectual e política do país uníssonos em revelar a “imprestabilidade do presidencialismo, mais do que isso a sua nocividade como sistema de govêrno” (Ibidem, p. 129). Para finalizar, cita a opinião de Rui Barbosa, que foi um dos autores principais sobre o sistema presidencialista brasileiro.

⁵⁴ Sílvio Romero (1893), Mata Machado (1895), Saldanha da Gama (1895), Gaspar da Silveira Martins (1896), Elpidio de Mesquita (1896), Prudente de Moraes (1901), Alberto Sales (1901), Tavares de Lyra (s/d), Agamenon Magalhães (s/d), Tancredo Vasconcelos (s/d), Leão Veloso (1915), Raul Alves (1924), José Maria dos Santos (1930), Borges de Medeiros (1933), Olímpio Ferraz de Carvalho (1933), Olímpio Fay de Azevedo (1934), Muniz Freire (1936), Byron Tôrres de Freitas (1946), Paulino Jacques (1947), Alfredo Baltazar da Silveira (1953), Luís Silveira Melo (s/d), Paulo Brossard (s/d), Oliveira Viana (s/d), Medeiros e Albuquerque (s/d), Lourival Fontes (s/d).

No encerramento de seu discurso fala brevemente sobre o sistema parlamentar instaurado pelo Ato Adicional em 1961 e cita que um ponto que precisa ser consertado é o possível plebiscito, que estava previsto para 1965. Por isso, de acordo com ele, seria imprescindível que “se unam todos os verdadeiros democratas brasileiros, formando uma força invencível, para evitar o retorno ao presidencialismo, isto é, à anarquia ou à ditadura [...]” MEDEIROS, 1961, p. 150).

Sobre a adoção do parlamentarismo no momento de posse de João Goulart, existem, de modo generalizado, dois grupos que apoiam a adoção desse regime em substituição ao presidencialismo: aqueles que, contrários ao exercício de Goulart, apoiavam a implementação do parlamentarismo como um mecanismo de cercear seu poder; e aqueles que viam no parlamentarismo uma solução para que João Goulart não fosse retirado totalmente do cenário e permanecesse, ainda que de forma limitada, no poder.

Embora tenha anunciado a conferência como um instrumento de conhecimento, discernimento e uma oportunidade de dar embasamento para que cada ouvinte tivesse condições de opinar de forma pessoal sobre o assunto, José Augusto finaliza sua exposição oral da seguinte forma:

“Após essa síntese histórica, na recapitulação do que nos deram os dois sistemas de governo, em face dos dados históricos honesta e escrupulosamente exibidos, resta indagar que sistema de governo convém ao Brasil – o que só nos deu a desordem em todos os seus aspectos – política, militar, econômica, financeira, moral e social, ou o que nos proporcionou 40 anos de paz, tranquilidade, compostura, moralidade, austeridade absoluta no emprêgo dos dinheiros públicos?” (Ibidem, p. 51).

Ele realiza, na verdade, um julgamento e explana, notoriamente, a sua avaliação, conduzindo o pensamento através da mobilização de argumentos provocadores.

A pronúncia de Medeiros torna-se muito significativa diante do contexto político do país naquele momento. Além disso, o Instituto procura, por via de regra, ser neutro em suas posições e não tratar de assuntos do presente. Contrariamente, o que se observa, é um descortinamento contornado por uma manifestação de opinião. Trata-se uma crítica agressiva ao presidencialismo e ao próprio sistema republicano brasileiro existente, que foi exposta por um sócio em específico, mas que foi registrada e publicada na revista “para melhor apreciação do seu conteúdo histórico e filosófico” (IHGB, 1961, p. 262). Além disso, observa-se neste

discurso uma oportunidade de defender d. Pedro II, tutor do IHGB no século XIX, e propagandear o Império⁵⁵.

Diante disso, para finalizar, torna-se importante retomar a palestra de José Augusto Bezerra de Medeiros, atentando para alguns pontos, principalmente no que concerne ao lugar de fala dele. José Augusto, nasceu em 1884⁵⁶, ainda no período do império. Em 1945, foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN). Neste mesmo ano se elegeu deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo Rio Grande do Norte (RN) por essa legenda e assumiu sua cadeira em 1946, exercendo na Assembleia a função de vice-líder de seu partido (MALIN, 2010). Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em dezembro de 1956. Foi orador do IHGB e fez parte da Comissão Permanente de Admissão de Sócios até o ano de 1969. Ele usa de sua experiência, talvez poder nascido antes da instauração da República e por ter vivenciado ainda que brevemente o momento em que o país ainda era governado por Pedro II; por ter participado por longos anos da vida política do país, pois foi deputado federal, governador e senador de seu estado (RN), para alicerçar suas premissas.

Já havia concluído o seu mandato como deputado federal do Rio Grande do Norte em 1955, mas permanecia filiado à UDN, partido que defendeu, apenas neste momento, o mandato de Goulart no contexto de negociações políticas em torno da posse do vice-presidente: na conjuntura de demanda e pressão de parte da sociedade em favor do direito de Jango assumir e a consequente votação sobre o seu *impeachment* no Congresso Nacional – proposta derrotada. Embora houvesse expoentes contrariando a própria posição do partido, como o exemplo de Carlos Lacerda (FERREIRA; GOMES, 2014).

Vale lembrar ainda que a UDN se configurou, em sua concepção em 1945, como um partido antigetulista, antitrabalhista e anticomunista. Opunha-se às reformas e à determinados movimentos sociais. Por essas plataformas moralistas, a UDN crescia junto às classes médias. Mas, como outros partidos, possuía várias alas, sendo uma delas, a de extrema direita liderada por Carlos Lacerda, figura reconhecida no cenário de desestabilização do governo constitucional (Ibidem).

Ainda, em ata de sessão publicada na Revista, o segundo vice-presidente José Wanderley de Araújo Pinho, pronuncia palavras antes da exposição de José Medeiros e destaca a importância do assunto tratado, que possui “uma tal atualidade, que vai ser certamente dupla e proveitosíssima lição: do mestre José Augusto, e da própria História... ‘a

⁵⁵ Cita em seu discurso que Pedro II sempre atuou, a despeito dos poderes que a Constituição lhe conferia, como uma força conciliadores e liberal e procurou observar os anseios da opinião pública e as aspirações dos país, jamais tentando contrariá-los ou criando obstáculos (MEDEIROS, 1961, p. 108).

⁵⁶ Faleceu em 1971 (MALIN, 2010).

mestra da vida””. Complementa: “Vamos aproveitar da conferência de José Augusto, não só os que fitam o passado, como os que assistimos, ou combatemos, no presente, e nos prevenimos, sempre inquietos, antes as antecipações do futuro” (IHGB, 1961, p. 261-262).

O vice-presidente de forma nítida, através do uso da expressão “mestra da vida” e José Medeiros, de maneira diluída no discurso usando a sua bagagem – seja vivida ou baseada na produção do conhecimento histórico –, atribuem à história a sua capacidade de instruir a vida, valorizando a experiência, tal como a conhecida expressão de autoria de Cícero, *historia magistra vitae*, explorada pelo historiador Reinhart Koselleck (2006).

Koselleck em seu trabalho descreve, de forma profunda, as transformações da expressão, que se manteve ilesa até o século XVIII, momento em que se diluiu no movimento da história e mergulhou na época moderna. A história como mestra da vida orientou a forma como os historiadores compreendiam o seu objeto e sua produção e seu uso remete a uma possibilidade constante de compreensão prévia das possibilidades humanas. Com isso, a concepção de *historia magistra vitae* entende, em sua construção narrativa, a história como o exemplo para o agir, o passado como possuidor de modelos a serem seguidos para elaboração do futuro.

Foram baseados nessas influências que as apreensões sobre o parlamentarismo e presidencialismo foram fundamentadas e acolhidas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como atores de seu tempo, entretanto, não sabiam o que iria acontecer no porvir. Havia, na realidade, diversas possibilidades de futuro para eles da mesma forma como havia para os militares e civis que controlavam efetivamente os projetos de retirada de João Goulart do poder. Este passou a ser o objetivo prático, que não abarcava um projeto de ditadura. Embora eles tentassem projetar o futuro através da história, sabemos que ela não se constitui por meio de exemplos.

2.4 O CASO DA HISTÓRIA NOVA

Em 1963, com João Goulart na Presidência do Brasil, dois órgãos do Ministério da Educação e Cultura, a Companhia de Assistência ao Educando, CASES e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, fizeram uma parceria com a finalidade de promover a revisão dos conteúdos dos livros didáticos de História do Brasil a partir de um incômodo por parte de intelectuais em relação ao ensino de História no país que era concebido de forma tradicional, positivista, quadripartite, factual e heroica (CARDOSO, 2016, p. 128). Assim, a proposta,

denominada *História Nova*, era editar uma coletânea de textos destinados aos professores de história para uso nos colégios da rede oficial e particular de nível médio com uma nova abordagem do ensino almejando a renovação e alargamento das perspectivas do estudo de História com uma função social (GUIMARÃES, 2003, p. 237).

Essa proposta, elaborada na gestão de João Goulart, estava articulada às discussões reformistas realizadas em seu governo, que se centravam na questão da autonomia nacional e postura do país em relação ao capital estrangeiro, no plano econômico; na pressão pela reforma agrária, no campo político e propostas de alfabetização de adultos em curto prazo no plano educacional (Ibidem, p. 236).

O ISEB, instituto diretamente envolvido neste projeto, foi criado em 1955 no governo de Café Filho. É herdeiro do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, IBESP, fundado em 1952, e realizava encontros interdisciplinares que discutiam a realidade brasileira. No governo de Juscelino Kubitschek a instituição ganhou grande impulso com a destinação de uma sede própria, verbas para publicações e cursos. Várias fases marcaram o ISEB, no entanto, entre 1961-1964 sua atuação de esquerda foi mais marcante e se aproximou dos movimentos sociais da época (LOURENÇO, 2008, p.389-390).

A CASES, por sua vez, foi criada pelo Decreto nº 43.031, de 13 de janeiro de 1958⁵⁷, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura na presidência de Juscelino Kubitschek. A finalidade de sua criação é conferir extenso programa assistencial ao estudante a partir de seu bem-estar, facilidades educacionais e incentivo ao aprimoramento de sua cultura. Para isso, o decreto assinala alguns meios de ação, dentre eles: criação ou ampliação de casas de estudantes; concessão de bolsas de estudo; instalação de restaurantes estudantis; instalação de teatros de estudantes; instalação de postos de saúde e facilidades médico-hospitalares; instalação e melhoria de bibliotecas e realização de intercâmbio cultural e artístico entre estudantes no país e no exterior.

Dessa forma, em meados de 1963, Nelson Werneck Sodré, historiador, militar e um dos principais intelectuais do Partido Comunista Brasileiro, PCB, nas décadas de 1950 e 1960, chefiou a execução do projeto contando com a colaboração de mais cinco jovens: Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes (CARDOSO, 2016, p.129). Quatro deles eram professores do ensino médio e haviam se formado no curso de história da Faculdade

⁵⁷ Decreto nº 43.031, de 13 de Janeiro de 1958. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43031-13-janeiro-1958-381787-publicacaoriginal-1-pe.html>.

Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil – hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ (GUIMARÃES, 2003, p. 238).

Para que as obras do projeto tivessem visibilidade, difusão e utilidade o Ministério da Educação e Cultura baixou a Portaria nº 50, de 04 de fevereiro de 1964, na qual recomendava a utilização da *História Nova* nas escolas e também fixava que a Companhia de Assistência ao Educando deveria providenciar remessas gratuitas dos livretos a todos os professores de história do Ensino Médio do país (Ibidem, p. 238). Além disso, criou o Decreto nº 53.583 de 21 de fevereiro de 1964 definindo que *os livros didáticos editados pelo Ministério da Educação e Cultura serão obrigatoriamente incluídos pelos estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, entre os que forem selecionados para as diferentes disciplinas e séries*⁵⁸. Essas medidas propiciaram a chegada da *História Nova* nas escolas (Ibidem, p. 245).

Até o início de 1964 haviam sido publicados cinco volumes da pretendida coleção: *O descobrimento do Brasil; As invasões holandesas; A expansão territorial; A independência de 1822 e Da Independência à República* (Ibidem, p. 244). Essa coletânea estava voltada para a difusão das interpretações advindas do materialismo histórico. Visavam combater o ensino tradicional. Considerando o tratamento descontextualizado e linear que os livros didáticos empregavam às narrativas dos acontecimentos do passado, tratava-se de uma crítica pertinente. Do ponto de vista objetivo, a proposta de renovação do ensino de história do grupo do ISEB pretendia dar uma função pragmática ao conhecimento de ajudar na construção de bases seguras para as iniciativas alcançando os professores secundários e por consequência, seus alunos e as novas gerações de estudantes (Ibidem, p. 243-244).

Neste mesmo contexto, Marieta de Moraes Ferreira (2013), ao analisar o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil na ditadura, descreve com evidência a existência de lutas políticas dentro do campo disciplinar da história. Dessa forma, o curso, criado em 1939, foi composto por nomes ligados a setores católicos e antigos integralistas. A cátedra de história do Brasil, que significava um papel-chave na formação dos futuros professores secundários, ficou a cargo de Hélio Vianna, que propagava a concepção de uma história política dominante na época destinada a reforçar os laços da identidade brasileira por meio da unidade nacional e no papel dos grandes heróis como construtores da Nação (FERREIRA, 2013, p. 49). Logo após sua nomeação para a FNFi, foi

⁵⁸ Art. 2º do Decreto nº 53.583 de 21 de fevereiro de 1964.

Acesso em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53583-21-fevereiro-1964-393853-publicacaoriginal-1-pe.html>

admitido em 1944 como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e fez parte no período da ditadura da Comissão de História até 1972, ano de seu falecimento.

Os anos posteriores no curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia foram de intensos debates a respeito do lugar da universidade, os usos do ensino de história como mecanismo de transformação social e acabou provocando uma cisão no interior do departamento e com os alunos (FERREIRA, 2013, p. 50).

Hélio Vianna se constituía com uma postura conservadora e como professor, voltava-se para a história política e principalmente diplomática. O enfoque era dado às temáticas coloniais, enquanto as temáticas republicanas eram secundarizadas e sua abordagem historiográfica era destacada pela valorização dos eventos e personagens⁵⁹. Enquanto isso, os alunos interessavam-se pela produção do ISEB e nesse movimento, fundaram o Centro de Estudos de História em 1958 e o *Boletim de história*. Embora o objetivo inicial fosse a orientação didática do professor do curso secundário, o boletim orientou seus esforços à crítica do próprio curso universitário, à percepção de suas limitações na formação do profissional de história e à crítica social (Ibidem, p.51).

Desse modo, os discentes do curso de história engajados no Centro de Estudos de História repulavam a maioria das disciplinas oferecidas na faculdade e passaram a se envolver com o ISEB. Fizeram curso privado de história com Nelson Werneck Sodré neste instituto e idealizaram juntos a produção da coleção de livros didáticos que passou a se chamar *História Nova do Brasil*. O projeto da *História Nova* possuía vínculos, portanto, não só com o ISEB, mas também com os ex-alunos da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil (Ibidem, p. 52).

A conjuntura de profunda radicalização entre a esquerda e a direita no início dos anos de 1960, instalou divergências que iam desde a concepção de história, modelo de curso que se desejava, até o posicionamento ideológico diante de eventos políticos marcantes (Ibidem, p. 50). Nesse sentido, a *História Nova do Brasil* foi recebida com grande enfrentamento pelas forças conservadoras. O primeiro setor de oposição à coleção foi a imprensa, com os jornais *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*. Este dedicou cinco editoriais a difamar a publicação de iniciativa do Ministério da Educação e Cultura (LOURENÇO, 2008, p. 394). O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que vinha sendo o responsável pela construção da memória

⁵⁹ Enquanto Hélio Vianna priorizava em suas aulas a história política, com relatos factuais minuciosos, sem diálogo com fontes e bibliografias, a cadeira de história moderna e contemporânea privilegiava o estudo de períodos mais recentes com temas sobre história da África, descolonização, e funcionava como um espaço de debate e crítica (FERREIRA, 2013, p.51).

nacional desde 1838, foi convocado no dia 10 de março de 1964 pelo Diretório Central da Liga da Defesa Nacional para se manifestar.

A Liga da Defesa Nacional, LDN, foi uma das organizações mais relevantes na campanha anticomunista de 1961-1964 (MOTTA, 2002, p. 237). Fundada em 7 de setembro de 1916, a entidade foi criada com o objetivo de ser o aparelho privado de hegemonia e de integração entre civis e militares na causa da defesa nacional. Assim, criou-se a Liga com a finalidade de se estabelecer um local de planejamento e discussão de projetos de plano nacional, como educação, infraestrutura, saúde, serviço militar, entre outros. De certo modo, quem compunha o Diretório Central da LDN era a elite intelectual brasileira (OLIVEIRA, 2016, p. 75-77).

Conforme ressalta Tiago Oliveira, em 1958 a Comissão Executiva da Liga da Defesa Nacional, em reunião, comemorava o retorno da ação prática da entidade e a sua posição atenta, de centro de encorajamento e estimulador do patriotismo consciente (OLIVEIRA, 2016, p.196). Em 1962, a partir da direção de um oficial da Marinha, ela se coloca na luta contra os comunistas e em 1964 solicita a manifestação do IHGB sobre o projeto de ensino (MOTTA, 2002, p. 238).

A então Comissão Permanente de História do IHGB, elaborou o parecer sobre a *História Nova* em fins de março de 1964, que foi aprovado e publicado na Revista do Instituto. O texto foi escrito por Américo Jacobina Lacombe em nome da Comissão de História e foi publicado na revista pelo Herbert Reichardt. A comissão era composta pelos sócios Américo Jacobina Lacombe, Wanderley Pinho, Marcos Carneiro de Mendonça, Herbert Canabarro Reichardt e Hélio Vianna. Entretanto, interessante, dentre as assinaturas do parecer não consta a de Hélio Vianna, apenas as dos outros quatro membros. O grupo trabalhava em conjunto e levando em consideração todo o contexto em que se encontra o parecer, a cadeira ocupada por ele na Faculdade de Filosofia, o movimento de seus alunos e participação na criação da *História Nova do Brasil*, algumas hipóteses podem explicar a ausência de seu nome no documento: Hélio Vianna, cunhado de Castelo Branco, pode ter optado por se reservar e não participar da elaboração do parecer por conta da cisão já existente entre os professores do departamento de história da Universidade do Brasil e o embate historiográfico existente com alguns dos docentes, alunos e em último plano, com o próprio Nelson Werneck Sodré. Pode ainda ter participado da formulação do texto e solicitado que seu nome não fosse divulgado junto do parecer. Fato é que não há sua assinatura e não há explicações no documento que deem conta de responder a esse questionamento. Vianna já

fazia parte da Comissão. Tanto é que, além da confirmação de sua participação por conta do resultado da eleição em que foi escolhido em 1963 para fazer parte da comissão em 1964, seu nome consta como membro do grupo em outras páginas da própria edição da revista em que foi publicado o parecer.

Américo Jacobina Lacombe, autor do parecer sobre a *História Nova* publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, dedicou sua vida ao magistério de História, ao culto à memória de Rui Barbosa e ao IHGB⁶⁰. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1909. Concluiu o curso de Direito no Rio de Janeiro em 1931, mas não se atraiu à profissão de advogado. Sua trajetória profissional o encaminhou para o serviço público e docência. Lecionava História Geral e do Brasil em vários colégios do Rio de Janeiro. Foi fundador e Professor Emérito da PUC RIO. Em 1939, se tornou Diretor da Casa de Rui Barbosa. Exerceu o cargo de Secretário de Educação e Cultura do antigo Distrito Federal. No período de 1962 a 1963, foi chamado a dirigir a Casa do Brasil da Cidade Universitária de Paris, e deu cursos na École des Hautes Études de l'Amérique Latine⁶¹. No período de recorte deste estudo, Américo Jacobina Lacombe foi membro da Comissão de História do IHGB entre 1964 e 1979. No segundo semestre de 1964 foi nomeado terceiro vice-presidente do IHGB e em 1968 foi designado à primeiro vice-presidente, ao lado de Pedro Calmon – Presidente do IHGB nomeado após a morte do Presidente José Carlos de Macedo Soares em 1967.

Américo Jacobina Lacombe através do parecer publicado na *Revista do IHGB* se coloca – e em nome do IHGB – expressamente contra os folhetos sob o título de *História Nova* através da Campanha de Assistência ao Estudante, criada pelo Ministério da Educação e Cultura nos fins do governo de João Goulart. Para isso, dedica 19 páginas contendo 25 tópicos de críticas ao projeto.

Lacombe inicia seu texto expressando críticas aos autores da coleção *História Nova*, que declaram repetidamente que realizaram uma obra coletiva. Como demonstra Vanessa Cardoso, nenhum dos autores do projeto assinavam a autoria em qualquer uma das monografias. Todos assinavam como se tivessem escrito conjuntamente, conservando em sigilo a especificidade de sua elaboração (CARDOSO, 2016, p.130). Declaram-se, portanto, solidários na responsabilidade dos conceitos emitidos nas monografias.

⁶⁰ Assim Américo Jacobina Lacombe é lembrado pelo IHGB. Sua memória é homenageada em uma publicação na Revista do IHGB no ano de 1993. SENNA, Homero. “Homenagem a Américo Jacobina Lacombe em 7 de julho de 1993: Vida e Obra de Américo Jacobina Lacombe”. *Revista do IHGB*. v. 380. Rio de Janeiro, 1993. p. 84-90.

⁶¹ Idem.

Segundo Lacombe, o único dentre eles que tem obras de história ponderáveis e de reconhecido valor é o general Nelson Werneck Sodré. “Os demais são alunos da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil” (REICHARDT, 1964, p. 283), afirma em tom pejorativo. Para além disso, diz que os autores não têm o cuidado na exposição das suas hipóteses científicas, pois, segundo ele, “não hesitam na apresentação em tom dogmático e definitivo de uma explicação dos fatos da nossa História”, a partir do materialismo histórico, segundo a concepção de Marx (Ibidem, p. 285).

Acrescenta e afirma que a coleção foi organizada, impressa e distribuída por órgãos do Ministério da Educação e Cultura, bem como foi patrocinada por Decreto do Governo Federal o qual dispõe em seu artigo 2º que os livros didáticos editados pelo MEC serão obrigatoriamente incluídos pelos estabelecimentos de ensino – já citado anteriormente. Segundo Lacombe, há uma contradição nesse ato com o sistema criado na Lei de Diretrizes e Bases que determina a elaboração de sistemas locais autônomos e estabelece um clima de ampla liberdade didática (Ibidem, p. 283).

Para Lacombe, a finalidade dos folhetos da História Nova, como mostra o seu próprio prefácio, é contribuir para a reformulação da educação brasileira. Mas, segundo ele, o que se pretende é reformular na sua essência os métodos, o estudo e o ensino da história. Em sua concepção, a proposta da *História Nova* se opõe à história tradicional e oferece aos professores base doutrinária a uma ação transformadora das condições do povo brasileiro (Ibidem, p. 284). Afirma que não há dúvida da necessidade de elevar o nível e aperfeiçoar didaticamente grande parte dos compêndios, mas que as soluções propostas pelos folhetos da *História Nova* estão longe de alcançar tão alto objetivo, pois defendem com “parcialismo flagrante” a interpretação dos fatos, além de cometerem enganos e deturpações (Ibidem, p. 285). Segundo ele, o parcialismo com que os autores da *História Nova* encaram todos os fatos deriva da aceitação primária das teses marxistas, ainda que não mencionem nunca expressamente os seus grandes doutrinadores – referindo à Marx e Engels. “Mas, as premissas do materialismo histórico são dadas como aceitas previamente” (Ibidem, p. 286)

Deduz na leitura dos folhetos que essa ação espera dos professores e alunos extinguir os privilégios da classe que permanece no poder político há 141 anos, fazer a reforma agrária – que, segundo o folheto, representará a derrota política dos senhores da terra e de servos, aliados fundamentais de interesses internacionais. Lacombe, autor deste parecer na revista do IHGB, contra-argumenta afirmando que “foram esses interesses que uns, em 1822, realizaram

a independência formal e outros, impedem a verdadeira independência que permitirá ao país desenvolver-se plenamente e firmar-se como nação” (REICHARDT, 1964, p. 284-285).

Lacombe escreve que os autores do folheto acusam os compêndios da época de excluírem da História a participação do povo. Para ele, isso não é verídico. Seu argumento é que desde Herculano as narrativas históricas dos fatos portugueses e brasileiros têm-se dado larga margem às aspirações populares (Ibidem, p. 285-286). Além disso, afirma que é uma busca em vão procurar nas páginas da *História Nova* qualquer termo em torno de patriotismo ou heroísmo e que são distorções destinadas a dar a impressão de inferioridade enquanto povo, da incapacidade coletiva de dirigir a nossa história e nosso destino (Ibidem, p. 289).

Além de todas essas afirmações e ásperas críticas, o que mais chama a atenção, na verdade, no parecer redigido pelo sócio do IHGB Américo Jacobina Lacombe é a sua conclusão após leitura minuciosa e proficiente dos folhetos da *História Nova* – conforme é citado:

“Quer pela sua orientação doutrinária, extremamente facciosa, quer pelas faltas graves em matéria de fato, quer pela falta de cuidado na apresentação, os fascículos da denominada História Nova não mereciam sequer uma recomendação das autoridades educativas do país. Muito menos mereciam os privilégios que obtiveram da administração e devem ser urgentemente cancelados em benefício da educação livre e democrática” (Ibidem, p. 301).

Há também uma conclusão de Herbert Canabarro Reichardt, membro da Comissão de História do IHGB, que publicou uma breve consideração ao fim do parecer. Suas palavras são ainda mais radicais:

“Além de deformar a mentalidade juvenil com conceitos errôneos e falsos, abomina e despreza tudo quanto aprendemos na maneira de interpretar a História. Amesquinha o culto cívico e deslustra os mais memoráveis fatos da nacionalidade. Pior de tudo, é que, tornando obrigatória a sua adoção tanto nas escolas públicas como particulares, contraria frontalmente a Lei de Diretrizes e Bases – árdua e brilhante conquista do princípio universalmente aceito – com exceção nos países totalitários – da liberdade do ensino. Bastaria somente este último item, para denunciar os propósitos comunizantes e subversivos do governo deposto. Entendo que a opinião do Instituto Histórico, deve ser comunicada sem mais delongas à Comissão que nos deu a honra de opinar sobre tão importante assunto” (Ibidem, 301-302).

Para os autores da *História Nova*, nos compêndios existentes na época de história haviam erros e simplificações grosseiras que valorizavam narrativas em torno de personagens e fatos com perspectivas eurocêntricas, afastando fatores de ordem social, econômica e a própria realidade histórica. Então, os autores alegavam que o que importava eram as

explicações e análises das transformações da sociedade ao longo do tempo, das forças atuantes e não fatos isolados, como era o ensino de história difundido na época. Criticavam esta história oficial ensinada e escolhiam o povo para ser o protagonista da História do Brasil, capaz de promover o desenvolvimento que o país precisava para deixar sua condição de dependência e superar o imperialismo. Para isso, era preciso fornecer as informações sobre o processo histórico brasileiro e que fosse um elemento propulsor na definição de novas realidades. Dessa forma, segundo eles, a reforma social seria o meio de fazer o Brasil avançar e significaria a vitória sobre o imperialismo, a emancipação nacional e o desenvolvimento do país (CARDOSO, 2016).

A *História Nova* não deixava de apresentar uma dimensão política: reivindicava reformas educacionais, defendia a reforma agrária, criticava o latifúndio e a dependência econômica externa brasileira (Ibidem, p. 142). De alguma forma, estas propostas estavam atreladas às ideias de João Goulart para o Brasil ao pensar na autonomia brasileira frente aos países capitalistas, sobretudo, Estados Unidos e ao pensar o nacional-desenvolvimentismo, nacional-estatismo. Essa era uma aposta no jogo político-econômico brasileiro.

Todos esses aspectos propostos pela *História Nova* chamaram a atenção dos setores conservadores da sociedade brasileira e incomodaram setores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como assinala Vanessa Cardoso, travou-se um duelo entre duas historiografias: a do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a dos autores da História Nova do Brasil (CARDOSO, 2016, p. 146). Criticar a escrita tradicional da história significava criticar a forma como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e seus sócios se dedicavam e mais ainda: significava opor-se à autores consagrados (Ibidem, p. 144). Mas, para além de um embate historiográfico havia também envolvido um embate ideológico, pois, o contexto em que esse parecer do IHGB foi escrito é marcado pela ideologia do anticomunismo, conforme apresenta Rodrigo Patto Sá Motta (MOTTA, 2002, p. 47).

Motta esclarece que o anticomunismo é formado por um corpo heterogêneo de sujeitos – seja reacionário, conservador, liberal e até esquerdista – que possuem entre si um ponto de convergência representado por um inimigo comum: a aversão ao comunismo. Esta aversão provém de três matrizes básicas: cristianismo – mais especificamente o catolicismo; liberalismo e nacionalismo, sendo este último de principal interesse neste estudo (Ibidem, p. 15).

O nacionalismo, que se constituiu como um importante matriz do anticomunismo brasileiro, é um dos pontos defendidos por Lacombe em seu parecer contra a *História Nova*.

Embora tenha adquirido significados distintos ao longo do tempo, no geral, o nacionalismo, que pode ser aclamado tanto em projetos de esquerda quanto de direita, para os anticomunistas tem inspirações em modelos conservadores elaborados no século XIX. Seus principais fundamentos centram na percepção da nação como conjunto orgânico, único e inquebrável independente do conflito social, que reforça a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização. Em consequência, a partir desse raciocínio, os comunistas seriam perniciosos ao instigarem a divisão e a destruição do corpo nacional, à medida que propiciavam o ódio entre as classes. Dessa forma, o comunista era visto como o inimigo, o estrangeiro que ameaçava a ordem e a unidade nacional (MOTTA, 2002, p. 29-30).

Fato é que entre 1961 e 1964 o anticomunismo adquiriu uma importância preponderante no país. As razões são várias e são de ordem interna e externa. Do ponto de vista externo, a Revolução Cubana atemorizou a América Latina no combate ao avanço soviético. Internamente, os anticomunistas se alarmaram em razão de processos que ocorriam em convergência com as mudanças de plano internacional, como o crescimento de organizações de esquerda, reestruturação do PCB, movimentos favoráveis a transformações sociais e a própria política externa independente (Ibidem, p. 231-233) – adotada por Jânio Quadros, e posteriormente mantida por João Goulart – que sinalizava, aos olhos dos anticomunistas, um reatamento de relações com Moscou ao assumir a posição de não mais se alinhar automaticamente aos Estados Unidos e defender sua autonomia de manter relações diplomáticas e comerciais com o país que fosse de seu interesse, incluindo países de regimes comunistas (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 22).

A renúncia de Jânio Quadros em 1961 deixou os anticomunistas ainda mais preocupados. Neste contexto foi instalado um ambiente de pré-guerra civil na tentativa de impedir a posse de João Goulart, então vice-presidente de Jânio, eleito por voto popular, concorrendo de modo independente na chapa à presidência (MOTTA, 2002, p. 234).

Abriu-se, nesse ambiente, uma crise política grave para as instituições democráticas. Os três ministros militares formaram uma Junta e seria ela que comandaria o país. Foi instaurado claramente um confronto: de um lado, o Congresso Nacional não aceitava a coação militar juntamente com uma rede de partidos políticos que se mantinham em defesa da ordem constitucional, inclusive a UDN; de outro, a Junta Militar (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 30).

Com todas as dificuldades impostas, uma série de negociações foram feitas. João Goulart tinha ao seu lado Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, e o III Exército,

que era o mais equipado do país⁶². Para tanto, a saída encontrada era adoção do regime parlamentarista, que não era o que Goulart desejava, mas ao menos garantia chegar ao poder sem guerra civil (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 46). Foi uma manobra que apaziguou a crise, evitou confronto aberto, mas não desmobilizou conservadores e anticomunistas (MOTTA, 2002, p. 235).

João Goulart optou em dar prosseguimento à orientação diplomática que vinha sendo adotada anteriormente estabelecendo relações com países não alinhados e socialistas com o intuito de diminuir a dependência do Brasil em relação aos Estados Unidos. O anúncio de reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética em novembro de 1961 desencadeou forte reação com uma série de protestos. Somado a isso, a posição diplomática de Goulart transparecendo simpatia a Cuba, enfureceu os grupos anticomunistas. Havia a todo momento denúncias de influência comunista nas ações do governo (Ibidem, 2002, p. 235-237). Nesse sentido, grupos comprometidos com o anticomunismo começaram a se organizar e mobilizar, como é o caso da Liga da Defesa Nacional.

Com o golpe civil-militar, em abril desse mesmo ano, o parecer do IHGB sobre a *História Nova* foi utilizado como documento de acusação. As obras e os autores foram alvo dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), bem como o ISEB, acusados por conspiração. Este parecer foi fundamental para a proibição e perseguição dos autores da obra (CARDOSO, 2016, p. 146-149). Todos exemplares da *História Nova* foram apreendidos e os autores detidos – com exceção de Nelson Sodr e, todos ficaram anos no exílio durante os governos militares. O ISEB teve suas portas fechadas. Suas publica es, obras, documentos e arquivos foram queimados (GUIMARÃES, 2003, p. 245). Logo, o projeto da *História Nova do Brasil*, com a instala o da ditadura civil-militar, tomou os mesmos rumos que o governo de João Goulart: ambos projetos foram derrotados.

⁶² O país era dividido por quatro exércitos. O I Exército tinha jurisdi o nos estados da Guanabara, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais; o II Exército, nos estados de São Paulo e Mato Grosso; o III Exército era fixado no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e o IV Exército era formado por todos os estados do Nordeste (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 32).

2.5 POSSE DE CASTELO BRANCO COMO PRESIDENTE DE HONRA DO INSTITUTO

O golpe de 1964 foi deflagrado na madrugada do dia 31 de março com a movimentação das tropas a caminho do Rio de Janeiro e no dia seguinte, 1º de abril, houve a reunião de políticos no Congresso. Diante de toda a agitação, os principais jornais e revistas ficaram em alerta para cobrir os acontecimentos recentes que o país acabava de viver. Algumas, como são os casos das revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, lançaram inclusive edições especiais para serem guardadas como documento histórico, enfatiza Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014). A revista do IHGB, ao contrário disso, até mesmo por suas especificidades, pouco se falou a respeito. Para ser mais exata, os episódios não foram tratados de forma direta. No entanto, algumas considerações podem ser subentendidas.

O parecer sobre o projeto da *História Nova* publicado na revista do Instituto foi a primeira manifestação que nos propicia indícios sobre a posição do IHGB a respeito do governo de João Goulart, e de alguma forma em um espectro amplo demonstrou sua identificação com o conservadorismo político⁶³. Conservadorismo este compartilhado pelo grupo que mobilizou a opinião pública para fragilizar o governo. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na verdade, para este caso, foi convocado a se manifestar no dia 10 de março pela LDN, e em seguida decidiram aproveitar do texto e publicar na revista para conhecimento de todos os leitores. Em fins deste mês, portanto, as ideias foram redigidas e publicadas no volume 263, referente ao período de abril a junho, da revista do IHGB. Quando o parecer foi divulgado, então, a ditadura já havia sido instalada com a posse de Castelo Branco em abril de 1964, mas foi elaborado no final de março.

O volume 264, dos meses de julho a setembro de 1964, entretanto, não divulgou qualquer manifestação nesse sentido. A edição de 450 páginas dedicou 150 a um artigo crítico sobre o livro “La Caída de Rosas” de José Maria Rosa e outro a respeito de um livro encontrado no Instituto que mostra a visão de um padre francês sobre o Rio de Janeiro no tempo de Bobadela. Houve também publicação de conferência sobre a vida e obra de Francisco de Paula Cândido; transcrições de textos sobre a sesmaria dos Jesuítas; resenha sobre livros de Varnhagen; artigo relacionado à trajetória de Virgílio Climaco Damásio e orientações voltadas aos sócios relativas às normas de formatação para publicações na revista.

⁶³ Entende-se por conservadorismo aquelas posições políticas de indivíduos cujas ideias e atitudes visam à manutenção do sistema político e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se em contraposição à forças inovadoras, conforme explicita Tiziano Bonazzi (BONAZZI, 1998).

A tiragem seguinte, todavia, correspondente aos meses de outubro a dezembro, trouxe informações que interessam à pesquisa e que já foram previamente apresentadas na introdução deste trabalho. São os discursos de Pedro Calmon e de Castelo Branco. O primeiro, realizou uma saudação, em nome do Instituto, ao recém-empossado governante pela sua admissão como presidente de honra no IHGB e este agradeceu a concessão do título. A intenção, com isso, é analisar mais detidamente essas alocações e interpretá-las, procurando identificar como esses atores sociais lidaram com a situação no momento, além de perceber quais foram as motivações e intenções de ambos (o Instituto ao convidar e Castelo Branco ao aceitar). Importante também é reconhecer aquilo que se encontra implícito nas duas falas.

Este foi o primeiro contato propriamente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com o novo regime e por isso, merece especial atenção. Para elucidar melhor todos esses pontos, todavia, podemos voltar alguns dias e retomar as discussões que foram encaminhadas para que essa solenidade acontecesse e esclarecer o silenciamento a respeito dos episódios políticos recentes nas reuniões da instituição, ou pelo menos, nos relatórios das atas de sessões que foram publicados na RIHGB neste último volume do ano de 1964. Para facilitar a visualização, o Quadro 17 foi elaborado com a finalidade de produzir uma relação de todas as reuniões ocorridas no Instituto durante este ano, ressaltando os assuntos que foram tratados, as pessoas que realizam as conferências e as que foram convidadas a participar como ouvintes.

QUADRO 17: Sessões do IHGB em 1964

Data da sessão	Assunto	Convidados
14 de abril de 1964	Sessão comemorativa do dia pan-americano. Conferência do sócio Francisco de Assis Barbosa sobre “Flutuações do Pan-americanismo”.	- George Boehrer – adido cultural americano - Waldemar Lopes – representante O.E.A. - Olímpio Gama Botelho – Liga da Defesa Nacional - Josefina Almeida – Diretora da Biblioteca Venezuela do RJ - Heloísa Rocha – Funcionária da Embaixada Brasileira em Paris
24 de abril de 1964	Conferência do sócio Eugênio Vilhena de Moraes sobre “Alvarenga Peixoto e Bárbara Heliodora na Crítica Moderna”.	- Ciro Vieira da Cunha - representante do ministro da Saúde - Major Euclides de Carvalho Brito – representante do ministro da Justiça - Comandante Barbosa de Amorim – representante do ministro da Marinha
15 de maio de 1964	Conferência do sócio Carlos Xavier Paes Barreto sobre “A Revolução Pernambucana de 1817 e seus antecedentes”	- Almeida Rios - Oscar de Azevedo Brandão - Desembargador Cristino Castelo Branco – membro da Academia Piauiense de Letras
19 de junho de 1964	Conferência do sócio Herbert Canabarro Reichardt sobre “Alfredo Varela, Centenário do nascimento”	- General Hindemburgo Coelho – representante do ministro da Guerra - Capitão-Tenente Fernando Lessa Pinheiro – representante do ministro da Justiça
29 de julho de 1964	Conferência do sócio Virgílio Corrêa Filho sobre “Centenário de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito”	- Firmo Dutra – representante do Clube de Engenharia - Clotilde Saturnino de Brito - Saturnino de Brito Filho
5 de agosto de 1964	Conferência do sócio Mário Barata sobre “Anotações sobre Arte a propósito de quatro centenários: Raul Pompéia, Antônio Parreiras, Coelho Neto e Antônio Gonçalves Dias”	- Não há
19 de agosto de 1964	Conferência do sócio Mário Ferreira França sobre “Vida e Obra do Conselheiro Francisco de Paula Cândido”	- Benjamin Alves de Carvalho – professor da Faculdade de Medicina do Estado de Sergipe - Ciro Vieira da Cunha – representante do ministro da Saúde
3 de setembro de 1964	Conferência do sócio Adolfo Morales de los Rio Filho sobre “Centenário do falecimento do Marechal-de-Campo e Conselheiro Pedro de Alcântara Bellegarde, sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”	- General Peri Beviláqua – oficial superior do Exército - Décio Palmeira de Escoba - oficial superior do Exército
11 de setembro de 1964	Votação da Reforma dos Estatutos	- Não há
16 de outubro de 1964	Conferência do sócio Rodrigo Otávio Filho sobre “Lauro Muller- por ocasião do seu centenário”	- Lauro Muller Filho – embaixador - Lauro Muller Neto – representante do ministro das Relações Exteriores - Ciro Vieira da Cunha – representante do ministro da Saúde - Laércio Cunha e Silva – presidente do Centro Catarinense - Plínio Doyle – presidente do Instituto dos Advogados

		- Austregésilo de Ataíde – presidente da Academia Brasileira de Letras
21 de outubro de 1964	Posse de Castelo Branco no cargo de presidente honorário	- Juarez Távora – ministro da Viação - Costa e Silva – ministro da Guerra - Luiz Vianna Filho – Chefe da Casa Civil - Melo Baptista – ministro da Marinha - Hugo de Almeida Leme – Ministro da Agricultura - Lavanière Wanderley – ministro da Aeronáutica
20 de novembro de 1964	Reforma dos Estatutos	- Não há
30 de novembro de 1964	Conferência do sócio Pedro Calmon – “Homenagem ao presidente Wenceslau Braz pelo cinquentenário da sua posse na Presidência da República	- Edgard Bernardes – representante do ministro de Guerra - Ney Sodré – representante do ministro do Trabalho - Franco Genofre – representante do ministro da Saúde - Familiares de Wenceslau Braz
11 de dezembro de 1964	Conferência do sócio Luiz de Castro Souza sobre “Azevedo Sodré – O Médico e o Educador”	- Professor Gasperini – membro da diretoria da Associação Brasileira da Ordem de Malta - Affonso Almiro – membro da diretoria do Ministério da Fazenda - Ciro Vieira – representante do ministro da Saúde - Laura Pôrto – representante do prof. Carlos Chagas - Familiares de Azevedo Sodré

Fonte: Elaborado pela autora

A primeira constatação que a tabela nos proporciona é o silêncio sobre a tomada do poder de João Goulart pelas forças armadas e sobre a instabilidade política que se propagou no país. O levantamento aponta que as conferências giraram em torno, em grande medida, de nomes, datas e fatos da história da nação. Com a exceção da posse de Castelo Branco, não há nada mais ligado aos embaraços do presente. Além disso, percebe-se que, excluindo o sócio Carlos Xavier Paes Barreto que realizou a conferência no dia 15 de maio, todos os outros são integrantes da administração do Instituto e que na maioria das reuniões há presença de representantes de alguns dos ministros do Estado, a convite da instituição. Isso, em partes, nos revela o quanto a Instituição se relacionava com o Estado e o quanto buscava adquirir visibilidade dentro dele.

Nota-se que logo após o golpe houve sessão comemorativa do dia pan-americano no dia 14 de abril. O conferencista foi Francisco de Assis Barbosa que tratou de apresentar um estudo sobre o pan-americanismo e os problemas do desenvolvimento econômico e se lamentou por não ter conseguido completar e condensar as notas para apresentar o seu estudo em decorrência do impacto dos acontecimentos dos últimos dias. O salão estava cheio com sócios e convidados. Estavam presentes o adido cultural americano, o representante da O.E.A, um membro da Liga da Defesa Nacional, a diretora da Biblioteca Venezuelana do Rio de

Janeiro e a funcionária da Embaixada Brasileira em Paris. Possivelmente os “acontecimentos dos últimos dias” citados fazem referência aos desdobramentos do golpe de Estado e foram mobilizados como justificativa para o contratempo da apresentação. Não é possível saber se esses acontecimentos foram aprofundados em sua fala, pois a ata nos apresenta apenas esta indicação.

Dez dias depois, em 24 de abril de 1964, com a presença dos representantes dos ministros da Saúde, da Justiça e da Marinha e sócios do IHGB, outra conferência foi realizada, dessa vez por Eugênio Vilhena de Moraes para tratar sobre Alvarenga Peixoto e Bárbara Heliadora. O secretário faz uma observação na ata de sessão sobre o modo do conferencista de discorrer na tribuna, dizendo que entremeia o assunto principal da reunião “com digressões cheias de interesse, tiradas das circunstâncias do momento, da assistência ou da sua variada ilustração” (IHGB, 1964a, p. 289-323). Esse trecho nos dá abertura para interpretar também que o palestrante realizou menções aos últimos acontecimentos políticos do país, mas, como no caso anterior, esses detalhes não foram descritos no relatório da sessão.

Só após cinco meses há menção sobre Castelo Branco. Na sessão de 11 de setembro de 1964, cujo objetivo principal era a votação da reforma dos Estatutos, o primeiro secretário, Virgílio Corrêa pede a palavra e lê a proposta, que foi assinada por quarenta e seis sócios, apresentando Humberto de Alencar Castelo Branco, “digno Presidente da República” – em palavras do secretário –, para a presidência de hora do IHGB. A proposta foi aprovada unanimemente pelos vinte e quatro sócios presentes na reunião⁶⁴ e faltava agora o Instituto comunicar à Castelo Branco a decisão da assembleia (IHGB, 1964, p. 310).

É assinalado na reunião que o sócio Jaguaribe Gomes de Mattos manifestou o seu “entusiasmo pela homenagem que o Instituto acaba de prestar ao Marechal Castelo Branco, não tanto por ser o Presidente da República, mas por ser êle um cidadão brasileiro dos mais dignos desta distinção”. Além dessa, houve também outras intervenções dos sócios a respeito de outros assuntos tratados na reunião, como a votação dos estatutos. Pouco antes da reunião ser encerrada também foram lidas – e transcritas na ata – algumas propostas por escrito que foram enviadas à mesa dos trabalhos. Algumas sugestões críticas foram feitas em relação ao projeto do estatuto e notícias foram dadas a respeito da revista (Ibidem, 306-310).

O que se pretende mostrar com isso é que havia espaço para manifestação dos sócios. A aprovação de Castelo Branco como presidente de honra do Instituto não foi uma decisão de

⁶⁴ A proposta na íntegra não foi disponibilizada no relatório publicado na RIHGB e, por isso, não foi possível identificar os signatários. Mas, sabe-se que, dentre os presentes na votação – vinte e quatro sócios, dezoito faziam parte da administração da Instituição, e por isso, pertencem ao grupo estudado e apresentado no capítulo 1 (IHGB, 1964a, p. 306).

cima para baixo e imposta aos membros. A proposta passou por votação e, ao longo da reunião, os sócios, ao que parece, tinham a possibilidade de expressar opinião, seja em voz alta, seja de forma escrita. Entretanto, nenhuma observação contrária à essa decisão foi redigida em ata. Ao contrário, foi aceita com unanimidade.

Humberto de Alencar Castelo Branco, assim, tomou posse no cargo de presidente de honra do Instituto um mês após a aprovação da proposta em assembleia (IHGB, 1964a, p. 312). Foi reservada uma data especial para a solenidade: dia vinte e um de outubro, aniversário da instituição. Neste dia, em todos os anos, de acordo com o dispositivo estatutário do IHGB, era realizada uma sessão magna para celebrar o aniversário. Outra sessão dessa categoria só poderia ocorrer sendo convocada pelo presidente da instituição por algum motivo de ordem cívica. Desse modo, a recepção do presidente foi associada a uma data de relevância, envolvendo, portanto, grande valor simbólico.

Em cumprimento aos estatutos, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, José Carlos de Macedo Soares, convidou-o para ocupar a cadeira presidencial e sentou-se ao seu lado, à esquerda. Em seguida, Castelo Branco ficou de pé para ler o juramento, que o fazia prometer colaborar para o engrandecimento do Instituto.

Pedro Calmon, orador do IHGB, de acordo com a narrativa publicada na revista, cumprindo a sua função, direcionou-se para Castelo Branco e manifestou a satisfação dos sócios em recebe-lo como presidente de honra, ressaltando a sua “alta posição de Chefe da Nação” e os seus méritos como estudioso da história militar e política. Em palavras escritas na ata:

“As palavras cheias de vigor e repassadas de simpatia pela justiça a ser feita, de futuro, à ação do Presidente Castello Branco à frente do govêrno revolucionário, foram vivamente aplaudidas pelo auditório, tendo o homenageado apertado a mão do orador, ao descer êste da tribuna” (IHGB, 1964a, p. 313-314).

A ata da sessão procura passar uma imagem de entusiasmo da cerimônia. Por esse motivo, salienta que o presidente recém-empossado “foi saudado com palmas pelo auditório”; que “o salão apresentava aspecto altamente festivo”; que a mesa “ostentava bela ornamentação de rosas vermelhas” e que “as bancadas dos sócios achavam-se totalmente repletas”. É possível observar, em vista disso, a tentativa de transmitir para o leitor uma cena de recepção calorosa, saudosa e amistosa (Ibidem, p. 313).

Na mesma edição da revista foram disponibilizados os discursos na íntegra de Pedro Calmon e de Humberto Castelo Branco na sessão de posse, o que nos permite também

interpretar diretamente essas falas, sem o crivo do secretário da instituição, que é quem elabora as atas de sessões.

Calmon, em seu discurso, realiza antes um obituário dos consócios que faleceram naquele período, conforme uma prática que denominam de “elogio dos sócios falecidos” e que é estabelecida no estatuto, para depois conduzir seus pronunciamentos à Castelo Branco (CALMON, 1964, p. 281-284). Um dos falecidos homenageados foi o Marechal Francisco Higino de Craveiro Lopes, que foi um dos presidentes do Estado Novo em Portugal, regime político autoritário que se estabeleceu no país durante mais de quarenta anos. A respeito de Craveiro Lopes, Calmon relembra com saudosismo a entrevista que o presidente concedeu a ele. Ele havia falecido neste mês de setembro e, por isso, Pedro Calmou realizou essa homenagem. Coincidentemente ou não, Calmon demonstrou consideração por um presidente autoritário justamente no dia da recepção de Castelo Branco. Mais do que isso, logo após tratar de Craveiro Lopes, o orador seguiu para se dirigir ao novo presidente e a tratar sobre a sua integração ao Instituto.

Consecutivamente, passando a falar diretamente com Castelo Branco, Calmon afirmou em outras palavras que o Instituto lhe concedeu essa função simbólica por conta de suas virtudes como militar que em um momento delicado no país soube administrar e reconstruir a pátria. Mas, adiante faz um adendo e deixa claro que o julgamento do governo não pertence ao presente e sim, ao futuro – conforme citação apresentada na parte introdutória deste texto. Essa sua fala é significativa e ela nos convoca a digressões: Calmon estava exercendo a sua função de orador do IHGB e por isso, saudou o presidente. Ao mesmo tempo acreditou ser necessário isentar o Instituto – ou a si próprio – das atitudes do governo, pois não caberia a ninguém julgar naquele momento.

Para justificar a presença de Castelo Branco no Instituto, Calmon ressaltou as aptidões, virtudes e produções para o conhecimento histórico. De acordo com ele, o presidente militar possuía estudos sobre a batalha de Santa Luzia. Além disso, ocupava, naquele contexto do golpe de 1964, a cadeira número 1 do Instituto de História Militar, considerada academia “co-irmã” do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo orador.

Além do mais, assinala que o marechal é formado de um temperamento enérgico de soldado que subiu por merecimento todos os postos da hierarquia, confirmando na guerra as doutrinas hauridas na paz. Mestre da tática da Escola Militar e planejados da vitória de Montesi, ressalta que o presidente, inclinou-se aos estudos históricos como uma consequência

do espírito profissional. Afirma ainda que “ninguém como ele versou os problemas do alto comando aliado na guerra contra a tríplice aliança e o Paraguai” ((CALMON, 1964, p. 285).

Ao mesmo tempo, Calmon deixa claro a admiração que Castelo Branco tem pela figura de Duque de Caxias por representar a glória e a honra militar através do cumprimento do dever, da paciência em tolerar fases críticas e por, no ímpeto das decisões, saber escolher aquelas mais adequadas e, pelo seu amadurecimento de soluções científicas, não se precipitar. É como se ele se inspirasse em Duque de Caxias para conduzir suas ações (Ibidem, p. 286).

Como demonstra em seu discurso, o marechal sabe “harmonizar a ciência da guerra, o pensamento filosófico e as letras educativas, conciliando a arte de dizer, a capacidade de realizar, contando e fazendo história do Brasil”. Desse modo, “se hoje não o recebesse o Instituto como o seu Presidente, recebê-lo-ia amanhã como um dos seus mais distintos consócios” (Ibidem, p. 285).

Humberto de Alencar Castelo Branco, por sua vez, através de seu rápido discurso, expressa seu agradecimento e honradez com que recebe o título de presidente de honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e diz que compreendeu que o título conferido representou uma maneira de chamar o Presidente da República para conviver e ser também responsável pelo patrimônio histórico do Brasil.

Em sua fala, defende ainda que a história militar propicia valiosos elementos de observações e articula essa ideia para explicar inclusive o fato de sempre haver no quadro social do IHGB grande número de militares que buscam no passado subsídios para os estudos de sua profissão (CASTELO BRANCO, 1964, p.288).

Nesse sentido, sobre os seus estudos de história, evocados pelo orador do IHGB, o marechal afirma que os realizou nos tempos de sua antiga vida de oficial das Forças Armadas. Sua intenção era buscar na história novos ensinamentos e observações. Para isso, se aprofundou em fatos militares e procurou situá-los no campo mais amplo do quadro político. Com os ensinamentos da História, verificou que:

“[...] a formação de chefes à altura de suas graves responsabilidades não exclui, antes aconselha, o estudo do comportamento de outros chefes em acontecimentos do passado. Tudo, aliás, para retirar lições aplicadas à atualidade e ao futuro, jamais para permanecer numa pura atitude contemplativa” (CASTELO BRANCO, 1964, p. 288).

Assinala a competência da instituição em zelar pela história do país e propiciar meios para os mais diversos estudos. Falando sobre a atividade do IHGB de escrever História, mostrou suas percepções. Segundo ele:

“Constituiu a idoneidade o primeiro dos títulos com que se apresenta. *Nem podia deixar de ser assim, se permanecer imune a injunções que deformam a História é, necessariamente, condição essencial da sua conduta.* Do mesmo modo a profundidade, aliada à probidade, deve ser uma de suas características. *Poder-se-ia dizer que olhar para trás e sempre bem situado no presente, é o fundamento da sua posição.* Não esquecerei de assinalar também que a guarda de um tesouro identifica os sócios desta Casa com as glórias nacionais aqui conservadas para exaltação do passado, conhecimento dos contemporâneos e admiração dos pósteros” (CASTELO BRANCO, 1964, p. 287, grifo meu).

Neste trecho, ele insere com destaque a honestidade, integridade e profundidade das produções do IHGB, reforçando que não esperava outro resultado, já que a instituição permanecia, comumente, isenta a imposições e determinações que alteram a História. Quer dizer que o IHGB não fazia, ao olhar de Castelo Branco, apreciações rasas da história. Mais do que isso, o Instituto, para ele, estudava o passado compreendendo bem o seu presente. Estaria ele fazendo menções à *História Nova*?

Essa fala do presidente que foi realizada em tom de elogio contrasta também com o discurso de Calmon. Enquanto este mostra distanciamento entre presente e passado e se neutraliza em relação ao julgamento que pode ser feito deste presente no futuro, Castelo Branco aproxima esses dois tempos e mostra que o IHGB possui domínio, do ponto de vista do conhecimento, do que já passou como também do momento atual.

Ao apresentarmos a admissão de Humberto Castelo Branco como presidente de honra no Instituto Histórico objetivamos reunir subsídios para compreender as lógicas e princípios que moveram a tomada dessa atitude.

Na estrutura editorial da revista no ano de 1964 percebemos que não houve espaço para problematizações a respeito da deposição de João Goulart e do golpe instaurado. De forma oposta, podemos acompanhar uma naturalização e aceitação desses acontecimentos. A única expressão de hesitação observada foi aquela manifestada por Pedro Calmon. De toda forma, a intenção ali era recepcionar o novo presidente, que representava naquele espectro político a ditadura que se instaurava e a democracia, em nome da qual aquela passou a existir. Além de tudo, era considerado um militar culto e civilista, que tinha conexões com políticos e empresários de diferentes orientações (REIS FILHO, 2014, p. 53).

Ademais, algumas preocupações cercavam o IHGB e precisam ser levadas em conta: o IHGB carecia e clamava por ajuda financeira, desde antes do golpe, para construir o novo

prédio. Por outro lado, o regime instalado necessitava de legitimidade, pois não havia uma resposta comum do que seria feito após a vitória sobre a subversão comunista. Talvez poderia haver expectativas por parte do Instituto com esse novo direcionamento político e ao mesmo tempo, busca de bases mais sólidas por parte do regime para garantir sua sustentação.

Em outra dimensão, deve-se ter em mente que o primeiro Ato Institucional publicado no dia 9 de abril concentrou poderes nas mãos do presidente da República e concedeu prerrogativa de cassar mandatos legislativos, federais, estaduais e municipais e suspender os direitos políticos por até dez anos. Dentre outras medidas, declarou também suspensão das garantias de estabilidade e vitaliciedade, consentindo a demissão de funcionários considerados de oposição. Em poucos dias as cassações atingiram grande número de pessoas (REIS FILHO, 2014, p. 51-52).

Desse modo, a partir de todos esses fatores, não podemos descartar a possibilidade de que a recepção de Castelo Branco pode ter sido um mecanismo de sobrevivência do Instituto. O próximo capítulo, entretanto, será capaz de esclarecer melhor essas ações do IHGB quando comparadas às atitudes da instituição perante os governos posteriores da ditadura, além de tratar dos incentivos recebidos e as imagens construídas sobre a ditadura e sobre os presidentes do período.

CAPÍTULO 3

O IHGB AO LONGO DOS ANOS DITATORIAIS

3.1 CARLOS LACERDA NAS PÁGINAS DA RIHGB

“[...] quem quiser escolher, no ano que vem o seu Govêrno, isto é, escolher o Presidente da República como voto do povo e não unicamente os dos políticos... (e que políticos!...) tratem de escolher, êste ano, um Governador que sustente a necessidade de que, no ano que vem, haja eleições livres e honestas” (IHGB, 1965, p. 429).

Críticas e descontentamentos sobre o governo de Castelo Branco já em 1965 fervilhavam. Repressões, cassações, censuras e instaurações de Inquéritos Policiais Militares causavam agitação e enfraquecimento no regime instalado. Havia, nesse sentido, um clima de insatisfação não apenas entre os derrotados, como também entre pessoas que haviam apoiado o golpe veementemente, como é o caso de Magalhães Pinto e Carlos Lacerda (REIS FILHO, 2014, p. 58).

Em meio a tensões, após poucos meses de apoio ao novo governo instalado, o jornalista e governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, sendo excluído das principais decisões políticas, se afastou paulatinamente do projeto político-militar que havia defendido. Por isso, fixou a ideia de compor uma linha de oposição ao regime e desde o começo do ano de 1965 inseriu-se nos debates acerca das eleições estaduais que estavam marcadas para outubro. Para o Estado da Guanabara, Carlos Lacerda fez campanha para Carlos Flexa Ribeiro (DELGADO, 2013).

Foi, portanto, dentro desta conjuntura que Lacerda expressou, conforme a citação selecionada acima menciona, seu esforço em se contrapor ao presidente da República e eleger Flexa Ribeiro no governo da Guanabara. Seu discurso foi publicado na *Revista do IHGB* e o foi, supostamente, por um motivo coerente: no dia 24 de agosto de 1965 foi inaugurada uma Escola Estadual na Pavuna – bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, que naquela época pertencia ao Estado da Guanabara – em homenagem ao sócio, considerado secretário perpétuo, do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Max Fleiuss, falecido em 1943. A escola por esse motivo foi chamada de “Escola Estadual Max Fleiuss”.

Estavam presentes na inauguração: Carlos Lacerda, governador da Guanabara; o deputado estadual da Guanabara pela UDN, Edson Guimarães; a secretária de Educação,

Maria Therezinha Sairava; o administrador da XIV região, Oswaldo Felicíssimo; a diretora do Departamento de Educação Primária, Diva Dinis Costa; a diretora da Divisão de Educação, Alfredina Sandres; as chefes de Distritos; o representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Ildefonso Mascarenhas Silva; a diretora da Escola Max Fleiuss; familiares do patrono; autoridades religiosas; professoras e alunos da escola (IHGB, 1965e).

É compreensível a publicação na revista de notícias a respeito de uma escola que homenageia um de seus consócios, pois foi um ato que agraciou o IHGB e demonstrou o reconhecimento por parte da Secretaria de Educação do Estado a uma pessoa que integrou a instituição. Dessa forma, o Instituto Histórico, se sentindo honrado por essa consideração, decide relatar, orgulhosamente, a solenidade nas páginas do periódico. Com esse intuito, três discursos da comemoração foram transcritos na RIHGB: o discurso do comandante Ivan Fleiuss, representante da família; o discurso de Carlos Lacerda, governador da Guanabara e o discurso de Ildefonso Mascarenhas, representante do Instituto Histórico.

Foi publicado primeiro o discurso do comandante Ivan Fleiuss Carreiro, representante da família do homenageado. Naturalmente, sua fala privilegiou a figura de Max Fleiuss, ressaltando sua carreira, suas virtudes e sua dedicação como secretário do IHGB, “cheia de abnegação e patriotismo”. Suas obras *Apostilas de História do Brasil, História Administrativa do Brasil, Páginas da História, Recordando: casos e perfis*, foram lembradas como “perfeitas probidades científicas”. Ivan Fleiuss finaliza sua declaração acentuando a escolha acertada em reviver a memória de Max Fleiuss com o nome de uma instituição destinada a impulsionar jovens no caminho do conhecimento. Por isso, deseja “que o nome do emérito educador e historiador seja um incentivo e um estímulo aos jovens de tôdas as idades nos seus anseios de progresso e um lume a iluminar os espíritos voltados para os ideais de justiça e paz social” (IHGB, 1966e).

A publicação do discurso do comandante Ivan Fleiuss estava condizente com o assunto e, principalmente, com os padrões e propostas da Revista, que realizava constantemente elogios aos seus sócios, principalmente aos já falecidos.

Logo em seguida, foram reproduzidas as palavras de Carlos Lacerda, sendo desprezada na publicação do IHGB o discurso da Secretária de Educação, que foi pronunciado antes da fala do governador. Sabemos disso, pois Lacerda faz menção à alocação da professora: “A rigor eu não precisava mais falar, porque a Professôra Terezinha, Secretária de Educação já disse tudo o que eu podia dizer e disse melhor do que eu [...]” (Ibidem, p. 427).

O governador na oportunidade fixou dois pontos a serem abordados: o primeiro deles, prestar tributo à memória de Max Fleiuss, recordando que a inclusão deste nome não foi uma mera cortesia, mas uma consideração pelo exemplo, vida e obra de Fleiuss⁶⁵; o outro, alertar o povo sobre a escolha para a próxima eleição.

Como era necessário, o governador da Guanabara fez referências a Max Fleiuss, sobressaltando algumas de suas características e contribuições à historiografia brasileira. Mas, suas considerações a respeito dele foram curtas e brevemente exploradas, a contar no máximo uma página. Concentrou-se, sobretudo, na campanha para Flexa Ribeiro, ocupando aproximadamente quatro páginas de seu discurso. Assim, do ponto de vista de extensão, nitidamente o governador focou seu discurso em críticas à Castelo Branco e aproveitou a brecha para divulgar seu apoio ao candidato ao governo do Estado.

Sua retórica procurava demonstrar ser, em certos momentos, despreziosa e se fazer, antes de tudo, preocupada com o povo. Carlos Lacerda tentou atestar compromisso com o seu mandato e com a sua missão de conscientizar o povo nas eleições sobre suas escolhas e suas consequências. Com esse intuito, fazia críticas veladas à ditadura e ao cerceamento da liberdade de pensamento:

“ [...] há quem o estranhe, julgando que um Governador deve ser indiferente a quem seja o seu sucessor – um Governador tem a obrigação de respeitar a vontade do povo, de não perseguir ninguém por pensar diferente do seu pensamento, de não tentar compelir, de não procurar obrigar ninguém a votar como ele quer que se vote, - mas um Governador tem o dever, dever que é parte da sua missão, de seu mandato, e que é impôsto pela sua consciência, de alertar o povo, na hora em que o povo vai escolher sobre as condições da sua escolha e as consequências da sua escolha na eleição” (IHGB, 1965, p. 428).

A inauguração da escola ocorreu nos últimos dias do mês de agosto do ano de 1965 e as eleições para governador ocorreriam no dia 3 de outubro daquele ano. A disputa estava dominada pelos candidatos Francisco Negrão de Lima, candidato da coligação PSD-PTB e Carlos Flexa Ribeiro, o candidato de Lacerda. A campanha eleitoral estava sendo massiva e a figura do governador Carlos Lacerda estava sendo colocada em julgamento. Sobre isso ele diz:

“Ainda ontem, eu que não sou muito de televisão em véspera de eleição, porque véspera de eleição é como tempo de guerra, mentira como terra, ouvi por acaso, a televisão e vi uma série de tolices ditadas com uma segurança, com uma firmeza que, se a gente não estivesse por dentro, pensava que era verdade [...]. Mas o mais

⁶⁵ Carlos Lacerda menciona ainda que na escolha de nomes para as escolas construídas em seu governo, não fazem favores pessoais, assim como não homenageiam os vivos, por considerar que sobre estes, o conceito poderia mudar, preferindo, portanto, aqueles que já faleceram (IHGB, 1965e, p. 247).

extraordinário, foi comparar o governador a Hitler, porque Hitler também fazia muitas obras, nesta altura não há mais o que dizer” (IHGB, 1965e, 429-430).

Por esses motivos, ele aproveitou o espaço da escola para fixar sua campanha. De forma apelativa chamou atenção para a política buscando provocar uma mobilização daqueles que estavam presentes e ao mesmo tempo, como uma forma de se aproximar, demonstrava identificação e preocupação com o povo:

“E quando disserem – o Governador aproveita a inauguração das escolas para pedir votos para Flexa Ribeiro – perguntem em que outro lugar se deve pedir votos para o homem que fêz esta escola![...] É na escola que se pede voto, desde que não se tenha no coração outra ideia senão a de servir ao povo, a de servir a liberdade, a de servir a honra do povo, ao progresso e à educação do povo” (IHGB, 1965e, p.431).

Aquilo que não foi realizado em seu governo se transformou em promessas para a gestão de Flexa Ribeiro, que se configurava como uma continuidade que não poderia ser interrompida e assim finaliza seu discurso:

“Nesta Pavuna, onde não fizemos muito e o outro govêrno terá que fazer mais, nesta Pavuna, meus amigos, havia 27 escolas e nós fizemos mais 21, em menos de 5 anos. Quer dizer, para 27 que havia, hoje são 48, é alguma coisa, é um começo, e se querem que êste começo continue, votem em Flexa Ribeiro para governador” (IHGB, 1965e, p. 432).

Por fim, o último discurso publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em função desta cerimônia foi o de Ildefonso Mascarenhas da Silva, representante do IHGB. Fazendo jus à sua presença, Ildefonso pronuncia rápidas palavras em agradecimento ao governador da Guanabara por inaugurar a escola com o nome do secretário perpétuo do Instituto Histórico, explana a respeito de Max Fleiuss, ressaltando sua vida de jornalista, historiador e professor e conclui enaltecendo o governo de Carlos Lacerda: “Louvado seja o Gôverno que o escolhe para patrono de um estabelecimento de ensino e abençoados sejam os discípulos que seguirem o seu exemplo” (IHGB, 1965e, p. 434).

Não se pode deixar de notar diante da análise exposta que, com a presença de tantas pessoas importantes na cerimônia, certamente ocorreram outros discursos na ocasião além dos três publicados na *RIHGB* – a exemplo do discurso de Therezinha, que fora suprimido das páginas da revista, mas pôde ser constatado com a fala de Lacerda. Desperta atenção, principalmente, o interesse em publicar, em detrimento de outros, o discurso de Carlos Lacerda, que foi voltado, em sua maior parte, para a campanha de Flexa Ribeiro e ainda a

valorização do seu governo nas últimas palavras de Ildefonso, porta-voz do Instituto. Pode-se levar em conta que talvez apenas essas três pessoas fizeram menções ao que interessa propriamente ao Instituto, que é a homenagem a Max Fleiuss. De toda forma, o discurso do governador serviu, em boa medida, ao seu próprio interesse no sentido de expressar seu apoio a Flexa Ribeiro.

Cabe ainda frisar que nesta altura do cenário político, Lacerda já estava propagando numerosas críticas ao governo, realizando até mesmo ofensas pessoais ao marechal Castelo Branco, que tinha o seu lugar reservado nas cadeiras no Instituto (DELGADO, 2013). Ao contrário de Castelo Branco, Carlos Lacerda em tempo algum possuiu qualquer posto no interior da instituição, mas, adquiriu espaço na revista para propagandear seu candidato.

3.2 ADMISSÃO DE AURÉLIO DE LIRA TAVARES

Em novembro de 1966 foi proposto para sócio, em assembleia no IHGB, por dezenove pessoas, o nome do general do Exército Aurélio de Lira Tavares. A sugestão, conforme consta no texto, se deu “pelos seus assinalados dotes de historiador, geógrafo, memorialista, sociólogo, economista e pesquisador em vários setores do pensamento e da cultura” e por sua vasta produção na área de história (IHGB, 1966, p. 251). A trajetória nas Forças Armadas do general também foi fator exposto na escolha:

“Eminente membro das Forças Armadas, ascendeu numa brilhante trajetória no mais alto posto do Exército, como decorrência de inegável capacidade militar, revelada no exército de numerosos e importantes comandos e chefias de serviços, e na realização de reputados cursos, no Brasil e no estrangeiro” (IHGB, 1966, p. 252).

Por essas e outras qualidades consideradas pelo IHGB, a proposta de admissão de Lira Tavares foi deferida pelas comissões responsáveis – de admissão de sócios e de história – e assim passou a fazer parte da galeria de consócios do Instituto.

Logo, poucos dias depois, no mês de dezembro, em sessão de sua posse, o general proferiu uma conferência sob o título “História e Civismo”. Antes foi recebido de pé pelo segundo secretário, com palmas, e foi saudado por Adolfo de Morales de los Rios, que realizou um discurso seguindo os “moldes clássicos das orações protocolares” (Ibidem).

Nota-se que em ata da assembleia de posse de Lira Tavares foi assinalado que o discurso de recepção seguiu os moldes clássicos e protocolos da instituição, em que fazem elogios de suas obras e manifestações de orgulho pela aquisição do novo consócio. Tudo isso

seguindo os próprios padrões. Além disso, Pedro Calmon agradeceu, em nome do presidente José Carlos de Macedo Soares, o grande número de “senhoras” que estavam presentes nesta “festa cívica em que o sangue brasileiro que corre nas veias dos soldados é o mesmo que anima os corações das nossas belas patricias” (IHGB, 1966b, p. 262). O relatório não revelou quem eram essas mulheres que participaram da sessão. Mas, diante dos valores enaltecidos na sessão, lembramo-nos daquelas citadas acima, vinculadas a associações que possuíam preocupações cívicas e morais.

Conforme Adolfo Morales assinala, Lira Tavares foi recebido com satisfação e ufanía na “mansão da História e da Geografia do Brasil” e, segundo ele, o general teria uma oportunidade de conviver em um lugar propício onde se congregavam pessoas dedicadas a pesquisas, dentre outras tarefas:

“[...] mantêm a lembrança do que recolhido foi através do espaço, do tempo e do homem; procuram fazer mais conhecido e melhor configurado o território nacional; zelam pela perenidade dos fatos marcantes; apontam ações dignas de registro; revivem as figuras dos homens-símbolos ou *realizam a colheita e a serena análise do presente para – mantendo essa chama sagrada que é a brasilidade – continuar fixando com vistas à projeção futura*, as novas terras reveladas ou os episódios nacionais e as ações que os originaram ou deles decorreram” (MORALES, 1966, p. 127, grifo meu).

Aqui, mais uma vez, o tempo – passado, presente e futuro – foi mobilizado já no início do discurso. Mas, de forma diferente do discurso de Pedro Calmon apresentado anteriormente na posse de Castelo Branco, o presente foi tratado como um colhedor do passado, onde tudo o que se passou na história rendeu algo no momento atual. Neste ciclo, o presente deveria ser tomado com tranquilidade para garantir o futuro dentro da projeção realizada. Dessa maneira, o IHGB foi colocado como um espaço preparado para executar essas análises, pois dominaria a história e, portanto, o passado. Foi situado como o detentor de uma sabedoria e por isso, com base no acontecido, teria condições de fazer escolhas acertadas no presente.

Nesta linha, como se fosse um exemplo das opções sensatas do IHGB, assim como a própria seleção de Lira Tavares como consócio, Morales apontou para a cooperação existente entre civis e militares em 128 anos de existência do Instituto e assinalou os nomes dos militares que “enriqueceram” o quadro social desde os tempos da fundação da instituição até a sua atualidade. Inclusive, Aurélio de Lira Tavares sucedeu o lugar ocupado pelo Almirante Greenhalg, que possuía, de acordo com Adolfo Morales de los Rios, grande competência técnica como engenheiro naval e elevado mérito como historiador (MORALES, 1966, p. 127-128).

Assim, posteriormente, apresentou a vida e obra do general para a “perenidade do testemunho” e trouxe para o discurso a experiência nas Forças Armadas de Lira Tavares e sua ascendência aos mais altos postos do Exército, segundo ele, por sua “invejável capacidade militar”. Foram ainda sublinhadas as qualidades de seus familiares: seu pai, João de Lira Tavares, que foi senador do Rio Grande do Norte e seu tio, Augusto Tavares de Lira, que foi governador do mesmo estado, ministro da Justiça no governo de Afonso Pena e ministro da Viação no governo de Venceslau Brás. Ambos foram sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (MORALES, 1966, p. 129-131).

Por sua vez, o novo consócio, Lira Tavares, antes de iniciar sua conferência, expressou o sentimento de ser acolhido no IHGB como se estivesse em uma grande família, pois por lá também passaram seu pai e seu tio. Deles, considerou ter herdado não só o nome como também a afeição pelo estudo da história e geografia do país. Tinha o hábito, diz, quando mais novo, de frequentar o IHGB para ouvir as conferências, incluindo as de seus familiares ora citados. Por isso, reafirma ter a impressão de ter sido um sócio há trinta anos e agora, depois de longa ausência, ser reconvocato para estar presente nos trabalhos do IHGB. Declara ainda sobre a instituição: “há muito tempo já, não sei bem porque nem como que direito, confesso que já a imaginava um tanto minha” (TAVARES, 1966, p. 143). Contudo, só naquele ano de 1966, com os seus sessenta e um anos de idade, passou de fato a frequentar o Instituto como sócio.

Sobre o assunto de sua conferência, *História e Civismo*, Lira Tavares teceu algumas de suas percepções. Desse modo, salienta o papel da História na formação do espírito da coletividade. Segundo ele, a nação se forma a partir do fenômeno de associação de determinada coletividade humana, em um delimitado espaço geográfico, por força de afinidades e características comuns que se aglutinam no mesmo sistema de vida e comunhão de interesses. Para ele, essas vontades do coletivo é que geram a força de realização (Ibidem, p. 138).

Aproveitando o assunto, investiu em argumentos que, de alguma maneira, podem ser interpretados como uma forma de sustentar e justificar o golpe de 1964 e o regime ditatorial comandado pelas Forças Armadas. Por isso, valoriza o papel do Exército e o considera como uma espécie de suporte para a democracia ao afirmar que:

“A democracia subentende, além de tudo, a existência de um Exército de caráter e de espírito democrático, formado de cidadãos livres, recrutados, indistintamente, na massa do povo, solidário com os seus sentimentos e participante dos seus anseios. A grande inspiração moral do espírito de obediência do Exército de uma verdadeira

democracia é a fidelidade à Pátria, como sentinela vigilante, que êle é, acima de tudo, da sua defesa e dos seus destinos, em cuja compreensão se forma o soldado, pelo culto do civismo, que subentende e pressupõe o culto da História” (TAVARES, 1966, p. 139).

Segundo Marcos Napolitano (2014), o golpe foi a consequência de uma profunda divisão na sociedade brasileira, marcada pelo choque de projetos distintos de país. Especialmente o quadro geral da Guerra Fria e da Revolução Cubana alimentaram posições conservadoras e bandeiras anticomunistas no Brasil. Assim, dentro da lógica que justifica o golpe por uma suposta ameaça comunista, Lira Tavares procurou ainda demonstrar que em momentos de perigo aos destinos da nação, busca-se o apoio do soldado – que é possuidor de consciência cívica – para equilibrar e retomar a vida nacional. Sua fala, levando em consideração o momento em que foi articulada (pós-golpe de Estado), embora não contenha a citação explícita dos fatos, pode ser entendida como uma alusão à retirada de João Goulart da presidência pelas Forças Armadas, como uma manobra para salvar os destinos da nação do perigo. De toda forma, trata-se de uma defesa nítida da inserção dessas instituições nacionais na condução do país, como pode ser observado no trecho abaixo:

“E aí está por que, quando correm perigo os destinos da nação é sobretudo na consciência cívica do soldado, como cidadão servindo de sentinela desses destinos, que ela procura apoio para reencontrar-se consigo mesma, retomando, quase sempre à custa de duros sacrifícios e de soluções heroicas, o curso normal e o estado de equilíbrio da sua vida, reposta em coerência com os sentimentos e as aspirações nacionais” (TAVARES, 1966, p. 139).

Procura ainda construir uma imagem de que a nação é formada por certa coesão, embora existam algumas correntes incompatíveis. Mas, é para este grupo, que possui uma unidade no pensamento, que se deve governar, segundo ele. Por isso, o governante, que ignora as “tendências históricas” de sua população e os seus interesses, guiando para outros caminhos que não vão de acordo com a opinião dominante, não pode ser considerado um líder democrático. Suas palavras vão ao encontro dos acontecimentos recentes do país e parecem insinuações a respeito de João Goulart, como pode ser observado literalmente no seguinte fragmento:

“É falso líder democrático, por isso mesmo, aquêle que desconhece, ou faz por desconhecer, as tendências históricas do seu povo, ou seus anseios legítimos, decidindo-se a guia-lo para direções que conflitam com a sua vontade soberana. A coesão nacional se verifica, se apoia e se fortalece em tórno dessa linha de coerência, dêsse eixo de afinidades segundo o qual a nação se organiza, se afirma e se orienta, a despeito dos antagonismos que se lhe oponham, de fora ou de dentro das suas fronteiras” (TAVARES, 1966, p. 139).

Em seguida, o Instituto é destacado como sendo a grande casa dos historiadores do Brasil, que cultuam e estudam a história da pátria, como a defendem e preservam a sua autenticidade, pois, de acordo com ele,

“[...] há, também, os que se empenham em reformulá-la e descaracterizá-la, ao sabor de correntes de pensamento, orientadas por uma espécie nova de guerra que, em vez de Exércitos e de material bélico, emprega a cultura, deformada e dirigida, em todos os seus campos, como arma diabólica para destruir as nações pela destruição da consciência cívica dos cidadãos” (TAVARES, 1966, p. 141).

Como é possível perceber, a “arma diabólica” sobre a qual sua fala se trata, é o comunismo e a “ideologia” marxista. Mais à frente em seu texto, tornou-se mais pragmático e explícito, ao afirmar que para combater essa ofensiva seria necessário reunir as forças imateriais que vinham do passado e revigorá-las no presente, como um pilar de suporte da pátria, “nos seus ideais, na sua fé cristã e na sua vocação democrática” (TAVARES, 1966, p. 141-142). Por isso, recorda-se da atuação da Liga da Defesa Nacional (LDN) que, conforme já citado no corpo deste trabalho, foi uma associação fundada por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon na década de 1910 no Rio de Janeiro como um desdobramento da campanha promovida em prol da implantação do serviço militar obrigatório no país, que era concebido como um aparelho apropriado para abrandar as fronteiras entre civis e militares por meio da difusão da consciência cívica nos quartéis. Como resultado desse processo, esperava-se um “cidadão-soldado”, que propiciaria uma liga entre o exército e a nação e formaria uma força nacional que contribuiria para a solução dos problemas do país. A formação da LDN, portanto, inseria-se em um quadro amplo de campanha nacionalista, centrada no patriotismo e culto às tradições brasileiras (LAMARÃO, 2010).

Conforme a Tese de Doutorado de Tiago Siqueira de Oliveira (2016) evidencia, no período entre 1930 até 1964, a entidade modificou seu projeto em prol de uma intervenção contra o comunismo. A participação da LDN se moldou de acordo com o cenário político nos anos 1930 e passou a se empenhar na construção de um discurso político anticomunista, que se manteve inalterado até o golpe civil-militar em 1964. Sua avaliação demonstra que a Liga da Defesa Nacional se integrou com a política brasileira e reconfigurou como expressão de um Partido Militar com uma agenda modernizadora, anticomunista e contra a “ideologia” marxista.

Aurélio de Lira Tavares, em seus argumentos, estabeleceu em seu discurso uma relação entre essa entidade (LDN) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cujos

vínculos, de acordo com ele, se deram pelo compartilhamento não só da sede física, como também no objetivo de resguardar a pátria. Em suas palavras:

“Lembro-me, a êsse respeito, dos tempos áureos e iniciais da Liga da Defesa Nacional, cujos objetivos tanto se identificam, nas suas finalidades cívicas, com o culto da nossa história. Sua sede, por sinal, nasceu neste mesmo silogeu legendário, como que a vincular, também na vizinhança física, a história e a verdadeira defesa da Pátria, cujo grande esteio, está, na verdade, como pregava Bilac, na própria consciência nacional” (TAVARES, 1966, p. 142).

Caminhando para o desfecho de sua conferência, entretanto, Lira Tavares ressalta a necessidade que o historiador tem de se afastar do presente. Contudo, talvez por suas atividades na função pública, nota que acabara se privando de outras indagações e se fixando mais ao atual – sendo que, para ele, é justamente do presente que o historiador precisa se distanciar. Indica, nesse sentido, a fundamental atividade de retroceder no tempo e abstrair-se do quadro em que se vive no momento para ter condições de avaliar com isenção, segurança e fidelidade o fato histórico “na pureza das fontes, na idoneidade dos depoimentos e nas circunstâncias do ambiente e da época”, porque a História induz o mergulho no passado e no “clima espiritual e político em que eles ocorreram” (TAVARES, 1966, p. 142). Mas, Tavares reitera que a possibilidade de abstração é um privilégio que nem sempre é possível usufruir, pois, no geral, os historiadores são também homens de outros ofícios.

Por fim, Aurélio de Lira Tavares encerra seu discurso com uma apologia à história militar e por consequência, ao papel do Exército no cenário nacional, no qual:

“A História Militar é, sem dúvida, complemento obrigatório da preparação profissional do chefe e condutor de homens, destinado a guia-lo para a vitória, no comando de operações militares. Mas o papel do Exército, no quadro da Nação, transcende êsses aspectos especificamente técnico-profissionais, para abranger problemas que terão de influir na sua preparação e na sua mentalidade, como Instituição Nacional que se devota, não apenas à defesa da Pátria, como também, e por isso mesmo, ao seu fortalecimento” (TAVARES, 1966, p. 144).

Com base no cenário político em que Lira Tavares proferiu o seu discurso, nota-se que ele utilizou da história militar como um meio de introduzir seus argumentos em defesa do regime recém-instalado no país, pois, segundo ele “o Exército é a própria Nação em armas, além de ser uma instituição que progride com o seu progresso, dele dependendo e para êle colaborando, nas atividade de tempo de paz, a sua história é a história da Nação, como é o seu espírito, como são os seus anseios” (Ibidem, 1966, p. 145).

Tendo em vista sua oratória, algumas considerações se tornam importantes, sobretudo, no que concerne à contextualização do cenário político e da própria trajetória do general Aurélio de Lira Tavares.

Quando proferiu essa sua conferência como novo sócio no IHGB, do ponto de vista cronológico no cenário político nacional, o golpe de Estado contra o presidente João Goulart já havia ocorrido, bem como a tomada de poder pelas Forças Armadas. O general Humberto de Alencar Castelo Branco já havia sido eleito presidente pelo Congresso Nacional e inclusive o Ato Institucional de número 2 já havia sido instalado. O AI-2, que foi instituído em outubro de 1965 como uma reação às derrotas eleitorais para os governos de Minas Gerais e da Guanabara, extinguiu os partidos políticos instalando um sistema bipartidário e estabeleceu eleições presidenciais indiretas. Reinstaurando a dinâmica do estado de exceção, milhares de pessoas foram cassadas e governadores legalmente eleitos foram depostos. Além disso, o Ato Institucional nº 3, datado de 5 de fevereiro de 1966, também já havia sido editado. Ele estabelecia eleições indiretas para governador e vice-governador e fixava o calendário eleitoral de acordo com essas medidas. Esses dispositivos até então promulgados visavam, para Castelo Branco, preservar os objetivos do golpe, a tranquilidade e a harmonia política do país, colocando em cargos políticos estaduais e municipais pessoas que garantissem a continuidade do sistema estabelecido em 1964 (CALICCHIO, 2010).

Embora não tenha sido mencionado na sessão de posse no Instituto Histórico, Aurélio de Lira Tavares possuiu relevante participação no golpe civil-militar como nos anos posteriores. Segundo Amélia Coutinho (2010), em 1961 Tavares foi diretor de Ensino e Formação do Exército, cargo que deixou no mesmo ano. Foi em seguida comandante da 2ª Região Militar, sediada em São Paulo, por alguns meses. Se afastou durante uma semana para ocupar a chefia do Gabinete Militar da presidência da República. No governo de João Goulart, em 1963, foi nomeado primeiro subchefe do Estado-Maior do Exército (EME), que é um Órgão de Direção Geral responsável pela elaboração da política militar terrestre, que estava sob a chefia do general Humberto de Alencar Castelo Branco. Neste mesmo ano voltou a exercer de forma temporária, entre abril e outubro, a chefia do Gabinete Militar do governo de João Goulart. Em seguida, reassumiu seu posto no EME. Neste tempo, o Estado-Maior do Exército foi um dos centros de conspiração que resultou no golpe de Estado em 1964.

No governo de Castelo Branco, em 1964, foi comandante do IV Exército, no Recife. Entre os anos de 1965 e 1966 chefiou o Departamento de Produção de Obras do Exército. Neste ano passou a comandar a Escola Superior de Guerra (ESG) e em seguida, em março

de 1967 deixou a ESG para assumir o cargo, a convite do presidente Costa e Silva, de ministro do Exército. Como ministro, foi um dos signatários do Ato Institucional nº 5 (AI-5) publicado no fim do ano de 1968 (COUTINHO, 2010).

O AI-5 foi uma resposta à mobilização oposicionista da área estudantil, apoiada por segmentos da classe média e da igreja. Baixado pelo ministro da Justiça após uma reunião com os três ministros militares, o decreto suspendia garantias constitucionais e o *habeas-corpus*. Proporcionava também prerrogativa ao presidente para intervir em estados e municípios, suspender direitos políticos, decretar estado de sítio sem consulta ao Congresso, promulgar decretos-leis e atos complementares, demitir ou reformar oficiais das forças armadas e das polícias militares. Enfim, tratou-se de uma medida que endureceu ainda mais a ditadura e que teve como um dos protagonistas Lira Tavares, que mantinha a sua posição de apoio ao governo no combate a ideias subversivas e oferecia base das forças armadas para instauração de um clima de tranquilidade (Ibidem).

Logo, quando se discutiu sobre a reforma da Constituição, Costa e Silva apresentou sintomas de trombose cerebral. Diante disso, o Alto Comando das Forças Armadas – incluindo a participação de Lira Tavares, ministro do Exército – reuniu-se para discutir sobre os problemas criados pela doença do presidente. Na ocasião, foi definida a formação de uma junta militar interina, composta pelos três ministros militares, para substituir o presidente. A junta, exercendo sua atividade, adicionou uma série de medidas repressivas: AI-13, instituindo o banimento das pessoas consideradas perigosas para a segurança do Estado; AI-14, permitindo a aplicação da pena de morte ou prisão perpétua para casos de “guerra de oposição psicológica, de guerra revolucionária e de luta subversiva”. Só após todos esses atos e diante da instabilidade da saúde de Costa e Silva, a junta considerou a necessidade de substituir definitivamente o presidente. A partir da nota emitida pela junta, as questões para a sucessão presidencial foram encaminhadas. Com a posse do novo presidente, general Emílio Garrastazu Médici, Lira Tavares foi substituído no Ministério do Exército pelo general Orlando Geisel (Ibidem). Alguns anos depois, em 1976 e 1977, publicou o livro *O Brasil de minha geração* em dois volumes, no qual explora a história e suas memórias a respeito da “revolução” de 1964 e do regime ditatorial.

A trajetória de Lira Tavares nos ajuda a entender o seu perfil, o seu papel no cenário político brasileiro e nos auxilia a entender a escolha realizada pelo Instituto com a sua admissão: tratava-se de uma figura importante no interior do Exército, detentora de influência e prestígio dentro do círculo que estava no poder e que possuía características intelectuais que

agradavam o IHGB: escrevia sobre história – sobretudo, uma história militar e factual –, e tinha percepções que convergiam com aquelas defendidas pela instituição.

Deve-se levar em conta, além disso, para desfecho deste quadro, que a Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada para esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas entre os anos de 1946 e 1988 e para propiciar o direito à memória e à verdade histórica, dedicou um capítulo à autoria desses atentados e indicou mais de trezentos nomes de pessoas envolvidas nessas violações: agentes públicos e pessoas a serviço do Estado. De acordo com o texto, esses atos estavam sob monitoramento e controle por parte dos dirigentes do regime militar, que estabeleciam mecanismos para as ações repressivas. Para composição da listagem, portanto, foram considerados órgãos federais centrais, como a presidência da República e integrantes dela, como o SNI, bem como órgãos federais setoriais, como ministérios militares, gabinetes e Estados-Maiores. Dentro da lista que identifica os autores de graves violações de direitos humanos, sendo assim, encontra-se o nome de Aurélio de Lira Tavares, que como ministro do Exército entre os anos de 1967 e 1969, integrou a junta militar que governou o país por dois meses (31 de agosto a 30 de outubro de 1969) (BRASIL, 2014). Embora essa sua participação seja posterior ao período de entrada no IHGB, esses dados que apontam Lira Tavares como um dos responsáveis por crimes na ditadura não podem ser ignorados.

Como procuramos deixar claro neste trabalho, os atores sociais, dentro daquele contexto, não tinham clareza dos acontecimentos posteriores. De toda forma, tendo em vista essa perspectiva, o que chama atenção também e nos propõe reflexões é fato de o IHGB ter permitido a presença do general na instituição e desprezado as suas posições durante a ditadura. Lira Tavares só deixou de ser sócio e teve sua cadeira ocupada por outro membro quando faleceu em 1998 com seus 93 anos. Por outro lado, excluir um sócio não parece ser uma prática comum da instituição.

3.3 A PRESENÇA DOS PRESIDENTES COSTA E SILVA E MÉDICI

As eleições dos estados em 1965 ocorreram e os candidatos identificados com a nova ordem foram derrotados na Guanabara e em Minas Gerais – que eram dois principais pleitos no país – embora os vencedores, Negrão de Lima e Israel Pinheiro não pudessem ser considerados opositores, pois isso eles não foram efetivamente. Segundo Elio Gaspari

(2002), eles vinham de uma linha do conservadorismo nacional. De toda forma, esses resultados mostraram que com eleição direta, o regime não elegeria o seu candidato à presidência da República.

A partir deste momento, com o Ato Institucional nº 2 e com alterações frequentes na legislação eleitoral, as intervenções se tornaram mais intensas. Modificações no sistema das eleições presidenciais foram realizadas e o presidente da República passou a ser eleito pelo Congresso (CALICCHIO, 2010).

Costa e Silva, ministro da Guerra de Castelo Branco se impôs como candidato e foi sufragado presidente pelo Congresso em eleição indireta em outubro de 1966 e no dia 15 de março de 1967 foi empossado⁶⁶. Antes, em janeiro, foi promulgada a nova Constituição pelo Congresso Nacional. No mês de maio já assinou um decreto criando o Centro de Informações do Exército (CIE), cuja função era supervisionar todas as atividades de segurança interna. De início, Costa e Silva já mostrava a que veio. Rapidamente intensificou a repressão militar contra os movimentos de oposição política (GASPARI, 2002).

A primeira sessão do IHGB neste ano foi no dia 14 de abril. Outras reuniões foram realizadas nos dias posteriores e conforme consta em atas, em todas havia presença de algum militar: seja ministro da Marinha; da Justiça, da Aeronáutica, do Exército, ou ainda o presidente do Instituto Histórico Militar; o diretor do Serviço de Documentação da Marinha e diretor da Escola da Aeronáutica. As sessões seguiram seu cronograma e trataram de assuntos distantes da realidade a qual o país estava vivenciando, assim como ocorreu no ano de 1964. Várias sessões foram dedicadas ao bicentenário do nascimento de D. João VI, segundo uma programação específica. Outras, trataram, por exemplo, sobre comemoração do dia pan-americano e missão científica de Martius, Mas, contavam frequentemente com a presença de alguns representantes do Estado nas reuniões.

Em 21 de julho foi marcada uma reunião para a conferência de Múcio Leão sobre a Revolução Republicana de 1817. Antes de passar a palavra para o conferencista, o presidente do IHGB fez um lamento pelo falecimento de Castelo Branco em consequência de um acidente de avião ocorrido no Ceará há três dias. Foi aprovada na ocasião a inclusão na ata de sessão um voto de pesar em homenagem a ele, por suas “virtudes morais e intelectuais” (IHGB, 1967b, p. 209).

⁶⁶ A essa altura, a partir do golpe, já havia uma mobilização por parte das esquerdas brasileiras. Essa mobilização originou um processo de criação de organizações que fixavam a necessidade de um enfrentamento armado em combate ao regime. Lutavam em clandestinidade e possuíam uma grande fragmentação (ROLLEMBERG, 2003).

Seu nome foi inclusive incluído no rol dos sócios falecidos que eram tradicionalmente homenageados na revista. Na seção foram destacados os seus serviços ao exército e traçado o seu perfil. Novamente quem se dirigiu a falar sobre Castelo Branco foi Pedro Calmon, ainda orador: “[...] é aquele marechal, que, por determinação própria, limitou o seu período de governo, e, prêso à palavra, dele se despediu, como se despede da guarnição o chefe cuja comissão terminou; juntando os calcanhares; uma atitude de continência; o olhar pousado na bandeira; olhar enxuto e sossegado, das cerimônias de rotina” (CALMON, 1967, p. 136). Lá em 1964 ele se eximia da responsabilidade de dizer sobre o governo do marechal. Aqui, terminado o mandato de Castelo Branco, Calmon narrou sua vida como se fosse a de um herói:

“Contou-me um seu ilustre companheiro de farda a impressão que lhe causou numa noite sinistra da luta da Itália o Tenente Coronel Castelo Branco, chefe de operações do estado maior. Sob o fogo, a tropa arriscava-se; percebia-se a angústia da situação e as fisionomias indicavam preocupação e perplexidade; êle, não; inflexível e calmo, como se vazado em bronze, mantinha sua voz de comando; dada a missão, não admitia que a conjuntura a compromettesse; teimou; e venceu.” (CALMON, 1967, p.135).

Podemos considerar que esse obituário redigido por Calmon foi uma resposta ao seu próprio questionamento feito em 1964 sobre os rumos da administração do marechal. Ele havia delegado à História esta tarefa, e agora em 1967 apontava suas considerações sobre a atuação de Castelo Branco ao longo de sua trajetória:

“[...] a sua coerência de militar e cidadão; a trajetória de sua carreira, a atração que sôbre ela exerceu a escola superior de guerra, a sua doutrina distribuída em numerosas conferências, cuja tônica é a defesa indivisível, nas sucessivas trincheiras a que se recolhe o interesse nacional; - e se verificará que um sentimento permanente o orientou, o inspirou, o dominou; não o dever difuso – que dá o homem carismático – mas o dever profissional – que dá o homem necessário. Na atmosfera elétrica do Poder, seria talvez um renunciatário; nunca um usurpador.” (Ibidem, p. 136).

No dia 16 de agosto, trouxeram a proposta, assinada por quarenta e cinco sócios, para eleger Arthur da Costa e Silva presidente de honra do Instituto, cinco meses após sua posse no governo. Foi aprovada pelo número de sócios presentes e em nove dias Costa e Silva estava no salão da instituição sendo empossado. Entre os convidados estavam o governador do Estado, ministros, magistrados, altas patentes das Forças Armadas e representantes das instituições culturais, civis e militares, assim como jornalistas (IHGB, 1967b, p. 224).

A ata da sessão concentra-se em um ponto, em especial: a visita rápida do marechal às dependências mais importantes da casa, como a biblioteca, o arquivo, a sala de leitura, e a sala

do primeiro secretário, cuja janela dava vista para o terreno onde estava sendo construído o novo edifício para a sede do Instituto. O relatório dessa cerimônia foi menos detalhado quando em comparação com aquele de Castelo Branco.

Na revista, foi publicado em forma de noticiário a posse de Costa e Silva como presidente de honra do IHGB, contendo exclusivamente os discursos proferidos pelo primeiro vice-presidente, Rodrigo Octávio Filho; pelo orador, Pedro Calmon e, por fim, o discurso de agradecimento do marechal (IHGB, 1967c).

Foi expressiva e peculiar a forma como o vice-presidente realizou a saudação e a cerimônia de posse do presidente da República. Rodrigo Octávio optou por apresentar tão logo os percalços do IHGB e compartilhar com ele as “pesadas e sofridas responsabilidades” – em suas próprias palavras – referentes à instituição. Prontamente, sem rodeios, o vice-presidente relatou a precariedade com que vivia o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e apelou ajuda de forma dramática à Costa e Silva.

“Este patrimônio [...] como Vossa Excelência acaba de verificar, está confinado e desprotegido no precário arcabouço desta velha casa, sem nenhuma segurança, ao léu das intempéries e dos curtos-circuitos, ou de um fósforo aceso atirado, descuidadamente, em um de seus assoalhos. Perdoae, Senhor Presidente da República, por me dirigir a Vossa Excelência em termos tão dramáticos. É que não temos sossego nesta casa. [...] E nós, depois dos estudos que aqui realizamos, só poderemos conversar com as traças, cujo apetite devorador já tem dado ao patrimônio do Instituto incalculáveis prejuízos.” (IHGB, 1967c, p. 175-176).

O Instituto Histórico passou para o presidente recém-empossado as suas preocupações com a intenção de adquirir uma cooperação. Por isso, deixou claro, inclusive, a expectativa que os consócios tinham de angariar os recursos necessários para efetivação da construção do prédio que estava em andamento, destinado a ser a sede do Instituto.

Abriremos um parêntese para explicar brevemente a respeito desta construção. Contaremos, para isso, com as notícias veiculadas na revista do IHGB, como o texto do sócio Mozart Monteiro publicado em 1965, cujo título era “O templo da história está em perigo” (MONTEIRO, 1965). Sua narrativa histórica nos ajuda a esclarecer boa parte da campanha travada pela instituição para a construção da sua sede.

Segundo Monteiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em sua fundação em 1838 funcionou de favor em uma sala “baixa, escura e sem forro” no pavimento térreo do antigo Museu Nacional. Depois, D. Pedro II, protetor da entidade, transferiu a sede do Instituto para o Almojarifado do Paço da Cidade. Em pouco tempo, passou para uma sala situada junto à Portaria das Damas, permanecendo de 1840 a 1849, quando mudou para o

terceiro andar do Convento do Carmo, situado ao lado da Capela Imperial. Por motivos de obras no convento, o IHGB, sob a presidência do Barão do Rio Branco, transferiu-se novamente. Dessa vez passou a funcionar provisoriamente no Gabinete Português de Leitura. Rio Branco entendendo que o grêmio deveria ter sua sede própria, pediu verba ao Congresso Nacional e a obteve. Mas, depois de receber a primeira parcela, o presidente faleceu.

O Instituto Histórico, de acordo com Mozart Monteiro, passou a funcionar no Silogeu, que era um edifício da Lapa onde estava instalado não só o IHGB, como também a Academia Brasileira de Letras, a Academia Nacional de Medicina e o Instituto dos Advogados. “O prédio era pequeno e modesto para destino tão alto”, afirma. As entidades, com o tempo, saíram para suas sedes próprias, ficando no Silogeu, apenas o Instituto.

Segundo relata, o Instituto, até aquele momento em que escreveu o texto, permanecia neste prédio em condições precárias. Por isso, havia iniciado há alguns anos a construção da sua nova sede ao lado do Silogeu. O projeto era o de construir um edifício de doze andares – tal como ele é hoje – e naquele ano de 1964 só havia apenas um andar construído e estava com as obras paralisadas há seis meses por falta de dinheiro⁶⁷. O auxílio oficial que o Instituto recebia não era o suficiente. Por isso, apelavam firmemente ao governo da República e ao da Guanabara.

Seu texto na verdade foi escrito em 1964 e publicado no periódico *O Jornal* em 08 de novembro de 1964 e só em 1965 na RIHGB. Assim, finaliza o seu escrito com algumas palavras que nos ajudam a entender não só o contexto de dificuldades pelo qual passava o Instituto Histórico, como também nos desvenda alguns motivos de sua relação – talvez de interesse – com Castelo Branco, Carlos Lacerda e de expectativas posteriormente com Arthur Costa e Silva:

“O seu presidente perpétuo, o embaixador José Carlos de Macedo Soares – brasileiro eminente e historiador ilustra – tem dado ao Templo da História toda a dedicação, e todos os esforços possíveis; mas não pode fazer mais. Cabe agora, ao Governo da República e, também, ao da Guanabara salvar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ameaçado de fechar suas portas, ou mesmo desaparecer, depois de 126 anos ininterruptos de grandes e inestimáveis serviços à cultura nacional. O Governo, em cujas mãos morresse o Instituto Histórico, seria marcado na História com indelével ferrete. Antes, porém, de isso acontecer, poderão surgir – no Rio e em todo o País – subscrições populares, abertas ou estimuladas pela Imprensa, para salva o Templo da História Pátria. O Presidente da República Marechal Castelo Branco, e o Governador da Guanabara, Carlos Lacerda – os quais,

⁶⁷ Em artigo publicado em 1961 no jornal “Correio da Manhã” já se fazia advertências sobre o péssimo estado de conservação do antigo prédio que abrigava o acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e noticiava o projeto que tramitava no Congresso Nacional, de autoria do deputado José Bonifácio, para concessão de uma dotação anual para a conclusão das obras de sua nova sede. Esse texto demonstra que as demandas do IHGB para construção eram antigas (VIANNA, 1961).

por várias razões, notadamente a do papel que desempenharam na Revolução de 31 de março, já se tornaram vultos históricos – fariam muito bem se pensassem um pouco na grave situação do Instituto Histórico e, patrioticamente, procurassem salvá-lo.” (MONTEIRO, 1965, p. 154)

Este trecho esclarece o porquê de Rodrigo Octávio pressionar logo de início o presidente. Sua pretensão era garantir que o IHGB estivesse na agenda do governo de Costa e Silva como uma prioridade, já que com Castelo Branco não houve muito movimento.

O vice-presidente, como de costume, passou a palavra para o orador Pedro Calmon. Este por sua vez, buscou ser mais sutil e agradável. Foi mais preciso em fazer elogios diretos ao marechal e ao papel do que chama de “revolução” em 1964, como pode ser observado de imediato neste pequeno trecho:

“No pináculo da carreira – naquele ano dramático de 1964 – ‘coube a Vossa Excelência (e repito as eloquentes palavras que ao despedir-se do ministério da guerra lhe dirigiu o eminente General Aurélio de Lira Tavares) o grande mérito de haver restabelecido o primado da disciplina e do princípio hierárquico. E foi assim, e está sendo assim, porque não será nunca de outro modo que podemos ver o Exército reinvestido no seu verdadeiro papel, inabalavelmente fiel aos princípios da Revolução, como Fôrça Armada obediente, dentro da lei, à autoridade do Poder Civil.” (IHGB, 1967c, p. 179).

Suas boas-vindas se concluem com algumas afirmativas que compõem parte do perfil, a forma como o Instituto pretendia se configurar naquele momento e demonstra sua relação com o regime. Queria ser considerada a casa do Brasil, que priorizava a memória, a tradição e o civismo: “É a Academia da Memória; da Tradição; isto é, do límpido civismo; sob a presidência do Chefe do Estado nesta hora, mais do que nunca, a Casa do Brasil” (Ibidem, p. 180).

Diante das palavras do vice-presidente e do orador, Arthur da Costa e Silva inicia seu discurso dizendo que “depois disso, à vista disso, não sei como hei de começar e muito menos como terminar”. Conforme expressa, se sentiu inibido, mas revelou seu sentimento de gratidão e respeito pela “Casa” (IHGB, 1967c, p.180). Demonstrou estar ciente da importância do Instituto Histórico e da obra em andamento para construção da sede, que exige “a mais ampla e generosa colaboração dos poderes públicos, quer da União, como do Estado”. (Ibidem, p. 184). Por isso, ao manifestar seu agradecimento, afirmou que não esqueceria os deveres e encargos que assumiria como presidente honorário do Instituto e como presidente da República. Mais do que isso, Costa e Silva assinou naquele dia, dentro do Instituto, o projeto de decreto que havia sido enviado ao seu gabinete antes, que consideraria o IHGB

como uma instituição de utilidade pública. Com esse ato e com suas palavras, o presidente firmava o seu compromisso com o Instituto e acalmava os ânimos dos sócios.

De alguma forma, Costa e Silva cumpriu com o seu pacto. Ivan Trevisan assinala em seu trabalho que houve um aumento considerável nos valores repassados por Costa e Silva ao IHGB em relação aos de Castelo Branco. Segundo ele, Castelo Branco forneceu em 1965 Cr\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros) e em 1966, Cr\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de cruzeiros), totalizando em seu governo Cr\$ 119.000.000,00 (cento e dezenove milhões de cruzeiros). Costa e Silva, por sua vez, em um só ano – em 1969 – disponibilizou Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros), o que significou um aumento de quarenta milhões de cruzeiros em relação ao governo anterior (TREVISAN, 2017, p. 67).

Como sabemos através da historiografia, o governo de Costa e Silva em seu primeiro ano foi rígido diante das pressões do movimento reivindicatório dos estudantes. Sua repressão foi desproporcional. Gradativamente, a esse movimento foram se juntando outras categorias. Organizações revolucionárias de esquerda começaram também a se manifestar, como a ALN (Ação Libertadora Nacional) e VPR (Vanguarda Popular Revolucionária). Atuavam atacando a bancos, instituições comprometidas com a ditadura e realizando operações de agitação. Contra as oposições, o presidente foi firme na repressão e a maioria começou a se dispersar, permanecendo no jogo apenas os mais radicais. Neste cenário, Costa e Silva decretou em dezembro de 1968 o Ato Institucional nº 5, que fechava os parlamentos, dava amplos poderes ao presidente, e instaurava estado de exceção. Era o golpe dentro do golpe (REIS FILHO, 2014). Era a ditadura escancarada, em palavras de Elio Gaspari (GASPARI, 2002b).

Arthur da Costa e Silva faleceu no dia 17 de dezembro de 1969 e a última sessão do ano do IHGB foi dois dias antes. Por isso, na primeira sessão de 1970, o presidente Pedro Calmon, antes de dar início à conferência programada, comunicou a notícia do falecimento e pediu um minuto de silêncio em sua memória. Em sessão magna no dia 21 de outubro de 1970, foi aberta uma seção em elogio aos sócios falecidos e o nome de Costa e Silva foi lembrado, dez meses após o seu óbito. Sua figura foi recordada por Américo Jacobina Lacombe como o “estadista que não falhou às promessas aqui feitas por ocasião de sua posse solene”. Suas promessas, para o orador:

“[...] não eram simples cortesias formais. Eram compromissos de patriota sincero, conhecedor de nossa atividade cuja importância sabia avaliar. A prova é que na primeira vez em que tivemos de apelar para sua autoridade para solucionar problemas de nossa manutenção, a solução veio rápida e decisiva. Honra lhe seja” (LACOMBE, 1970, p.292).

Foi lembrado como o fiel cumpridor dos deveres profissionais e cívicos e ainda, mesmo como agravamento do quadro político nacional, foi visto pelo IHGB como um militar que desempenhou “dignamente o espírito do movimento que transformou politicamente o país em 1964” (Ibidem). Com essa manifestação, o Instituto Histórico não se demonstrou contrário ou descontente com os atos cometidos, como cassações a mandatos e suspensões de direitos políticos em seu governo. Ao contrário, para a instituição, Costa e Silva não falhou no exercício de seu dever.

Antes de sua morte, com grandes articulações por trás, a junta militar anunciou a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a sucessão de Costa e Silva. Em seguida, o Congresso ratificou a indicação e tornou Médici o presidente do país ainda em 1969 (GASPARI, 2002b). Em abril de 1970, o IHGB já estava com uma reunião convocada com a finalidade de eleger o novo presidente de honra. A sessão para a eleição ocorreu no dia 29 de abril. Vinte e oito sócios apresentaram e assinaram a proposta com o nome do general Garrastazu Médici e com a unanimidade dos membros presentes ele foi proclamado presidente de honra da instituição (IHGB, 1970, p. 247).

Isto posto, em 3 de junho de 1970, Emílio Garrastazu Médici estava em sessão no IHGB tomando posse de seu título. Foi acompanhado dos chefes das Casas Civil e Militar – João Leitão de Abreu e o general João Baptista Figueiredo – e do chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI), general Carlos Alberto Fontoura. Esta informação é significativa: circulavam no interior da instituição não só os generais-ditadores e seus ministros, como também figuras que faziam parte do aparato de informação, repressão e tortura da ditadura. O SNI, criado em 1964, funcionava como o centro do sistema de coleta e análise de informações e da repressão no país⁶⁸.

A ata da sessão descreve rapidamente o ritual de posse. Tal como nas cerimônias anteriores, as bancadas dos sócios estavam repletas e o salão estava cheio com convidados e representantes de instituições militares e civis. Médici foi saudado com “calorosas palmas”. As cadeiras ao lado do novo presidente honorário foram ocupadas pelo governador da Guanabara, Francisco Negrão e pelo presidente do Instituto, Pedro Calmon. Compuseram a mesa os ministros da Justiça e da Aeronáutica. Iniciada a cerimônia, de forma protocolar,

⁶⁸ Carlos Alberto da Fontoura, assim como todos os generais-presidentes da ditadura, foram inseridos no relatório da Comissão da Verdade como agentes de graves violações dos direitos humanos. Fontoura, por sua ocupação de chefe do SNI de 1969 a 1974, período em que as organizações de oposição ao regime foram reprimidas de forma severa (BRASIL, 2014).

Garrastazu Mé dici faz a leitura do termo de posse e recebe, das mãos de Calmon, o diploma (IHGB, 1970, p. 261-263).

O presidente do Instituto inicia seu discurso da solenidade demonstrando a assiduidade e compromisso de d. Pedro II com a entidade ao longo de todo o seu reinado. Ao que parece, Calmon estava com a pretensão de mostrar o exemplo do imperador a Mé dici para que este seguisse os seus passos. Além disso, queria mostrar para o chefe de Estado a importância do IHGB na conservação da memória da pátria com sua obrigação pedagógica.

Para acrescentar, Calmon descreve Mé dici como um “cavaleiro na acepção melhor da palavra, ou seja, conforme a ética, o sentido e o vigor da arma, a cuja transformação assistimos na época presente”. Não nos esqueçamos, contudo, que o presente, naquele ano de 1970, era marcado pela repressão. O sistema de coleta e análise de informações havia se aprimorado com a criação em São Paulo da OBAN, Operação Bandeirantes, com plano de combate às organizações de esquerda e, já com Mé dici na presidência, Carlos Marighella, dirigente da Ação Libertadora Nacional, havia sido assassinado (JOFFILY, 2014).

O presidente do IHGB ainda romantizou a posse de Mé dici na presidência do país. Como se tivesse aceitado quase que por compaixão, em um momento complicado, pelo seu honrado sentimento patriótico:

“Surpreendeu-o a escôlha para dirigir a Nação quando comandava V. Exa. o terceiro exército, naquele quartel-general de Pôrto Alegre, que se honra de possuir, e isso agradecemos a V. Exa., a mais valiosa coleção de retratos dos chefes militares do Brasil. Recebeu-a como uma convocação. Nome indicado para assumir em tão delicadas circunstâncias a presidência da República, abonou-o antes de tudo, a confiança que inspirava. Quem serve mais de 40 anos a pátria sem dela se servir; quem se mantém fiel aos compromissos da mocidade e cada dia os confirma, no silêncio, na correção, no dever; quem merece de sua classe, de sua terra, de sua gente, a alta consideração que desfruta; quem fez do destino sem ambição uma trajetória limpidamente coerente, apresentando como título, à esperança depositada no seu descortino, os antecedentes de honrado patriotismo, podia governar o Brasil – voltado para os interesses, para as premências, para os anseios do Povo” (IHGB, 1970b, p. 314).

Sabemos, na verdade, diante das pesquisas de Elio Gaspari (2002b), que a doença de Costa e Silva provocou uma agitação no processo de sucessão presidencial e ocasionou uma série de articulações para impedir que o vice-presidente Pedro Aleixo assumisse o cargo. Após duas semanas de confabulação, perceberam que o candidato seria um dos onze generais de quatro estrelas. Precisavam de uma figura que tivesse condições de dar andamento ao governo sem grandes rupturas: que não fosse tão ligado ao Costa e Silva para não perder apoio dos generais descontentes com o governo e nem tão ligado aos descontentes, parecendo

ser um candidato de oposição ao marechal. Médici, comandante do III Exército, se configurava como um candidato adequado. Ele, ao contrário de como indicou Pedro Calmon, provavelmente não recebeu a notícia com surpresa, pois desde o início do ano, Costa e Silva dava sinais de que seria uma das escolhas militares do marechal (GASPARI, 2002b). De acordo com Daniel Aarão Reis Filho (2014), “Médici já estava eleito antes de ser votado”.

Como não poderia deixar de mencionar, em vista das circunstâncias de dificuldades do IHGB, Pedro Calmon, de forma discreta, fez lamentações ao presidente da República sobre as instalações insuficientes da instituição. Mas, pareceu querer prorrogar a conversa.

“Não lhe pedimos apenas a bondade de prestigiá-la com o cobiçado patrocínio. Requeremos a sua assistência, os seus conselhos, a sua participação, a sua possível assiduidade, sempre que puder dispensar-lhe alguns momentos da agenda repleta. Lamentamos não poder oferecer-lhe os salões compatíveis com a importância do acervo [...] embutidos por ora na pobreza monástica de instalações insuficientes... Também disso falaremos ao Presidente que conosco dividirá as suas preocupações com o esclarecimento da consciência brasileira – no que concerna às razões e às fontes da unidade, da solidez, do progresso, da perenidade do Brasil. Hoje, só lhe dirigimos a cordial palavra de reconhecimento.” (IHGB, 1970b, p.315).

Como era de costume, após as palavras de Pedro Calmon, o novo presidente honorário começava seu discurso. Desse modo, Médici iniciou traçando a importância da história e a da geografia no desenvolvimento nacional. Afirma com isso que “ninguém governava sem História e sem historiadores”, assim como não seria possível governar sem a geografia e sem geógrafos. Com esta fala, o presidente estava demonstrando que buscava apoio da história – e do IHGB em seu governo.

Procurou mostrar a existência de dois campos de estudos, tanto na história quanto na geografia. Segundo ele, havia de um lado, tendências puramente científicas e de outro, concepções baseadas em distorções. Para exemplificar de forma prática sua fala, menciona a *História Nova*:

“Ainda temos na memória e indignação para a safra, em nosso país, da História engajada, de senso ultra-pragmático, a serviço da dialética marxista, vergando as verdades do passado ao peso dos interesses do presente, forjando uma ‘História Nova’, dócil a ideologia que a História mesma provou repudiada sempre pelo povo brasileiro e recrutando entre professores de História o grupo de maior efeito multiplicador no processo de mobilização e contaminação da mente universitária brasileiros.” (IHGB, 1970b, p.318).

Para ele, a nova geração deveria ter conhecimento desses radicalismos e combatê-los em uma busca incansável pela verdade científica. O historiador com o seu papel, precisaria

preservar a consciência cívica democrática, fortalecer o caráter nacional, aperfeiçoando a análise autêntica dos fatos. É isso que o seu governo esperava dos historiadores e do IHGB.

Para tanto, afirma sobre o papel relevante que o Instituto Histórico viria a ter em 1972 nas comemorações do sesquicentenário da Independência. Com a contribuição do IHGB, Médici assegurava que as comemorações teriam “o cunho de austeridade consentânea com as premências da educação e da cultura nacional”. Quer dizer que o presidente confiava na instituição para tratar com o rigor adequado os festejos de acordo com a visão de uma História de cunho cívico-patriótico.

Defendeu na ocasião que o homem público não poderia copiar linhas de ações político-administrativas de lugares em que havia crescimento populacional gradual e controlado, pois a realidade brasileira era diferente: de explosão demográfica. Além disso, com o intuito de justificar o encaminhamento do regime do posto de vista econômico, sustentou a necessidade de se realizar investimentos, para que da renda nacional pudessem ser retirados os recursos necessários ao equilíbrio entre a população ativa e passiva. Salientou também a importância de se atrair créditos internacionais de ajuda ou investimento, assim como a necessidade da exportação de riquezas naturais, visando o aumento da renda nacional (IHGB, 1970b, p.317).

Quando finalizadas, suas palavras foram “entusiasticamente aplaudidas”, escreveu o secretário, Enéas Martins Filho (IHGB, 1970). No interior do IHGB era como se o país não vivesse o AI-5.

Conforme apontam os estudos de Cordeiro (2009), entre os anos de 1969 e 1974, o país vivenciou um expressivo crescimento na economia, gerando uma euforia em segmentos da sociedade. Esse período ficou conhecido como o “Milagre Econômico Brasileiro”. Comemorava-se o tricampeonato de futebol, a expansão do sistema de telecomunicações e das fronteiras regionais com a abertura de novas estradas, a construção de novas pontes e hidrelétricas e o crescimento das indústrias. Era também o tempo da tortura e dos desaparecimentos. Entretanto, frações da sociedade, como parecer ser o caso dos intelectuais envolvidos no IHGB, vivenciavam esses anos muito mais sob o clima dos “anos de ouro” do que sob o ambiente dos “anos de chumbo”.

Em 1971, o Instituto comemorou o andamento das obras da nova sede e fez questão de publicar um novo artigo atualizado com o título “O Instituto Histórico e o Presidente Médici”. Foi escrito pelo mesmo autor que redigiu o texto de apelo ao “templo da memória” em 1965: Mozart Monteiro. De acordo com o texto, a construção já havia recomeçado e estava

“marchando a passos largos”, graças ao presidente Médici. A inauguração do edifício de doze andares constituiria, inclusive, uma das atrações das comemorações do sesquicentenário da independência do Brasil (MONTEIRO, 1971).

Monteiro recorda, de forma sintetizada, toda a história do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e boa parte dos dramas vividos pela instituição. Evidencia as diversas vezes que recorreu à imprensa para reclamar sobre a indiferença dos governos diante da falta de investimento na cultura nacional. Durante sete anos, ressalta, observou as ruínas do edifício incompleto. Naquele momento, entretanto, seu texto foi com outro intuito: de “fazer justiça ao presidente Médici”, afirma (Ibidem).

Na última publicação da *RIHGB* de 1972, foi divulgado o relatório das atividades do Instituto no decorrer daquele ano, com especial atenção aos eventos ocorridos em função das comemorações dos 150 anos da independência e à inauguração do prédio, sede da instituição. Na cerimônia, Médici foi singularmente reverenciado:

“Em ato de grande simplicidade, o Professor Pedro Calmon oferece ao General Médici uma medalha de ouro, cunhada para comemorar a inauguração da nova sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pronunciando um expressivo discurso, sobre o passado e o futuro, este muito beneficiado pelo atual Governo da República.” (IHGB, 1972b, p. 257).

Já passada a inauguração da nova sede, o IHGB publica uma nota em sua revista pelo aniversário do general Emílio Garrastazu Médici em 5 de dezembro de 1972. O comentário segue com telegrama enviado por Pedro Calmon ao presidente, desejando “todas felicidades ao grande benfeitor desta Casa” (IHGB, 1972, p. 327).

Como é possível observar através do trabalho de Trevisan, Médici foi o general-presidente que mais contribuiu financeiramente com o IHGB. No ano de 1973 concedeu Cr\$300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) e no ano de 1974, Cr\$ 290.000.000,00 (duzentos e noventa milhões de cruzeiros), totalizando quase seiscentos milhões de cruzeiros durante o seu governo. Valor, aproximadamente, três vezes maior que o concedido por Castelo Branco e Costa e Silva (TREVISAN, 2017).

3.4 A PRESENÇA DOS PRESIDENTES GEISEL E FIGUEIREDO

Em março de 1974, o general Ernesto Geisel, que havia sido chefe do Gabinete Militar no governo de Castelo Branco (1964-1967) e presidente da Petrobrás (1969-1973), herdou a cadeira de Médici e tornou-se presidente do país. A posse de seu título no IHGB, todavia, não ocorreu nos mesmos moldes dos chefes de Estado anteriores. Sua entrada na instituição se deu de forma distinta, conforme demonstraremos nas próximas linhas.

O processo para eleição do general como presidente de honra do Instituto seguiu os mesmos padrões: a proposta de entrada foi apresentada por alguns sócios e, logo em seguida, foi colocada em pleito. Essa votação ocorreu em julho de 1974, quatro meses após a sua posse no governo. Procedida a eleição na instituição, o resultado da urna, com trinta e seis sócios votantes, foi unânime em favor de sua admissão (IHGB, 1974, p. 111-112). A cerimônia de posse do título de presidente de honra, porém, não foi realizada em curto espaço de tempo, como vimos acontecer com os outros chefes de Estado. Percorrendo as publicações da revista e as atas de sessões é possível perceber o quanto sua admissão foi postergada e silenciada.

No dia em que Geisel foi indicado e aprovado em assembleia para compor o lugar de presidente de honra, foi discutida também uma outra proposta que envolvia o seu nome e suas ações. O IHGB queria formar uma comissão para o estudo das características históricas e geográficas do novo estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de oferecer à autoridade competente subsídio expressivo em favor da implantação da nova unidade da federação, por conta da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro (Ibidem, p. 131).

A união do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro havia sido decretada por Ernesto Geisel alguns dias antes – em 1º de julho – por uma lei que seria implantada no ano seguinte. Essa ideia, de acordo com Marieta de Moraes Ferreira (2006), não era nova, mas possuía diversas críticas e resistências. Geisel apresentou essa proposta no contexto em que anunciou o seu projeto de promover a “distensão política”.

Alguns interpretavam que essa fusão se tratava de uma iniciativa do governo federal que visava exclusivamente, em um quadro de bipartidarismo, controlar a oposição (MDB), diante da ascensão do governador da Guanabara emedebista Chagas Freitas. De acordo com essa linha, as eleições em novembro de 1974 se aproximavam e o governo federal previa a vitória do MDB em esfera nacional. Desse modo, a junção com o estado do Rio, governado pela Arena, seria uma manobra para diluir o peso do MDB da Guanabara (FERREIRA, 2006).

Em meio às críticas, havia também argumentos favoráveis à fusão, que vinham de representantes da esfera federal, de lideranças locais e elites empresariais. Para os adeptos, o projeto tinha fundamento, pois facilitaria o gerenciamento urbano, diminuiria os gastos e aumentaria o potencial econômico, entre outros fatores (FERREIRA, 2006).

Para Marieta Ferreira, existiam duas visões: para alguns, a medida tratava-se de uma questão político-partidário e de um ataque contra o MDB; para outros, era uma proposta destituída de implicações políticas e era destinada a resolver problemas técnico-econômicos.

O IHGB estava com a intenção de colaborar, pois considerava o governo Geisel “lúcido e resoluto” com essa proposta de alterar a divisão política do território nacional através de um processo “planificado, gradual e prudente”. A instituição acreditava que os resultados favoreceriam a expansão do progresso brasileiro, do ponto de vista econômico e cultural. A decisão de fundir os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, para o Instituto, era merecedora de aplausos.

A apreciação do decreto de Geisel pelo Instituto Histórico e Geográfico, assim como a admiração pela forma que o presidente estava se propondo a conduzir o processo político no país, de forma lenta, segura e gradual, chama atenção. O Instituto aprovando o comando de Geisel, buscando fornecer subsídios para a sua decisão de fusão dos estados e disponibilizando o título de presidente de honra, estava indicando a tentativa de estabelecer uma aproximação com o governo. Conforme poderemos acompanhar com o desenrolar dos fatos, essa tentativa, em grande medida, parece ter sido em vão.

Em 21 outubro de 1974 ocorreu a sessão magna em virtude do aniversário de fundação do Instituto. Geisel provavelmente já havia recebido o convite para tomar posse de seu título como presidente de honra. Mas, a solenidade até essa data ainda não havia ocorrido. Por esse motivo, dentre os convidados na cerimônia de comemoração dos 136 anos da instituição, estavam presentes, Médici, como presidente de honra; D. Eugênio Sales, arcebispo do Rio de Janeiro; o ministro da Educação; o representante do ministro do Exército e o presidente da Academia Brasileira de Letras. O nome de Geisel, entretanto, não consta na lista de autoridades presentes (IHGB, 1974, p. 119).

As atas de sessões no ano de 1975 iniciaram-se no mês de julho, e por isso, não temos a descrição do que foi discutido no IHGB nos primeiros meses do ano. Quer dizer, não sabemos se essa foi de fato a primeira reunião do ano ou se as reuniões anteriores foram suprimidas da publicação. Com tudo isso, não sabemos da mesma forma se algo foi dito em relação à posse de Geisel na instituição.

A primeira ata é de julho e as próximas são referentes ao mês de outubro. Essa divulgação espaçada constitui uma ruptura com as práticas de publicação da revista, pois a última edição do ano, padronizadamente, divulga todas as sessões realizadas, da primeira à última, de forma detalhada. O que podemos concluir é que se houve sessões entre os meses de janeiro e junho, elas foram suprimidas. E, se foram, essas ausências têm significado e nos mostram que, se houve alguma discussão a respeito de Geisel, não foi do interesse do Instituto divulgar.

Na sessão magna de 21 de outubro, de aniversário do instituto, geralmente o presidente honorário comparecia. No ano de 1975, isso não ocorreu. Fizeram parte da mesa o representante do governador do Estado; o representante do prefeito da cidade; o embaixador Alfredo Valladão; o diretor do Instituto Rio Branco, Raimundo Moniz de Aragão; o presidente do Conselho Federal de Cultura, Américo Jacobina Lacombe e a representante da secretária de Educação Municipal, Teresa de Jesus Pacheco. As sessões transcorridas nos outros meses trataram de outras questões e contaram com conferências sobre diversos assuntos históricos.

Da mesma forma ocorreu em 1976. As atas deste ano, entretanto, não foram espaçadas. Todas foram publicadas. Mas, em nenhuma delas se falou a respeito do presidente Ernesto Geisel ou de qualquer ponto sobre seu governo. A sessão magna daquele ano também não contou com a presença do general.

Discutiu-se em algumas sessões pontuais, durante esses anos, a respeito de pessoas que receberam o convite para admissão na instituição como sócios, mas renunciaram a entrada no IHGB. Foi salientado ainda, nessas ocasiões que, de acordo com o estatuto, “passados seis meses da eleição sem que o interessado tome posse ou manifeste seu agradecimento, fica a mesma invalidada” (IHGB, 1974, p. 122). O caso do presidente Geisel, entretanto, não era esclarecido, e com isso, não temos condições de explicar exatamente o que ocorreu. Cabe a nós somente especulações. Geisel pode ter ignorado, recusado ou até mesmo solicitado um tempo para receber o título.

Fato é que em 1977, houve o mesmo silenciamento a respeito de Geisel. Na sessão magna de aniversário do Instituto, inclusive, foram proferidas palavras de benemerência a Emílio Garrastazu Médici pelos seus serviços em prol da realização das novas instalações da instituição (IHGB, 1977). Neste ano, porém, em dezembro, Geisel fez uma visita ao Instituto.

Só três anos após sua eleição no IHGB para compor a galeria de presidentes de honra, Geisel comparece ao Instituto Histórico. Diferentemente das recepções anteriores aqui

apresentadas, a de Geisel foi restrita a uma visita com o pronunciamento de rápidas palavras. Não houve discurso do presidente do IHGB ou do orador, assim como não houve uma seção da revista dedicada à publicação desses discursos. Da mesma forma, não houve nenhum registro em ata. A revista se limitou a colocar um noticiário com o seguinte título “Visita do Presidente da República, General Ernesto Geisel ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (IHGB, 1977b).

A visita do presidente ocorreu no dia 13 de dezembro de 1977. Segundo o texto publicado, Geisel se dirigiu ao IHGB depois de ter participado de algumas solenidades na Escola Naval. Foi acompanhado pelo ministro da casa militar, Hugo de Andrade Abreu⁶⁹ e pelo governador do Estado do Rio de Janeiro Floriano Peixoto Faria Lima.

Como consta na notícia, o presidente chegou ao Instituto Histórico por volta de onze horas e quarentas minutos e foi embora antes das treze horas. Sua visita, portanto, foi apressada, durando apenas cerca de uma hora. Além disso, nesse curto espaço de tempo, o general foi conduzido primeiramente ao 10º andar, onde estavam reunidos os sócios do IHGB. Nesse momento, cumprimentou todos com um aperto de mão e “conversou, ligeiramente, com alguns que já eram seus velhos conhecidos”, explicita o texto.

Levado até a “sala Teresa Cristina”, o presidente foi convidado a sentar-se para assinar o termo de sua posse como presidente honorário do IHGB – eleito na assembleia realizada em julho de 1974. Após a assinatura, recebeu seu diploma pelas mãos de Pedro Calmon. Nesta mesa em que firmou seu título no Instituto, Geisel permaneceu observando alguns documentos históricos que foram selecionados para sua apreciação. Antes de se retirar da sala onde estava, o presidente realizou um pronunciamento improvisado com poucas palavras:

“Bem sei o que esta Casa representa e tive grande prazer em vir hoje até aqui. Dou muita importância aos documentos históricos e preocupo-me sobremaneira em que sejam eles bem guardados para uso das futuras gerações. A História vale como preservação da nacionalidade e como mestra das instituições. Tenho instruído o Ministério da Educação e da Cultura para que procure republicar livros importantes de nossa História e peço ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na oportunidade muito grata desta minha visita, indique as obras que a seu juízo mereçam ser reeditadas. Muito obrigado” (IHGB, 1977, 250-251).

⁶⁹ Hugo de Andrade Abreu consta no relatório da Comissão da Verdade como um dos violadores dos direitos humanos. O general comandou pessoalmente a tropa de paraquedistas enviada ao Araguaia na Operação Marajoara em 1973. A operação, que só se concluiu no ano seguinte, tinha o objetivo de exterminar os guerrilheiros na região. De acordo com o relatório da CNV, ao menos quarenta e nove pessoas desapareceram (BRASIL, 2014, p. 866).

Em seguida, continuou sua visita nas dependências do IHGB. Esteve na sala de leitura, no salão de honra, no museu e na biblioteca e foram essas informações que foram expostas no noticiário.

Diante dessa descrição, percebemos que o presidente Geisel fez uma rápida passagem pelo IHGB e nessa sua ida, sem qualquer solenidade, assinou o termo de posse como presidente de honra. No texto, aliás, foi ressaltado que ele permaneceu na sede da instituição “bem mais do dobro do tempo que estava previsto por sua agenda” (IHGB, 1977, p. 252). Quer dizer que o tempo reservado por Geisel para a visita havia sido de aproximadamente trinta minutos.

Mesmo com todo esse detalhamento, não encontramos respostas para todos os questionamentos a respeito do que transcorreu atrás das cortinas para que esse contato acontecesse três anos após o programado. De todo modo, essas questões nos indicam uma relação de distanciamento entre o presidente da República naquele período e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, um enfraquecimento na conexão entre a instituição e o chefe de Estado. Esta afirmação se reitera com os dados de Ivan Trevisan (2017) que apontam uma queda substancial na concessão de verbas para a entidade no governo de Geisel.

Entre os anos de 1975 e 1976 o repasse foi de Cr\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros). Esse valor foi, aproximadamente, treze vezes menor que o concedido por Médici, três vezes menor que o de Costa e Silva e quatro vezes menor que o de Castelo Branco. Significa que, de todos os presidentes ditadores, Geisel foi o que menos contribuiu para o aporte da instituição.

Durante o governo de Ernesto Geisel, segundo Reis Filho (2014), já despontavam alguns movimentos pregando o restabelecimento dos valores democráticos, com pequenos sinais de uma disposição oposicionista. Iniciou-se também no Brasil, por conta de turbulências no cenário internacional (retração dos principais países capitalistas), problemas com a economia, diferente do que ocorrera entre os anos de 1967 e 1973. Diante dessa conjuntura adversa, a ditadura traçou alguns planos para impulsionar o desenvolvimento econômico.

Com a parte intelectual e artística, o autor acima citado nos mostra que Geisel procurou seguir as diretrizes formuladas por Médici, como o estímulo aos programas de pós-graduação em vista do desenvolvimento científico-tecnológico; ativação de agências estatais de apoio cultural nacional como a Embrafilme (Empresa Brasileira de Filmes Sociedade Anônima), Funarte (Fundação Nacional de Artes) e SNT (Serviço Nacional de Teatro).

Sabemos, no entanto, que Geisel não empregou as mesmas diretrizes que Médici no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Os revolucionários das esquerdas estavam, em sua maioria, fora de cenário, pois já haviam sido desarticulados. Estavam em cadeias, em exílios ou dispersos. Mas, existia uma ala exigindo a dissolução dos aparelhos repressivos e defendendo anistia ampla, geral e irrestrita. Nas eleições em fins de 1974, o MDB ganhou em vários estados importantes, embora a Arena tenha vencido no cômputo geral. De toda forma, a oposição ganhava força e para frear o governo aprovou a Lei Falcão, que restringia o direito de propaganda eleitoral no horário gratuito nas redes de rádio e televisão. Os resultados apareceram nas eleições seguintes para prefeitos e vereadores em 1976, em que houve vitória, por maior número, da Arena (REIS FILHO, 2014).

No plano político, Geisel tinha a perspectiva de restabelecer um estado de direito autoritário, por isso queria uma distensão, sem pressa, por etapas e de forma segura. Mas, ainda assim seu governo foi composto de “zigue-zagues, oscilações, avanços e recuos” (Ibidem, p.108). Em seu mandato deu força aos órgãos de repressão. Entre 1974 e 1975, permitiu o massacre do comitê central do PCB, que resultou em tortura e desaparecimento de dez dirigentes do partido. No período do seu governo ocorreu ainda o assassinato do jornalista Vladimir Herzog em 1975 e em 1976, assassinatos de membros do PC do B. Geisel cassou, pelo AI-5, mandatos de deputados no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul neste mesmo ano (Ibidem). Em 1977 operou reformas políticas: determinou o retorno em 1978 das eleições indiretas para governadores; ampliação do mandato do presidente da República; restabelecimento de sublegendas (Ibidem).

Geisel queria garantir um sucessor que pudesse manter o controle da situação. Por isso, comunicou formalmente a João Batista Figueiredo, que era o chefe do SNI, em dezembro de 1977 que o indicaria, apesar dos problemas políticos que estavam envolvidos nesta escolha. Figueiredo fez parte do grupo central de decisões governamentais sobre o processo de distensão, o que foi fator decisivo para o fortalecimento de seu nome para a presidência. Dessa forma, em janeiro de 1979, com o país livre do AI-5, foi eleito, tomando posse em 15 de março do mesmo ano (COSTA; RAMOS, 2010).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dentro do que já seria esperado, não se pronunciou a respeito desse processo político através das publicações de sua revista. Seguindo a sua prática, colocou em votação o cargo de presidente de honra em nome do general-presidente João Batista Figueiredo, que foi unanimemente aprovado no dia 12 de setembro de

1979. No dia 15 de novembro, dia do aniversário da proclamação da República, o presidente Figueiredo estava participando da solenidade para entrega do seu título (IHGB, 1979). A data, provavelmente, foi escolhida por seu simbolismo, embora Pedro Calmon tenha feito mais menções ao Império do que à República:

“Acertou Vossa Excelência – permita que o afirme – vindo lembrar no velho Instituto Histórico o nonagésimo aniversário da República. Nenhuma academia no País se honrará, como esta, de por tanto tempo (há 141 anos!) ter conciliado a diversidade do pensamento e a unidade da Pátria. De nenhuma outra se dirá o que desta se diz, que sob a égide do Império disciplinou no Brasil a estima, a doutrina, o ensino dos valores fundamentais da Nação; nem de outra alguma melhor do que ela se assegurará que sobre a versatilidade do tempo manteve clara e enfática a visão global da terra indismembrável, em que os pilares da soberania são a consciência do povo e a memória das gerações.” (IHGB, 1979, p. 251).

A posse de Figueiredo como presidente de honra no IHGB neste dia nos provoca reflexões. Ao fim e ao cabo, Pedro Calmon realizou principalmente uma reverência ao Império, como pode ser observado neste trecho – e em sua continuação –, mas afirmou que o presidente foi naquele dia lembrar dentro do Instituto o nonagésimo aniversário da República. Sua presença no dia 15 de novembro torna-se significativa, pois esta foi uma data estabelecida para relembrar os brasileiros da instauração de uma nova forma de governo, que tinha a intenção de garantir a democracia e a descentralização do poder através da implantação do federalismo. A República indicava novos rumos à nação e, talvez, Figueiredo quisesse ser equiparado a ela, pois assumiu a presidência da República naquele ano com o discurso de um novo tempo:

“É meu propósito inabalável [...] fazer deste país uma democracia [...]. Reafirmo: Não descansarei até estar plenamente assegurado – sem sobressaltos – o gozo de todos os direitos do homem e do cidadão. Reafirmo o meu gesto: A mão estendida em conciliação” (FIGUEIREDO, 1979 apud GASPARI, 2016).

Figueiredo em seu pronunciamento no IHGB, disse sobre isso: “Talvez a República não fosse tão desejada, então, pelos que hoje como ontem, preferem a manutenção do *status quo*” (IHGB, 1979, p. 262). Usa da comparação com a instalação da República para mostrar que da mesma forma como muitos não aceitavam a instauração do novo regime político em detrimento do Império, havia também os que eram contrários à abertura política e queriam a permanência do estado atual. Não deixa de fazer referência, porém, às esquerdas.

“Menos desejada ainda, por aqueles que, ao contrário, tudo querem mudar, destruir, amoldar a feições alienígenas e alienadas. À modelos que repudiamos. À ideologias que atentam contra a liberdade mais fundamental do homem de pensar e decidir. Apoio ou divergir. Aplaudir ou condenar.” (IHGB, 1979, p. 262).

Sua conclusão é ainda mais significativa: “Creio não exagerar, portanto, ao dizer: estamos atualmente em pleno processo de realização dos ideais e dos sonhos dos fundadores da República” (Ibidem). Figueiredo tem convicção de que suas aspirações se assemelham às da fundação da República. Por isso reitera que a República dos seus sonhos é: a da conciliação, do progresso com liberdade, da liberdade com responsabilidade fixada na lei, da paz com justiça social, da ordem dentro da democracia, da legitimidade da representação política, sem restrição do voto pelo abuso do poder econômico ou político, da supremacia da lei sobre a vontade dos homens e do respeito aos princípios federativos herdados. É, ao fim, aquela que está procurando realizar, ressalta.

De fato, a ditadura ficava para trás e a sociedade dava os seus primeiros passos ao encontro de uma transição democrática. Considera-se transição, pois, neste período se fez um complicado percurso entre o estado de direito autoritário – marcado pelas legislações editadas na ditadura – até um estado de direito democrático, que só ocorreu em 1988 com a aprovação de uma nova Constituição (REIS FILHO, 2014).

Retomando: o presidente visitou as principais acomodações da instituição e posteriormente se dirigiu ao salão de honra, onde foi “aplaudido de pé e calorosamente pelos membros do IHGB e numerosos convidados que aguardavam a chegada de Sua Excelência”. Muitas autoridades estiveram presentes⁷⁰. A solenidade se desenvolveu conforme o programado, seguindo o ritual, para eles imbuído de valor simbólico: Figueiredo assinou o termo e recebeu das mãos do presidente do IHGB, Pedro Calmon, o diploma correspondente e o colar privativo dos membros da casa (IHGB, 1979, p. 249).

A seguir, Calmon, de improviso, como salienta a ata de sessão, proferiu um discurso, que foi publicado na revista. Através de suas palavras o dirigente do Instituto demonstra para

⁷⁰ Estiveram presentes: o governador do Rio de Janeiro, Antônio Chagas Freitas; o presidente do Senado Federal, Luís Viana Filho; o ministro da Marinha, Maximiano Eduardo da Silva Fonseca; o ministro da Educação e Cultura, Eduardo Mattos Portella; o arcebispo do Rio de Janeiro, Eugênio de Araújo Salles. Além disso foram lidos os telegramas dos que não puderam comparecer: do ex-presidente Emílio Garrastazu Médici; do governador do Paraná, Ney Braga; do presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marcílio; do ministro-chefe do gabinete civil da presidência da República, Golbery do Couto e Silva; do ministro-chefe da secretaria de planejamento da presidência da república, Antônio Delfim Neto; do ministro da Justiça, Petrônio Portella Nunes; do ministro das Relações Exteriores, Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro; do ministro da Fazenda, Karlos Heinz Rischbieter; do ministro de Minas e Energia, César Cal de Oliveira Filho; do ministro da Indústria e do Comércio, João Camilo Penna; do senador Jarbas Passarinho; do presidente da Caixa Econômica Federal, Gil Gouvêa Macieira; dos empresários Roberto Marinho e Condessa Pereira Carneiro.

Figueiredo que a associação concedia esse título à grande maioria dos que honradamente governaram o país e que para o caso dele não seria diferente: por sua distinção e afabilidade. Segundo narra, esta prática representa o conagraçamento da “História” e da “Autoridade”, “a união dos espíritos, a aliança das intenções, a liga áurea da palavra e do Poder, a bem e por força, da perenidade do País” (IHGB, 1979, p. 253). Significava para eles, a união do Instituto e do chefe de Estado em prol do país.

Calmon continua o seu pronunciamento expressando sua confiança e expectativa em torno de seu governo. Com isso, faz menção ao pai do presidente, Euclides de Figueiredo, e afirma que enxerga nele um primoroso servidor do Brasil e que suas distinções garantem a realização das promessas e dos projetos a despeito das dificuldades que possam surgir. Reitera que Figueiredo é um “lúcido condutor de destinos” e acrescenta:

“Sente-se na cadeira presidencial que mais de uma dezena de chefes de Estado ocupou neste recinto acadêmico; e nos guie os trabalhos – como orienta e dirige a Nação. Amando-a – para governar com bondade; orientando-a – para administrar com sabedoria; engrandecendo-a – para fazer mais feliz o povo brasileiro.” (IHGB, 1979, p. 253)

Terminada a saudação do presidente do IHGB, Figueiredo pronunciou o seu discurso, que segundo a revista foi transmitido para todo o país e ficaria perpetuado nas páginas do periódico (Ibidem, p. 250).

O governante iniciou suas palavras valorizando a tarefa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de conservar e manter a serviço do homem, o testemunho da História e da Geografia. Não deixou de dizer sobre a existência de versões deturpadas da história, que realizam um “amesquinhamento” pelas simplificações a partir de intenções e propósitos. Essa sua fala pode ser interpretada como uma alusão à corrente historiográfica marxista, que, inclusive como já vimos, era ponto comum de ataque dos setores intelectuais conservadores da sociedade naquele momento.

Figueiredo, já se considerando como parte do Instituto e companheiro de trabalho, apontou para as tarefas:

“Nós, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro temos uma tarefa clara, imposta pelo reconhecimento da realidade. Essa tarefa é reviver a História. Incentivar o patriotismo. Divulgar e reverenciar a memória dos nossos homens. Celebrar os feitos das nossas armas, e às conquistas da paz e da harmonia entre as Nações. Temos de dizer aos brasileiros quanto é nobre e digno ser patriota, amar e respeitar os símbolos nacionais.” (IHGB, 1979, p. 261).

A cerimônia de sua posse, bem como os discursos proferidos não tiveram lugar de destaque na revista, sendo comunicada entre as páginas das atas de sessões como anexos. Essa forma de tratar e de divulgar a solenidade foi diferente dos presidentes anteriores, que tiveram, de alguma forma, ainda que minimamente – como foi o caso de Geisel – uma notoriedade no periódico. De toda forma, Figueiredo dedicou uma aproximação ao instituto. Em sua oratória se mostrou presente e membro da instituição, com objetivos e preocupações comuns.

Como já se aventou, o título de presidente de honra para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro possuía grande significado e a escolha era para este cargo era avaliada, embora fossem convidados a maioria dos chefes de Estado. Pedro Calmon, no discurso da cerimônia de posse de Costa e Silva explicou:

“Constitui uma tradição – e representa uma admirável circunstância – erigir o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o chefe de Estado em seu Presidente Honorário. Não é uma rotina: é uma chancela respeitosa do Poder espiritual à confiança que deposita a Nação no seu mandatário. Porque os chefes de Estado que o têm presidido aqui não chegaram com títulos usurpados ou precários. Representavam, como Vossa Excelência representa – a autoridade revestida da mais serena, da mais convincente, da mais duradoura das formas do Poder político: a legitimidade” (CALMON, p. 177).

Em outra ocasião, Pedro Calmon também fez um breve comentário histórico a respeito dos presidentes da República que receberam o título e a respeito dos que não receberam (IHGB, 1970, p. 247). A ata da sessão não aprofunda neste ponto. Apenas nos fornece essa informação. Com ela, no entanto, percebemos que, embora houvesse uma tradição de conceder este título ao chefe de Estado, nem sempre isso ocorreu. Sua fala nos dá espaço para entender que existem escolhas para a concessão deste título.

Sabemos que todos os presidentes ditadores, apesar das distintas relações com o IHGB, se tornaram, rapidamente, por vontade da instituição, presidentes de honra. Com isso, passaram a compor o quadro social, apesar das restrições específicas para este cargo – não ter o direito de votar em assembleia, por exemplo. É significativo, portanto, diante desses fatos e da explicação realizada por Calmon no trecho acima, o fato de João Goulart não ter recebido o título. Jango foi presidente, embora com diversos percalços, por quase três anos (1961-1964) e em nenhuma assembleia publicada nas atas de sessões entre aqueles anos foi cogitada a possibilidade de inserir o seu nome para votação. Com base na fala de Calmon, portanto,

pode-se interpretar que João Goulart não foi um presidente legítimo aos olhos do IHGB e por isso não merecia fazer parte da Instituição.

Na verdade, essa forma de olhar para João Goulart e o seu governo de forma pejorativa, não se trata mais de uma novidade para nós. Alguns textos aqui apresentados fundamentam essa afirmação. De toda forma, saber que Jango não pôde compor o cadastro social do IHGB nos ajuda consideravelmente a refletir sobre o perfil da instituição no período e entender os ajuizamentos do IHGB a seu respeito, acerca do golpe de Estado de 1964 e a respeito da instalação da ditadura no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O golpe de Estado de 1964 e a consequente instalação da ditadura no país contaram com o apoio de diversos setores da sociedade. Colaboraram com esses projetos parte expressiva da opinião pública, líderes políticos, civis, militares, intelectuais e instituições. Por tudo isso, diversos autores têm buscando considerar que o golpe não foi apenas militar, mas civil-militar. Entretanto, mais importante do que essas qualificações – “militar” ou “civil militar” – são as análises dedicadas no sentido de entender as complexidades do tema e o emaranhado relacionamento entre os militares e os civis, conforme designa Marcelo Ridenti (2016).

Ao construir a análise sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sua relação com a ditadura, procuramos nos guiar pelos estudos que buscam ultrapassar a antítese “ditadura versus sociedade” com o esforço de compreender as razões que as conectam. Foi, principalmente, com a pretensão de somar aos trabalhos já existentes, sobretudo, àqueles dedicados à relação da intelectualidade com o regime civil-militar, que objetivamos partir da interpretação que compreende os regimes autoritários e a ditadura como uma “construção social”.

Como se procurou destacar, o Instituto Histórico foi administrado neste período por um grupo majoritariamente formado, primeiramente, por pessoas que se dedicavam aos estudos históricos, mas que, diplomados em outras áreas, conjugavam a pesquisa com mais atividades. Oriundos de famílias tradicionais na vida política e cultural do país, no geral, se engajaram na atividade jornalística, na carreira docente, nas forças armadas e na política ou em algum vínculo com o Estado, a exemplo das ocupações junto ao Ministério da Educação.

Entender como se constituiu este grupo foi tarefa fundamental na pesquisa, afinal de contas foram esses indivíduos que, fazendo parte da direção e das comissões, conduziram as atividades da instituição durante aqueles anos. O IHGB era composto por esses sujeitos. Da mesma forma que não se entende a ditadura sem a sociedade, o estudo da instituição não se faz possível quando compreendido de forma isolada e descolada dos atores sociais. Atores estes que nada tem de passivos e que ao contrário, interpretavam e, por vezes, participavam da realidade política e cultural do país.

Por meio das análises que empreendemos, tivemos condições de perceber que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em grande medida, preparou o terreno para a acomodação do regime. Foi favorável ao parlamentarismo em um momento delicado da

política brasileira; no plano ideológico, se colocou contrário ao projeto da *História Nova* por considerá-lo vinculado a uma orientação doutrinária e, além disso, se mostrou adverso ao governo de João Goulart. No período da ditadura acolheu todos os generais-presidentes através da concessão do título de presidente de honra e deu espaço para figuras vinculadas ao regime, como é o caso de Aurélio de Lira Tavares.

Apesar disso, o IHGB, de forma constante ao longo dos anos da ditadura, se esquivou de encaminhar discussões, conferências e artigos a respeito das questões contemporâneas no interior da instituição. De todo modo, foi possível reunir indícios que nos mostrassem seu engajamento dentro desses conflitos políticos existentes no país desde antes de 1964. Havia uma política desenvolvida na instituição que pôde ser observada através das redes de sociabilidade estabelecidas que eram muito bem delineadas. Essas redes foram constituídas, sobremaneira, com setores conservadores da elite política, militar e intelectual brasileira. Além de tudo, pregaram o anticomunismo, o civismo e o patriotismo através da história.

O Instituto Histórico e Geográfico procurou estabelecer um elo com os chefes de Estado, elo este alimentado não só por dependências ou interesses financeiros. Este entrelaçamento ocorreu também – e principalmente – através do compartilhamento de valores. Como assinalamos, o Instituto, embora tivesse suas próprias receitas, necessitava economicamente da colaboração dos governos para subsidiar suas despesas. Passou durante esse período por problemas na construção de sua sede e foi atendido por Médici, que custeou o empréstimo realizado para andamento da obra e propiciou a fundação da nova sede.

O que se procurou destacar no trabalho, deste modo, é que a explicação não pode ser entendida apenas pela chave da dependência ou do interesse, pois existem outros elementos que fazem parte deste universo e que nos ajudam a interpretar este contexto, como os valores, ideologias e concepções. Nessa linha, entender a ditadura a partir do consenso nos traz explicações inclusive sobre a nossa sociedade contemporânea, pois as ditaduras e os seus valores não estão presos no passado. Ao contrário, eles pairam no presente.

Em momentos como o atual, marcado por avanços do conservadorismo, temos a nítida noção do quanto é necessário investigar, entender e escrever a respeito de regimes autoritários, pois nós não superamos devidamente o autoritarismo e, tampouco, construímos instituições democráticas sólidas. É um assunto que permanece em constante retomada e se faz sempre atual. Hoje, conforme destaca Rodrigo Patto Sá Motta (2017), estamos vivendo uma polarização político-ideológica próxima à de 1964, que estimulou o *impeachment* de Dilma Rousseff, despertou a fúria conservadora e abriu passagem para novas práticas

autoritárias. Analisar a ditadura civil-militar e as instituições naquele contexto, como o IHGB, portanto, é pensar também sobre o tempo presente e os desafios colocados para a garantia e o aprofundamento da democracia no país.

Fonte

Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1964-1979.

Dicionários biográficos

ABREU, Alzira Alves de et al (coods.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

ABREU, Alzira Alves e BELOCH, Israel. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 2001. 5v.

CDPB. *Dicionário Biobibliográfico de autores brasileiros: filosofia, pensamento político, sociologia, antropologia*. Salvador: CDPB; Brasília: Senado Federal, 1999.

COUTINHO, Afrânio. *Brasil e Brasileiros de Hoje*. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1961.

IHGB. *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. 1-6. Rio de Janeiro, 1991-1998.

MENEZES, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro*. São Paulo: INL-Saraiva, 1969.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nelson-freire-lavenere-wanderley>. Acesso em 23.12.2017.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Um Mestre de Rigor: Manoel Luiz Salgado Guimarães e a delimitação do campo de estudos de historiografia no Brasil. *Revista História da Historiografia*. Ouro preto, n. 13, dezembro, 2013. p. 144-153.

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa: o Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

AMARAL, Vinícius Alves do. Vicissitudes de um Heródoto caboclo: Arthur César Ferreira Reis e a ditadura civil-militar em Manaus (1964-1969). *Revista Temporalidades*, nº 3, ano V, set. dez/2013.

BARBOSA, Caio Fernandes. *Ciência em transe: a história da CAPES nos anos 1970*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

- BARBOZA, Januário da Cunha. Discurso. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 1, 1839, p.9-17.
- BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 242-245.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.
- CALICCHIO, Vera. Atos Institucionais. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) *Dicionário Histórico-Biográfico – Pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- CALMON, Pedro. Elogio dos sócios falecidos. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 277, 1967, p. 129-138.
- _____. Elogio dos Sócios Falecidos e Saudação ao Sr. Presidente da República: Sessão Magna Comemorativa do 126º Aniversário do Instituto, pelo orador oficial professor Pedro Calmon. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 265, 1964.
- CARDOSO, Luciene Pereira Carriz. *José Carlos de Macedo Soares e as instituições da era Vargas: os casos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. In: XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz, 2005.
- CARDOSO, Vanessa Clemente. A polêmica História Nova do Brasil: um projeto de vanguarda derrotado politicamente. *Revista História & Ensino*. Londrina, v. 22, n. 1, 2016, p. 127-154.
- CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. “Discurso do senhor presidente da República Marechal Humberto Castelo Branco agradecendo a concessão do título de presidente de honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 265, 1964, p. 287-288.
- CASTRO, Celso. *O golpe de 1964 e a instauração do regime militar*. FGV – CPDOC, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964>. Acesso em: 23 de maio de 2017.
- CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. História do Instituto Histórico. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo 60, parte segunda, 1897. p. 171-202.
- COELHO, Wanderson de Oliveira. *A modernização do Amazonas no ideário de Arthur Cezar Ferreira Reis (1964-1967)*. Monografia. Curso de História da Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2015.

- CORDEIRO, Janaína Martins. “*A nação que se salvou a si mesma*”. *Entre memória e história, a campanha da mulher pela democracia (1962-1974)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.
- _____. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 85-104.
- _____. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.
- CORREIA FILHO, Virgílio. Como se fundou o Instituto Histórico. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 255 (Separata), 1962.
- COSTA, Marcelo; RAMOS, Plínio de Abreu. João Batista de Oliveira Figueiredo. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) *Dicionário Histórico-Biográfico – Pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- COUTINHO, Amélia. Aurélio de Lira Tavares. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) *Dicionário Histórico-Biográfico – Pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- CUNHA, Diogo. Intelectuais conservadores, sociabilidade e práticas da imortalidade: a Academia Brasileira de Letras durante a ditadura militar (1964 – 1979). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 18, n. 3, 2014.
- _____. O campo intelectual no Brasil nas décadas de 1960 e 1970: a “estrutura cultura conservadora”, e as universidades e as esquerdas. *História Unicap*, v. 3, n. 5, jan-jun, 2016.
- _____. Sociabilidade, memórias e valores compartilhados: o cotidiano da Academia Brasileira de Letras durante a ditadura militar. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 317-332, maio-ago, 2017.
- DELGADO, Márcio de Paiva. *A frente ampla de oposição ao regime militar (1966-1968)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FAZENDA, J. Vieira. O IHGB, subsídios para a sua história. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 74(2): Separata, 1911.
- FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 12.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política. In: ABREU, A. A. (org.). *A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, cap. 6, p. 163-203.

_____. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

_____. O ensino da história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n.2. abr.-jun., p. 611-636.

_____. O lado escuro da força: a ditadura militar e o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi/UB). *História da Historiografia*. Ouro Preto, n° 11, abril, 2013, p. 45-64.

FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FLEIUSS, Max. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Cem anos bem vividos. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*, vol. III, IHGB: Rio de Janeiro, 1939, p. 205-222.

_____. O Instituto Histórico através de sua Revista. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*, vol. III, IHGB: Rio de Janeiro, 1939, p. 551-565.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira - Resenha Bibliográfica. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, vol.16. n° 5, set./out.,1976.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GOMES, Angela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: MG: Argumentvm, 2009.

_____. *Essa Gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999a.

_____. *História e Historiadores*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999b.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. A presença do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no campo da educação superior: o projeto da Academia de Altos Estudos - Faculdade de Filosofia e Letras (1916-1921). *Revista de História, Brasil*, n. 141, p. 91-100, dec. 1999.

_____. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007.

_____. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 388, 1995.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; LEONZO, Nanci. A reforma de base no ensino da História pátria: o projeto da História Nova do Brasil. *Revista de História*. São Paulo, n.149, 2º sem, 2003, p. 235-251.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.1, 1988. pp. 5-27.

HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOEVELER, Rejane Carolina. *René Dreifuss e o golpe de 1964: sobre teorias e “conspiracionismos”*. In: XVI Encontro Regional de História Anpuh Rio, 2014, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Anpuh Rio, 2014. p. 1-11.

IHGB. Anexos a Ata da Assembleia Geral de 26 de julho de 1972. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 297, 1972, p. 300-309.

_____. Aniversário do Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro General Emílio Garrastazu Médici. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 297, 1972, p. 327.

_____. Assembléa Geral Extraordinária, em 6 de agosto de 1921. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 90, 1921, p. 765-769.

_____. Assembléia-geral em 30 de novembro de 1966. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 273, 1966, p. 249-258.

_____. Ata da Assembleia Geral em 15 de dezembro de 1961. Reeleição da Diretoria e Comissões Permanentes para o Biênio de 1963-1963. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 253, 1961, p. 263-266.

_____. Ata da Assembleia Geral em 29 de setembro de 1965. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 269, 1965d, p. 266-274.

_____. Assembleia Geral em 15 de dezembro de 1975. Diretoria biênio 1976-1977. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 309, 1975, p. 312.

_____. Ata da Assembleia em 15 de dezembro de 1967. Eleição da Diretoria e Comissões Permanentes para o biênio de 1968-1969. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 277, 1967, p. 233-236.

_____. Ata da Assembleia Geral em 15 de dezembro de 1969. Eleição da Diretoria e Comissões Permanentes para o biênio de 1970-1971. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 285, 1969c, p. 287-290.

_____. Ata da Assembleia Geral em 17 de dezembro de 1971. Eleição da Diretoria e Comissões Permanentes para o biênio de 1972-1973. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 293, 1971b, p. 224-235.

_____. Ata da Assembleia Geral em 17 de dezembro de 1973. Eleição da Diretoria e Comissões Permanentes para o biênio de 1974-1975. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 301, 1973, p. 151-153.

_____. Ata da Assembleia Geral em 14 de dezembro de 1977. Eleição da Diretoria e Comissões Permanentes para o biênio de 1978-1979. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 317, 1977, p. 236-238.

_____. Ata da Assembleia Geral realizada em 23 de junho de 1965. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 269, 1965b, p. 231-235.

_____. Atas da Assembleia-Geral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 16 de dezembro de 1963. Eleição da Diretoria e Comissões Permanentes para o biênio de 1964-1965. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 261, 1963, p. 301-304.

_____. Atas da Assembleia-Geral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 16 de dezembro de 1963. Eleição da Diretoria e Comissões Permanentes para o biênio de 1966-1967. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 269, 1965c, p. 309-316.

_____. Atas das sessões. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 265, 1964a, p. 289-323.

_____. Atas das sessões. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 277, 1967b, p. 197-239.

_____. Atas das sessões. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 289, 1970, p. 234-290.

_____. Atas das sessões do IHGB em 1977. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 317, 1977, p. 210-242.

_____. Atas das sessões do IHGB EM 1979. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 325, 1979, p. 224-276.

_____. Atos administrativos – Designações da Presidência. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 291, 1971a, p. 307

_____. Atividades culturais do I.H.G.B. em 1972. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 297, 1972b, p. 243-281.

_____. Escola Max Fleiuss. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 268, 1965e, p. 424-434.

_____. Estatuto. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 266, 1965a, p. 291-309.

- _____. Extrato das Atas das Sessões de 1974. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 305, 1974.
- _____. Extrato das Atas das Sessões de 1975. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 309, 1975.
- _____. Extrato das Atas das Sessões de 1976. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 313, 1976.
- _____. Noticiário: A direção da Revista. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 263, 1964b, p. 280-282.
- _____. Noticiário: Atos da Presidência. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 265, 1964, p. 241.
- _____. Noticiário: Atos da Presidência. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 283, 1969a, p. 265.
- _____. Noticiário: Portaria. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 281, 1968a, p. 258.
- _____. Noticiário: Portaria. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 304, 1974a, p. 344.
- _____. Noticiário: Presidente Arthur da Costa e Silva – Posse de S. Excia o Senhor Marechal Presidente da República, como Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 277, 1967c, p. 175-184.
- _____. Noticiário: Posse na presidência de honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Presidente da República, General do Exército Emílio Garrastazu Médici. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 288, 1970b, p. 312-320.
- _____. Noticiário: Visita do Presidente da República, General Ernesto Geisel ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 317, 1977b, p. 245-252.
- _____. Portarias. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 262, p. 421-422
- _____. Propostas e pareceres. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 261, 1963, p. 278-288.
- _____. Sessão do dia 12 de dezembro de 1966: Posse e Conferência do General-de-Exército Aurélio de Lira Tavares sobre História e Civismo. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 273, 1966b, p. 261-262.
- _____. Sobre a criação do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 1, 1839, p. 5-8.
- _____. Sócios falecidos. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 277, 1967, p. 274.
- _____. Sócios falecidos. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 278, 1968b, p. 366.
- _____. Sócios falecidos. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 284, 1969b, p. 238.

- _____. Sócios falecidos. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 304, 1974b, p. 345.
- _____. Sócios falecidos. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 312, 1976, p. 351.
- _____. Sócios falecidos brasileiros. s/d. Disponível em: <https://ihgb.org.br/ihgb/quadro/falecidos/falecidos-brasileiros.html>. Acesso em: 05 de outubro de 2017.
- JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. REIS, Filho, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.
- LAMARÃO, Sérgio. Liga da Defesa Nacional. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) *Dicionário Histórico-Biográfico – Pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- LEMONS, Renato. Afonso Arinos de Melo Franco. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) *Dicionário Histórico-Biográfico – Pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- LOURENÇO, Elaine. História Nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº56, 2008, p. 385-406.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- LUZES, Jéssica Suzano. *O Conselho Federal de Cultura e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Um estudo de caso da política de financiamento à cultura (1966-1974)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, 2015.
- MAIA, Tatyana de Amaral. *Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)*. São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.
- MALIN, Mauro. José Augusto Bezerra de Medeiros. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) *Dicionário Histórico-Biográfico – Pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- MAYER, Jorge Miguel. Estevão Leitão de Carvalho. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) *Dicionário Histórico-Biográfico – Pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONTEIRO, Mozart. O Instituto Histórico e o Presidente Médici. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 293, 1971, p. 94-99.

_____. O templo da história está em perigo. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 266, 1965, p. 152-154.

MORALES DE LO RIOS FILHO, Adolfo. Saudação ao general-de-exército Aurélio de Lira Tavares. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 273, 1966, p. 127-136.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. *Ditadura Militar no Brasil: Historiografia, Política e Memória – Entrevista ao Site Café História*. 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/33586298/DITADURA_MILITAR_NO_BRASIL_HISTORIOGRAFIA_POL%C3%8DTICA_E_MEM%C3%93RIA_ENTREVISTA_AO_SITE_CAF%C3%89_HIST%C3%93RIA. Acesso em: 10/09/2017.

_____. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. *A Liga da Defesa Nacional: entre um projeto de nação e uma agenda de combate ao comunismo*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista. Marília, 2016.

PANTOJA, Sílvia; LOURENÇO NETO, Sydenham. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) *Dicionário Histórico-Biográfico – Pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

PEDROSA, Manuel Xavier de Vasconcellos. Noticiário. Embaixador José Carlos de Macedo Soares. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 278, 1968, p. 366-367.

PRESOT, Aline. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

_____. Celebrando a Revolução. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964*. In: Denise Rollemberg; Samantha Viz Quadrat. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no Século XX*. Volume 2: Brasil e América Latina, 2010, v. 2, p. 71-97.

- REICHARDT, Herbert Canarabarro. História Nova (Parecer). *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 263, 1964, p. 283-302.
- REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2011.
- _____. *Seis Meses de Administração*. Rio de Janeiro: Estado do Amazonas, 1965.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. 1964: golpe militar ou civil? In: FIGUEIREDO, Luciano (org.). *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p. 197-201.
- _____. *Ditadura, anistia e reconciliação*. Estudos Históricos. vol. 23, nº 45. Rio de Janeiro, janeiro-junho de 2010. p. 171-186.
- _____. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 7- 8.
- _____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- REIS, Filho, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (orgs.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 57-96.
- RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13-36.
- RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004.
- _____. The Debate over Military (or Civilian-Military?) Dictatorship in Brazil in Historiographical Context. *Journal of the Society for Latin American Studies*, 2016. p. 1-10.
- ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 97-144.

- _____. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Almeida Neves (orgs.). *O Tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano – Vol. 4)
- _____. Memória, Opinião e Cultura política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (orgs.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 57-96.
- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- SANTOS, Francisco Ruas. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como fator de desenvolvimento cultural. *Revista do IHGB*, v. 321, 1978, p. 36-52.
- SCHUMACHER, S; VITAL BRAZIL, E. (orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questões racial no Brasil - 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. *Os Guardiões da Nossa História Oficial - os Institutos Históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989.
- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001
- SILVA, Claudiane Torres da. *O Tribunal Regional do Trabalho na cidade do Rio de Janeiro durante a ditadura civil-militar (1964-1979)*. Tese de Doutorado. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Rio de Janeiro, 2015.
- SILVA, Norma Lúcia da; FERREIRA, Marieta de Moraes. Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História. *Revista História & Ensino*, Londrina, v.2, n. 17, p. 283-306, jul.- dez. 2011.
- SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- _____. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.
- SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1980.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O Golpe de 64. In. SOARES, Gláucio Ary Dillon, D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SOUSA, Lademe Correia de. *Arthur Reis e a História do Amazonas: um início em grande estilo*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2009.

STONE, Lawrence. *Prosopografia*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

TAPAJÓS, Vicente. A Revista em Três Tempos: 1839-1889-1939. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 362-265, 1989, p. 3-18.

TAVARES, Aurélio de Lira. História e Civismo. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 273, 1966, p. 137-146.

TREVISAN, Ivan Rodrigo. *Os generais ditadores (1964-1985) como Presidentes de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

VALE, Nayara Galeno do. *Considerações sobre a escrita viajante de Pedro Calmon*. In: XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Saberes e práticas científicas, 2014, Rio de Janeiro. Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Saberes e práticas científicas. Rio de Janeiro: Ed. ANPUH-Rio, 2014.

_____. *O reitor catedrático ou o catedrático reitor: Pedro Calmon e o Colégio Pedro II?*. In: IV Seminário Fluminense de Pós-graduandos em História, 2016, São Gonçalo. Anais do IV Seminário Fluminense de Pós-Graduandos em História - 2016 - UERJ/FFP. Rio de Janeiro: Anpuh, 2016. p. 1899-1910.

VIANNA, Marfa Barbosa. O progresso está demolindo o patrimônio histórico nacional. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 30, 3 fev. 1961.

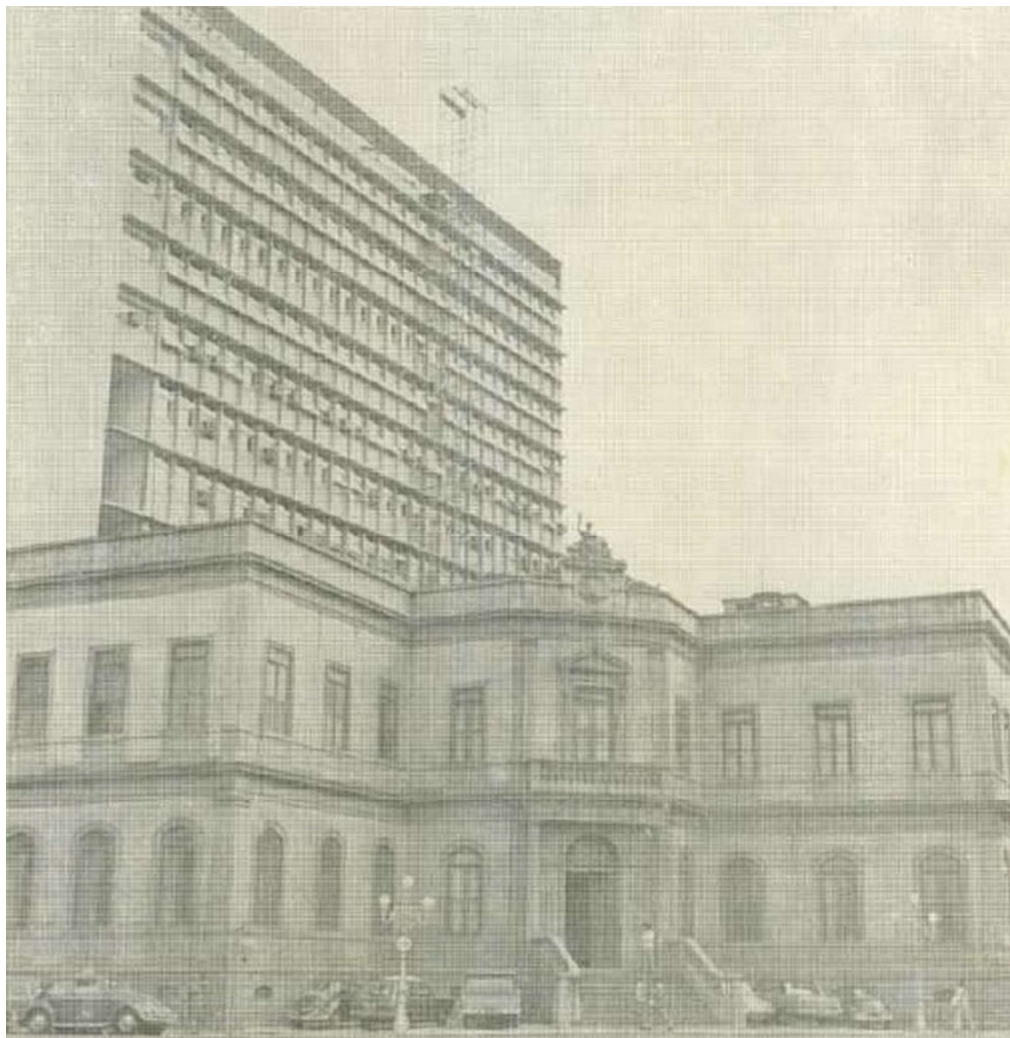
WEHLING, Arno. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 338, 1983, p. 7-16.

_____. *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: ideias filosóficas, sociais e estrutura de poder no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.

_____. Prefácio: O triunfo da memória: uma contribuição à História da historiografia brasileira. In: GUIMARÃES, Lúcia Maria. Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu:*

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007. p. 9-14.

ANEXO A: Imagem do Silogeu e ao fundo, a sede nova do IHGB em 1974



Fonte: *Revista do IHGB*, v. 305, 1974

ANEXO B: Imagem do prédio novo do IHGB com o Silogeu ao lado em 1974



Fonte: *Revista do IHGB*, v. 305, 1974.